

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

**RUBENS ARANTES CORREA**

**ITINERÁRIOS, ESTRUTURAS DE SOCIABILIDADES E AÇÃO POLÍTICA:  
INTELECTUAIS DE SÃO PAULO NA CRISE DO IMPÉRIO (1875-1889)**

**FRANCA  
2014**

**RUBENS ARANTES CORREA**

**ITINERÁRIOS, ESTRUTURAS DE SOCIABILIDADES E AÇÃO POLÍTICA:  
INTELECTUAIS DE SÃO PAULO NA CRISE DO IMPÉRIO (1875-1889)**

**Tese apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do Título de Doutor em História. Área de Concentração: História e Cultura Política.**

**Orientadora: Profa. Dra. Teresa Maria Malatian.**

**FRANCA**

**2014**

Correa, Rubens Arantes

Itinerários, estruturas de sociabilidades e ação política:  
intelectuais de São Paulo na crise do Império (1875-1889) / Rubens  
Arantes Correa. – Franca: [s.n.], 2014, 241 f.

Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual  
Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.  
Orientador: Teresa Maria Malatian.

1. Intelectuais. 2. Participação política. 3. Brasil - História  
- Império - 1822-1889. I. Título.

CDD – 981.04

**RUBENS ARANTES CORREA**

**ITINERÁRIOS, ESTRUTURAS DE SOCIABILIDADES E AÇÃO POLÍTICA:  
INTELECTUAIS DE SÃO PAULO NA CRISE DO IMPÉRIO (1875-1889)**

**Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do título de Doutor em História.**

**Área de concentração: História e Cultura Política**

**BANCA EXAMINADORA**

**Presidente:** \_\_\_\_\_

**Profa. Dra. Teresa Maria Malatian**

**1º Examinador:** \_\_\_\_\_

**Profa. Dra. Maria Aparecida de Aquino**

**2º Examinador:** \_\_\_\_\_

**Prof. Dr. Diogo Ruiz da Silva**

**3º Examinador:** \_\_\_\_\_

**Profa. Dra. Maria Saenz**

**4º Examinador:** \_\_\_\_\_

**Profa. Dra. Karina Anhezini**

**Franca, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014**

## AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra. Teresa Maria Malatian, pela orientação atenciosa ao longo de todo o percurso da pesquisa e elaboração do texto.

Aos Professores Doutores Pedro Geraldo Tosi e Lélío Luís de Oliveira pelos apontamentos e observações por ocasião do exame de qualificação.

Aos Professores Doutores responsáveis pelas disciplinas cursadas ao longo do curso: Tânia Regina de Lucca, Jean Marcel Carvalho França, Ricardo Alexandre Ferreira, Márcia Pereira da Silva e Marisa Saenz Leme.

Aos funcionários das instituições que me atenderam com muita presteza seja pessoalmente, seja por email e telefonemas: Arquivo Digital do Jornal *O Estado de São Paulo*, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Museu Republicano Convenção de Itu da Universidade de São Paulo, Biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Unesp – campus de Franca, especialmente Laura Jardim.

À Maísa, pela Secretaria de Pós-Graduação da FCHS da Unesp – campus de Franca, pelo apoio e suporte dado para o cumprimento das obrigações burocráticas.

À Renata, Pedro e Júlia, meus parceiros de viagem, que souberam compreender as ausências e humores do doutorando.

CORREA, Rubens Arantes. **Itinerários, estruturas de sociabilidade e ação política: intelectuais de São Paulo na crise do Império (1875-1889)**. 2014. 228 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2014.

## RESUMO

O contexto de crise do Império iniciado em 1870 e culminado com o desfecho do movimento civil-militar que derrubou o regime monárquico em 1889 foi vivido intensamente, em São Paulo, por um grupo de homens de letras ligado a setores econômicos emergentes e ávidos por prestígio e visibilidade numa sociedade extremamente conservadora e nobiliárquica. Conduziram um movimento concatenado e intencional de confronto político contra o status dominante por meio de manifestos, congressos classistas, clubes e partidos políticos, irmandades maçônicas, órgãos de imprensa, intervenções nos campos da educação e da cultura, estruturas a partir das quais construíram redes de sociabilidades e repertórios de ideias. A ação política dos homens de letras paulistas visava colocar em prática um projeto de poder que fosse capaz de contemplar interesses localizados, para o qual forjaram um repertório dentro do qual o termo “república” funcionou muito mais como um apelo para cooptar adesões em prol de seu projeto de poder e muito menos como uma crença e convicção nos valores republicanos de cidadania, respeito à coisa pública, separação entre público e privado, além de universalização das liberdades individuais. Ao fim e ao cabo o movimento se revelou vencedor e do grupo de intelectuais de São Paulo surgiram os futuros integrantes da nova ordem política pós-proclamação da República. Pretende-se, aqui, trabalhar a hipótese de que o grupo de intelectuais paulistas construiu um repertório de confronto ao status político imperial a partir de suas experiências de compartilhamento e que o apelo aos grandes enunciados da época como “república”, “aboliconismo”, “positivismo” etc, era somente uma estratégia de acomodação de interesses do grupo num contexto de decadência das formas hegemônicas de poder da qual os membros do grupo tinham consciência e procurou tomar partido.

**Palavras-chave:** intelectuais. ação política. itinerários. repertório de ideias. microclimas.

CORREA, Rubens Arantes. **Itinerários, estruturas de sociabilidade e ação política: intelectuais de São Paulo na crise do Império (1875-1889)**. 2014. 228 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2014.

### ABSTRACT

The context of crisis Empire started in 1870 and culminated with the outcome of the civil - military movement that overthrew the monarchy in 1889 was lived intensely, in São Paulo, by a group of men of letters attached to emerging economic sectors and eager for prestige and visibility in a highly conservative society and nobility. Led a movement concatenated and intentional political confrontation against the dominant status through manifestos, classist conferences, clubs and political parties, Masonic brotherhoods, news organizations, interventions in the fields of education and culture, structures from which they built networks sociability and repertoires of ideas . The political action of the men of letters paulistas aimed to put in place a power project that was able to contemplate interests located, for which forged a repertoire within which the term "republic" functioned more as a call to co-opt accessions towards your project power and much less as a belief and conviction in the republican values of citizenship, respect for public affairs, separation between public and private, and universalization of individual liberties. At the end of the day the motion is revealed and the winner group of intellectuals of São Paulo prospective members of the new political order after proclamation of the republic emerged. It is intended here working hypothesis that the group of São Paulo intellectuals built a repertoire of confronting the imperial political status from their experiences and sharing that appeal to large listed the time as "republic", "abolitionism" "positivism" etc., was only a strategy of accommodation of group interests in a context of decline of hegemonic forms of power which the group members was conscious and sought to take advantage.

**Keywords:** intellectuals. political action. itineraries. repertoire of ideas. microclimates.

CORREA, Rubens Arantes. **Itinerários, estruturas de sociabilidade e ação política: intelectuais de São Paulo na crise do Império (1875-1889)**. 2014. 228 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2014.

## RÉSUMÉ

Le contexte de l'Empire de crise a commencé en 1870 et a abouti à l'issue du mouvement civilo-militaire qui a renversé la monarchie en 1889 a été vécu intensément, à São Paulo, par un groupe d'hommes de lettres joint à des secteurs économiques émergents et avide de prestige et la visibilité dans une société très conservatrice et de noblesse. Tête d'un mouvement confrontation politique enchaîné et intentionnelle contre le statut dominant par des manifestes, des conférences classistes, les clubs et les partis politiques, les confréries maçonniques, les agences de presse, les interventions dans les domaines de l'éducation et de la culture, des structures à partir de laquelle ils ont construit des réseaux sociabilité et répertoires d'idées. L'action politique des hommes de lettres paulistas visant à mettre en place un projet d'énergie qui a pu contempler intérêts situés, pour lequel forgé un répertoire dans lequel le terme “république” fonctionnait plus comme un appel à adhésions coopter vers votre puissance de projet et encore moins comme une croyance et de conviction dans les valeurs républicaines de la citoyenneté, le respect pour les affaires publiques, la séparation entre public et privé, et l'universalisation des libertés individuelles. A la fin de la journée, le mouvement est révélé et le groupe gagnant des intellectuels de São Paulo membres potentiels du nouvel ordre politique après la proclamation de la république a émergé. Il est destiné hypothèse de travail ici que le groupe d'intellectuels de São Paulo a construit un répertoire d'affronter la situation politique impériale de leurs expériences et de partage qui font appel à une grande répertorié l'époque comme “république”, “abolitionnisme” “positivisme”, etc, seulement une stratégie de logement des groupes d'intérêt dans un contexte de déclin des formes hégémoniques de pouvoir que les membres du groupe était conscient et cherchaient à en tirer avantage.

**Mots clés:** intellectuels. action politique. itinéraires. répertoire d'idées. microclimats.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO 1 OS INTELLECTUAIS: DISCUSSÃO TEÓRICA .....</b>	<b>17</b>
1.1 Visões teóricas sobre intelectuais .....	21
1.2 A perspectiva da história política.....	25
1.3 A história dos intelectuais e suas interfaces .....	32
<b>CAPÍTULO 2 O CONTEXTO: A CRISE DO IMPÉRIO.....</b>	<b>37</b>
2.1 A trajetória política do 2º reinado.....	37
2.2 Caracterização das elites políticas do império.....	59
2.3 Sociedade imperial: valores e práticas sociais .....	64
<b>CAPÍTULO 3 ITINERÁRIOS .....</b>	<b>68</b>
3.1 Américo Brasiliense.....	70
3.2 Américo de Campos .....	75
3.3 José Maria Lisboa.....	79
3.4 Rangel Pestana.....	81
3.5 Pereira Barreto .....	87
3.6 Campos Salles .....	93
3.7 Prudente de Moraes .....	97
3.8 Francisco Quirino dos Santos.....	100
3.9 Alberto Salles .....	101
<b>CAPÍTULO 4 MICROCLIMAS.....</b>	<b>107</b>
4.1 A imprensa: vetor cultural e espaço de disputa.....	107
4.2 Imprensa e periódicos .....	116
4.2.1 A <i>Província de São Paulo</i> .....	116
4.3 O <i>Almanaque Literário de São Paulo</i> .....	123
4.4 A Faculdade de Direito do Largo de São Francisco .....	136
4.5 As Lojas Maçônicas .....	145
4.6 Partido Político .....	149

<b>CAPÍTULO 5 REPERTÓRIO DE IDEIAS E AÇÃO POLÍTICA.....</b>	<b>157</b>
<b>5.1 A produção historiográfica.....</b>	<b>157</b>
<b>5.2 Proposta de outra perspectiva.....</b>	<b>162</b>
<b>5.3 O repertório.....</b>	<b>165</b>
<b>5.4 Naturalização.....</b>	<b>166</b>
<b>5.5 Procedimentos científicos.....</b>	<b>172</b>
<b>5.6 Questão servil e lavoura.....</b>	<b>179</b>
<b>5.7 Partidos políticos.....</b>	<b>185</b>
<b>5.8 Positivismo.....</b>	<b>189</b>
<b>5.9 Instrução pública.....</b>	<b>191</b>
<b>5.10 Federalismo e descentralização.....</b>	<b>195</b>
<b>5.11 Monarquia e República.....</b>	<b>198</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>202</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>205</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>223</b>
<b>APÊNDICE A –.....</b>	<b>223</b>
<b>APÊNDICE B –.....</b>	<b>225</b>
<b>APÊNDICE C –.....</b>	<b>227</b>
<b>ANEXOS</b>	
<b>ANEXO A –.....</b>	<b>229</b>
<b>ANEXO B -.....</b>	<b>230</b>
<b>ANEXO C –.....</b>	<b>231</b>
<b>ANEXO D –.....</b>	<b>232</b>
<b>ANEXO E –.....</b>	<b>233</b>
<b>ANEXO F –.....</b>	<b>234</b>
<b>ANEXO G –.....</b>	<b>235</b>
<b>ANEXO H –.....</b>	<b>236</b>
<b>ANEXO I –.....</b>	<b>237</b>
<b>ANEXO J –.....</b>	<b>238</b>
<b>ANEXO K –.....</b>	<b>239</b>

## INTRODUÇÃO

O ponto de partida da pesquisa é o de investigar a crise do Império a partir da perspectiva de um grupo de intelectuais de São Paulo entre os anos de 1875 e 1889 procurando aplicar o horizonte metodológico da história intelectual, combinando as concepções de itinerários, estruturas de sociabilidades, repertório e ação política. O objetivo é compreender as estratégias adotadas tanto no nível do discurso como da ação que mobilizaram o grupo numa conjuntura de quebra do sistema político dominante levando em conta os fatores intrínsecos a um movimento político-social mais amplo dentro do qual os integrantes deste grupo de intelectuais tomou parte.

De modo geral, os estudos sobre a crise do Império procuram dar explicações sobre o processo histórico que culminou com a queda do Império em 1889 levando em conta a atuação de grandes estruturas como a modernização econômica do país para a qual não estava preparado o aparato estatal do regime monárquico; os interesses dos fazendeiros de café do oeste paulista incompatíveis como estruturas políticas tidas como arcaicas com a modernização capitalista; além da atuação dos republicanos paulistas por meio de seu braço partidário, o Partido Republicano. No pano de fundo de tais explicações encontrava-se a expansão da ideia republicana.

Propor-se outra perspectiva: a de encarar a crise do Império como decorrência de suas próprias contradições políticas internas à sua organização político-partidária e institucional e não a partir dos eventos posteriores a 1889 quando, então, o novo regime havia se consolidado. Trabalha-se com a hipótese de que ao iluminar a crise do Império a partir da perspectiva dos ativistas republicanos de 1889 muitos estudiosos acabaram por tomar como argumento explicativo o próprio discurso construído pelos atores que venceram as batalhas políticas daquela conjuntura. Exemplo dessa postura fica explícito, com a proliferação de estudos sobre o tema, no apego a terminologias como idealismo republicano, ideia republicana, propaganda republicana, entre outros. Ao recorrer a essas terminologias os historiadores teriam assumido a própria perspectiva dos vencedores daquelas batalhas.

Prefere-se percorrer outro caminho: iluminar 1889 a partir do contexto de crise política do Império que ofereceu oportunidades para a construção de um repertório de confronto do qual soube tirar proveito grupos sociais e políticos que viviam à margem daquela estrutura

institucional até então hegemônica. A hipótese tomada é que os intelectuais paulistas para tirar proveito das oportunidades surgidas com as vicissitudes daquela conjuntura histórica recorreram a um repertório no qual república funciona como estratégia e recurso verbal, utilizada insistentemente como forma de apelo na conquista de adeptos e como forma de delimitar territórios de expressão e ação. Para alcançar as hipóteses adotadas traça-se um percurso de pesquisa em cinco capítulos partindo de uma discussão teórica sobre usos do termo intelectuais, além de propostas de abordagens teórico-metodológicas, até o levantamento e análise de palavras-chave que marcaram o repertório de ideias dos intelectuais paulistas na crise do Império.

No Capítulo 1 busca-se situar o objeto de estudo dentro das possibilidades teóricas oferecidas pela história intelectual, em particular, e pela história política, além das ciências sociais, em geral. Sabe-se que a história intelectual ainda é, nos dias de hoje, um domínio do campo historiográfico em processo de construção, em termos de aplicação, contudo, tornam-se mais efetivas quando de sua intersecção com outras que as áreas de conhecimento.

Nesse particular opta-se por uma via dupla que pudesse dar maiores possibilidades de compreensão da ação de um dado grupo de intelectuais em um contexto político de crise do Estado: por um lado, a via da Nova História Política, em especial, a perspectiva adotada por Jean François Sirinelli que nos oferece como ferramentas de abordagem dos intelectuais as noções de itinerários, de estruturas de sociabilidades e de geração.

Por outro lado, lança-se mão da via aberta pelos estudos da sociologia política anglo-saxônica, em particular os de S. Tarrow, A. Swindler e C. Tilly que oferecem os conceitos de ação política e repertório de ideias, conceitos estes que se revelaram importantes para o entendimento dos interesses quem mobilizam a ação de intelectuais em determinados contextos históricos.

Desta forma no capítulo 1 propõe-se uma discussão teórica a partir da reconstituição das diversas noções atribuídas ao papel do intelectual na sociedade ocidental desde o aparecimento formal do termo no contexto francês do caso Dreyfus no final do século XIX. Entende-se que se faz necessária a retomada dos usos atribuídos à função ou papel dos intelectuais não só para melhor situar nossa opção teórica de abordagem distinguindo-a das proposições empregadas, por exemplo, de intelectual orgânico por Antônio Gramsci e de campo intelectual de Pierre Bourdieu, como, também, particularizar o objeto específico estudado por nós, no caso, intelectuais brasileiros, inseridos numa sociedade extremamente frágil em termos de institucionalização acadêmica dos profissionais ligados ao saber e ao conhecimento.

O que objetiva-se demonstrar é que a ação dos intelectuais de São Paulo na crise do Império, ainda que com todas as particularidades da vida brasileira do final dos oitocentos, se aproxima muito, em termos de procedimentos, aos de outros contextos de crises políticas do Estado nacional como os casos enfatizados por Kosellek em sua obra clássica *Crítica e Crise*.

No Capítulo 2 procura-se contextualizar a crise do Império ressaltando os fatos e sua repercussão na historiografia. Em nosso entendimento é preciso encontrar o momento em que a estrutura interna do regime monárquico entrou em colapso a partir de suas próprias contradições. A historiografia aponta de forma quase unânime para o ano de 1868 como o ponto de curva do status quo político imperial.

A ruptura entre as lideranças políticas monárquicas revelou a incapacidade de uma geração de políticos em administrar conflitos de interesses. Esse é o momento no qual uma geração de homens de letras de São Paulo toma posição e vai construindo, ao longo dos anos seguintes, uma rede de sociabilidades que permitirá ao grupo a elaboração e a consolidação de um projeto de poder que ao fim e ao cabo se revelará vencedor em 1889.

A crise do Império foi tratada pela historiografia como parte de um processo desencadeado a partir do fim da Guerra do Paraguai (1864-1870) apontando para duas perspectivas: uma que valoriza o desmantelamento do regime monárquico a partir de conflitos internos que ficaram sob a designação geral de questão: questão abolicionista, questão militar, questão religiosa, questão republicana. Essa vertente historiográfica tomou como foco analítico a própria versão construída pelos monarquistas derrotados em 1889.

Outro entendimento foi dado por vertente historiográfica mais identificada com os interesses de São Paulo. Em geral o argumento é o de que a emergência de uma nova classe social – a dos cafeicultores paulistas – dotada de uma visão de mundo mais capitalista do que as velhas elites econômicas mais identificadas com os parâmetros gestados desde os tempos coloniais. Para esta historiografia, a força econômica de São Paulo alavancada pela cultura do café trouxe para o cerne das contradições políticas uma perspectiva de modernidade para a qual o sistema imperial não estava em condições de absorver.

Normalmente, atribui esta historiografia ao movimento das grandes estruturas tais como fazendeiros de café do oeste paulista, partido republicano paulista, republicanos e abolicionistas de São Paulo, como atores principais deste processo de desagregação do sistema político imperial, sobressaltando nessas análises a inevitabilidade de um processo histórico que culminaria com a proclamação da República em 1889.

Sem desconsiderar a validade das análises efetuadas pelas duas vertentes, toma-se a crise do Império a partir do ponto de vista do movimento social em curso dentro do qual

tomou lugar um grupo de intelectuais paulistas que souberam aproveitar as fraturas no sistema político monárquico. O próprio sistema imperial ofereceu as oportunidades a partir das quais atuaram os intelectuais paulistas construindo um repertório de confronto sem necessariamente representar uma ideologia absolutamente nova e original. De onde se pode colocar em questionamento o tratamento dado pela historiografia com sua rotulação absoluta e definitiva de republicanos a todos os grupos envolvidos nas disputas políticas daquele contexto. República e republicanos são entendidos, na perspectiva adotada nesta pesquisa, como estratégias de combate entre grupos, estratégia comum em uma conjuntura de crise política, utilizadas para a construção de redes de interesses e solidariedades entre seus membros, que se viam marginalizados pelo sistema político vigente.

No Capítulo 3 procura-se reconstruir a trajetória dos membros do grupo de intelectuais situando-a no contexto de crise do Império e, portanto, deixamos de lado os aspectos relativos ao período posterior à proclamação da República em 1889. Os esboços prosopográficos permitiram identificar as conexões entre os integrantes do grupo não constituídas por meio de redes institucionalizadas como lojas maçônicas, partidos políticos, órgãos de imprensa, como, também, através de laços pessoais e familiares, processos fundamentais para a construção de estruturas de sociabilidades com vistas a tomar partido das oportunidades políticas surgidas com o *break-down* do sistema imperial.

Opta-se por investigar os itinerários de nove integrantes do grupo de intelectuais paulistas por considera-los mais ativos no processo de construção de espaços de sociabilidade: Américo Brasiliense, advogado e professor; Américo de Campos, advogado e jornalista; Rangel Pestana, advogado e jornalista; Campos Salles, advogado e fazendeiro; Prudente de Moraes, advogado; Alberto Sales, advogado, jornalista e fazendeiro; Quirino dos Santos, advogado e jornalista; José Maria Lisboa, tipógrafo, editor e gerente de órgãos de imprensa; Pereira Barreto, médico e fazendeiro.

Em comum os integrantes do grupo possuíam a mesma formação acadêmica, excetuando José Maria Lisboa e Luís Pereira Barreto; tinham vinculações, por origem familiar ou adquirida por força do matrimônio, com o setor econômico da cafeicultura paulista; iniciam suas atividades políticas através dos partidos monárquicos dos quais se afastam a partir das cisões e lutas internas que caracterizaram a vida institucional partidária de fins da década de 1860. Participam ativamente de diversas iniciativas particularmente em irmandades maçônicas, como a Loja América, de São Paulo e com ramificações por cidades da região do oeste paulista; em instituições escolares como a que criou, em Campinas, o Colégio Culto à

Ciência; além de convenções e congressos que deram origem e desenvolvimento ao partido republicano.

Mas foi na imprensa que a ação do grupo se fez mais incisiva por meio da *Gazeta de Campinas* e, principalmente, de *A Província de São Paulo* fundada em 1875, de cuja direção, saiu José Maria Lisboa e Américo de Campos para criarem em 1884 o *Diário Popular*. A importância da imprensa se explica pelo fato da fragilidade da vida intelectual brasileira de fins do século XIX com poucas instituições acadêmicas que pudessem abrigar um campo intelectual no sentido empregado por Bourdieu. Nesse sentido, artigos de jornais, iniciativas editoriais, manifestos políticos e circulares partidárias foram fontes privilegiadas para o conhecimento do repertório desses intelectuais.

No Capítulo 4 centra-se a investigação nos espaços de sociabilidade que permitiram aos integrantes do grupo de intelectuais paulistas a estruturação de uma rede de compartilhamento de interesses, de ideias e de ação política no decorrer de um período que vai desde a formação acadêmica até o desfecho dos acontecimentos que culminaram com a proclamação da República a 15 de novembro de 1889.

O levantamento dos espaços construídos, aqui entendido por microclimas, tal como empregado por Jean François Sirinelli, revelaram as simetrias em um processo de constituição de um movimento político capitaneado pela ação dos homens de letras. Assim sendo, temos um grupo, essencialmente, de egressos da formação jurídica, fato extremamente revelador para um país cujas elites priorizaram a formação dos agentes estatais por meio das letras jurídicas. Dos nove integrantes do grupo em estudo sete tiveram por formação acadêmica a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, instituição fundada em 1827 e que, desde então, passou a atrair para seus bancos membros de uma elite desejosa em construir carreiras profissionais a partir do edifício estatal imperial, seja por meio das instituições jurídicas, como a promotoria, seja por meio das instituições representativas, como o parlamento.

O estudo dos microclimas tornou visível, ainda, a importância da maçonaria como território estratégico de alianças e de trocas de favores em benefício dos interesses políticos dos integrantes do grupo. Nesse particular, destaca-se o papel desempenhado pela Loja América, em São Paulo, fundada em 1868, justamente no contexto-chave de desagregação das estruturas político-partidárias do sistema monárquico, e na qual teve grande participação Américo Brasiliense.

A Loja América ensejou ramificações em diversas áreas do interior paulista, especialmente, naquelas onde outros membros do grupo de intelectuais paulistas tinham maior atuação como Campinas, Itu, Rio Claro, Amparo, entre outros. A particularidade das

irmandades maçônicas em processos de crises políticas foi significativamente destacada por Kosellek que distingue sua importância no contexto europeu de crise do antigo regime e como território de consolidação de estratégias de luta de novas elites.

Por fim, os microclimas revelaram a importância da imprensa e do partido político como espaços de unificação de interesses e discursos. No tocante à imprensa deu-se ao jornal *A Província de São Paulo* foco privilegiado de pesquisa devido à capacidade que seus redatores Rangel Pestana e Américo de Campos e, posteriormente, Alberto Sales, de articularem mais amplamente a participação de todo o grupo por meio de artigos, notas e pequenos ensaios. O mesmo se aplica à iniciativa editorial de José Maria Lisboa por meio do *Almanaque Literário de São Paulo* publicado entre 1876 e 1885, em oito edições. Quanto ao Partido Republicano sua relevância para a pesquisa se limita aos manifestos e circulares divulgadas e nas quais tomaram parte os integrantes do grupo como autores e subscritores.

Finalmente, no Capítulo 5 foca-se o repertório político que ensejou a ação dos intelectuais de São Paulo na crise do Império. A partir da pesquisa em artigos de imprensa, em manifestos políticos, em publicações em livros e ensaios para obra coletiva, foi possível reconstituir o repertório manipulado pelo grupo, identificando suas palavras-chave, construídas não a partir de conceitos filosóficos abstratos, mas por intermédio dos próprios fatos desencadeados naquela conjuntura.

A perspectiva adotada é a da análise de um processo histórico em movimento no qual um grupo de intelectuais, marginalizados pelo *status quo* dominante e a procura de prestígio político e visibilidade social, que para fazer frente a esta condição constrói cuidadosamente um repertório político que funciona estrategicamente como veículo verbal articulada à ação por meio de órgãos de imprensa, manifestos e reuniões. Dessa estratégia verbal derivaram palavras-chave como república, federalismo, descentralização, procedimentos científicos, entre outros, insistentemente utilizados na produção intelectual do grupo.

Trata-se de compreender o repertório de ideias e a ação política não a partir do fato histórico em si, ou seja, a proclamação da República em 1889, procedimento que levou muitos estudiosos ao emprego de classificações genéricas e definitivas como republicanos paulistas, abolicionistas paulistas, federalistas de São Paulo, republicanos positivistas, dentre outras significações. O repertório não explica o fato, mas sim o lugar que esses intelectuais procuravam cavar no aparelho de Estado, até porque em grande medida as reformas preconizadas pelo repertório poderiam ser incorporadas e postas em práticas pelo próprio sistema monárquico.



A análise das palavras-chave do repertório revela que república não era uma crença política ou um idealismo ideológico, mas estratégia verbal desenvolvida em um processo de luta política numa dada conjuntura histórica. Ao fim e ao cabo depreende-se da trajetória, do repertório e da ação política que estes intelectuais paulistas tinham um projeto de poder que se fez vencedor não só em relação aos oponentes monarquistas como, ainda, em relação aos demais grupos que objetivamente se auto-atribuíam republicanos.

## CAPÍTULO 1 OS INTELLECTUAIS: DISCUSSÃO TEÓRICA

Quando recorremos à reconstituição histórica do termo “intelectual” percebe-se que seu uso enquanto vocábulo é relativamente recente. Mais precisamente na conjuntura europeia do final do século XIX envolvendo o fato da suposta traição por parte do oficial francês Alfred Dreyfus durante a Guerra Franco-Prussiana (1870-1871). O *affair* Dreyfus como ficou conhecido *a posteriori* mobilizou os homens de letras da França que, sob argumentos diversos, defendiam ou atacavam, através de manifestos e artigos pela imprensa, os articuladores do processo judicial. Independente do que viria a ser revelado no transcurso do processo, o fato é que o caso Dreyfus é considerado o “marco fundador de uma história dos intelectuais e da própria definição mais corrente de intelectual, que vincula ao termo a ideia de engajamento nas causas da vida pública”.<sup>1</sup>

Anteriormente ao emprego do termo intelectual foram utilizados por diversas sociedades diferentes termos: “[...] sábios, sapientes, doutos, *philosophos*, *clerics*, *hommes de lettres*, *literatos* etc.”<sup>2</sup>. Mais que diferenças de nomenclaturas a acepção moderna tomou o termo intelectual e o empregou no sentido específico do indivíduo não só produtor de ideias como, também, um ator social envolvido com as questões políticas de seu tempo – o engajamento como condição do ser intelectual – e, assim definido, é possível pensar o “intelectual” como um fenômeno típico da modernidade, pois, que:

[...] a partir desse momento ficará mais evidente o território ocupado pelo intelectual comprometido com a verdade, à reflexão e a crítica, e as instâncias de poder: o Estado, a Igreja, as classes sociais, os partidos políticos e a mídia.<sup>3</sup>

O intelectual enquanto agente social e político passou a ser objeto de investigação crítica, ou seja, na condição de produtor de ideias, de oferecer interpretações sobre a realidade e de intervir criticamente no meio social, o intelectual tornou-se, também, matéria-prima de observações filosóficas, sociológicas e historiográficas. Em outras palavras, o intelectual com o desenrolar da modernidade tornou-se um problema a ser investigado pelos diferentes campos das ciências humanas.

Nesse sentido, um dos textos fundadores sobre os intelectuais enquanto problema de natureza investigativa foi publicado no contexto da Revolução Francesa. Em 1753, Jean Le

<sup>1</sup> ZANOTTO, Gizele. História dos intelectuais e história intelectual: contribuições da historiografia francesa. **Biblos**, Rio Grande, v. 22, n. 1, p. 31-45, 2008.

<sup>2</sup> BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**: dúvidas e opções de homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: Ed. Unesp, 1997. p. 110-111.

<sup>3</sup> BASTOS, Elide Rugai; RÉGO, Walquíria D. Leão (Orgs.). “A moralidade do compromisso”. In: **Intelectuais e política**: a moralidade do compromisso. São Paulo: Olho D’água, 1999. p. 10.

Rond D'Alembert, parceiro de Dennis Diderot na reunião da *Encyclopédie*, publica *Essai sur la société des gens de lettres* (Ensaio sobre as sociedades dos homens de letras), ensaio no qual o filósofo francês defende a independência e a liberdade do homem de letras em relação ao mecenas. A presença do mecenas, homem de posses, em geral ligado à classe emergente da burguesia de então, torna-se fato rotineiro na vida de artistas e homens de letras desde o advento da Renascença. Tratava-se de uma troca de interesses na medida em que o artista/intelectual buscava uma forma de financiamento de sua obra e o mecenas, por meio dessa mesma obra que patrocinava, visava à projeção social. Tal relação passa a ser repudiada por D'Alembert, na medida em que, vê uma relação de submissão e, portanto, de perda de independência na produção artística ou intelectual. Deriva dessa posição de D'Alembert um dos requisitos normativos ao trabalho do intelectual: o da independência e da liberdade de criação.

No século XVIII, vinha à luz outro estudo sobre a condição intelectual: *Sobre missão do erudito*, um conjunto de palestras proferidas por Johann Gottlieb Fichte, filósofo do idealismo alemão, para quem o intelectual, denominado por ele como erudito ou sábio, tem uma missão cuja chave se revela no compromisso e na devoção para com a ciência e a verdade. Ao reconhecer que os eruditos ocupam um estamento próprio, Fichte chama a atenção destes para o desenvolvimento de sua função para com a sociedade em que vivem, afirmando que “[...] o erudito existe, com efeito, para a sociedade; seu estamento mais do que qualquer outro, existe através da sociedade e em função dela.”<sup>4</sup> Ter consciência de ocupar um estamento próprio outorga, segundo Fichte ao erudito, a missão de levar a ciência para toda a sociedade:

A ciência, por sua vez, é um ramo da educação do homem; todos os seus ramos precisam ser adiantados para que todas as disposições do homem possam ser desenvolvidas. Cabe, portanto, aos eruditos e a todos os homens que escolheram um determinado estamento, que se empenhem em levar avante a ciência e particularmente a área específica que escolheram. Cabe aos eruditos se empenhar, como a qualquer homem em sua área e, de certo modo, precisam se empenhar até mais que os demais. De que forma ele deve mostrar-se responsável pelo progresso dos outros estamentos sem, por sua vez, cuidar do próprio desenvolvimento? De seu progresso depende o de todas as demais áreas da educação humana. Ele sempre precisa estar mais avançado que os outros; para poder propor o caminho, investiga-lo e guiar os demais. Mas como poderia fazê-lo sem se ocupar de sua educação? Nesse momento, ele deixaria de ser o que deve ser, e como não é outra coisa, passaria a ser nada.<sup>5</sup>

<sup>4</sup> In: BASTOS, Elide Rugai; RÊGO, Walquíria D. Leão (Orgs.). **Intelectuais e política**: a moralidade do compromisso. São Paulo: Olho D'água, 1999. p. 50.

<sup>5</sup> In: BASTOS, Elide Rugai; RÊGO, Walquíria D. Leão (Orgs.). **Intelectuais e política**: a moralidade do compromisso. São Paulo: Olho D'água, 1999. p. 49.

Assim nas palavras de Fichte a missão do erudito encontrava êxito em sua função de educador da humanidade e, a execução dessa função estava submetida a prerrogativas fundamentais no exercício intelectual: 1º. Submeter-se aos princípios éticos e à coerência consigo mesmo; 2º. Não lançar mão da força ou da coação para persuadir os homens; 3º. Não iludir os homens, pois agindo dessa forma estaria contrariando a si mesmo além de prejudicar a sociedade; 4º. Ser o homem eticamente mais convincente de sua época. Por fim, advoga Fichte que o erudito é um sacerdote da verdade.<sup>6</sup>

Independência e liberdade de pensamento, segundo D'Alembert, e compromisso com a verdade, a ética e a sociedade, conforme Fichte são requisitos para a atividade daquele que ocupa o estamento do intelectual segundo as interpretações dos dois pensadores do século XVIII. Percebe-se que a noção de engajamento ainda não está presente nas análises acerca do papel e da função do intelectual (que nem era assim chamado) na conjuntura dos oitocentos ainda que a Revolução Francesa (1789-1799) tenha impactado a produção de obras, manifestos e opúsculos.

Conforme as relações de produção capitalista vão se intensificando e tornando a vida social mais complexa observa-se maior envolvimento dos intelectuais com os destinos das sociedades como que chamando para si ou, em outra ponta, sendo cobrados pelos agentes sociais, a responsabilidade de dar respostas aos conflitos decorrentes desse processo de intensificação e complexidade do mundo social. Tal cenário é típico do século XIX com a emergência da classe trabalhadora e de suas formas de representações como sindicatos e associações, as disputas entre as nações capitalistas por áreas de exploração econômica, a intensificação dos conflitos entre capital e trabalho e do vertiginoso processo de urbanização e da técnica, afetando diretamente a vida dos indivíduos.

Neste contexto surge na Rússia o termo *intelligentsia* empregado exatamente para designar o intelectual engajado forma pela qual passa a ser difundida, a posteriori, a maneira contemporânea como se entende o papel dos intelectuais numa dada sociedade.

No decorrer do século XIX o engajamento dos intelectuais estará visível nas manifestações do Romantismo e do Realismo, duas correntes artísticas, literárias e filosóficas coladas à realidade social e política daquele tempo. A crítica aos problemas sociais e as complexidades da vida moderna decorrentes do advento das máquinas fazem desencadear e proliferar um conjunto de concepções de mundo encampadas pelo socialismo, o liberalismo e, sobretudo, o nacionalismo. Os efeitos imediatos da Revolução Industrial e as disputas em

---

<sup>6</sup> Ibid., p. 52-53.

torno do Estado desembocam na forma mais radical das ideologias daquele contexto histórico que fora o nacionalismo.

A ideia de nação passa a ser considerado o fundamento de toda a existência humana no cenário europeu, da segunda metade do século XIX, criando expectativas e tensões que viriam a provocar conflitos territoriais e disputas por áreas de fornecimento de matérias primas e mercado consumidor. Tais conflitos, alimentados pelo nacionalismo, desembocariam em inúmeras guerras até pelo menos a primeira metade do século XX.<sup>7</sup>

Esse pano de fundo do processo histórico explica, em grande parte, o desencadeamento do “caso Dreyfus”, citado aqui anteriormente como marco fundador não só do vocábulo intelectual como, também, da concepção que se passaria a ter de intelectual—aquele engajado nas lutas políticas e sociais de seu tempo. Decorrente da Guerra Franco-Prussiana de 1870-1871, conflito com todas as características do mundo europeu da segunda metade do século XIX, o caso Dreyfus mobilizou intelectuais favoráveis ou contrários à condenação do oficial francês sob a acusação de traição.

Um dos intelectuais de maior atuação no caso foi Emile Zola que fez publicar no jornal *L'Aurore* em 1898 o manifesto *J'accuse* denunciando o processo judicial que condenou o oficial Dreyfus acusando de ser uma farsa para encobrir, na realidade, o sentimento antisemita que teria caracterizado tanto os membros do tribunal como a opinião pública francesa visto que o capitão Alfred Dreyfus era de origem judaica. A reação pública ao manifesto de Zola levou-o a ser processado e condenado pela justiça francesa bem como o editor da *L'aurore*.

A onda nacionalista tomou conta dos embates entre intelectuais europeus a partir do final do século XIX e por longo tempo das primeiras décadas do século XX. Justamente nesse contexto vem a público um texto também considerado fundador sobre os intelectuais, escrito por Julien Benda, escritor francês, intitulado *A Traição dos Clérigos*. O texto é de 1927, período do entreguerras, caracterizado pelos radicalismos, de esquerda e de direita, e fortemente marcado pelos nacionalismos. É justamente contra esse cenário que Benda vai chamar a atenção dos intelectuais lembrando-lhes de que seu papel como homens de ideias era estar acima das questões mundanas (daí se recorrer à imagem do sacerdote).

Benda considera que os intelectuais que se prestam a produzir ideias para justificar ou legitimar as ações da pátria, da nação e do Estado são traidores dos princípios da justiça e da verdade que deveriam reger o real compromisso dos intelectuais. Observa-se, claramente, que

---

<sup>7</sup> O processo de constituição dos nacionalismos na Europa foi objeto de Eric Hobsbawm, em sua obra *Nações e nacionalismos desde 1780*.

Benda apela para o compromisso moral dos intelectuais com os destinos da sociedade. A traição, e essa é a tese central de seu livro, encontra-se no posicionamento do intelectual que abdica do compromisso com a verdade em nome dos interesses da pátria.

Se os chamados textos fundadores – D’Alembert, Fichte e Benda – procuravam problematizar o papel do intelectual a partir de seu compromisso, missão e dever, no decorrer do século XX, outras formas de abordagens – especialmente produzidas pelas ciências sociais - vão tratar o intelectual como objeto de teorizações com a finalidade de estabelecer tipologias, suas vinculações com a estrutura de classe, seus posicionamentos ideológicos, suas posições em relação às instituições sociais e políticas, como partidos políticos, igreja, estado, sindicatos, universidades etc. Passamos, então, a discutir algumas dessas teorias sobre intelectuais levando em conta, especialmente, as concepções interpretativas de Mannheim, Gramsci, Bobbio e Bourdieu.

### **1.1 Visões Teóricas sobre Intelectuais**

Ao longo do século XX acompanhando o envolvimento dos intelectuais em movimentos políticos, as ciências sociais passaram a elaborar teorias sobre os intelectuais tentando compreendê-los enquanto grupos e atores sociais, suas vinculações com as estruturais sociais, suas relações com a política e com as classes sociais entre outros temas. Não se trata mais de uma reflexão sobre a condição do intelectual, mas sim uma abordagem com aplicação de métodos de pesquisa sistemática para a compreensão do fenômeno.

Precursor dessa tendência de estudos é o trabalho *Ideologia e Utopia* de Karl Mannheim publicado originalmente em 1929 cujos pressupostos centrais têm continuidade na publicação de *Ensaio de Sociologia da Cultura*, também publicada no contexto de ascensão do nazismo na Alemanha o que levou o seu autor a um exílio forçado nos Estados Unidos onde exerce funções acadêmicas. O problema do intelectual ou da intelligentsia é que para Mannheim este representa um grupo social específico com ambivalência em termos de composição e de motivação.

A obra de Mannheim pode ser considerada precursora em termos de ensaio analítico nos campos da sociologia dos intelectuais e da sociologia do conhecimento. Sua tese central é a de que os intelectuais, ainda que integrados a uma sociedade cindida em classes sociais, não constituem uma classe propriamente visto que são egressos das mais diferentes classes. Essa condição de diversidade de origem social emprestaria aos intelectuais a condição de uma

camada em si mesma agindo com independência em relação à estrutura de classes conformada pela sociedade.

Ainda no contexto de radicalismos entre extrema direita – nazismo e fascismo – e extrema esquerda – comunismos e suas diversas vertentes – surge à obra de Antônio Gramsci que vai tratar os intelectuais como grupos sociais filiados a projetos políticos de poder vinculados às classes sociais em conflito pela hegemonia. Derivam dessa condição os dois tipos de intelectuais – o intelectual orgânico e o intelectual tradicional – tipologia que viria a se tornar referência obrigatória em trabalhos sobre o problema do intelectual na sociedade contemporânea. Para Gramsci o engajamento é a característica visível dos intelectuais, em especial, dos chamados intelectuais revolucionários. Sua tese central, contrariamente àquela enunciada por Mannheim, é que os intelectuais estão vinculados a grupos sociais e que seu trabalho seria o de dar sentido e consciência ideológica.

No pós-guerra marcado pelo contexto ideológico da guerra fria surge a análise de Norberto Bobbio cuja obra contempla em vários estudos publicados a problemática do intelectual na modernidade. Vamos nos deter, em especial, na obra intitulada, *Intelectuais e Poder*, particularmente nos capítulos “Intelectuais e Poder” e “Intelectuais”, nos quais o pensador italiano estabelece sua teoria sobre os intelectuais.

Bobbio inicia sua argumentação afirmando que cabe ao intelectual, em termos de função social, a reflexão sobre as coisas, portanto, é intelectual aquele que escreve, que manipula símbolos, que dispõe das ideias como únicos instrumentos de trabalho.<sup>8</sup> E propõe uma tipologia de intelectuais conforme suas relações com a política:

[...] aquilo que distingue um do outro é precisamente a diversa tarefa que desempenham como criadores ou transmissores de ideias ou conhecimentos politicamente relevantes, é a diversa função que eles são chamados a desempenhar no contexto político.<sup>9</sup>

A tipologia de Bobbio distingue os intelectuais conforme suas funções, ou seja, existiriam os intelectuais-ideólogos, quer dizer aqueles que fornecem princípios-guia, que pensam propriamente dito de acordo com objetivos a alcançar; o outro tipo é chamado por Bobbio pela nomenclatura intelectuais-expertos, ou seja, aqueles que possuindo conhecimentos técnicos são capazes de oferecer os meios para a resolução de problemas.

---

<sup>8</sup> BOBBIO, Norberto **Os intelectuais e o poder**: dúvidas e opções de homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: Ed. Unesp, 1997. p. 67-68.

<sup>9</sup> Ibid., p. 72.

Para o pensador italiano sua tipologia dos intelectuais possui alguma simetria com a distinção empregada por Weber entre ação racional segundo o valor e ação racional segundo a finalidade:

[...] os ideólogos são aqueles que elaboram os princípios com base nos quais uma ação é justificada e, portanto, aceita – em sentido forte, a ação é ‘legitimada’-, pelo fato de estar conforme aos valores acolhidos como guia da ação; os expertos são aqueles que, indicam os conhecimentos mais adequados para o alcance de um determinado fim, fazem que a ação que a ele se conforma possa ser chamada de racional segundo o objetivo.<sup>10</sup>

Nesse particular, percebe-se a distinção entre ideólogos e expertos, de acordo com Bobbio, numa das formas de expressão dos intelectuais típicas desse grupo social, qual seja, os manifestos. Para os ideólogos os manifestos são formas de reafirmação de valores (ética da convicção) e para os expertos os manifestos são vistos como consequências utilitárias da técnica e da ciência (ética da responsabilidade).<sup>11</sup>

Ainda que se utilize de conceitos e métodos do campo das ciências sociais para a reflexão sobre os intelectuais, Bobbio não escapa da tendência já vista em outros pensadores que debruçaram sobre a temática desde o século XVIII que é a de estabelecer noções que sejam moralmente corretas e aceitas para a ação dos intelectuais. No caso particular, Bobbio propõe um modelo ideal de conduta dos intelectuais. Por um lado, o intelectual movido por forte vontade de participar das lutas políticas e sociais de seu tempo (não alienar-se). Por outro, o intelectual que procura manter distância crítica que o impeça de se identificar completamente com uma parte.<sup>12</sup>

Dessa forma é comum observar na reflexão acerca dos intelectuais promovida por Bobbio a designação de tarefas a serem cumpridas pelos intelectuais como que estabelecendo regras de condutas daquilo que poderia ser a boa conduta dos intelectuais: “[...] a primeira tarefa dos intelectuais deveria ser a de impedir que o monopólio da força torna-se também o monopólio da verdade.”<sup>13</sup>

Mas é na relação entre intelectuais e poder, especialmente o poder político, que parece residir o cerne do problema dos intelectuais na sociedade moderna segundo Bobbio. Reconhecendo a dificuldade de tratar dessa questão, visto a dificuldade de consenso no âmbito das ciências sociais e humanas na abordagem do tema, recorre a Theodore Geiger para

<sup>10</sup> BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**: dúvidas e opções de homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: Ed. Unesp, 1997. p. 73-74.

<sup>11</sup> *Ibid.*, p. 76.

<sup>12</sup> *Ibid.*, p. 77-78.

<sup>13</sup> *Ibid.*, p. 80-81.



explicar, resumidamente, a problemática: na relação com o poder, os intelectuais podem estar na situação de supremacia, de subalternidade, de intermediação ou de crítica.

Do lugar que ocupa nessa geometria do poder derivaria, então, o conflito entre os diferentes posicionamentos tomados pelos intelectuais nas disputas políticas, assumindo a feição clássica o que faz referência N. Bobbio sobre a contraposição do intelectual revolucionário versus o intelectual puro. Para o intelectual revolucionário não existe uma verdade em si mesma exceto quando esta sirva à causa revolucionária. Sua ação volta-se “[...] contra o poder constituído em nome de uma classe e pela instauração de uma nova sociedade”. Para esse tipo de intelectual “[...] vale o princípio de que não se faz revolução sem uma teoria revolucionária e, em consequência, a revolução deve ocorrer antes nas ideias do que nos fatos.”<sup>14</sup>

Do outro lado encontram-se os intelectuais puros ou aqueles para quem a verdade e a justiça formam um conjunto de valores absolutos e, conseqüentemente, são por si mesmos revolucionários. É em nome desses valores – verdade e justiça – que o intelectual luta contra o poder e estaria abdicando desses princípios ao colocar em primeiro plano a razão de Estado, de partido político, da nação ou da classe.<sup>15</sup>

Apesar das diferenças de fundamentos que mobilizam a ação, existe algo em comum entre as duas posições, conforme argumentação de Bobbio, ambos “[...] têm em comum a consciência da importância do próprio papel na sociedade e da própria missão na história.”<sup>16</sup> Essa assertiva de Bobbio entra em choque com os formuladores da teoria da avaloratividade da ciência, entre os quais Weber e Pareto, para os quais o mundo da ciência encontra-se separado do mundo da prática e, portanto, o cientista/intelectual haveria de comprometer-se apenas e tão somente com a força impulsionadora da ciência, ou seja, a razão, renunciando a tentação de emitir juízo de valor.<sup>17</sup> Diferentemente das análises construídas pelos autores anteriormente mencionados, Pierre Bourdieu vai direcionar sua análise sobre os intelectuais a partir da noção de campo, ou seja, ao longo de sua história de confronto com os poderes econômico, político e religioso, os intelectuais foram capazes de construir um campo próprio de atuação, autônomo em relação as demais esferas de poder e com mecanismos próprios de legitimação.

---

<sup>14</sup> BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**: dúvidas e opções de homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: Ed. Unesp, 1997. p. 124-125.

<sup>15</sup> Ibid., p. 124-125.

<sup>16</sup> Ibid., p. 124-125

<sup>17</sup> Ibid., p.127-128.

À noção do intelectual independente de Mannheim, do intelectual orgânico e do intelectual tradicional de Gramsci, do intelectual ideológico e do intelectual experto de Bobbio e do intelectual enquanto campo autônomo de Bourdieu, interpõe-se a apropriação da problemática do intelectual na modernidade por parte da historiografia em especial pela historiografia francesa que se ocupou com mais profundidade desse objeto.

Nesse ponto reputa-se importante afirmar a ferramenta teórica que se pretende lançar mão para o estudo de nosso objeto. Tenciona-se fazer uma abordagem sobre os intelectuais a partir de instrumentos teóricos construídos pela sociologia da cultura em combinação com os recursos metodológicos provenientes da historiografia. O entendimento é que a abordagem sobre intelectuais a partir de suas relações com as classes sociais e suas tipologias – ferramentas típicas das ciências sociais – ficaria mais completa quando cotejada com as noções de trajetórias, de sociabilidades e de microclimas – forjadas pelo campo historiográfico. Em vistas de atender esse pressuposto passa-se, então, a tratar os intelectuais como uma questão específica do campo da historiografia.

## **1.2 A perspectiva da história política**

O estudo dos intelectuais enquanto objeto de interesse dos historiadores faz parte de um campo de pesquisa situado no cruzamento de diversos ramos da historiografia: história social, história das ideias, história cultural e história política. Mas é no campo da história política que a temática dos intelectuais é mais evidente e percebida. E nesse aspecto temos um problema logo de saída: a abordagem do político, nos marcos historiográficos, ficou parcialmente relegada, especialmente na França, durante muito tempo ao abandono e por via de consequência também o tema dos intelectuais. Somente muito recentemente é que os historiadores voltaram a se interessar pela questão dos intelectuais num movimento de renovação dos estudos do político fazendo ressurgir a Nova História Política.

Portanto, sem querer descartar de antemão as demais vertentes historiográficas que abordam os intelectuais como problema, faz-se necessário situar melhor, tudo o que cerca o esquecimento e o ressurgimento renovado da história política, visto que a abordagem que pretendemos levar a cabo nessa pesquisa sobre intelectuais enfatiza sobretudo a natureza política da ação dos intelectuais.

Muitos historiadores em trabalhos recentes se debruçaram sobre as causas que levaram a própria corporação a abandonar a história política, investigando as razões para tal esquecimento e propondo novos paradigmas conceituais e analíticos para essa vertente de

estudos historiográficos, revigorando esta disciplina visto que “[...] o político não constitui um setor separado: é uma modalidade da prática social.”<sup>18</sup> Pierre Rosanvallon ao diagnosticar os motivos do declínio da história política, em especial na França, identifica dois fatores explicativos: primeiramente, o fato de que durante muito tempo o campo político foi objeto de estudo de três territórios específicos, quais sejam, a história das ideias, a filosofia e a história dos acontecimentos e das instituições, que produziram trabalhos não a partir de um esforço conjunto, mas sim isolados (cada um em seu próprio campo estritamente).

A consequência desse isolamento levou ao desgaste da história política na França enquanto gênero historiográfico.<sup>19</sup> Outro fator se encontraria, segundo Rosanvallon, na emergência da dimensão do econômico, do social e do cultural como campos de maior interesse por parte dos historiadores combinado ainda com a propagação de temas ligados a história das mentalidades e à própria afirmação da sociologia política.

A partir dos anos 1970, entretanto, verifica-se a emergência de variadas abordagens do político enquanto objeto de estudo (fenômeno que Rosanvallon vai caracterizar como jogo de fragmentação e deslocamentos) marcada, inclusive, pela “[...] forte presença da filosofia política diante da cena intelectual francesa da década de 1980.”<sup>20</sup> Todas as mais importantes obras sobre a problemática do político nos últimos anos convergem, de acordo com Rosanvallon, para uma noção metodológica-conceitual do mesmo, ou seja: “[...] o político é o lugar onde se articulam o social e a sua representação, a matriz simbólica onde a experiência coletiva se enraíza e se reflete ao mesmo tempo.”<sup>21</sup>

Para Rosanvallon é imprescindível a construção de uma noção de história conceitual do político, procurando diferenciá-la da história tradicional das ideias, apontando para o que entende por fragilidades da tradicional história das ideias: 1º.) produção de obras sem problemática, mais voltadas para a compilação de doutrinas; 2º.) manuais de doutrinas políticas que apenas reúnem um rol de autores que trataram daquela ideia em especial; 3º.) exercício do comparativismo textual sem nenhuma reflexão; 4º.) reconstrutivismo de uma obra tratando-a somente como suporte de uma interpretação; 5º.) manuais de compilação de escolas de pensamento e das doutrinas sem aprofundamento reflexivo.

Ao propor uma história conceitual do político, Rosanvallon enfatiza dois aspectos que entende como fundamental para essa abordagem qual seja a de que se trata de uma

---

<sup>18</sup> RÉMOND, René. Uma história presente. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003. p. 35-36.

<sup>19</sup> ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.15, n. 30, p. 9-22, 1995.

<sup>20</sup> *Ibid.*, p.10-11.

<sup>21</sup> *Ibid.*, p.12.

perspectiva teórica que se preocupa em incorporar ao seu objeto todos os elementos construtivos da cultura política e para tanto leva em conta uma maior interdisciplinaridade possível envolvendo os campos da história dos acontecimentos, a história das ideias, das mentalidades e das instituições:

Se a história conceitual do político pode apreender muitos objetos distintos, por outro lado, está sempre relacionada a uma perspectiva central, aquela da interrogação sobre o sentido da modernidade política, de seu advento e de seu desenvolvimento; modernidade política ligada à emergência progressiva do indivíduo como figura geradora do social, colocando a questão das relações entre o liberalismo e a democracia no centro da dinâmica da evolução das sociedades.<sup>22</sup>

Na construção dos parâmetros teóricos da história conceitual do político, Rosanvallon norteia metodologicamente o objeto, o objetivo e o método que melhor se aplica a sua proposta de abordagem do político. Em termos de objeto a história conceitual do político tem por escopo a percepção “[...] da formação e evolução das racionalidades políticas, ou seja, dos sistemas de representações que comandam a maneira pela qual uma época, um país ou grupos sociais conduzem sua ação.”<sup>23</sup> Os objetivos, por seu turno, voltam-se para o modo como se faz a história em termos de relação entre realidade e representação, ou seja, compreender as formas pelas quais os grupos sociais apreendem o real e dão solução aos conflitos de uma dada conjuntura histórica. Em outras palavras, “[...] fazer a história da maneira pela qual uma época, um país ou grupos sociais procuram construir as respostas àquilo que percebem mais ou menos confusamente como um problema.”<sup>24</sup>

Em termos de método, Rosanvallon entende que a história conceitual do político deve envolver tanto o método interativo como o método compreensivo, definindo-os como: a) interativo, equivalente a “[...] analisar a forma como uma cultura política, as instituições e os fatos interagem uns nos outros, compondo figuras mais ou menos estáveis: a análise dos hábitos, das separações, dos recobrimentos, das convergências, dos vazios que acompanham esta interação e assinalando tanto seus equívocos ou ambiguidades como as formas de realização”; b) compreensivo, consistindo “[...] em compreender uma questão re-situando-a em suas condições de emergência.”<sup>25</sup>

Ao propor uma retomada do político através de novos paradigmas conceituais, Rosanvallon traz elementos instigantes para a compreensão dos intelectuais enquanto agentes sociais que fazem suas próprias representações da realidade e a partir das quais interveem no

---

<sup>22</sup> ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.15, n. 30, p. 9-22, 1995.

<sup>23</sup> *Ibid.*, p.16.

<sup>24</sup> *Ibid.*, p.16.

<sup>25</sup> *Ibid.*, p.17.

processo histórico de uma época. As propostas de aplicação de sistemas de representação articulados à conduta de grupos sociais (dentre os quais podemos destacar os intelectuais) e de reconstrução da maneira pela qual os atores sociais compreendem e agem dentro de condições próprias de um determinado espaço físico e temporal são extremamente valiosas para o trabalho de investigação que estamos propondo com essa pesquisa.

Mas é necessário continuar o mapeamento acerca dos fatores explicativos do ostracismo e do ressurgimento do político no campo historiográfico visto que é na dimensão do político e suas implicações que se pretende abordar os intelectuais. Em texto já clássico sobre o tema Jacques Julliard vai situar a questão em duas vertentes: a do esquecimento e a do retorno do político.

Para Julliard, o desinteresse em relação ao político tomou conta corporação dos historiadores, a partir do momento em que duas vertentes historiográficas se tornam emergentes no meio: a Escola dos Annales que passa a dar valor ao social, ao cultural e às mentalidades; e a vertente marxista que subordinou todas as instâncias do real ao domínio do econômico.<sup>26</sup>

Tais vertentes historiográficas atacaram a história política, condenando-a, particularmente na França, ao perecimento e a má reputação, naquilo que lhe era mais frágil: sua inconveniência metodológica e não propriamente seu objeto. Ou seja, as críticas se voltam para a forma de abordar o objeto que passou a ser denominado genericamente pela expressão abordagem tradicional subentendo nesse arcabouço que se praticava uma história psicológica, biográfica, elitista, quantitativa, particularista, narrativa, idealista, ideológica, parcial, que ignora o inconsciente, de curta duração, factual, enfim, que coloca em relevo a sucessão linear e homogênea de batalhas e tratados, nascimentos e mortes, reinos e legislações.<sup>27</sup>

Portanto, em função de seus métodos de abordagem, o político enquanto objeto de investigação foi subestimado e deixado de lado como uma dimensão do real sem relevância. Mas, como enfatiza Julliard, o movimento de renovação metodológico pertinente ao campo historiográfico acompanha as oscilações e dinâmica da realidade. De tal forma que se observa no decorrer do século XX a volta do político em grande medida por conta da redefinição do papel do Estado, com a emergência de demandas sociais por “[...] políticas setoriais

---

<sup>26</sup> JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, J.; NORA, P. (Org.). **História**: novas abordagens. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p. 180.

<sup>27</sup> *Ibid.*, p.180-181.

[específicas] e o desenvolvimento [que os] meios de comunicação de massa ganharam na sociedade contemporânea.”<sup>28</sup>

Em termos metodológicos não se trata apenas de um retorno do político ao campo historiográfico, mas como afirma Julliard, um movimento de renovação da história política que para atingir essa finalidade necessita aproximar-se de outras disciplinas, entre elas, especialmente a ciência política, a sociologia, a economia política, a demografia, a linguística e a psicanálise. Tais aproximações contribuem não só na possibilidade de renovação dos métodos empregados como, também, na ampliação de objetos, dentro os quais podemos destacar: os partidos políticos, os regimes eleitorais, a opinião pública, etc.<sup>29</sup>

Julliard aponta ainda, dois outros aspectos indispensáveis para a renovação dos estudos do político no campo da história: o trabalho com novas temporalidades e não apenas com a curta duração, numa referência direta à perspectiva prognosticada por Fernand Braudel para quem a “história política não é forçosamente uma história factual, nem é condenada a selo”<sup>30</sup> e a incorporação do método quantitativo, via influência da aproximação com a ciência política, na análise de seu objeto, especialmente quando este contempla temas como eleições, opinião pública, entre outros.<sup>31</sup>

Retomar o político através de novas abordagens e novos objetos – regimes eleitorais, partidos políticos, opinião pública, o poder e sua repartição, aos quais acrescentamos os intelectuais – na perspectiva adotada por Julliard parece-nos perfeitamente factível com a ideia de uma história conceitual do político conforme proposta de Rosanvallon. A adequação metodológica do objeto desfaz o equívoco de que a dimensão do político deve ser abandonada em face de outros domínios da vida humana, levando Julliard a concluir que “[...] só há história contemporânea quando política, quer dizer, que coloque problemas de decisão. A ilusão de uma história sem política repousa num material morto e sem interesse.”<sup>32</sup>

Conclusão compartilhada, também, por René Rémond para quem “[...] o político não constitui um setor separado: é uma modalidade da prática social.”<sup>33</sup> A explicação para o fato de após longos anos de prestígio junto à corporação dos historiadores, a história política ter caído no ostracismo, segundo Rémond encontra-se no próprio exercício do ofício do historiador, homem de seu tempo, como já alertavam os fundadores dos *Annales*: “[...] o

<sup>28</sup> JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, J.; NORA, P. (Org.). **História**: novas abordagens. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p.183-184.

<sup>29</sup> *Ibid.*, p.184-185.

<sup>30</sup> *Ibid.*, p.182.

<sup>31</sup> *Ibid.*, p.188-189.

<sup>32</sup> *Ibid.*, p.186.

<sup>33</sup> RÉMOND, René. Uma história presente. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003. p. 13-36.

historiador é sempre de um tempo aquele em que o acaso o fez nascer e do qual ele abraça, às vezes sem o saber, as curiosidades, as inclinações, os pressupostos”<sup>34</sup> e conclui sua observação sobre o fazer histórico e o lugar ocupado por quem se propõe a operar esse fazer enfatizando: “[...] o historiador de uma época distribui atenção entre os diversos objetos que solicitam seu interesse na proporção do prestígio com que a opinião pública envolve os componentes da realidade.”<sup>35</sup>

Fatores de diversas origens explicam os processos de mudanças operadas no interior da disciplina histórica. De tal sorte que a história, enquanto disciplina, também está á mercê de mudanças em termos de paradigmas teórico-metodológicos como forma de percepção e explicação do real. Isso quer dizer que de tempos em tempos as abordagens do real ora privilegiam o econômico, ora o social ou o cultural, ora o político. Tudo depende do contexto em que estão inseridos o historiador (homem de seu tempo) e a ideologia dominante:

[...] como sempre acontece em história, a explicação dessas oscilações [as mudanças de enfoques operadas no interior da disciplina] está na relação entre a realidade observada e o olhar que a observa [no caso o historiador].<sup>36</sup>

Tais oscilações, segundo Rémond, estão na raiz da perda de prestígio da história política entre os historiadores. Uma nova geração de historiadores – geração da Nova História - passa a questionar a hegemonia do modelo de paradigma da história do político até então praticado, propondo uma história total e uma história de longa duração.<sup>37</sup>

Além do rol de críticas já elencadas por Julliard em passagem anterior Rémond acrescenta o sentido das orientações teórico-metodológicas seguidas pela geração da Nova História de recusa à relevância do político, pois entendiam que os fenômenos sociais (seu objeto de maior interesse de investigação) não sofriam interferência da esfera do político.<sup>38</sup>

Outro motivo de crítica a que a história política foi alvo é a de que a mesma centrou-se excessivamente no papel do Estado. O fundamento dessa crítica é basicamente de natureza ideológica incorporada tanto pela vertente liberal que acusa o Estado de ameaçar as liberdades essenciais do indivíduo, como da vertente marxista que se posiciona na perspectiva de que o Estado é um instrumento da classe dominante. A despeito dos fundamentos de tais críticas, Rémond enfatiza que:

<sup>34</sup> RÉMOND, René. Uma história presente. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003. p.14.

<sup>35</sup> Ibid., p. 15.

<sup>36</sup> Ibid., p.14.

<sup>37</sup> Ibid., p.15-16.

<sup>38</sup> Ibid., p.19.

Nas sociedades contemporâneas, a política organiza-se em torno do Estado e estrutura-se em função dele: o poder do Estado representa o grau supremo da organização política: é também o principal objeto das competições.<sup>39</sup>

Para Rémond é necessário admitir que em função, nos últimos tempos, de maior demanda por parte da sociedade em relação ao Estado – o que fez crescer enormemente as atribuições políticas, sociais, econômicas e culturais do mesmo – houve um despertar cada vez crescente sobre a esfera do político. As demandas de associações de classe, sindicatos, igrejas, categorias profissionais, opinião pública e imprensa, suscitaram o interesse pela política e voltaram suas ações práticas (greves, reivindicações, manifestações públicas etc.) para o Estado, exigindo do mesmo uma tomada de posição acerca de suas demandas.

A conjugação dos dois fatores – externo relativo à dinâmica própria da realidade e interno correspondendo ao movimento característico da produção epistemológica da história – explica, então, o retorno do político enquanto objeto de interesse investigativo:

Para a compreensão das inversões de tendência em epistemologia, os fatores exógenos não são suficientes: são precisas também conviências internas. A virada da sorte da História Política não se teria efetuado se não tivesse havido também renovação. [...] Na verdade, ela não é a mesma história política e sua transformação é um bom exemplo da maneira como uma disciplina se renova sob a pressão externa e em função de um a reflexão crítica.<sup>40</sup>

A opção pela retomada da trajetória recente da história política, entre seu ostracismo e seu revigoramento, se explica pela intenção que pretendemos dar a essa pesquisa, qual seja, a de inserir o seu objeto – os intelectuais de São Paulo no contexto da crise do Império – dessas questões que marcam a retomada do político. A perspectiva interdisciplinar de abordagem do objeto, por exemplo, proporciona visão mais abrangente do papel desempenhado pelos intelectuais na sociedade de uma dada época passando para o entendimento de que se trata de um ator social e saindo, assim, da tradicional abordagem que vê o intelectual somente pelas obras e ideias produzidas. Por outro lado, precisamos ressaltar que enquanto objeto situado no campo do político, também, a história dos intelectuais permaneceu por um tempo relativamente longo deslocado do centro de investigação, sofrendo os mesmos preconceitos e críticas que a história política.

Mais recentemente é que a história dos intelectuais ganhou um novo impulso a partir da elaboração de novos instrumentos metodológicos, conferindo-lhe, segundo Jean-François

---

<sup>39</sup> RÉMOND, René. Uma história presente. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003. p. 20.

<sup>40</sup> *Ibid.*, p. 26.



Sirinelli, o status de “[...] campo histórico autônomo que, longe de se fechar sobre si mesma, é um campo aberto, situado no cruzamento das histórias política, social e cultural.”<sup>41</sup> É a partir das noções sobre intelectuais desenvolvidas por Sirinelli que se passa a situar a perspectiva metodológica que pretende-se seguir ao longo desse trabalho.

### 1.3 A história dos intelectuais e suas interfaces

As afinidades entre a história dos intelectuais e a história política são muitas, o que explica em grande medida o fato de que essa vertente de pesquisa tenha ficado deslocada do foco de interesse dos pesquisadores por tanto tempo, até pelos fatores apontados no tópico anterior. Ou seja, as críticas e ressalvas feitas a história política, também, se aplicam ao caso da história dos intelectuais, acrescidas de outras de natureza específica: as dificuldades de precisar o grupo social dos intelectuais, a identificação dos intelectuais como uma elite e como tal ligados à história de cunho positivista, que por sua vez deveria ser combatida com novos métodos e objetos e os limites nada claros entre a história dos intelectuais e as vertentes da história das ideias políticas e da história da cultura política.

Superadas as desconfianças e no bojo da própria renovação metodológica da história política, a história dos intelectuais ganha um novo status, a partir dos anos 1970, alcançando legitimidade dentro da corporação dos historiadores<sup>42</sup>, que aponta ainda a revitalização de temas ligados à história contemporânea, o crescimento quantitativo do grupo dos intelectuais e as próprias crises e disputas internas inerentes ao grupo como outros fatores que fortaleceram maior interesse do campo historiográfico sobre a questão dos intelectuais.

Sirinelli aponta três aspectos fundamentais em termos teórico-metodológicos para uma história dos intelectuais voltada para novas abordagens e novos procedimentos investigativos nesse campo de pesquisa: primeiramente a indispensável constituição de um *corpus* de textos, seguido de uma abordagem prosopográfica dos itinerários e, por fim, a reconstituição da história dos engajamentos intelectuais.<sup>43</sup> E sugere uma perspectiva inerente ao campo:

Para quem estuda a ação dos intelectuais, surge obrigatoriamente o problema do seu papel e de seu ‘poder’, problema que, de certa forma prosaica, pode ser assim resumido: teriam esses intelectuais, em uma determinada data, influídos no acontecimento?<sup>44</sup>

<sup>41</sup> SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Tradução de Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003. p. 26.

<sup>42</sup> *Ibid.*, p. 237.

<sup>43</sup> *Ibid.*, p. 237.

<sup>44</sup> SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. (Org.). **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003. p. 235.

A despeito das dificuldades que cercam a execução de uma história dos intelectuais – restam definições quanto aos objetivos e métodos, complicações envolvendo a caracterização do termo intelectual e dos próprios contornos envolvendo o grupo constitutivo, a diversidade de usos e acepções do termo intelectual complicando uma definição conceitual, além da excessiva abundância de documentos – é possível, de acordo com Sirinelli, avançar em termos metodológicos e teóricos.

Primeiramente, faz-se necessária a caracterização relativamente aos intelectuais envolvendo duas noções: uma, mais ampla, de caráter sociocultural, segundo a qual os intelectuais englobam agentes sociais criadores e mediadores culturais, abrangendo jornalistas, escritores, professores secundários, eruditos; outra, mais restrita, de caráter político, envolvendo a questão dos engajamentos dos intelectuais, visando desvendar as causas que estes estão a serviço.<sup>45</sup>

Em segundo lugar, impõe-se, ainda, a necessidade de uma proposta metodológica de abordagem que possa envolver duas vertentes convergentes e não excludentes, ou seja, as vertentes política e social dos intelectuais. A vertente política contempla a pesquisa dos textos produzidos pelos intelectuais, ao passo que, a vertente social, investiga a análise sistemática de elementos dispersos com finalidades prosopográficas.<sup>46</sup>

E, por fim, a abordagem sobre os intelectuais pode envolver, ainda, o emprego das noções de itinerário, geração e sociabilidade. Particularmente, para o enfoque que pretendemos adotar nessa pesquisa, as noções de itinerário e sociabilidade elaboradas por Sirinelli são extremamente importantes.

A reconstituição dos itinerários, conforme Sirinelli, possibilita o mapeamento dos territórios de engajamento intelectual, permitindo não só o estudo dos grandes intelectuais como, também, dos de menor expressão em uma dada época, além de permitir a identificação da evolução de um grupo de intelectuais oriundos de uma matriz comum. Apesar de sua importância, o estudo dos itinerários intelectuais só adquire relevância, enfatiza Sirinelli, quando vai além da mera reconstituição e passa a envolver, também, a sua interpretação.<sup>47</sup>

A noção de itinerários enquanto recurso metodológico empregado na investigação sobre os intelectuais difere das ferramentas teóricas utilizadas pela sociologia do meio intelectual, tal como a praticada por Pierre Bourdieu que enfatiza a análise dos modos de

---

<sup>45</sup> Ibid., p.242.

<sup>46</sup> Ibid., p.245.

<sup>47</sup> Ibid., p.245-247.

produção social das opiniões e dos gostos, procurando desvendar estratégias e disputas que explicam o funcionamento interno do campo intelectual, ao passo que, a reconstituição e interpretação dos itinerários levam em conta as formas diversas de organização, filiação ideológica e afinidades mais difusas em que se encontram os intelectuais.<sup>48</sup>

Compondo, ainda, a perspectiva de abordagem dos intelectuais, tem-se a noção de estruturas de sociabilidade por meio das quais podemos perceber as relações e os espaços compartilhados, revelando o pequeno mundo estreito dos intelectuais. Exemplos de fontes relevantes para o estudo das estruturas de sociabilidades intelectuais são, de acordo com Sirinelli, as revistas e os manifestos (aos quais podemos acrescentar os jornais), de onde o historiador pode captar, não só, as posições, os debates, as polêmicas, as diferenças ideológicas tomadas pelos grupos intelectuais, como também perceber as relações de sociabilidade e afetividade, expressas nas amizades, fidelidades e influências. Os microclimas (revistas, jornais, manifestos) funcionam como espaços de “[...] movimentos de ideias no sentido das posições tomadas, os debates suscitados e as cisões advindas.”<sup>49</sup>

No processo de elaboração de uma arqueologia das estruturas de sociabilidade dos grupos intelectuais é preciso levar em conta as variações ao longo do tempo dessas redes, tais como salões, academias, instituições escolares, associações e grêmios literários e culturais, em torno das quais vão se conformando as opções políticas e ideológicas dos intelectuais.

O inventário das afetividades no mundo dos intelectuais, segundo Sirinelli, também conta para uma investigação: “[...] a atração e a amizade e, ao contrário, a hostilidade e a rivalidade, a ruptura, a briga e o rancor [constituem uma espécie de] fatores afetivos [para a construção de uma] patologia do intelectual.”<sup>50</sup>

A tarefa de reconstituição das redes de sociabilidade pode ser explorada ainda em fontes ainda mais diversas tais como as representações elaboradas pela sociedade em torno dos intelectuais, as polêmicas travadas por intelectuais de uma dada época que marcaram a atmosfera intelectual de um período histórico, as especulações e os boatos em torno da vida pessoal e profissional dos homens de letras, as características de um microcosmo intelectual particular, como, por exemplo, o estudo de organizações políticas ou estudantis.

Por fim a noção de geração, componente conceitual importante, na medida em que se refere a grupos de intelectuais que se agregam em torno dos efeitos da idade e os fenômenos de geração ou por comprometimento com um marco fundador que passa a definir a existência

---

<sup>48</sup> SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. (Org.). **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003. p. 247.

<sup>49</sup> Ibid., p.248-249.

<sup>50</sup> Ibid., p.250.

desse mesmo grupo. Para Sirinelli, no meio intelectual, os processos de transmissão cultural são essenciais, o que explica em última análise a posição que um intelectual ocupa dentro de sua própria corporação ou estamento visto que “[...] um intelectual se define sempre por referência a uma herança, como legatário ou como filho pródigo.”<sup>51</sup>

As oscilações dentro do campo da história dos intelectuais possibilitam a aproximação de seus instrumentos metodológicos, tais como os desenvolvidos por Sirinelli, como as abordagens desenvolvidas pela biografia intelectual e pela sociologia, sobretudo aquela que enfatiza a cartografia dos intelectuais como suas redes de sociabilidade, seus modos de filiações, além de seus pertencimentos a grupos geracionais.<sup>52</sup> As interfaces entre a história intelectual e a sociologia nos parecem ideal, pois, permitem maior clareza no processo de elucidação da ação política dos intelectuais, ao colocar em evidência o conhecimento das práticas e dos interesses de grupos dentro de um contexto de crise política.

Nesse sentido, procura-se combinar as ferramentas metodológicas apresentadas por Jean François Sirinelli com as noções conceituais desenvolvidas pela sociologia anglo-saxônica, em especial, os trabalhos de Sidney Tarrow, Charles Tilly e Ann Swindler, particularmente, quando tratam das noções de repertórios de ação coletiva, experiências sociais compartilhadas e confronto político.

Tais noções conceituais permitem um melhor entendimento dos procedimentos adotados por movimentos sociais, dos quais os intelectuais são um de suas modalidades, em situações de crise política vivida pelo regime dominante.

O grupo de intelectuais paulistas atuou dentro dos limites possíveis da precária vida intelectual do Segundo Reinado. Daí não se entender nos limites desta pesquisa que estamos lidando com intelectuais no sentido clássico do termo, ou seja, pensadores construtores de sistemas de ideias visando se colocar dentro de uma tradição filosófica.

Ser intelectual no Brasil do século XIX é trabalhar em ofícios típicos de uma sociedade ainda colonial valorizadora das carreiras ligadas ao Direito que busca prestígio no aparelho estatal via representação político-legislativa. A produção de ideias ficava restrita a artigos de combate, publicados na imprensa regular, jornais estudantis, manifestos e em poucas obras em livros.

Essa peculiaridade, contudo, não inviabiliza a abordagem que procura-se adotar ao longo da pesquisa, ou seja, aquela segundo a qual, embora o grupo de intelectuais paulistas

---

<sup>51</sup> SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. (Org.). **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003. p.254-255.

<sup>52</sup> SILVA, Helenice Rodrigues da. A história intelectual em questão. In: LOPES, M. A. (Org.) **Grandes nomes da história intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003. p.15-24.

não fosse produtor de *corpus* filosófico robusto e original, soube selecionar estrategicamente os conceitos, noções gerais, teorias filosóficas, palavras-chave, em voga à época e utiliza-los como bandeira para a construção de interpretação da realidade e de mobilização política.

O grupo de intelectuais paulistas tomou parte num amplo movimento social que marcou a crise do Império a partir do ano de 1870. Para tanto lançou mão de um repertório ideias conveniente ao processo histórico de seu tempo, ajustando, conforme definição da sociologia política elementos teóricos, estilos de linguagem e argumentação discursiva que não expressam necessariamente coerência ideológica. Recorrer a paradigmas analíticos é recurso próprio de movimentos intelectuais.

Concatenado ao conceito de repertório articulam-se os de experiências coletivas de compartilhamento e de estruturas de oportunidades. A noção de experiência permite a compreensão dos processos de ação pública dos intelectuais no sentido de atuarem em diferentes frentes com a finalidade de construir redes de sociabilidades e compartilhamentos de interesses. No caso particular do grupo de intelectuais de São Paulo observamos que por origem de classe ou em função de atividades profissionais e mesmo por conta de laços parentais e matrimoniais agiram em variados domínios como lojas maçônicas, instituições escolares, órgãos de imprensa, atividades político-partidárias e congressos de classes profissionais como os de fazendeiros de café.

Construídos o repertório e as redes, entra em ação a percepção do *break-down* do sistema político dominante, ou seja, movimentos sociais, nos quais os intelectuais estão inseridos, tomam proveito das estruturas de oportunidades que se apresentam para tomar proveito. Havia, no contexto da crise do Império, grupos marginalizados que souberam perceber o momento histórico para colocar em prática seus interesses.

## **CAPÍTULO 2 O CONTEXTO: A CRISE DO IMPÉRIO**

Compreender contexto histórico do Império permite localizar o momento no qual se desenvolveu a ação política dos intelectuais de São Paulo. Para tanto, entende-se ser necessário retomar todo o panorama da trajetória dos acontecimentos políticos desenvolvidos no decorrer da história do Segundo Reinado para, a partir daí, situarmos o que estamos denominando crise do Império. Cronologicamente, há um consenso na historiografia de que a década de 1870 é o marco da decadência do regime monárquico a despeito do sucesso militar na guerra travada no Paraguai. No entanto, não há consenso quanto aos fatores que contribuíram para a derrocada da monarquia, sendo que para alguns autores, pesou o novo momento econômico vivido pelo país com o desenvolvimento da economia do café; para outros autores, o fim da Guerra do Paraguai trouxe para o centro da vida social novos atores como os militares, até então, um grupo social sem grande importância e visibilidade.

Segue-se a tendência dos estudos que colocam no fator político o ponto nevrálgico para o entendimento para a crise do Império. Em outras palavras: as cisões dentro do próprio grupo político dominante vão gerar as disputas que deixarão à mostra as fragilidades do regime monárquico, e dessa fragilidade se aproveitarão os novos grupos sociais em busca de oportunidades dentro do sistema, dentre os quais, os intelectuais de São Paulo, objeto dessa pesquisa.

### **2.1 A trajetória política do 2º reinado**

O contexto histórico do 2º. Reinado pode ser subdividido em três momentos distintos. O primeiro, marcado pelo que tradicionalmente ficou denominada fase de pacificação, denominação decorrente da continuidade das lutas políticas eclodidas durante a Regência e que tiveram solução de consenso nos primeiros anos do reinado de Pedro II. Esta fase prolonga-se até a Revolta da Praieira, em Pernambuco, entre em 1848-1849.

O segundo o momento, consagrado pela historiografia como a fase da conciliação transcorre, justamente, entre a extinção dos movimentos rebeldes nas províncias e o fim da Guerra do Paraguai em 1870. A conciliação, termo recorrente para caracterizar essa fase, deveu-se muito mais pela costura de acordos políticos entre as elites que mantiveram ao longo de certo tempo uma relativa estabilidade política no Império, estabilidade esta favorecida

ainda pela prosperidade econômica advinda com a emergência do café como produto-chave da econômica brasileira a partir da segunda metade do século XIX.

A ruptura da conciliação ocorre com o fim dos conflitos armados na Bacia do Prata. Uma nova ordem social e política emerge já em 1868 com a queda do Gabinete Zacarias de Góes abrindo fissuras dentro sistema político de relativo equilíbrio entre as elites, trazendo a tona hostilidades que, no decorrer do tempo seguinte, se revelarão incontornáveis, culminando com a queda do regime monárquico. A prosperidade econômica trouxe consigo novos atores sociais que passam a dar significados diversos daqueles que estavam em jogo; o problema da escravidão assume proporções de urgência reveladas pela quantidade e pela qualidade das falas e discursos sobre o tema tanto na imprensa como no Parlamento; aos poucos, enfim, um apelo pela modernização do país vai se fazendo cada vez mais insistente, ganhando novos adeptos, entre eles os militares, colocando em xeque mate o equilíbrio frágil que mantivera Pedro II no poder por quase meio século.

Ao ascender ao poder em 1840 após uma manobra da elite liberal no episódio que passou a ser conhecido como Golpe da Maioridade, D. Pedro de Alcântara encontra um país dilacerado de norte a sul pelas rivalidades e disputas políticas dentro das elites e no conjunto mais geral da população. Na realidade, os dezoito anos que antecederam sua ascensão ao poder, foram marcados por inúmeros conflitos de interesses pautados por questões como divergências entre centralistas e localistas, a perda de relevância econômica e prestígio político das províncias do Norte, as lutas intestinas entre e dentro de facções políticas distribuídas em denominações as mais diversas como partido brasileiro, partido português, liberais moderados, liberais exaltados, restauradores, regressistas, enfim, um conjunto de fatores que culminam, inicialmente, com a abdicação de Pedro I, a 7 de abril de 1831 e a instauração temporária da Regência.

O período regencial, por seu turno, vai se revelar em palco privilegiado das ações, agora levadas às vias de fato, dos grupos políticos que estavam em luta desde o 1º. Reinado, culminando na eclosão de revoltas nas províncias que por muito pouco não rompem com a unidade territorial do país. As bandeiras reivindicatórias dos revoltosos abarcavam problemas tanto de especificidades locais como de caráter mais geral decorrente, principalmente, de questões que não foram contempladas no contexto da Constituição de 1824. Na realidade, as revoltas regenciais fazem parte de um ciclo iniciado já em 1824, em pleno reinado de Pedro I, configurado na revolta da Confederação do Equador, iniciada em Pernambuco e depois com a adesão de outras províncias do Nordeste, e concluído com a Revolta da Praieira entre

1848/1849, exatamente no contexto do reinado de Pedro II, e, novamente mobilizando revoltosos de Pernambuco.

O fato é que a Constituição de 1824 não foi capaz de dar solução de consenso aos interesses diversos dos grupos políticos em disputa. Pelo contrário, a ausência dessa solução só fez incendiar os ânimos entre os grupos em luta. A Regência ainda tenta amenizar o clima de confronto entre as elites quando então aprova o Ato Adicional de 12 de agosto de 1834, reformando a Constituição na medida em que extinguiu o Poder Moderador, até então o foco principal das discordâncias entre as elites políticas, e instituía maior autoridade para as províncias, contemplando, dessa forma, os interesses regionais e locais dessas mesmas elites. As idas e vindas desse aparato legal instituído pelo Ato Adicional acabam por não dar muito tempo de vida à solução conciliatória. Em 1840 com a Lei de Interpretação do Ato Adicional, no contexto da Regência de Araújo Lima, o regresso conservador reacendeu os ânimos conflituosos na medida em que revogou muitos dos atos que conferiam maior liberdade à autoridade das elites regionais.<sup>53</sup>

Esse é o contexto político do país em que Pedro II ascende ao poder após uma manobra da elite liberal em resposta ao regresso conservador que impôs a Lei de Interpretação do Ato Adicional. Os liberais redigem uma declaração de maioria de Pedro de Alcântara e a proclamam na Assembleia Geral conferindo ao mesmo o título de Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil em 23 de julho de 1840, pondo fim à Regência e estabelecendo o marco inicial do 2º. Reinado.

Dada à inexperiência do jovem Imperador, os primeiros anos de Pedro II à frente da Monarquia foram profundamente influenciados por figuras políticas de renome naquele contexto histórico de tensão vivido pelo país. É o que atesta Oliveira Lima quando descreve o caráter das personalidades envolvidas nesse processo inicial de governo:

O feitio de Aureliano era um refrigério, ao lado da presunção dos Andradas, das excentricidades de Holanda Cavalcanti, da senilidade de Paranaguá, da secura beata de Itanhaém, da soberba de Paraná, do temperamento arisco de Abaeté.<sup>54</sup>

Dentre os citados a presença de Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, o futuro Visconde de Sepetiba, foi, dentre todos, o de maior ascendência sobre os rumos políticos tomados nos primórdios do 2º. Reinado. Tal prestígio teve demonstração já na formação do primeiro Gabinete de Governo do 2º. Reinado, formado a 24 de julho de 1840 e constituído na

---

<sup>53</sup> Entre as defecções ocorridas dentro da elite política do Império após 1870, muitos grupos políticos dissidentes retomam o programa do ato adicional de 1834 para sustentarem a defesa de mudanças no regime político.

<sup>54</sup> LIMA, Manuel de O. **O movimento da independência: o império brasileiro (1821-1889)**. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1962. p. 399.



sua integralidade por membros do grupo liberal que, afinal, havia articulado o golpe da Maioridade: Antônio Carlos de Andrada (Ministro do Império), Limpo de Abreu (Ministro da Justiça), Martim Francisco (Ministro da Fazenda), Antônio Francisco Holanda Cavalcanti, o visconde de Albuquerque (Ministro da Marinha), Francisco Holanda Cavalcanti, o visconde de Suassuna (Ministro da Guerra) e Aureliano Coutinho (Ministro dos Estrangeiros).

A tensão causada pela continuidade da revolta dos Farroupilhas, no sul do país, criou embaraços de autoridade dentro do Gabinete de 24 de julho, a ponto de, sob a influência de Aureliano Coutinho, ter o Imperador tomado iniciativa de demitir todo o gabinete e constituir outro, que se organizou em 23 de março de 1841. Tomam parte desse novo gabinete, além do próprio Aureliano Coutinho, que continua na pasta dos Estrangeiros, políticos ligados ao Partido Conservador: Cândido José Araújo Viana (Império), Paulino de Sousa (Justiça), Miguel Calmon du Pin e Almeida, o marquês de Abrantes (Fazenda), Francisco Vilela Barbosa, o marquês de Paranaguá (Marinha) e Clemente Pereira (Guerra).

A relevância do Gabinete de 23 de março está no fato de que as reformas constitucionais levadas a cabo por seus membros – restabelecimento do Conselho de Estado (decreto no. 234, de 23 de novembro de 1841), reforma do Código do Processo Criminal (decreto no. 261, de 3 de dezembro de 1841), dissolução da Assembleia Legislativa (decreto de 1º de maio de 1842) – tiveram por consequência a eclosão de revoltas dos liberais em São Paulo e em Minas Gerais em 1842, aumentando ainda mais o nível de tensão interna, visto que tais revoltas ocorrem num cenário já conflituoso, pois que a revolta dos Farroupilhas persistia no sul do país.

Os revoltosos são liderados por liberais atuantes que tinham projeção nacional, dentre os quais Diogo Antônio Feijó, Rafael Tobias de Aguiar e Teófilo Otoni. Os conflitos duram pouco mais de três meses, contidos que foram pelas tropas imperiais sob o comando do Brigadeiro Luís Alves de Lima e Silva, futuro duque de Caxias, que ordenou a prisão dos principais líderes dos revoltosos. Caxias foi figura central no processo de contenção dos conflitos que ainda se arrastavam nas províncias durante os primeiros anos do 2º. Reinado. Por força de sua atuação foram contidos os revoltosos do Maranhão, no episódio do movimento da Balaiada (1841) e os do Rio Grande do Sul, cujo movimento da Farroupilha teve seu desfecho final em 1845.<sup>55</sup>

Concluída a repressão aos liberais, novo gabinete toma lugar constituído sob a chefia de Honório Hermeto Carneiro Leão, marquês de Paraná, político conservador que manteve-se

---

<sup>55</sup> Sobre a Balaiada ver: JANOTI, Maria de Lourdes. **A balaiada**. São Paulo: Brasiliense, 1987. Sobre a Farroupilha ver: PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A Revolução Farroupilha**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

no poder até 1844, quando a 2 de fevereiro desse ano, fruto de desentendimento com o Imperador, é demitido do cargo. Logo em seguida é organizado um gabinete formado por políticos saídos das hostes liberais que permanecem no poder até 1848, período no qual já passa a vigorar a existência do cargo de Presidente do Conselho de Ministros (decreto no. 523 de 20 de julho de 1847). Tomaria lugar como primeiro Presidente do referido Conselho, Manoel Alves Branco, o 2º. Visconde de Caravelas, que se notabilizaria pela implantação, em 1844, de uma política tarifária de caráter protecionista – chamada a posteriori como Tarifa Alves Branco – e com esta:

[...] desaparecia o livre câmbio e o Brasil tinha, sob o gabinete Alves Branco, sua primeira pauta protecionista. Os direitos sobre a maior parte dos artigos de importação eram elevados a 30 por cento, o que de resto ficava ainda abaixo das taxas então geralmente cobradas na Europa.<sup>56</sup>

Com a implantação do Conselho de Ministros submetido a um Presidente escolhido pelo Imperador tem fim, desse modo, a fase de influências pessoais exercidas por conselheiros mais próximos como fora o caso de Aureliano Coutinho, uma espécie de sombra que acompanhou o jovem Imperador nos primeiros anos de reinado. Com isso dava o Imperador passo importante no sentido de estabelecer uma engrenagem política de conciliação entre os grupos liberais e conservadores até então conflitantes. Tal engrenagem viria a se solidificar com a superação do episódio da Revolta da Praieira, que agitou a província de Pernambuco entre 1848 e 1850.

A Praieira encerrava um ciclo de revoltas e levantes, iniciado vinte e quatro anos antes quando então se levantavam sob a liderança de Frei Caneca e Cipriano Barata, os revoltosos da Confederação do Equador, sintomaticamente na mesma província de Pernambuco. Embora marcada com relativa profundidade pelas ideias dominantes naquele ano de 1848 – Primavera dos Povos, na Europa, publicação do *Manifesto Comunista* de Marx e Engels, só para citar dois fatos se inter-relacionam com o evento pernambucano – a Praieira fora muito mais uma expressão dos conflitos partidários e dos descontentamentos políticos, sobretudo, dos grupos liberais. Chegava ao fim o espírito revolucionário (conforme Oliveira Lima) que marcou a história do Império entre 1817, com a eclosão da Revolução Pernambucana, ainda sob a regência de D. João VI, e 1848, com a Praieira, na mesma província de Pernambuco.<sup>57</sup>

---

<sup>56</sup> LIMA, Manuel de O. **O movimento da independência**: o império brasileiro (1821-1889). 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1962. p. 462.

<sup>57</sup> Sobre a Revolta da Praieira ver: MARSON, Izabel. **Revolução Praieira**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009. Sobre a Confederação do Equador ver: LEITE, Glacyra Lazzari. **A Confederação do Equador**. São Paulo: Ática, 1996.

Superado ciclo revoltoso o que se vê a partir de então é o início de um novo momento histórico do 2º. Reinado. Mesmo em 1847 já é possível ouvir no Parlamento do Império vozes em defesa de uma política de conciliação que, na prática, passou a significar a preponderância do Poder Moderador, nas mãos do Imperador, agindo como força de equilíbrio e controle sobre as instituições políticas. Em outras palavras,

O exercício do poder moderador pelo homem que já era por força do regime, a figura central e mais alta do país, enfeixava nas suas mãos uma força considerável. Pedro II usou-a com ponderação. Era de natureza um tímido cuja vontade se levantava quando contrariada. Os poderes que teve não fizeram com que ele alargasse o raio da sua ação política.<sup>58</sup>

Em 29 de setembro de 1848 subia à Presidência do Conselho de Ministros, Pedro Araújo Lima, visconde de Olinda, político do Partido Conservador que abrirá uma temporada longa de hegemonia conservadora na liderança política do governo do 2º. Reinado. Podemos dizer que entre Araújo Lima, em 1848 e Zacarias de Góes em 1868, viveu o 2º. Reinado seu período de acomodação e auge. Esse período foi marcado pelo predomínio de oito gabinetes liderados pelos conservadores que, ao todo, somaram onze anos no poder, aproximadamente. Ao passo que aos liberais coube a soma de sete gabinetes sob sua chefia, somando nove anos, aproximadamente.

Ocupou a presidência do Conselho de Ministros, nesse período, personalidades as mais notórias da cena política brasileira daquela conjuntura histórica destacando, dentre elas, Pedro de Araújo Lima que por quatro vezes esteve no exercício da chefia do gabinete; Honório Hermeto Carneiro Leão, o marquês do Paraná, que ao longo de cinco anos à frente do conselho, entre 1853 e 1858, sintetizou o espírito da política da conciliação arquitetada pelo Imperador<sup>59</sup> Luís Alves de Lima e Silva, o futuro Duque de Caxias, que por duas vezes ocupara a Presidência, nesse contexto de conciliação, e que voltaria nos anos 1870 a ocupar o cargo novamente; além de Zacarias de Góes e Vasconcelos, responsável pela reorganização do Partido Liberal, estando a frente do Conselho de Ministros por três vezes, 1862/1864/1866-1868.

<sup>58</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. **Panorama do segundo Império**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 2004. p. 91.

<sup>59</sup> “Da resistência do espírito de autoridade que se seguiu a 1848 foi Carneiro Leão (Paraná) a cabeça. Político de um extraordinário bom senso, aguçado pela clarividência e realçado por uma tenacidade que roçava pela obstinação, tratou em 1853 de fundir elementos de grande valia sob um programa simpático de paz. Foi a chamada conciliação. Seu ministério englobou antigos liberais – Limpo de Abreu (Abaeté), Pedreira (Bom Retiro) e Paranhos (Rio Branco) – e conservadores de tradição – Nabuco e mais tarde Wanderley (Cotegipe) – todos convencidos da utilidade de uma aproximação.” LIMA, Manuel de O. **O movimento da independência: o império brasileiro (1821-1889)**. 2.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1962. p. 354.

Ainda no tocante à geração de políticos que ascendeu ao poder e tiveram importância na montagem e execução da política do 2º. Reinando durante a fase da conciliação destacam-se as figuras de José Tomás Nabuco de Araújo, José Maria da Silva Paranhos, o visconde do Rio Branco e João Maurício Wanderley, o barão de Cotegipe. Será a partir dos anos 1870 que se levantará contra essa geração de políticos, uma nova geração de intelectuais e políticos – entre os quais Joaquim Nabuco, em nível nacional, e em São Paulo, Rangel Pestana, Campos Salles, Alberto Sales, Luiz Pereira Barreto, entre outros - que não só passará a cobrar reformas profundas no sistema político da nação como irá construir um novo repertório de ideias que pautará as lutas e embates nas últimas décadas do Império.

A estabilidade política advinda com a “conciliação” retirou do vocabulário dos agentes políticos deste contexto histórico a palavra “revolta”, trazendo para o campo meramente parlamentar as disputas e diferenças entre os grupos políticos em jogo. Se, internamente, as revoltas eram fatos do passado, o período 1848/1868 vai ser, contudo, do ponto de vista externo, farto de intervenções militares do Brasil junto a seus vizinhos sul-americanos, em especial, na região platina.

Entre 1851, com a primeira intervenção militar brasileira no Uruguai, e 1870, com a derrota paraguaia na Batalha de Cero-Corá, foram diversos os conflitos entre Brasil e seus vizinhos da bacia platina.<sup>60</sup> Os gabinetes do período da “conciliação” foram os responsáveis pela administração desses conflitos, despontando, novamente, dentre as forças militares brasileiras a figura de Luís Alves de Lima e Silva, o futuro duque de Caxias, que já havia se destacado como personagem-chave do Império na manutenção da ordem interna ao conter as revoltas nas províncias.

A conjugação entre sucessos militares no exterior e o desenvolvimento econômico interno, verificado no período da “conciliação”, contribuem, decisivamente, para a manutenção da estabilidade política até pelo menos os inícios dos anos 1870, ou em outros parâmetros, até o fim do gabinete do marquês de São Vicente, em 7 de março de 1871. Sob os auspícios do café observa-se relativa modernização em matéria econômica e urbana, através de iniciativas no campo dos transportes e das comunicações, como a construção de estradas de ferro e linhas de navegação marítima e de telégrafo; melhoramentos urbanos por meio da expansão de atividades comerciais, bancárias, industriais e de iluminação a gás; enfim, o país estava vivendo os efeitos daquilo que se convencionou chamar a posteriori de “Era Mauá”,

---

<sup>60</sup> 1851-1852 (Guerra contra Oribe e Rosas); 1854 (nova intervenção de soldados brasileiros no Uruguai); 1856 (Pacto de Navegação entre Brasil e Argentina); 1859 (tratado entre Brasil, Argentina e Uruguai); 1864 (guerra contra o Uruguai de Aguirre) e (início da guerra contra o Paraguai de Solano Lopes). Concomitante às intervenções militares na região platina viu-se o Brasil em colisão diplomática com a Inglaterra no episódio da Questão Christie (1861-1865).

referência a Irineu Evangelista de Sousa<sup>61</sup> empreendedor de grande visão naquele contexto histórico:

Favorecido por suas relações pessoais e comerciais com capitalistas britânicos e pelo auxílio do governo imperial que não lhe recusou empréstimos, pode Mauá promover empreendimentos que outros, igualmente audazes e empreendedores, não tiveram meios suficientes para realizar. Basta lembrar, para citar alguns exemplos, os ingentes esforços do Barão de Cotegipe no sentido de reaparelhar e reestruturar a indústria açucareira da Bahia e, em Minas Gerais, os Felícios dos Santos e os Otoni tentando reerguer a outrora abastada Capitania.<sup>62</sup>

A despeito de todo êxito militar e econômico, a fissura no edifício da política de conciliação dá seus primeiros sinais no crepúsculo dos anos 1860. Após anos de domínio conservador, os liberais, sob a iniciativa de Zacarias de Góes, formam a Liga Progressista, em 1862, reunindo não só liberais como, também, conservadores dissidentes. Zacarias de Góes sobe a Presidência do Conselho de Ministros interrompendo a hegemonia conservadora já de anos a fio, e governando o país no período mais contundente do conflito militar no Paraguai. Permanece, à frente do Conselho, entre janeiro e agosto de 1864 e retorna em agosto de 1866 permanecendo até sua queda em julho de 1868. Para sua queda são apontadas versões divergentes:

Duas grandes razões foram apontadas para a queda do gabinete Zacarias, em julho de 1868. Uma delas seria a incompatibilidade criada pelo próprio ministério liberal ao indicar Caxias, um político conservador, para o comando das operações militares na Guerra do Paraguai. A outra estaria no impasse geral pela indicação de Francisco Salles Torres Homem, também um conservador, para ocupar uma das cadeiras no Senado pela província do Rio Grande do Norte.<sup>63</sup>

Sucedendo ao último gabinete Zacarias de Góes é nomeado, mediante pressão do Duque de Caxias, Joaquim José Rodrigues Torres, o visconde de Itaboraí, cujo mandato foi responsável pelo fim do conflito no Paraguai. O gabinete do visconde de Itaboraí chega ao fim em setembro de 1870, marco do processo de esgotamento do sistema político implantado e consolidado pelo Imperador Pedro II desde fins dos anos 1840. Sua nomeação abriu uma crise política na medida em que as lideranças liberais passaram a questionar o poder de interferência do Poder Moderador no jogo político de então, escancarando grande

<sup>61</sup> Sobre a vida do Barão de Mauá ver: FARIA, Alberto de. **Irineu Evangelista de Sousa: Barão e Visconde de Mauá (1813-1889)**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1946.

<sup>62</sup> LUZ, Nícia Vilela. As tentativas de industrialização. In: HOLANDA, Sérgio Buarque. **História geral da civilização brasileira: o Brasil Monárquico: declínio e queda do Império**. São Paul: Difel, 1971. Tomo 2, v.4. p. 57.

<sup>63</sup> OLIVEIRA, Cecília Helena S. (Org.). Introdução. In: **Zacarias de Góis e Vasconcelos**. São Paulo: Editora 34, 2002. p. 13.

instabilidade tendo por pano de fundo, duas preocupações constantes: a questão militar envolvendo o conflito com os países vizinhos da bacia platina e a questão escravista.

Esse é o contexto-chave para o entendimento dos propósitos a que se pretende atingir com a pesquisa: a virada dos anos 1860/1870 é decisiva para a compreensão dos fatores que levaram à queda do Império e, ao mesmo tempo, momento ímpar para situar a emergência do grupo de intelectuais paulistas, objeto dessa investigação. As duas pontas estão inter-relacionadas, na medida em que as brechas do edifício imperial (na expressão de Nelson Werneck Sodré) foram abertas a partir do próprio desenvolvimento das políticas adotadas pelos sucessivos gabinetes do chamado período de acomodação do Império, dando margem a descontentamentos dentro da própria órbita do sistema político dominante – sobretudo, do campo liberal – e provocando a entrada em cena de novos atores na cena política como os intelectuais de São Paulo.

O debate historiográfico sobre o tema pode ajudar a compreender a relevância desse contexto que marca o princípio da crise do Império: Caio Prado Júnior, por exemplo, afirma que a aprovação da lei Eusébio de Queirós em 1850 quando da vigência do Gabinete Conservador do Marquês de Monte Alegre desencadeou, em médio prazo, uma série de transformações na estrutura social e econômica do Império que, afetaram, posteriormente, a capacidade do sistema político dominante, manter sob seu controle, as consequências advindas desse processo:

O efeito imediato [da] supressão do tráfico foi liberar subitamente capitais consideráveis invertidos. Seria difícil calcular, mesmo aproximadamente, sua importância; mas é incontestável que se fizeram sentir com intensidade no mercado brasileiro. [...] A vida comercial se intensifica. As emissões bancárias, de pouco mais de 1.000 contos em 1850, crescem para quase 20.000 em 1854. Três anos depois, o Banco do Brasil – em que se tinham fundido os antigos bancos emissores – tinha elevado esta emissão a mais do dobro.<sup>64</sup>

A hipótese de Prado Júnior é a de que a liberação de capitais ocorrida na esteira da lei que pôs fim ao tráfico de escravos permitiu o investimento de excedentes em áreas que até então não foram objeto de interesse dos capitalistas – comércio, bancos, ferrovias, telégrafo, companhias de navegação etc – inaugurando um período de modernização e de franca prosperidade comercial. Tal processo trouxe, inevitavelmente em seu bojo, os germens da contradição na medida em que, de um lado, elementos sociais novos se beneficiam (aos quais Caio Prado atribui a designação de parte progressista da burguesia nacional), e de outro lado,

---

<sup>64</sup> PRADO JÚNIOR., Caio. **Evolução política do Brasil**: Colônia e Império. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983. p.93.

grupos sociais estabelecidos se viram prejudicados. Essa contradição vai explodir de forma definitiva na representação política partidária e parlamentar:

A luta destes grupos burgueses, ‘progressistas’ e ‘conservadores-retrógrados’, enche o cenário político da segunda metade século passado [século XIX]. Alista-se no primeiro principalmente o comércio, a ‘finança’, em uma palavra, os detentores do capital móvel. No segundo, a maior parte da riqueza territorial, os proprietários rurais cuja economia assentava no trabalho servil naturalmente abalado pela supressão do tráfico. A esta distribuição inicial de forças que naturalmente avantajavam os ‘conservadores’ vão se substituindo novas formas em que se reduzem a uma sucessiva desagregação deste grupo em benefício do primeiro. A linha política do Império na fase que estudamos é no sentido do desenvolvimento contínuo do elemento progressista.<sup>65</sup>

As transformações permitidas pela Lei Eusébio de Queiróz, ainda segundo Prado Júnior, colocaram em cena novas forças que iriam, com o tempo, varrer as principais instituições em torno das quais se sustentou o sistema político do Império durante sua fase de acomodação e auge, ou seja, o trabalho escravo, o Senado vitalício e o Conselho de Estado.<sup>66</sup>

Para Nelson Werneck Sodré, por sua vez, a causa central da crise e fim do Império encontrava-se no próprio princípio que sustentou sua era de acomodação e auge: a política de centralização. Entende Werneck Sodré que a herança recebida por Pedro II de um país envolto em cisões, levantes e à beira da fragmentação territorial teria levado ao pacto com as elites conservadoras e liberais em torno de princípios mínimos que garantissem a estabilidade política, ou seja, a adoção de uma política firmemente centralizadora atingindo as esferas administrativas, econômicas, fiscal e judiciária:

Centralização que era política porque do centro partiam os funcionários que exerceriam os cargos políticos das províncias. Que era econômica porque a economia ficava contida nos dispositivos votados e promulgados no centro, sem uma oportunidade para o desenvolvimento da economia dos municípios ou das províncias. Que era administrativa porque toda a hierarquia burocrática dependia diretamente do Rio de Janeiro, nas suas nomeações, nas suas posses, e no traçado das suas condutas. Que era fiscal porque o sistema de impostos levava a uma arca única, a do centro. Que era judiciária porque a última instância, após o julgamento primeiro, ficava embarcada pela distância que separava os locais dos feitos do local em que eles podiam encontrar maior amparo, na apelação ou na ressalva de direitos postergados.<sup>67</sup>

De tal sorte que, segundo a perspectiva adotada por Werneck Sodré, a centralização isolou as lideranças políticas na Corte em torno de suas instituições – parlamento, conselho de

<sup>65</sup> PRADO JUNIOR., Caio. **Evolução política do Brasil**: Colônia e Império. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983. p.93-97.

<sup>66</sup> Ibid., p.99.

<sup>67</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. **Panorama do segundo Império**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 2004. p. 256.

estado, a figura pessoal do imperador – abrindo um enorme vazio com as províncias e as localidades que ficam a mercê das iniciativas da cúpula dirigente liberal-conservadora. Tal isolamento, associado às transformações observadas no período de 1848/1868 (apontadas acima por Prado Júnior), vai logo se transformar em pleitos e objeções por parte das oligarquias provinciais, em particular, daquelas localizadas em zonas de maior prosperidade econômica, como São Paulo.

A maior complexidade da vida associada ao vertiginoso desenvolvimento da economia cafeeira em São Paulo torna esta província a exigir, da parte das autoridades do governo central, maior agilidade para dar solução a problemas como mão-de-obra, escoamento da produção via ferrovias e portos, além de inversão de capitais na lavoura por meio de oferta de créditos. O centro, contudo, continua aferrado, conforme Werneck Sodré, ao modelo centralizador, não atendendo com a devida rapidez às necessidades da demanda dos cafeicultores:

A província de São Paulo, pela voz dos seus representantes, se divorcia do trono, na questão abolicionista, ao qual ele estava mais intimamente ligado do que lhe parecia. [...]. A centralização estava em agonia. Retirado o apoio de São Paulo pouco restava ao império para ajuda-lo na sua luta. Já estavam constituídas e fortalecidas as duas forças dissociadoras que se haviam formado no seu flanco: o militarismo advindo das lutas sulinas e a elite dos letrados, surgida da urbanização da vida brasileira e avigorada pelos golpes que o regime dava na elite agrária.<sup>68</sup>

Aliada às interpretações que ressaltam as mudanças econômicas (Prado Junior) e da falência do sistema centralizador (Werneck Sodré) como fatores explicativos para as razões da irrupção da crise do Império, tem-se a perspectiva da composição social das elites políticas representadas pelos partidos Conservador e Liberal, defendida por Boris Fausto. Para este a coalização de setores sociais diversos dispersos nas duas agremiações foi fator preponderante para o acordo entre elites para a manutenção da estabilidade política no período de 1848 a 1868, unidos em torno, sobretudo, da necessidade de preservação da unidade territorial:

A concepção de um Império estável e unificado, originária da burocracia governamental, foi assumida pelos donos de terra fluminenses, estritamente vinculados à Corte pela geografia e por seus negócios. O setor de proprietários rurais da Bahia e Pernambucano, pertencente ao Partido Conservador, tinha vivido e ainda vivendo a experiência das lutas pela autonomia regional com conteúdo popular. Esta seria sua razão básica para apoiar a ideia de um governo central de grande autoridade.<sup>69</sup>

<sup>68</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. **Panorama do segundo Império**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 2004. p. 292-293.

<sup>69</sup> FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 9. ed. São Paulo: Edusp/FDE, 2001. p. 182.



Boris Fausto assinala para além dos fatores apontados pelos demais autores citados anteriormente, o rompimento desta coalização a partir de fatores intrínsecos ao próprio arranjo político constituído – tais como o apelo de setores liberais desde os tempos regenciais a um programa mais reformista questionando as estruturas do Estado Imperial como o Conselho de Ministros, o Poder Moderador, o Senado vitalício, entre outros – como elemento decisivo para a eclosão da crise do Império, ou seja, essa crise teria sido alimentada muito mais por fatores políticos.

Incomodados com o domínio conservador de quatorze anos ininterruptos (1848 a 1862), os liberais (pelo menos uma parte deles) tomam iniciativas de refundarem o partido em 1862 sob a denominação de Partido Progressista, tendo à frente Nabuco de Araújo; em 1868 como Partido Liberal-Radical, de onde se originaram os clubes radicais; em 1869 como novo Partido Liberal, sob a liderança de Zacarias de Góes. Independente da denominação os liberais rompem, levando em conta a análise de Fausto, com a estabilidade política alcançada ao longo do período, fornecendo inclusive repertório para a formação dos clubes republicanos, embriões do futuro Partido Republicano.<sup>70</sup>

A queda do último Gabinete Zacarias de Góes (1866-1868), substituído pelo conservador Rodrigues Torres, num momento em que os conservadores eram minoria no Parlamento, foi entendida como senha para a tomada de decisão dos liberais, progressistas e radicais, em articularem as bases do movimento republicano, ao lançarem, no Rio de Janeiro, em novembro de 1870, o Manifesto Republicano, seguido da criação do jornal *A República*, em dezembro do mesmo ano. O teor do Manifesto faz lembrar em todos os seus contornos, o conteúdo dos programas dos liberais progressistas de 1862 e dos liberais radicais de 1868. Senão vejamos: os liberais das diferentes colorações desejavam a reforma do sistema de representação parlamentar, a descentralização administrativa em favor de municípios e províncias tal qual preconizado pelo Ato Adicional de 1834, a reforma do aparato judiciário que contemplasse a separação entre justiça e polícia, fim da guarda nacional, extinção do poder moderador, fim da vitaliciedade do Senado, extinção do trabalho escravo.<sup>71</sup>

Já o Manifesto Republicano preconizava: legítima representação política por meio de eleições livres, como expressão da vontade do cidadão e de sua liberdade individual, e com o fim do senado vitalício; liberdade de religião e separação entre Estado e Igreja; federalismo como princípio de autonomia das províncias e municípios; descentralização administrativa e fiscal que pudesse proporcionar maior liberdade econômica provincial; reforma no sistema

---

<sup>70</sup> FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 9.ed. São Paulo: Edusp/FDE, 2001. p. 233.

<sup>71</sup> MELO, Américo Brasiliense de. **Os programas dos partidos e o segundo Império**. Brasília-DF: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1979. p. 25-39.

judiciário eliminando a guarda nacional e delimitando as atribuições do poder de política do poder de justiça, etc.<sup>72</sup> Enfim, em todos os pontos há simetria entre os programas políticos dos liberais (em suas diversas denominações) com o programa que passa a ser divulgado pelos republicanos. Tamanha simetria dificulta saber se os liberais se travestiram de republicanos ou se foram os republicanos que assumiram a plataforma dos liberais.

Após um breve interregno do Gabinete do marquês de São Vicente (1868-1871), ascendeu ao poder aquele que representará o gabinete transitório de um 2º. Reinado de estabilidade e apogeu para um 2º. Reinado de crise e decadência que culminarão com a superação do regime monárquico a 15 de novembro de 1889. Trata-se do gabinete sob a chefia de José Maria da Silva Paranhos, o visconde do Rio Branco, cujo mandato durou de 07 de março de 1871 a 25 de julho de 1875. É justamente durante o mandato Rio Branco que as demandas em torno de autonomia e descentralização política, abolicionismo, autoridade e visibilidade dos militares vão vir à tona.

Dada às suas qualidades de hábil negociador político e de competência administrativa, José Maria da Silva Paranhos levou a cabo ao longo do mais longínquo gabinete do Império, um arrojado processo de reforma em diversos campos da vida nacional. Dá encaminhamento ao projeto de lei, que terminou por levar seu nome, que concedia liberdade a filhos de escravos nascidos a partir de 1871 – lei do ventre livre (lei. n. 2040 de 28 de setembro de 1871). Tal iniciativa visa, objetivamente, aplacar os ânimos dos abolicionistas que àquela altura estavam em ampla campanha pela extinção da escravidão no país, além de dar prosseguimento à política de abolição gradual do trabalho escravo, iniciada em 1850 com a aprovação da Lei Eusébio de Queiróz (lei no. 581 de 4 de setembro de 1850), durante o gabinete do marquês de Monte Alegre (outubro de 1849 a maio de 1852), que determinava o fim do tráfico de escravos para o Brasil.<sup>73</sup>

Concomitante a esta iniciativa, o gabinete Rio Branco foi atuante em várias frentes, tomando um conjunto de medidas em grande medida atinentes ao atendimento às demandas econômicas que por aquela conjuntura o país exigia, entre elas, podemos citar: abertura de crédito visando incremento do sistema de transportes tais como o prolongamento da estrada de ferro D. Pedro II, bem como o estabelecimento de linhas de trilhos urbanos interligando a Corte e imediações circunvizinhas; a substituição do antigo sistema de pesos e medidas ainda

---

<sup>72</sup> MELO, Américo Brasiliense de. **Os programas dos partidos e o segundo Império**. Brasília-DF: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1979. p. 61-85.

<sup>73</sup> Ademir Gebara analisando as consequências da Lei do Ventre Livre, aponta a importância que a mesma teve como instrumento jurídico que possibilitou a formação de um mercado livre de mão de obra, através de um processo de transformação no “conceito de propriedade”. GEBARA, A. **O mercado de trabalho livre no Brasil (1871-1888)**. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 67-75.

em vigor no país, pelo sistema internacionalmente utilizado; incentivo à iniciativa do barão de Mauá no sentido do estabelecimento de cabo telegráfico interligando Brasil, Portugal e colônias lusitanas.

No campo social, por meio do decreto no. 4856, de 30 de dezembro de 1871, o gabinete visconde de Rio Branco, tomou medidas no sentido da execução do primeiro recenseamento populacional do Império, bem como medidas legais para a concessão de naturalização aos estrangeiros que assim requeressem (lei n. 1950, de 12 de julho de 1871); introduziu diversas medidas alterando a legislação relativa a procedimentos judiciais, assim como da elaboração do Código Civil; além de incrementar ações no campo da imigração, autorizando e celebrando contratos com particulares no sentido da permissão de entrada e de estabelecimento de contingentes populacionais oriundos da Europa.

A despeito dessas iniciativas que poderiam ser caracterizadas como modernizantes, o gabinete de Rio Branco não foi capaz de conter a insatisfação que parecia represada após anos de política de conciliação. Os anos 1870 marcam a emergência de novos atores sociais exigentes de demandas modernizantes para o país e descontentes com o pouco espaço de reconhecimento e prestígio social dentro de uma sociedade política já envelhecida e apegada a valores tradicionais e relações de compadrio. São esses novos atores que, somados aos descontentes oriundos do próprio sistema, por discordar dos rumos do próprio regime monárquico, vão entrar em choque com *establishment* monárquico ao longo das décadas seguintes até o esgotamento definitivo do sistema monárquico em 1889.<sup>74</sup>

O caso mais emblemático ocorrido durante o gabinete Rio Branco e demonstrativo da insatisfação de setores sociais com o regime monárquico, setores esses oriundos das próprias entranhas do sistema dominante foi o conflito que passou a ser conhecido como Questão Religiosa, ou Questão Episcopo-Religiosa, envolvendo representantes do clero brasileiro da Igreja Católica e o governo imperial. A referida questão arrastou-se por três anos, entre 1872 e 1875, desgastando publicamente as relações entre Estado e Igreja no Brasil daquele momento histórico.<sup>75</sup>

O fato que provocou tal “questão” foi a aplicação unilateral no Brasil, pelo bispo de Olinda D. Vital Maria Gonçalves de Oliveira, em 1872, da bula papal intitulada *Syllabus*, que viera à público em 8 de dezembro de 1864 como parte da Encíclica *Quanta Cura*, e assinada pelo papa Pio IX. O documento papal exortava os católicos a se afastarem de todas as

---

<sup>74</sup> LIMA, Manuel de O. **O movimento da independência**: o império brasileiro (1821-1889). 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1962. p. 408-409.

<sup>75</sup> BARROS, Roque Spencer de. Vida religiosa. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (Org.). **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difel, 1974. Tomo 2, v. 4. p. 317-320.

instituições e ideologias que, no entendimento da Igreja, eram incompatíveis com a vida cristã, dentre as tais, a maçonaria.

Tal acontecimento poderia ter tido curso sem maiores implicações políticas não fossem dois detalhes: primeiramente, conforme a Constituição de 1824 o Estado brasileiro reconhecia o catolicismo como religião oficial, o que não implicava, contudo, na adoção imediata de determinações tomadas pela Santa Sé, em Roma. Em outras palavras, a Igreja Católica do Brasil estava submetida ao Estado Nacional, cabendo a este, em último plano, dar o beneplácito de concordância; em segundo lugar, havia, entre membros das elites brasileiras, desde os tempos coloniais, de participarem como membros ativos de confrarias e irmandades maçônicas.

Era o caso, inclusive, do próprio Presidente do Conselho de Ministros àquela altura da vida nacional, José Maria da Silva Paranhos, o visconde de Rio Branco, que ocupava, nesta mesma conjuntura, a função de Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil, o mais alto posto atribuído pela maçonaria. O conflito, portanto, entre as esferas do poder político, representado por Rio Branco, desejoso do cumprimento constitucional sobre a questão em pauta, e do poder religioso, simbolizado, naquele instante, por D. Vital, bispo de Olinda, intransigente na defesa dos princípios mais caros da investidura católica, foi inevitável e ao final do qual, deixou marcas profundas de desgaste político na imagem do Imperador.

A determinação do bispo de Olinda, seguida pelo de Belém do Pará, D. Antônio de Macedo da Costa, inicialmente ficou circunscrita às suas próprias dioceses. Muitos párocos e representantes de irmandades religiosas de Pernambuco e Pará, mesmo diante da ameaça de excomunhão, reagiram contrariamente às ordenações dos prelados, interpondo agravante junto à coroa. Os recursos interpostos foram analisados por figuras eminentes do governo. Primeiramente, pelo marquês de São Vicente e posteriormente pelo conselheiro Nabuco de Araújo, cabendo a este último emitir parecer contrário aos interesses dos dois prelados, denunciando-os diante do Supremo Tribunal de Justiça como responsáveis por atos desrespeitosos à Constituição.

Submetidos a julgamento os dois bispos foram condenados a quatro anos prisão, provocando reações não só internas, com descontentamentos advindos de diversos setores da sociedade, como externamente, estremecendo as relações diplomáticas entre o Brasil e o Vaticano que tomou as condenações como um vitupério pessoal ao pontífice. Diante do impasse criado e da forte onda de desprestígio político, desprestígio esse que resvalou na figura do Imperador, não restou alternativa ao visconde de Rio Branco senão renunciar ao gabinete, assumindo em seu lugar Luís Alves de Lima e Silva, o duque de Caxias que, para

assumir o cargo, exigiu que a anistia dos bispos, fato ocorrido a 17 de setembro de 1875 por determinação do próprio Imperador.

A longa disputa em torno da questão religiosa expôs a monarquia à grave desgaste político, que veio se acentuando com o decorrer dos tempos após 1870. Não é sem sentido que o tema da separação entre Estado e Igreja veio a fazer parte do repertório de ideias, girando em torno de manifestações anticlericais em panfletos e artigos pela imprensa. Se a questão religiosa jogou o Gabinete Rio Branco numa crise que culmina com sua queda, por outro lado, abriu caminho para a emergência de outras questões – militar, republicana, abolicionista – que se avolumam. É exatamente neste e deste contexto de conflitos e embates que tomará parte uma nova geração de políticos e intelectuais:

Toda a questão religiosa, no seu momento dramático, provava, somente uma tese: a de que o regime da religião privilegiada não correspondência à realidade do país, urgindo promover-se a instituição da plena liberdade religiosa, introduzindo a neutralidade confessional no seio do Estado. [...] Tudo estava a mostrar que os republicanos haviam chegado ao âmago da questão: em última instância, a emperrar as instituições e a funcionar como fonte de conflitos insuperáveis, encontrava-se sempre o ‘sofisma do Império’.<sup>76</sup>

Da sucessão de Rio Branco, em 1875, até a queda do gabinete do visconde de Ouro Preto – Afonso Celso de Assis Figueiredo -, em 1889, o último gabinete do Império, sucederam onze Presidentes de Conselho de Ministros para um período de quatorze anos de duração, o que resulta numa média de praticamente um gabinete a cada ano, demonstração clara de uma fase de grande instabilidade política vivida pelo Império, com predomínio, em termos partidários, dos liberais na chefia dos gabinetes: foram constituídos oito gabinetes liberais contra três conservadores.

Na realidade tratava-se de um falso predomínio, visto que ao longo de toda a história política do Segundo Reinado a existência de agremiações partidárias com consistência ideológica própria foi, por demais, algo de grande dificuldade de identificação. Consequência da institucionalização da engenharia política engendrada pela conciliação, os programas partidários eram produtos somente de diferenças pontuais assumidas quando da chegada de algum líder político nomeado para a chefia do gabinete. Ainda que se possa afirmar que toda a trajetória dos liberais ao longo do Segundo Reinado pautou-se pela defesa da descentralização, da autonomia das províncias e pela reforma do sistema eleitoral, não

---

<sup>76</sup> BARROS, Roque Spencer de. Vida religiosa. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (Org.). **História geral da civilização brasileira**. O Brasil Monárquico: declínio e queda do Império São Paulo: Difel, 1974. Tomo 2, v. 4. p. 365.

constituíam esses pontos um verdadeiro programa ideológico partidário. Até porque muitos conservadores encamparam, também, propostas de governo geradas pelos liberais.

O quadro político-partidário começa a ganhar maior competitividade a partir do final da década de 1860 quando por lideranças políticas ligadas tanto ao espectro liberal como conservador lançaram um manifesto conclamando a formação de um novo partido liberal. Foram signatários desse manifesto lideranças importantes no cenário político daquele tempo tais como Nabuco de Araújo, marquês de Paranaguá, Zacarias de Góes, Teófilo Otoni, entre outros. Embora tenha sido recriado para fazer frente à hegemonia conservadora (tal como já houvera ocorrido com a formação da Liga Progressista em 1862) – estávamos em 1869 – o novo partido liberal não trazia em termos programáticos e ideológicos nada de absolutamente diferente do que fora até então, exceto que, na sua composição de quadros passa a abrigar o núcleo central de políticos identificados com os ideais republicanos.

Se em 1869 foram os liberais manifestando pela formação de um “novo partido”, a 3 de dezembro de 1870 coube aos republicanos a iniciativa de lançar um manifesto pregando abertamente, agora de forma mais organizada, a formação de partidos que defendessem a causa republicana e atraindo para suas fileiras quadros arregimentados junto aos intelectuais, aos militares, aos abolicionistas e às novas classes econômicas representadas pelos fazendeiros de café de São Paulo. (interessante citar passagens do manifesto – consultar Reynaldo Pessoa). A partir do Manifesto Republicano assiste-se na sequência a formação de clubes e partidos republicanos nas províncias, além da proliferação da imprensa manifestamente de caráter republicano. Do ponto de vista político-partidário não havia mais, portanto, espaço para conciliações, voltando à cena as inquietações e oposições, muito embora, desta vez, dentro da órbita institucional e não armada como no cenário anterior a conciliação.

Definitivamente, entrava o 2º. Reinado em sua fase de decadência. Da queda do Gabinete Rio Branco em 1875 à queda do Imperador em 1889 sucedeu um contexto de desgaste político, desprestígio pessoal e incapacidade das elites de dar respostas convincentes às novas demandas sociais, econômicas e políticas impostas pelos novos atores sociais. O desenvolvimento da imprensa possibilitando maior circulação de ideias e de ferramentas simbólicas como livros, criam espaços de maior sociabilidade urbana instigando o surgimento de categorias de profissionais liberais e intelectuais sem vínculos com a velha ordem social e política da monarquia. As ideias de civilização e progresso são propagadas nos principais centros urbanos e sua absorção por determinados setores sociais provocam um choque com a

realidade de um país que, àquela altura, ainda convivia com a utilização de mão de obra escrava.

Abolição da escravidão, modernização econômica e social, federalismo, autonomia e participação política tornam-se expressões recorrentes no vocabulário daquele instante. Em torno delas se juntam reformistas que desejam a transformação do sistema, mas dentro da ordem monárquica – como, por exemplo, Joaquim Nabuco -, republicanos que aspiram a troca do regime político sem, contudo, grandes movimentações populares e grupos mais radicais que almejam mudanças mais profundas nas estruturas da sociedade e não apenas a mera substituição de sistema político.

O aprofundamento da decadência do 2º. Reinado deu-se com o decorrer da década de 1880, em grande medida, por força de choques de interesses entre autoridades civis e setores militares. De início lembrava, em alguma medida, o fato gerador da já referida Questão Religiosa. Tanto naquela como na Questão Militar estava em jogo o exercício da autoridade. No caso dos conflitos envolvendo civis e militares, os antecedentes remontavam à época da guerra do Paraguai quando, sob o gabinete Zacarias de Góes (1866-1868), o chefe das tropas brasileiras no campo de batalha, o então marquês de Caxias conspirou para a derrubada do ministro da guerra, Ângelo Moniz da Silva Ferraz, o barão de Uruguaiana, causando um mal estar dentro da elite política civil, que entenderam o fato como uma ingerência da espada em assuntos governamentais.

Nota-se que, assim como entre os agrupamentos políticos, tudo girava em torno da importância que algumas personalidades centrais – Marquês de Olinda, barão de Cotegipe, visconde de Rio Branco, entre outros – ou seja, não haviam partidos, mas lideranças, também, entre os militares, o personalismo foi uma marca determinante dentro da casta armada. Os grandes feitos no exterior trouxe ainda mais prestígio às essas figuras-chave da corporação militar, como foram os casos do duque de Caxias, afinado com os conservadores; o general Osório, marquês de Herval, que mantinha laços de aproximação com os liberais; o marechal Deodoro da Fonseca, outro que ganhou prestígio com a guerra do Paraguai e muito próximo dos conservadores; além, do general Câmara, visconde de Pelotas, ligado ao partido liberal.

Ocorre, entretanto, que uma nova geração de oficiais começava a ser forjada na Escola Militar, instituição que se tornaria reduto dos adeptos do positivismo e da república, entre os quais, o mais ilustre de seus professores, o engenheiro militar Benjamim Constant de Botelho Magalhães, que tão forte influência exerceu na formação justamente desses novos oficiais do Exército. Tínhamos, portanto, por volta de meados da década de 1880 um cenário diferente daquele que fora de costume no decorrer da história do 2º. Reinado, ou seja, o controle dos

oficiais pelos civis por meio de estratégias de cooptação e de oferecimento de prestígio e cargos. A realidade, agora, se mostra outra na medida em que esses novos oficiais constituíam lideranças mais ou menos pulverizadas e, portanto, difíceis de serem controladas.

O ápice da chamada Questão Militar dá-se entre 1883 e 1887. Episódios envolvendo o tenente-coronel Sena Madureira<sup>77</sup> e o coronel Cunha Matos foram os estopins do conflito. Em 1883/1884 Sena Madureira, então comandante da Escola de Tiro do Rio de Janeiro se manifesta publicamente contrário ao projeto de lei impetrado pelo visconde de Paranaguá que previa a contribuição compulsória dos militares ao montepio. Sua manifestação lhe custou uma punição, agravada, posteriormente, para transferência para o Rio Grande do Sul em razão de convite que fizera a um líder abolicionista do Ceará a visitar a escola na qual era comandante. O ato foi considerado ofensivo ao governo civil e por essa razão Senna Madureira voltou a ser punido, agora, com transferência obrigatória para a Escola Preparatória de Rio Pardo, no sul do país, onde servia como comandante nada mais que o Quartel-Mestre (correspondente ao atual chefe das forças armadas) general Manuel Deodoro da Fonseca.

Cunha Matos, por sua vez, torna-se protagonista central, em 1885, de episódio no qual contra atacou pela imprensa o Deputado Simplício Rezende que o havia acusado, anteriormente, no plenário da Câmara dos deputados e na própria imprensa, de ato de covardia no transcurso da guerra do Paraguai. Cunha Matos fora punido, com dois dias de detenção, sob a acusação de que não era permitido a militares manifestações públicas via imprensa. Republicanos, abolicionistas e o próprio Sena Madureira saem em defesa do coronel Cunha Matos deixando claro duas perspectivas inter-relacionadas com a Questão Militar: a primeira que não eram fatos isolados, pois, que delas tomaram partido duas correntes políticas em voga naquela conjuntura histórica, – o republicanismo e o abolicionismo; a segunda que havia, claramente, uma demonstração de força dos oficiais de baixa patente de não mais acatarem ordens do governo civil, tanto, que a mais alta patente do Exército brasileiro de então, o general Deodoro da Fonseca será solidário aos oficiais punidos, contestando não só as punições como, também, a decisão do gabinete de vetar a manifestação de militares via imprensa.

O auge da Questão Militar vem em 1887 quando oficiais do Exército fundam o Clube Militar, no Rio de Janeiro, assumindo, a partir daquela data, a postura de recusa à obrigatoriedade de capturar escravos fugidos, conforme era o costume até então. Tratava-se

---

<sup>77</sup> Antônio de Senna Madureira (Recife, 1841 – Rio de Janeiro, 1889) serviu na Guerra do Paraguai onde terminou por ser prisioneiro das tropas paraguaias lideradas por Solano López.



de uma decisão assumida pelos oficiais e comunicada pelo general Deodoro ao gabinete Ouro Preto. Por essa altura era mais do que evidente que o general Deodoro da Fonseca transformara-se na figura central das contendas políticas que a vieram à tona naquela conjuntura.

Para os opositores do regime monárquico, o general Deodoro tornara-se o aliado fundamental para a efetivação de seus planos. Para os detentores do poder naquele instante era preciso afasta-lo das proximidades da Corte e enviá-lo o mais longe possível das imediações do Rio de Janeiro. Tanto que, após a queda do gabinete Cotegipe (março de 1888), queda esta para qual concorreu fundamentalmente à figura do velho herói da guerra do Paraguai, uma das primeiras providências do novo gabinete sob a presidência de João Alfredo Correia de Oliveira foi exatamente a de enviar o general Deodoro da Fonseca para uma missão especial para os lados do Mato Grosso. A sequência de episódios envolvendo militares e civis neste contexto revela a fragilização da própria supremacia do sistema político imperial:

Os confrontos que compuseram a chamada ‘Questão Militar’ caracterizaram-se pela indisciplina e pela quebra de hierarquia. Trata-se não apenas de uma questão, mas de uma série de episódios, denominados como tal à época e pela historiografia e que opuseram setores militares e o governo durante a década que antecedeu a proclamação da república. [...].

Durante as crises, a divergência em torno da disciplina e da escravidão foi uma das principais questões em jogo. A grande simpatia com que oficiais, inclusive de alta patente, enxergavam o abolicionismo, opunha-se à orientação política do Império escravocrata. Paralelamente, a insatisfação nutrida por militares quanto ao tratamento recebido do governo, juntamente com o desejo de expressão política na imprensa, funcionou como motor do embate que ganhou a esfera pública, através de forte atuação da imprensa, em especial da republicana.<sup>78</sup>

Nesse interim o movimento abolicionista atinge seu clímax com a sanção, pelo Gabinete João Alfredo, da Lei Áurea (lei imperial n.3353) de 13 de maio de 1888. Tratava-se do coroamento de uma causa que mobilizou, sobretudo, a partir dos anos 1880, diversos setores da sociedade – imprensa, estudantes de Direito e de escolas militares, intelectuais, parlamentares, setores do Exército – e que, demandava discussões desde há muito, principalmente, logo após a Independência quando, diversas tratativas sobre a questão do escravo foram havidas entre autoridades brasileiras e representantes do governo britânico, remontando, portanto, à década de 1820.

A batalha antiescravista no Brasil transcorreu, de uma forma geral, em três fases distintas, mas interligadas. A primeira delas compreende o período que vai da assinatura de

<sup>78</sup> NASCIMENTO, Carla Silva do. A questão militar: indisciplina e crise política em meio à crise hegemônica imperial (1868-1889). **Militares e Política**, Rio de Janeiro, Laboratório de Estudos sobre Militares na Política / UFRJ, n. 4, (p. 7-22), jan.-jun. 2009, p. 12.

acordos diplomáticos com a Inglaterra no sentido da proibição do tráfico internacional da Costa da África para o Brasil. Essa fase reflete a grande influência exercida pelos ingleses em assuntos brasileiros, fato decorrido desde os tempos da chegada da Família Real Portuguesa em 1808. Os interesses comerciais britânicos estiveram presentes nos tratados de 1827 acordados entre Inglaterra e Brasil e que, na realidade, renovavam os princípios celebrados nos tratados de 1810, ou seja, as facilidades que governo brasileiro ofereceria à entrada no país de produtos ingleses. No caso específico do tratado de 1827 havia a imposição de uma cláusula, de todo aceita pelo governo brasileiro, na qual este se comprometia em pôr fim ao tráfico de escravos.

Entretanto, tal acordo não foi levado a efeito pelas autoridades visto que estas faziam vistas grossas à entrada de escravos no país. Nova carga diplomática britânica sobre o assunto junto ao governo brasileiro e em 1831 um novo compromisso assumido pelo então ministro da Justiça da Regência, Diogo Feijó. Por meio de lei promulgada em 7 de novembro, o Brasil se comprometia em colocar em liberdade todos os negros introduzidos no país a partir daquela data, prevendo, ainda, punição de prisão para os que desrespeitassem tal lei. Novamente não passara de letra morta visto que os interesses econômicos de variadas origens – companhias de traficantes de negros em conluio com negociantes e fazendeiros – se sobrepuseram à lei.

Na década de 1840 as relações diplomáticas entre os dois países chegam às vias de rompimento e no bojo desse processo, novamente, se encontrava a questão da escravidão. A falta de empenho do governo brasileiro alegada pelo Parlamento britânico leva este a decretar o Bill Aberdeen em 1845 que nada mais era do que a ratificação das cláusulas previstas em tratados anteriores acrescidas, agora, de uma ação mais enérgica por parte da Inglaterra no sentido de atribuir à Real Marinha Britânica o direito de aprisionar navios, em quaisquer pontos dos oceanos, inclusive portos de nações soberanas, sob suspeita de transportar negros escravos.

A ação de combate ao tráfico negreiro por parte ingleses despertou, internamente, um forte sentimento anti-britânico disseminado, sobretudo, por parte de muitos agentes que tomavam parte no comércio de escravos e que tinham influência junto a membros dos partidos políticos e do próprio do gabinete do Império, obrigando o governo brasileiro a dar uma resposta à altura às autoridades inglesas. Os desdobramentos desse fato apontam para duas direções: por um lado será levada a efeito a retaliação promovida pelas autoridades brasileiras contra os britânicos, desembocando no episódio conhecido como Questão Christie, entre 1862 e 1865; por outro lado a questão do tráfico de escravos passa a ser considerada uma questão de Estado a partir do momento que o gabinete chefiado pelo visconde Monte

Alegre (outubro de 1849 a maio de 1852), através de seu Ministro da Justiça, Eusébio de Queirós, apresentou e fez aprovar projeto de lei que determinava, em definitivo, a proibição do tráfico de escravos para o Brasil.

A Lei Eusébio de Queirós de 1850 fechava, assim, um ciclo de luta antiescravista, caracterizada, como vimos, pela forte pressão britânica que ansiosa pela ampliação de mercados consumidores para seus produtos manufaturados empreendeu uma verdadeira cruzada internacional contra o tráfico de escravos. Iniciava-se, a partir de então, a segunda fase do movimento abolicionista no Brasil, marcada, agora, pela institucionalização da questão do escravo, ou seja, talvez até para aplacar as pressões internacionais e da opinião pública interna, as próprias lideranças políticas do governo do Império passam a tratar da questão no âmbito do Parlamento.

Esse período transcorre com debates e propostas pró e contrárias à abolição da escravidão até o gabinete reformista do visconde de Rio Branco (março de 1871 a junho de 1875) quando este apresenta o projeto de lei conhecido como Lei do Ventre Livre, aprovado em 1871, dando mais um passo na direção da realização do projeto abolicionista desejado pelas elites do Império, ou seja, a extinção gradual da escravidão. Na perspectiva das elites do Império a combinação entre a extinção do tráfico (Lei Eusébio de Queirós, 1850) e a concessão de liberdade aos filhos de escravos nascidos a partir de 28 de setembro de 1871 (Lei Rio Branco), a escravidão seria naturalmente extinta no país.

Com a queda do gabinete Rio Branco em 1875, o abolicionismo ingressa em seu terceiro momento, sendo que a partir de agora não mais sob o controle das elites políticas e nem restrito a discussões e debates no espaço parlamentar, mas ganhando dimensão de opinião pública. Associações antiescravistas e protetoras de escravos fugidos, jornais de cunho eminentemente abolicionistas, denúncias de senhores que maltratavam seus escravos, enfim, um movimento público no qual despontavam lideranças dentro de partidos políticos, setores do Exército, intelectuais, destacando entre tantas as de Joaquim Nabuco, João Clapp, José Mariano, José do Patrocínio.

Diante da intensificação da propaganda abolicionista da década de 1880 para dentro, coube ao governo do Império uma resposta tímida, bem de acordo com o espírito do projeto de abolição gradual: o gabinete Saraiva (maio a agosto de 1885) aprova a Lei no. 3270 a 28 de setembro de 1885 concedendo liberdade aos escravos com mais de 65 anos de idade. Abrangia a Lei dos Sexagenários apenas uma pequena parcela da população escrava e mesmo diante da resistência de importantes setores, sobretudo, do Partido Conservador, as pressões vindas da opinião pública em prol da abolição imediata persistem, diante da qual, a Princesa

Regente rende-se apresentando projeto de lei que vem a ser aprovada pelo Parlamento a 13 de maio de 1888.

Com isso estava selada a sorte do Império. A concatenação de todas as questões expõe em público as dificuldades do regime monárquico em atender as novas demandas sociais, políticas e econômicas surgidas a partir dos anos 1870. Ainda que monarquistas importantes como Joaquim Nabuco tentem reformar o regime por dentro, através de propostas modernizantes como a adoção do princípio federalista, tais iniciativas não foram capazes de conter a onda oposicionista que contagiou muitos setores da sociedade e aliada ao coro dos insatisfeitos com o regime – fazendeiros reivindicando indenização pela abolição da escravidão, oficiais do exército não mais dispostos a aceitar ordens dos civis – puseram fim a Monarquia a 15 de novembro de 1889.

Importante enfatizar que é no contexto de crise política, cujo marco inicial encontra-se na queda do gabinete Rio Branco, que se dá o *modus operandi* dos intelectuais paulistas, objeto de nossa pesquisa. Todo repertório de ideias e plataforma política que vão ensejar a ação política propriamente desse grupo se dá em função desse contexto de crise do Império. Ao construir esse repertório os intelectuais de São Paulo levarão em conta o diagnóstico que fazem do país naquele momento histórico, cotejando-o com as novas ideias - cientificismo, positivismo e darwinismo - importadas da Europa e em circulação naquele instante.

## 2.2 Caracterização das elites políticas do império

O entendimento da natureza das elites (origens sociais, treinamento, ocupações profissionais) que controlaram o jogo político do Império em suas diversas etapas e momentos, como visto acima, permite compreender não só as razões da ruptura do sistema político dominante, a partir de elementos de sua própria base de sustentação, como a consequente expansão das estruturas de oportunidades da qual soube aproveitar o grupo de intelectuais paulistas, a partir da queda do Gabinete Zacarias de Góes em 1868, sugerindo a emergência de uma nova elite ou de uma contra-elite, portadora de outro discurso político.<sup>79</sup>

Conforme José Murilo de Carvalho elites políticas são fenômenos tanto na forma de classe política ou elite dirigente que ganharam maior projeção e importância à medida da consolidação da “[...] economia capitalista e da concomitante sociedade burguesa”:

[...] quanto maior o êxito e a nitidez da revolução burguesa, tanto menor o peso do Estado como regulador da vida social e, portanto, tanto menor o

---

<sup>79</sup> ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento:** a geração 1870 na crise do Brasil-Império. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p. 41.

peso do funcionalismo civil e militar e tanto mais representativa a elite política.<sup>80</sup>

Deriva desta assertiva o consenso de que o parâmetro moderno clássico de elite política foi o que se constituiu historicamente na Inglaterra: ao longo do século XIX e parte do XX muitos que exerceram funções políticas eram de origem aristocrática, para quem a política não era vocação nem profissão, mas o exercício do ócio:

[Os] aristocratas, sobretudo os que chegavam a postos de gabinete, eram na maioria pessoas que viviam de rendas, da terra, ou de investimentos. Isso lhes proporcionava o ócio necessário para se dedicarem a lazeres diversos, entre os quais as atividades políticas. A política para eles não era vocação nem profissão, pois raramente dela dependiam para sua subsistência material.<sup>81</sup>

Entretanto, esse modelo não se aplica aos países que tiveram revoluções burguesas tardias ou abortadas como foi o caso de Portugal, de quem o Brasil herdou o modelo de elites políticas. Nesses casos, de acordo com Carvalho, predominou a constituição de uma casta burocrática, treinada especificamente para o exercício dos cargos públicos, oriunda de um tipo particular de nobreza e profissionalmente vinda das áreas jurídicas. No caso dos legistas, afirma Carvalho, sua presença era comum em todos os modelos de Estado moderno, e muito mais acentuado no caso do Estado português:

Os juristas e magistrados exerceram um papel de grande importância na política e na administração portuguesa e posteriormente na brasileira. Tratava-se de uma elite sistematicamente treinada, sobretudo graças ao ensino do direito na Universidade de Coimbra, fundada em 1290. O direito ensinado em Coimbra era profundamente influenciado pela tradição romana trazida de Bolonha. O direito romano era particularmente adequado para justificar as pretensões de supremacia dos reis.<sup>82</sup>

Portanto, a influência dos profissionais do Direito no exercício da política em Portugal e no Brasil é característica de um tipo de Estado que se consolidou a partir da formação e do treinamento de uma elite burocrática, existindo mesmo uma correspondência entre profissionais da área jurídica e elites burocráticas e políticas. Estas elites política originaram-se, fundamentalmente, em termos acadêmicos, da Universidade de Coimbra cujo ensino jurídico enfatizava a tradição romanista, forma pela qual era treinada filosoficamente com a finalidade de justificar o poder real diante da Igreja e dos barões.<sup>83</sup>

---

<sup>80</sup> CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: teatro de sombras. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 25-28.

<sup>81</sup> *Ibid.*, p. 29.

<sup>82</sup> *Ibid.*, p. 31-32.

<sup>83</sup> *Ibid.*, p. 31-33.

Comparativamente ao peso dos profissionais do Direito em Portugal e, por decorrência no Brasil, temos o caso dos Estados Unidos da América, onde a falta de interesse por parte de membros de categorias econômicas por cargos no serviço público abriu espaço para a preeminência de profissionais liberais, especialmente, advogados:

Os advogados, em contraste com os juristas, são típicos produtos da revolução burguesa e da política liberal, pois são profissionais da representação de interesses. Atribuir a eles a representação política era apenas ampliar uma atividade que já exerciam nas relações sociais e econômicas.<sup>84</sup>

De modo que, independente do modelo de Estado adotado – se absolutista ou liberal, as carreiras ligadas à formação jurídica tiveram papéis fundamentais na estruturação dos mesmos seja na forma do predomínio dos juristas ou legistas, no caso dos absolutistas como Portugal, seja na forma dos advogados, no caso dos liberais como os Estados Unidos.

No Brasil, particularmente, tem-se um modelo de elite política, sobretudo até a metade do século XIX, à imagem e semelhança da elite portuguesa, embora não tenha sido um processo linear de transposição, pois, no caso brasileiro, ocorreram algumas particularidades, tais como o fato de que o prestígio político/social encontrava-se vinculado a posse de terras. Apesar desta particularidade, a elite brasileira reproduziu as mesmas estratégias da elite lusitana, primeiro obtendo formação acadêmica em Coimbra e, a partir da criação das faculdades de Direito em São Paulo e Olinda, através destas; também, fez parte dessa estratégia de poder a busca por cargos públicos no Estado.<sup>85</sup>

Tomando como exemplo somente os presidentes de Conselho de Ministros, constituídos entre em 1847 e 1889, tem-se uma comprovação desse modelo de elite política que desenvolveu no Império. Dos vinte e três presidentes que exerceram o mais alto cargo dentro do sistema político imperial (alguns por mais de um exercício como foram os casos de Pedro Araújo Lima – pro quatro vezes –; José Joaquim Rodrigues Torres – por duas vezes –; Luís Alves de Lima e Silva – por três vezes –; Zacarias de Góis e Vasconcelos – por três vezes –; e, José Antônio Saraiva – por duas vezes –), dezoito tinham formação superior em cursos jurídicos. Destes sete obtiveram o bacharelado em Direito na Universidade de Coimbra: Manuel Aves Branco (2º. Visconde de Caravelas), José Carlos de Almeida Torres (Visconde Macaé), Pedro de Araújo Lima (Visconde de Olinda), José da Costa Carvalho (Visconde de

---

<sup>84</sup> CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: teatro de sombras. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 29-30.

<sup>85</sup> *Ibid.*, p. 37-40.

Monte Alegre), Honório Hermeto Carneiro Leão (Marquês do Paraná) e Antônio Paulino Limpo de Abreu (Visconde de Abaeté).<sup>86</sup>

Outro dado revelador é que a partir de 1860 os presidentes que ocupam o cargo são formados em Direito pelas faculdades de Olinda/Recife (oito presidentes) e de São Paulo (quatro presidentes). De onde se pode concluir que os profissionais do Direito, seja como advogado ou como magistrado, foram agentes fundamentais na construção do Estado Imperial por meio do controle dos cargos públicos, eletivos ou não.

Coube, ainda, aos profissionais de Direito, no caso brasileiro, a particularidade do exercício intelectual num país que não possuía campo especificamente conformado. Em grande medida são os egressos das faculdades de Direito que vão produzir obras literárias, manifestos políticos, obras de cunho filosófico, histórico, educacional, sociológico, além, é claro, da principal forma de expressão intelectual do século XIX – a imprensa. Do que se pode depreender que intelectual na sociedade brasileira do século XIX não é o tipo clássico – o intelectual acadêmico, pertencente a sociedades de cultura e ciência, produtor de obras de grande expressão abstrata.<sup>87</sup>

Exemplo clássico desse modelo de intelectual oriundo do campo do Direito que aliou sua formação acadêmica com o exercício da literatura, colaborando com a imprensa e com carreira intensa atividade política foi José de Alencar. Autor de clássicos da literatura romântica brasileira, em especial, o ciclo indigenista formado pelos livros *Iracema* (1865), *Ubirajara* (1874) e *O Guarani* (1857), José de Alencar graduou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco e, em matéria de atuação jornalística engajou-se, principalmente, em *Correio Mercantil* e *Diário do Rio de Janeiro*, veículos onde publicou a versão em forma de folhetim de seus principais livros. Paralelamente, ocupou diversos cargos públicos – nomeado ou eletivo -, ocupando o cargo de Ministro da Justiça e deputado por diversas legislaturas.

Mais do que por tradição de família, por um desdobramento natural da atividade intelectual, o autor d'As Minas de Prata enveredou pela Política. Não experimentaram essa sedução quase todos os escritores brasileiros no século passado, sobretudo durante a Monarquia? A elite intelectual sentia-se no dever de concorrer para a boa marcha dos negócios públicos no país em formação.<sup>88</sup>

<sup>86</sup> Ver Tabela 1: Gabinetes do Império 1847-1889, em Apêndice.

<sup>87</sup> Sobre a ausência de um campo intelectual autônomo no Império afirma Ângela Alonso: “[...] não havia uma camada letrada autônoma no Império: política, historiografia e letras compunham facetas de uma carreira política unificada.” ALONSO, Ângela. **Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p. 58.

<sup>88</sup> BROCA, José Brito. **Ensaio da mão canhestra**. São Paulo: Polis, 1981. p. 163.

A manutenção do equilíbrio político imperial dependeu muito da conformação ideológica dessa mesma elite delineada acima. À medida que o processo de desenvolvimento econômico e urbano do país acelera desequilibra-se o arranjo entre os pilares que sustentavam o Estado monárquico advindo, daí, a crise do Império a partir do último quarto do século XIX em grande medida pelo fato de novas gerações de elites político-intelectuais despontarem de outras regiões e expressarem outros interesses sociais e econômicos.

Voltando aos dados revelados pela tabela<sup>89</sup> temos, a esse propósito, uma sucessão de elites com particularidades definidoras do rompimento do equilíbrio político imperial. Senão vejamos: até a década de 1860 predominou uma elite marcada pela construção do Estado burocrático forjada pelo curso jurídico da Universidade de Coimbra, cuja marca, como foi visto anteriormente, era a defesa da predominância do rei sobre as demais instâncias sociais e políticas. Outro dado relevante é o fato de que até 1860 a maior parte dos presidentes de Conselho de Ministros é originária da região nordeste, representantes da economia decadente daquela região.

Concomitantemente tem-se o extraordinário crescimento econômico com suas consequências no campo social de São Paulo através do café. Fator decisivo para forjar o aparecimento de uma nova elite, formada nos bancos da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, que por meio de suas relações sociais e econômicas, passará a expressar novos interesses de grupo político e classe social, projetando nacionalmente esses mesmos interesses.

Este é o contexto-chave para a compreensão dos objetivos desta pesquisa, ou seja, é exatamente a partir da década de 1860 que uma geração de intelectuais em São Paulo está sendo forjada, após treinamento adquirido ao longo da vida acadêmica na Faculdade de Direito de São Paulo e, especialmente, Américo Brasiliense, Rangel Pestana, Américo de Campos, Francisco Quirino dos Santos, Campos Salles, Prudente de Moraes – principalmente, por meio da imprensa. A partir da década a esse grupo vão se juntar Alberto Salles (com formação incompleta em Engenharia e graduação em Direito pela Faculdade de Largo de São Francisco), e Luís Pereira Barreto (com formação em Medicina obtida na Bélgica).

Por essa razão é que se pode afirmar que a crise do Império pôs a mostra duas coisas: primeiro, que o equilíbrio conservador mantido pela elite política “imagem e semelhança” do velho Portugal colonial havia se rompido; segundo, que uma nova elite vem emergindo nesse contexto que lançará mão de antigos expedientes de oportunidades (formação jurídica,

---

<sup>89</sup> Ver Tabela 1: Gabinetes do Império 1847-1889, em Apêndice.



exercício de cargos públicos), mas, revestido de um novo repertório político de oposição aos valores ideológicos compartilhados pela decadente sociedade do Império.<sup>90</sup>

O papel que virá a ser desempenhado por essa nova elite, em especial, a de São Paulo, será o de buscar um novo equilíbrio recorrendo a outro repertório que pudesse legitimar sua predominância política.

### 2.3 Sociedade imperial: valores e práticas sociais

A emergência dos intelectuais de São Paulo, no contexto de crise do Império, deve ser compreendida como parte de um processo de quebra do equilíbrio político mantido pelas elites até então desde o episódio da maioridade. Não que esses intelectuais tenham sido decisivos para a cisão dentro da fração dominante, mas que, soube aproveitar as oportunidades políticas surgidas por ocasião dessa cisão, fazendo surgir novas palavras-chave no discurso político como república, abolição, federalismo, descentralização, ciência, estabilidade, conciliação, unidade, ordem, imigração, naturalização, instrução, mercado do trabalho, liberdades individuais, laicização, etc.<sup>91</sup>

Embora o Império não tenha possuído um arcabouço teórico capaz de explicar e justificar seu próprio funcionamento – o espírito do regime foi construído colado às próprias circunstâncias de momento e expresso em práticas sociais e instituições políticas peculiares – pode-se afirmar que sua existência assentou-se numa combinação de elementos que lhe conferiu ares de uma sociedade de corte, à moda do Antigo Regime:

O status quo imperial esteve mais representado em modos de pensar e agir do que em doutrinas explicitamente formuladas. O Império não contou com um texto de fundação. Seus princípios básicos estão na Lei de Interpretação do Ato Adicional de 1841, que não toma mais que duas páginas. Os valores estavam encarnados nas próprias práticas políticas.<sup>92</sup>

A elite política dominante construiu uma espécie de tradição através da qual se orientou toda a história do Império. Esta tradição se manifesta em práticas sociais extremamente elitistas, rigidamente hierarquizada e compartilhada por todos os membros

<sup>90</sup> CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: teatro de sombras. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 43-44.

<sup>91</sup> Ângela Alonso utiliza o conceito de estruturas de oportunidades políticas, forjado no campo sociológico por Charles Tilly e Sidney Tarrow, para explicar que momentos de crise das instituições políticas dão margem ao aparecimento de grupos que se encontram insatisfeitos e marginalizados que se juntam em movimentos sociais mais amplos para tirar proveito do contexto e afirmarem suas reivindicações por meio de novas formas de repertório e ação políticas. ALONSO, Ângela. **Idéias em movimento**: a geração 1870 na crise do Brasil- Império. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p. 41.

<sup>92</sup> *Ibid.*, p. 52.

desse seletto grupo, mesmo que fossem conservadores ou liberais. Interessa mais pertencer à pequena família escolhida pelo critério da propriedade – de terras e de escravos – do que ter identificação político-ideológico com algum campo partidário.

Em síntese os elementos característicos da tradição social e política do Império assentavam sobre: aversão a tudo que pude representar mudança, elemento que encontra explicação no fato de que essa elite se estabeleceu após um longo período de conflitos, rebeliões e revoltas decorridas entre o Primeiro Reinado e a Revolta da Praieira em 1848, não se esquecendo das verificadas na Regência; busca incessante de uma identidade nacional que pudesse abrigar os elementos representativos da nação brasileiro, daí o apego à estética do Romantismo naquilo que ele tinha de idealismo e exacerbação simbólica e não mensagem contestadora como em sua versão europeia; o apego ao liberalismo político, mas, com uma leitura muito própria por parte dos principais articulares dessa tradição, retirando todo o seu caráter mais radical como sufrágio universal e vontade popular, e admitindo somente os elementos aparentes como o regime constitucional e o sistema representativo; e, por fim, o apreço ao catolicismo como representação de uma sociedade hierarquizada e estamental, tal como no modelo social medieval, e institucional, visto que a Igreja agia como braço político do Estado Imperial nos rincões mais distantes do território.<sup>93</sup>

Esse modelo de sociedade hierarquizada, conservadora, elitista casou-se perfeitamente ao sistema político dominado pelo conservadorismo adepto de um vocabulário revelador de seus intentos e objetivos: unidade nacional, conciliação, consenso, respeito à ordem. As bases desse sistema estavam presentes, e depois foram colocadas em prática, na Lei de Interpretação do Ato Adicional de 1841, forma de fazer frente à lei de 1837 aplicada na Regência:

Este novo conjunto de leis criava a estrutura político-administrativa centralizada do Segundo Reinado: reinstituía o Conselho de Estado e o Poder Moderador, dormentes na Regência; centralizava o sistema repressivo, limitando mesmo o habeas-corpus. A instância propriamente executiva, a presidência do Conselho de Ministros, detinha poder de indicar os presidentes de província e controlava o preenchimento da burocracia estatal: as nomeações administrativas – da guarda nacional, do judiciário, dos cargos eclesiásticos, do corpo docente das faculdades e do Colégio Pedro II – e as promoções militares. Consolidou-se assim a centralização política.<sup>94</sup>

Essa engenharia social e política mantiveram-se, relativamente intacta, até os inícios da década de 1870 quando sinais de falta de sintonia com a realidade econômica já se faziam sentir. A rápida expansão do café atingindo Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo

---

<sup>93</sup> ALONSO, Ângela. **Idéias em movimento**: a geração 1870 na crise do Brasil-Império. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p. 53-65.

<sup>94</sup> *Ibid.*, p. 67.

desencadeia uma série de consequências impactantes na vida urbana e comercial do país fazendo quebrar o núcleo duro da política conservadora que estava no poder sustentada por grupos políticos vinculados a proprietários de terras e escravos das regiões econômicas decadentes, ainda presas ao modelo colonial e fazendo surgir a emergência de novos grupos sociais econômicos vinculados a economia mais moderna em termos capitalistas e sem vinculações políticas com o status quo dominante.

Aliado a esse contexto de transformações econômicas tem-se as cisões dentro do campo político dominante – 1862, 1866, 1869 – rachando liberais e conservadores em torno de programas extremamente genéricos, mas em geral preconizando reformas e descentralização política que viessem ao encontro desse novo momento histórico vivido pelo país. O Gabinete Rio Branco entre 1871 e 1875 tenta por meio de uma série de reformas, continuar mantendo sob o controle do sistema político hegemônico as demandas dos grupos insatisfeitos com o Império. Aprova a Lei do Ventre Livre, incentiva a imigração europeia, toma medidas reformistas no campo do judiciário, introduz a obrigatoriedade de registros civis tirando da Igreja o monopólio sobre esse particular, propõe reformas no campo educacional e incrementa medidas com a finalidade de oferecer infraestrutura adequada a nova quadra social e econômica vivida pelo país.<sup>95</sup>

Apesar de todas as iniciativas o gabinete reformista do Visconde de Rio Branco não foi capaz de evitar que as demandas e reivindicações dos grupos dissidentes e dos novos grupos emergentes saíssem do controle do sistema hegemônico. As lutas políticas ganham espaços públicos com a promoção de conferências, abertura de clubes e, claro, a forma mais tradicional de oposição política desde os tempos pré-independência: a propagação pela imprensa.

De um lado tem-se os dissidentes liberais, sob denominações diversas, publicando manifestos que remetem ao programa político dos exaltados dos tempos da Regência, responsáveis pelo Ato Adicional de 1834, acenando com a possibilidade de uma revolução e de outro, os novos grupos emergentes sem uma plataforma política específica, mas, que recusam a luta política dentro do sistema estabelecido, ou seja, dentro dos partidos institucionais. Esse é o campo fértil onde palavras-chave como república e abolição ganham maior densidade. Na realidade, o programa liberal dos dissidentes estava à procura de algo novo onde pudesse se encaixar como repertório e plataforma pública de demanda.

---

<sup>95</sup> ALONSO, Ângela. **Idéias em movimento:** a geração 1870 na crise do Brasil-Império. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p. 80-86.

A hipótese com se trabalha nesta pesquisa é que não havia uma cultura política republicana estabelecida à espera de uma conjuntura histórica propícia para aproveitar e lançar as bases de um movimento político mais amplo, no caso o movimento em prol da república. Uma prova dessa afirmação é possível obter a partir de um rápido exame dos percursos prosopográficos dos intelectuais de São Paulo, tidos tradicionalmente pelos estudiosos do período como republicanos e abolicionistas. Vejamos alguns casos: Américo Brasiliense vem de família ligada ao Partido Conservador e ele mesmo foi candidato pelas hostes liberais; Rangel Pestana, Prudente de Moraes e Campos Salles são membros do Partido Liberal. Portanto, entende-se ser mais plausível compreender que dissidentes e emergentes souberam compreender e a aproveitar as estruturas de oportunidades abertas no edifício do Império e para tanto construíram um novo vetor institucional – o Partido Republicano – que reunirá em seu programa antigas demandas dos liberais revistadas de uma roupagem nova sob a denominação de república e abolição.

### CAPÍTULO 3 ITINERÁRIOS

A retomada da história dos intelectuais na França entre as décadas de 1970/1980 contribuiu para o desenvolvimento de pesquisas que tomam como opção teórica as noções de trajetórias, estruturas de sociabilidade e geração, desenvolvidas por Jean-François Sirinelli.<sup>96</sup>

A partir da reconstituição de trajetórias (recuperação de itinerários individuais) é possível tomar conhecimento das complexas redes de sociabilidade que estruturam a formação e as relações de grupos de intelectuais, revelando sua forma de atuação pública e seu repertório ideológico, político, estético e artístico. A noção de itinerário, segundo Sirinelli<sup>97</sup> traz possibilidades de mapeamento do território do engajamento intelectual, permitindo estudar não só os grandes intelectuais como, também, os de menor expressão em uma dada época. Além disso, a recuperação dos itinerários individuais facilita identificar a evolução de um grupo de intelectuais oriundos de uma matriz comum.

Articuladas às trajetórias individuais temos a noção de estruturas de sociabilidade que fornecem o amálgama aos grupos de intelectuais materializados na organização de grêmios e associações de natureza político-partidária, no alinhamento em doutrinas filosófico-ideológicas e na atividade de contestação ao regime político dominante, ao status quo, ao sistema de valores, etc. Por outro lado, o conhecimento das estruturas de sociabilidade revelam os microcosmos que nada mais são do que territórios onde intelectuais promovem suas ações públicas seja na forma de produção de ideias (imprensa, por exemplo), seja na forma de militância política (partido político, por exemplo).

Conjugados à noção de estruturas de sociabilidade, ainda de acordo com Sirinelli, tem-se duas variantes conceituais com aplicação prática relevante: o conceito de redes que compreende a formação intelectual compartilhada, as relações de parentesco, os posicionamentos ideológicos, as estratégias de atuação e as experiências conjugadas; e, o conceito de microclimas que compreende os espaços e lugares onde propriamente se verifica o funcionamento das redes: Todo grupo de intelectuais organiza-se também em torno de uma

---

<sup>96</sup> Especialmente os seguintes trabalhos: SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. (Org.). **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003. p. 231-270; SIRINELLI, Jean-François. Le hasard ou la nécessité? Une histoire en chantier: l'histoire des intellectuels. **Vingtième Siècle**. Revue d'Histoire, Paris, n. 9, p. 97-108, janv/mars, 1986.; SIRINELLI, Jean-François. Este século tinha sessenta anos: a França dos sixties revisitada. **Tempo**, Rio de Janeiro, n. 16, p.13-33, 2004.; SIRINELLI, Jean-François. De la demeure à l'agora: pour une histoire culturelle du politique. **Vingtième Siècle**. Revue d'Histoire, Paris, n. 57, janv/mars, p. 121-131, 1998.; SIRINELLI, Jean François. Génération et histoire politique. **Vingtième Siècle**. Revue d'Histoire, Paris, n. 22, avril/juin, p. 67-80, 1989.

<sup>97</sup> SIRINELLI, op. cit., p. 245-247, 2003.

sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver.<sup>98</sup>

Levando em conta as sinalizações teóricas acima referidas passa-se, então, a caracterizar a trajetória dos membros desse grupo de intelectuais que se constituiu em São Paulo no contexto da crise do Império a partir da década de 1870. Trata-se de um grupo de intelectuais, bacharéis egressos da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em sua grande maioria e que tiveram grande inserção na imprensa, vetor cultural mais importante naquele contexto histórico. De um modo geral, pertencem, os membros desse grupo, a uma geração nascida entre os anos 1830 e 1840, egressos de famílias do interior paulista, na sua grande maioria e que buscarão, no decorrer do final do século dezenove, uma inserção social através da política.

Pretende-se reconstituir, neste capítulo, as trajetórias dos integrantes do grupo de intelectuais que se constituiu e atuou em torno de espaços comuns a todos os membros, espaços esses que estamos denominando de microclimas, dentre os quais podemos citar a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, agremiações partidárias, irmandades maçônicas, dentre elas a Loja América, localizada na cidade de São Paulo e a imprensa, onde gravitaram em torno das publicações *A Província de São Paulo*, *A Gazeta de Campinas*, *O Almanaque Literário de São Paulo*, *O Cabrião* e *Diário Popular*, além de pequenas folhas acadêmicas. Compartilharam, ainda, atividades profissionalizantes em bancas de advogados e instituições de ensino como o Colégio Pestana, em São Paulo, e o Colégio Culto à Ciência, em Campinas. Tomaram parte, por diversas vezes, em manifestos e congressos partidários e de agricultores, assinando petições divulgadas publicamente.

Tomamos como membros desse grupo Américo Brasiliense de Almeida e Mello (1833-1896), Américo Brasília de Campos (1835-1900), José Maria Lisboa (1838-1918), Francisco Rangel Pestana (1839-1903), Luiz Pereira Barreto (1840-1923), Francisco Quirino dos Santos (1841-1886), Prudente José de Moraes e Barros (1841-1902), Manuel Ferraz de Campos Sales (1841-1913) e João Alberto Sales (1857-1904). Além da origem bacharelesca e da imprensa, os membros desse grupo compartilharam outras experiências em comum tais como a participação em manifestos, convenções e partidos políticos, projetos educacionais e lojas maçônicas.

Na imprensa, em particular, esse grupo esteve envolvido na criação de publicações regulares, além de participações em outras de caráter mais efêmeros como folhas acadêmicas

---

<sup>98</sup>S IRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. (Org.). **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 248.

e satíricas. No todo esse conjunto de publicações esboçou um projeto político e ideológico desse grupo de intelectuais. Interessa-nos, fundamentalmente, compreender a inserção desse grupo no contexto das transformações culturais, sociais, econômicas e políticas que o Brasil vinha passando. Compreender as opções filosóficas e ideológicas adotadas pelo grupo nos permitirá ter noção de seu repertório político.

A seguir passa-se a descrever a trajetória de cada dos membros desse grupo, levando em conta a aproximação etária, do mais velho, Américo Brasiliense, nascido na década de 1830, para o mais jovem, Alberto Sales, nascido na década de 1850. Procura-se, ainda, na descrição prosopográfica de cada membro do grupo, detalhar alguns aspectos que reputamos relevantes: as relações familiares, a formação acadêmica, o exercício profissional, o conjunto de publicações (seja em forma de livros ou artigos para imprensa, seja na forma de circulares político-partidárias, manifestos e panfletos) e atuação institucional via cargos eletivos ou associativos.

### 3.1 Américo Brasiliense<sup>99</sup>

O mais velho membro do grupo, nascido em São Paulo em 08 de agosto de 1833. Filho de Francisco Antônio de Almeida Mello, bacharel em Direito e influente político do Partido Conservador na região de Sorocaba, interior de São Paulo, e de Felizarda Joaquina Pinto. Casou-se, em 1862, com Marcelina Lopes Chaves, filha do Barão de Santa Branca, Francisco Lopes Chaves, influente político da região do Vale do Paraíba, região pela qual foi eleito por duas legislaturas provinciais (1846-1847 e 1848-1849).

Ingressou na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco em 1855 vindo a bacharelar-se em 1860. Cinco anos após obter o grau de bacharel apresentou tese de doutorado vindo a conquistar o título e com ele o direito de lecionar em cursos jurídicos do país. Assim sendo, apresentou-se como candidato a professor da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco em 1870 em um concurso que ficou marcado pelas controvérsias políticas do momento. A vaga aberta na Academia em razão do jubileamento do Conselheiro Antônio Joaquim Ribas e da promoção de Clemente Falcão de Souza Filho, o catedrático de direito civil, fora disputada por três candidatos: Américo Brasiliense, Carlos Leôncio da Silva Carvalho e José Joaquim de Almeida Reis. Os três foram considerados aprovados sendo que

---

<sup>99</sup> As informações para a reconstrução da trajetória de Américo Brasiliense foram tiradas de MACHADO, Alcântara. O concurso de Américo Brasiliense. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, v. 30, p.5-24, dez. 1936; PESTANA, R. F. O dr. Américo Braziliense. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1877**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo/Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982a.

Américo Brasiliense ficara classificado em 2º. lugar, Almeida Reis em 1º. e Leôncio Carvalho em 3º. lugar. Apesar dessa ordem classificatória a escolha do governo do Império recaiu sobre Leôncio Carvalho.<sup>100</sup>

Tais procedimentos não eram incomuns na nomeação de professores para as instituições escolares do Império. A influência política na escolha de lentes era habitual como atesta Spencer Vampré em suas memórias sobre a Faculdade de Direito de São Paulo.<sup>101</sup>

Contava contra Américo Brasiliense o fato de que, embora filho de influente político conservador do interior de São Paulo, seguira a carreira política nas fileiras do Partido Liberal e, a partir de 1870, como signatário do Manifesto aderiu a causa republicana.

Apesar dessas circunstâncias político-partidárias, Brasiliense volta a pleitear uma cadeira de professor na Faculdade de Direito de São Paulo em 1882 candidatando-se seguidamente em três concursos da instituição vindo a ser aprovado no terceiro e nomeado em 11 de setembro daquele ano. A 22 de setembro toma posse do cargo:

Declarando o Conselheiro Presidente que, segundo o aviso prévio, achava-se reunida a Congregação a fim de dar posse ao Doutro AMERICO BRAZILIENSE DE ALMEIDA MELLO, nomeado lente substituto desta Faculdade, por Decreto Imperial de onze do corrente mez, e feita por mim secretário a leitura do referido decreto, foi o Doutor Americo Braziliense de Almeida Mello recebido com as formalidades do estylo á sala das sessões, prestou juramento de bem servir ao dito cargo, e assignado o respectivo termo, tomou assento á meza da Congregação no lugar competente, á direita.<sup>102</sup>

Contou a favor de Brasiliense neste concurso em particular sua rede de contatos e amizades junto ao governo do Império, fato comprovado por intensa correspondência trocado entre o próprio Américo Brasiliense e o Conselheiro Dantas, Martim Francisco, Bento Paula Sousa, M. Alves de Araújo, J. S. Carrão, Homem de Mello, Visconde de Paranaguá, Martim Francisco Júnior, Leão Vellozo, Cyro de Azevedo e Domingos d'Azevedo. Em uma dessas correspondências datada de 21 de setembro de 1882, Leão Vellozo, então respondendo pelo Gabinete do Ministro do Império, afirma:

Confirmando o que anteriormente lhe havia dito, repito que foi com o maior prazer que referendi o Decreto de sua nomeação, que só deve aos seus merecimentos. O título não seguiu logo porque o Conso. Paula Souza havia ficado de ir busca-lo na Secretaria, e como se demorasse em fazê-lo, foi então enviado ao Presidente da província com officio de 18 do corrente. O

<sup>100</sup> MACHADO, Alcântara. O concurso de Américo Brasiliense. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, v. 30, p.5-24, dez. 1936.

<sup>101</sup> VAMPRÉ, Spencer. *Memórias para a história da Academia de São Paulo*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1977. v.2.

<sup>102</sup> Ata da Sessão da Congregação da Faculdade de Direito de São Paulo de 22 de setembro de 1882, citada por MACHADO, op. cit., p. 10.



meu oficial de gabinete Antônio Felizardo Cupertino do Amaral, oficial da Secretaria do Império, talvez vá a S. Paulo fazer exame do 1º. ano.<sup>103</sup>

Paralelamente às suas iniciativas acadêmicas, exerceu profissionalmente a advocacia em Sorocaba e Campinas, cidade onde teve oportunidade, ainda, atuação educacional, além de aproximar-se do tipógrafo José Maria Lisboa, português e integrante do grupo de intelectuais paulistas:

A ele chegou-se um dia o sr. Caldeira, diretor de um colégio de meninos e pediu-lhe para dar algumas preleções no seu estabelecimento de educação. O pedido do inteligente diretor foi satisfeito: as preleções foram dadas e o publico hoje as conhece porque o sr. José Maria Lisboa as editou em um livro, que tem merecido muitos louvores.<sup>104</sup>

Suas atividades como advogado tiveram continuidade na capital paulista a partir de 1874 quando estabeleceu residência em São Paulo. Data dessa fase fato, que sua residência tornara ambiente de encontro e discussão de grupos políticos insatisfeitos com os rumos do Império:

Nessa casa do canto do Largo da Sé reúnem-se habitualmente conservadores, liberais, republicanos, ultramontanos e católicos livres. Todos se estimam, conversam e discutem vindo à baila as questões da época. Ninguém se insulta e a harmonia reina sempre entre os frequentadores da sala vermelha do chefe republicano.<sup>105</sup>

Ainda no campo profissional do Direito, foi juiz municipal e de órfãos na localidade de Faxina do Itapeva (atual Itapeva), cargo para o qual fora nomeado em 1858, demitindo-se da função no ano seguinte a fim de estabelecer residência na capital.<sup>106</sup>

Sua vida pública teve início na mesma Sorocaba durante o período em que por lá mantinha banca de advocacia. Rangel Pestana, um de seus biógrafos e membro do grupo de intelectuais paulistas, descreve o curioso fato que marcou o lançamento do nome de Américo Brasiliense para a vida pública:

Os conservadores da localidade [Sorocaba] incluíram o nome do Dr. Américo Braziliense na sua chapa para vereadores, ou com o fim de prendê-lo aos interesses do partido, ou por atenção ao Dr. Francisco Antônio. O resultado, porém, não correspondeu á esperança. Um desafeiçoado ao jovem candidato tirou-lhe parte da votação e ele não entrou na câmara. A derrota, a pretexto de servir de estímulo aos brios, proporcionou-lhe o meio de entrar na politica seguindo o impulso de suas opiniões. Daí em diante o pai,

<sup>103</sup> MACHADO, Alcântara. O concurso de Américo Brasiliense. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, v. 30, p. 5-24, dez. 1936.

<sup>104</sup> PESTANA, R. F. O dr. Américo Braziliense. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1877**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982a.. p. 88.

<sup>105</sup> Ibid., p. 88.

<sup>106</sup> Ibid., p. 83.

retraindo-se, cedeu o passo ao filho e o partido liberal de Sorocaba teve à sua frente o Dr. Américo Brasiliense.<sup>107</sup>

Eleito deputado provincial pelo 5º. Distrito assume o mandato na condição de 1º. Secretário (1858), Vice-Presidente (1863) e Presidente (1864) da Assembleia Legislativa paulista. Entre 1866 e 1867 exerceu a Presidência da Província da Paraíba do Norte, nomeado pelo então Gabinete do Marquês de Olinda. Eleito em 1867, deputado à Assembleia Geral pelo 1º. Distrito paulista assume a cadeira legislativa do Império. No ano seguinte é nomeado pelo Gabinete Zacarias à Presidência da Província do Rio de Janeiro, função na qual permaneceu, por força da crise política que levaria à queda do Gabinete chefiado pelo Conselheiro Zacarias e da ruptura dentro do Partido Liberal entre históricos e progressistas, por apenas quatro meses.

Em 1870, seguindo o caminho tomado por muitos políticos da época, opta em se afastar dos partidos do Império e assina o Manifesto Republicano no Rio de Janeiro, fato que o credenciará a tomar lugar em diversas outras iniciativas do movimento republicano como a Convenção de Itu, ocorrida em 1873, convenção esta que fez fundar o Partido Republicano Paulista.

Outra face da trajetória de Américo Brasiliense foi sua intensa atividade maçônica, fundando em 1868, com outras lideranças locais, a Loja América, em São Paulo, entidade que reuniu círculo de importantes protagonistas dos movimentos republicano e abolicionista e adeptos do ideário liberal-burguês.

Uma das figuras centrais [...] na província de São Paulo foi o maçom da Loja América, Américo Brasiliense. Sobre este líder republicano, Rangel Pestana, que também pertenceu ao quadro da América, escreveu que após graduar-se bacharel pela Faculdade de Direito em 1855, aos 22 anos, iniciou sua vida pública em Sorocaba, advogando por lá em 1856 e 1857. Naquele período, iniciou também sua carreira política, estando à frente do Partido Liberal de Sorocaba, sendo eleito deputado à Assembleia Província, da qual se tornou 1º. Secretário.<sup>108</sup>

Concomitante às suas atividades acadêmicas, profissionais, maçônicas e político-partidárias, Américo Brasiliense escreveu obras de caráter jurídico e histórico, tornando-se, mesmo, uma espécie de ideólogo do grupo de intelectuais ora investigados. Em 1878 publicou *Os programas dos partidos e o Segundo Império*, obra na qual, Américo Brasiliense faz um

<sup>107</sup> PESTANA, R. F. O dr. Américo Brasiliense. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1877**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982a. p. 82.

<sup>108</sup> RIBEIRO, Luaê Carregari Carneiro. **Uma América em São Paulo: a maçonaria e o partido republicano paulista (1868-1889)**. 2011. 179 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. p. 115.

apanhado histórico da evolução dos partidos políticos surgidos Brasil, desde o período regencial, 1831, até o surgimento do partido republicano, em 1870.<sup>109</sup>

A análise dessa obra permite-nos ter uma ideia dos fundamentos de seu pensamento a começar pela própria maneira em que vai expondo os programas dos partidos políticos criados ao longo do Império. Trata-se de uma exposição cronologicamente evolutiva com a explícita intenção de propor uma visão teleológica da história política brasileira que encontraria na criação do Partido Republicano em 1870 sua realização definitiva.

Inicia sua exposição com o programa do Partido Liberal em 1831 surgido no imediato pós-abdicação do Imperador Pedro I. O programa desse partido é consequência do embate entre as alas moderada e exaltada que, nas palavras de Brasiliense, “[...] para evitar que novas desordens nascessem da desarmonia que reinava, e dificultasse a realização das reformas, o moderado aceitou princípios do exaltado.”<sup>110</sup> Sob a bandeira liberal emergem os princípios políticos gerais que deveriam reger o país a partir de então: monarquia federativa, extinção do Poder Moderador, eleição bienal da Câmara dos Deputados, Senado eletivo e temporário, supressão do Conselho de Estado, Assembleias Legislativas Provinciais, com duas Câmaras e intendentess municipais com as mesmas atribuições dos Presidentes de Províncias.<sup>111</sup>

Continua sua exposição no capítulo seguinte fazendo menção a criação do Partido Conservador em 1837, fruto, de acordo com Brasiliense, dos conflitos políticos envolvendo o então Regente Diogo Feijó com os poderes legislativo e executivo. A subida de Pedro de Araújo Lima ao poder regencial ocasionaria uma freada no avanço da política liberal e a imposição de limites ao Ato Adicional por meio de uma lei de interpretação cujo conteúdo, Brasiliense entende como sendo a base programática do Partido Conservador: resistência a inovações políticas, restabelecimento do Conselho de Estado, centralização política. Eis o tripé em que se formou o Partido Conservador e em torno do qual, ainda conforme Brasiliense, havia de girar toda a sua vida como agremiação política.<sup>112</sup>

Dando continuidade a sua exposição de programas partidários, Américo Brasiliense situa três momentos da vida política brasileira ao longo da década de 1860: o surgimento do Partido Progressista, em 1862, formado por “liberais e conservadores moderados”, cujo programa servira de base para o gabinete Zacarias de Góes e Vasconcelos (24 de maio de

---

<sup>109</sup> Utilizamos como referência a edição de 1979, publicação conjunta do Senado Federal e da Fundação Casa de Rui Barbosa, inserida na coleção Bernardo Pereira de Vasconcelos e com introdução de Washington Luís Neto.

<sup>110</sup> MELO, Américo Brasiliense de Almeida e. **Os programas dos partidos e o segundo Império**. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1979. p. 17.

<sup>111</sup> Ibid., p. 19-20.

<sup>112</sup> Ibid., p.22.

1862). O programa desse partido, segundo Brasiliense, pautava por uma plataforma tipicamente liberal defendendo descentralização administrativa, respeito à norma constitucional de divisão dos poderes, reforma do sistema eleitoral e de representação parlamentar, além de preconizar reformas em outros níveis da estrutura do Estado tais como judiciário, guarda nacional e política econômica, entre outras. O fato é que na prática, pouco ou quase nada desse programa, foi efetivamente aplicado;

Uma fratura dentro do campo liberal levou ao rompimento dos chamados liberais históricos com os progressistas dando origem em 1868 ao Partido Liberal Radical. Este, por sua vez, lança mão de um programa em muito parecido com o da liga progressista baseado, fundamentalmente, em três pontos: reforma do sistema eleitoral na qual era prevista a eleição direta, extinção da Guarda Nacional e reorganização política sobre bases mais liberais. No entorno dessa agremiação estavam velhas figuras do campo liberal dentre os quais o Conselheiro Nabuco, Ottoni, Sinimbu e Zacarias de Góes.<sup>113</sup>

Finalmente, na parte final de seu livro, Américo Brasiliense apresenta o programa do Partido Republicano surgido no Rio de Janeiro em novembro de 1870. O capítulo é acompanhado da publicação, na íntegra, do manifesto que deu origem ao partido e nas páginas seguintes faz uma compilação de documentos e manifestos tirados de reuniões e congressos republicanos especialmente em São Paulo.

A produção bibliográfica de Américo Brasiliense abrange, também, a publicação dos livros de exaltação à história do Brasil e, especialmente, à história paulista, caso particular de seu livro *Lições de História Pátria*. Américo Brasiliense tem um lugar importante no grupo estudado na medida em que combinam várias faces, como produtor de ideias e ativista social e político. Articula reuniões, cria espaços próprios de convivibilidade, como a irmandade maçônica América, toma parte em publicações importantes como *A Província de São Paulo*, onde foi um de seus redatores por algum tempo e no *Almanaque Literário de São Paulo*, como colaborador frequente.

### 3.2 Américo de Campos<sup>114</sup>

---

<sup>113</sup> MELO, Américo Brasiliense de Almeida e. **Os programas dos partidos e o segundo Império**. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1979. p. 42-43.

<sup>114</sup> Informações tiradas para a reconstrução da trajetória de Américo de Campos de: FELISARDO JUNIOR, J. Américo de Campos. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o Ano de 1878**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo/Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982. p. 145-155.

Nascido em Bragança Paulista, interior de São Paulo a 12 de agosto de 1835, Américo de Campos era filho de Bernardino José de Campos e de Felisbina Gonçalves. Após seu nascimento mudou-se com a família para o interior de Minas Gerais, permanecendo nesta região até por volta de 1844/1845 quando, então, passa a residir em Campinas, cidade onde realiza os primeiros estudos escolares, oportunidade em que trava amizade com Carlos Gomes:

Em parte, arrastado pela natural vocação; em parte, pela convivência com o nosso estimado maestro Carlos Gomes, que era então seu condiscípulo e amigo e já músico de certa força, Américo fazia o prodígio de dar conta de seus estudos e ficar ainda com algumas horas vagas, que dedicava ao consciencioso cultivo da música. Era com entusiástica gravidade que no coro da Igreja de Campinas, por ocasião de solenidades religiosas, ao lado de Carlos Gomes, ele marcava o compasso e soltava a voz com místicas harmonias.<sup>115</sup>

Em 1853 chega a São Paulo para fazer cursos preparatórios, ingressando na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco em 1856<sup>116</sup> e bacharelando-se em 1860, mesmo ano em que contraiu matrimônio. De sua passagem como acadêmico de Direito do Largo de São Francisco ficaram registrados por seus biógrafos sua dedicação às ciências matemáticas e à filosofia; o cultivo da paixão pela música nascida nos tempos de Campinas e o interesse pelo teatro. Elizabeth Ribeiro de Azevedo conta-nos que Américo de Campos, quando estudante na Academia Paulista, escreveu uma peça teatral intitulada *O Concílio das Comadres*, peça em um ato, uma comédia, que foi levada à cena em 1866, seis anos após ter se bacharelado.<sup>117</sup>

Profissionalmente, na área do Direito, atuou como promotor nomeado em 1861 na cidade de Itu, interior de São Paulo, permanecendo nessa função até 1863.<sup>118</sup>

Entre 1865 e 1866 mantém escritório de advocacia em São Paulo. Além da advocacia, sua ação profissional deu-se com mais notoriedade e ênfase por meio da imprensa. Em 1865 entra para o Correio Paulistano, que à época contava em seu corpo administrativo com o tipógrafo José Maria Lisboa. *O Correio Paulistano*, surgido em dezembro de 1831, por

---

<sup>115</sup> FELISARDO JUNIOR, J. Américo de Campos. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o Ano de 1878**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo/Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982. p. 146-147.

<sup>116</sup> VAMPRÉ, Spencer. **Memórias para a história da Academia de São Paulo**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1924. v. 1. p. 475.

<sup>117</sup> AZEVEDO, Elizabeth Ribeiro de. **Um palco sob as arcadas: o teatro dos estudantes de Direito do Largo de São Francisco**. São Paulo: Annablume, 2000.

<sup>118</sup> Aproveitando-se de sua estadia em Itu, lembra Felisardo Junior, que Américo de Campos aproximou-se de Elias Lobo, regente e compositor de música erudita e radicado naquela cidade. FELISARDO JÚNIOR, 1982. op. cit., p. 152.

iniciativa de José Gomes Segurado, adotou uma postura de defesa do governo geral da Província de São Paulo. Após um período de interregno, voltou a circular em junho de 1854, agora sob a feição inteiramente moderna, tendo por redatores, primeiramente Pedro Taques de Almeida Alvim, seguido por Quirino dos Santos.

A entrada de Américo de Campos para *O Correio Paulistano* pode ser atribuída à mudança de direção política desta folha paulistana, visto que seu proprietário à época, Azevedo Marques, não era um grande entusiasta da causa republicana, embora membro do Partido Liberal. Américo de Campos permanece neste jornal até 1874 respondendo pela redação, enquanto que José Maria Lisboa respondia pela gerência. Deveu-se sua retirada *d'O Correio*, provavelmente em razão de obstáculos impostos pelo proprietário do jornal:

De repente, porém, e por circunstâncias que não me cumpre investigar, o proprietário do Correio voltou a face àquelas ideias e tacitamente constringia o seu redator a não aventurar-se tanto [...] Coagido a mascarar os princípios que sinceramente defendia, Américo de Campos seguiu os impulsos de sua probidade política. Afastou-se do Correio Paulistano que o teve por único redator de 1866 a 1874.<sup>119</sup>

Concomitantemente ao seu trabalho no *Correio Paulistano*, Américo de Campos manteve intensa atividade entre 1866 e 1867 junto ao jornal humorístico *O Cabrião*, um dos marcos da imprensa satírica em São Paulo durante o Império. Em sua redação, Américo de Campos dividia o posto com Antônio Manuel dos Reis e o notável caricaturista de origem italiana Ângelo Agostini<sup>120</sup> radicado em São Paulo e já bastante conhecido à época pelas lides da imprensa paulistana com passagem marcante pelo *Diabo Coxo*, semanário satírico que circulou na capital paulista entre 1864-1865 sob a direção do líder abolicionista, Luís Gama.

A proposta do jornal era promover uma crítica bem humorada à oligarquia paulistana da época, representada pelo jornal *Diário de São Paulo*, porta-voz dos conservadores paulistas, ao clero, aos costumes da época, a figuras notáveis da vida política, religiosa e jurídica do país. As constantes críticas e a verve anticlerical de *O Cabrião*, levaram Américo de Campos, enquanto redator do mesmo, a ser processado por Cândido da Silva (proprietário do “Diário de São Paulo”) sob a acusação de ofender a moral e a religião em virtude de uma caricatura publicada na edição de 04 de novembro de 1866. O episódio que originou o processo teria surgido de uma caricatura publicada no número 6 na qual Agostini desenha

<sup>119</sup>FELISARDO JUNIOR, J. Américo de Campos. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o Ano de 1878**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo/Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982. p. 154.

<sup>120</sup> Sobre Ângelo Agostini ver: BALADAN, Marcelo. **Poeta do lápis: sátira e política na trajetória de Ângelo Agostini**. Campinas: Ed. Unicamp, 2009.

“[...] uma cena que representava uma patuscada entre mortos e vivos alcoolizados, após um regabofe, dançando e bebendo em larga camaradagem.”<sup>121</sup>

O desenrolar do processo contra movimentou o público leitor não só do próprio semanário como de outras folhas que circulavam na capital paulista época com notas de protestos publicadas pelos próprios editores do semanário. Ao final do processo, fora dado como inocente o jornal e absolvido o responsável por sua publicação.<sup>122</sup> Assim como outros jornais do mesmo gênero, teve curta duração (entre setembro de 1886 e setembro de 1867) e sua existência, neste contexto histórico local, pode ser entendido como um retrato das tensões culturais que marcaram a transição da São Paulo provinciana para a capital paulista, símbolo do grande centro político, econômico, financeiro e cultural que viria a se tornar.

Ao deixar o *Correio Paulistano*, em meados de 1874, Américo de Campos, funda, ao lado de José Maria Lisboa e de Rangel Pestana o jornal *A Província de São Paulo*, que passa a circular em 1875, exercendo a função de diretor. O jornal surge com uma proposta não partidária, mas, abertamente de conteúdo republicano. No entorno de Américo de Campos-Rangel Pestana-José Maria Lisboa vão se juntar os demais membros do grupo de intelectuais paulistas. Com o passar do tempo *A Província de São Paulo* tornar-se-á o principal instrumento de divulgação da plataforma e do repertório político dos intelectuais de São Paulo. Américo de Campos permanece à frente de *A Província de São Paulo* até outubro de 1884, quando da entrada de Alberto Sales (irmão de Campos Sales), que adquire parte do capital que lhe pertencia.

Em 1884 criou, com o mesmo José Maria Lisboa, outro jornal, *O Diário Popular*, cujo primeiro número circulou a 08 de outubro daquele ano. No *Diário Popular*, Américo de Campos ocupou a função de redator até 1890, quando então deixa o jornal para responder como cônsul brasileiro em Nápoles, nomeado que fora a 23 de março de 1890. Tal qual aos demais membros do grupo de intelectuais ora estudados, Américo de Campos, também, empreendeu intensa atividade maçônica, sendo iniciado ainda quando estudante de Direito, provavelmente na Loja Amizade. Foi um dos fundadores da Loja América, confraria que reuniu núcleo importante do grupo, fundada em 09 de novembro de 1868, e que se tornou “um vibrante centro abolicionista e republicano”<sup>123</sup> na capital paulista.

<sup>121</sup> SANTOS, Délio Freire dos. Primórdios da imprensa caricata paulistana: o Cabrião. In: AGOSTINI, Ângelo; CAMPOS, Américo de; REIS, Antônio Manoel dos. **Cabrião: semanário humorístico**. 2. ed. São Paulo: Ed. UNESP:Imprensa Oficial do Estado, 2000. p. xxxvii.

<sup>122</sup> Ibid., p. xxxvii.

<sup>123</sup> CASTELLANI, José. **A maçonaria e o movimento republicano brasileiro**. São Paulo: Traço, 1989. p. 51-52.

As atividades de Américo de Campos, portanto, o inserem no contexto do grupo de intelectuais como uma espécie de articulador do mesmo, sem, no entanto, ser autor de uma obra literária ou ensaística de relevo. Esteve presente em reuniões e congressos de ativistas republicanos além de escrever notas de divulgação crítica pela imprensa e integrar clubes e associações. Escreveu a circular de 10 de novembro de 1873. Compôs a comissão que elaborou o documento *Bases para a Constituição do Estado de São Paulo formuladas pela Comissão Permanente do Congresso Republicano e Submetidas ao Estudo e Aprovação deste*. Tomou parte do Congresso Republicano de São Paulo realizado entre 5 e 8 de abril de 1874.<sup>124</sup>

### 3.3 José Maria Lisboa<sup>125</sup>

Nascido em Lisboa em 18 de março de 1838 imigrou para o Brasil aos 18 anos passando a radicar-se em São Paulo a partir de 1856. Em Portugal exerceu a profissão de tipógrafo e com essa experiência ao desembarcar na capital paulista passou logo a exercer as mesmas funções dentro da imprensa local. Casou-se em 1864, com Ana Joaquina de Souza e Castro, irmã do ativista abolicionista Antônio Bento de Souza e Castro, líder dos caifazes, organização que agia na capital e no interior paulista promovendo a fuga de escravos das fazendas.

Sua atuação dentro do grupo de intelectuais de São Paulo foi a promover condições materiais para a publicação de obras coletivas como o *Almanaque Literário de São Paulo* entre outras. De modo que sua ação é essencialmente de homem de imprensa. Logo que chegou a São Paulo foi admitido pela tipografia do jornal *Correio Paulistano*, principal veículo de imprensa paulistana à época. Permanece nesse posto até 1859 quando, por razão de

---

<sup>124</sup> Esteve presente na reunião de 18 de janeiro de 1872, em casa de Américo Brasiliense, integrando grupo que deu origem ao Partido Republicano Paulista. Nesta mesma reunião tomou parte da comissão embrionária do partido ao lado do próprio Américo Brasiliense e de Manoel Ferraz de Campos Salles. Tomou parte do Congresso Republicano Provincial de S. Paulo realizado em 1873 vindo a compor a comissão permanente do congresso além de integrar o Clube Republicano de São Paulo In: MELO, Américo Brasiliense de Almeida e. **Os programas dos partidos e o segundo Império**. Brasília-DF: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1979. p. 97-140.

<sup>125</sup> Para a reconstrução da trajetória de José Maria Lisboa utilizamos: ANDRADE, Euclides. **José Maria Lisboa: in memoriun no 1º. centenário do seu nascimento 1838-1938**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1938; AMARAL, Antônio Barreto do. **Dicionário de história de São Paulo**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006. p.389-390; REZENDE, Carlos Penteado de. Notícia prévia. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário Paulista para o ano de 1876**. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982.



saúde, mudou-se para o Rio de Janeiro onde se empregou nas oficinas da Editora e Livraria Laemmert.<sup>126</sup>

Retorna a São Paulo e ao *Correio Paulistano*, mas passando a exercer outra função dentro do jornal. Concomitante a esse trabalho envolve-se na publicação do jornal *A Esperança*, folha de pequena duração (entre junho e novembro de 1862) e que reuniu em seu corpo de colaboradores acadêmicos da Faculdade de Direito de São Paulo nomes como Fagundes Varela, Cesário Alvim, Guimarães Júnior, que viriam a marcar seus nomes no cenário literário e político do país. Ainda por essa época publica uma obra reunindo artigos que haviam saído originalmente no *Correio Paulistano* sob a rubrica de diversos pseudônimos: trata-se de *Cousas e Lousa*, de 1866.<sup>127</sup>

José Maria Lisboa vai se aproximar do grupo de intelectuais paulistas a partir do momento em que aceita o convite para administrar o jornal *Gazeta de Campinas* em 1869. Tratava-se, de folha de Campinas, de propriedade de Joaquim Roberto e dirigido pelo genro deste o poeta e bacharel Francisco Quirino dos Santos. Permaneceu em Campinas por seis anos consecutivos, período dinâmico no qual vai investir sua atuação na publicação de obras coletivas: *Almanaque de Campinas* (1871), *Almanaque de Campinas acompanhado de Almanaque de Amparo* (1872) sendo este último organizado por Francisco de Assis Santos Prado) e *Almanaque de Campinas acompanhado de Almanaque de Rio Claro* (1873, sendo este último organizado por Tomás Carlos de Molina).<sup>128</sup>

Interrompe sua estadia campineira para retornar a São Paulo, em 1874, a convite de Américo Brasiliense, Américo de Campos (com quem já havia trabalhado quando este fora redator de “Correio Paulistano”) e Campos Salles (já seu conhecido dos tempos de a *Gazeta de Campinas* onde fora colaborador) para assumir a administração do recém-fundado jornal *A Província de São Paulo*, vindo, nesta folha a conviver com o núcleo central dos ativistas políticos republicanos, além dos três acima mencionados, acrescente-se João Tibiriçá Piratininga, colaborador contínuo com artigos de fundo científico; e, Luís Pereira Barreto, médico e divulgador da filosofia positivista de Auguste Comte e Émile Littré.

O grande empreendimento editorial de José Maria Lisboa neste momento foi sua iniciativa de organizar o *Almanaque Literário de São Paulo*. Entre 1876 e 1885, excetuando os anos de 1882 e 1883, o *Almanaque* foi publicado ininterruptamente constituindo-se num evento intelectual importante na medida em que reunia todo o grupo de intelectuais de São

---

<sup>126</sup> AMARAL, Antônio Barreto do. **Dicionário de história de São Paulo**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006. p. 389.

<sup>127</sup> Ibid., p. 389.

<sup>128</sup> Ibid., p. 389.

Paulo nesse contexto. Artigos tratando dos mais diversos temas – economia, ciência, educação, história, entre tantos outros – enfeixando uma intencionalidade clara e objetiva em termos de plataforma programática que o grupo, reunido por José Maria Lisboa, tinha em termos de intervenção política.<sup>129</sup>

Em 1884, José Maria Lisboa desligou-se da “Província”<sup>130</sup> comprou o “Jornal do Comércio”. Convidou em seguida Américo de Campos, e juntos fundaram o “Diário Popular”, jornal declaradamente abolicionista e republicano.

Como se percebe a atuação de Lisboa é como a de um aglutinador cultural no sentido de reunir membros do grupo para publicarem suas contribuições. Não se trata de um intelectual no sentido da elaboração de obra de grande consistência filosófica – seu livro “Cousas e Lousas” é uma compilação de artigos de imprensa – mas que contribui para solidificar os laços de fidelidade entre os membros do grupo. Como afirma Rezende suas “[...] ligações de família, acrescidas dos afazeres dele como redator e administrador de jornais, explicam o largo relacionamento de J. M. Lisboa nos círculos sociais e políticos da Capital e do Interior paulista.”<sup>131</sup>

### 3.4 Rangel Pestana<sup>132</sup>

Nascido em Nova Iguaçu, Rio de Janeiro em 26 de novembro de 1839 e oriundo de família modesta do interior fluminense, sendo filho de João Jacinto Pestana e de Luiza Rangel Pestana. Órfão de pai aos 16 anos teve “[...] sua educação confiada a [...] Antônio Caetano da Silva” e a seu padrinho Coronel Francisco José Soares, chefe do Partido Conservador em Nova Iguaçu.<sup>133</sup>

Fez estudos preparatórios na Corte, período em tem ativa participação na Associação Filomática do Rio de Janeiro, colaborando com o jornal dessa associação. Ingressou na

<sup>129</sup> MENEZES, Roni Cleber Dias de. **O grupo do Almanaque Literário em São Paulo: paradigmas da sociabilidade republicana nos tempos de propaganda (1876-1885)**. 2006. 238 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

<sup>130</sup> Segundo Amaral o motivo do desligamento tanto de José Maria Lisboa como de Américo de Campos de “A Província de São Paulo” teria sido em função de “desinteligência com João Alberto Sales”. AMARAL, Antônio Barreto do. **Dicionário de história de São Paulo**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006. p. 390.

<sup>131</sup> REZENDE, Carlos Penteadado de. Notícia prévia. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário Paulista para o ano de 1876**. São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura/Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982.

<sup>132</sup> Tomamos para a reconstrução da trajetória de Rangel Pestana informações colhidas em AMARAL, op. cit., p. 487-488; HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **Francisco Rangel Pestana: jornalista, político, educador**. 1986. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986; CARLOS, Antônio. Nota biográfica de Francisco Rangel Pestana. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1877**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982b.

<sup>133</sup> Ibid., p. 61-62.

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco em 1859, bacharelando-se na turma de 1863 (mesma turma de Campos Sales). Durante este período de acadêmico de Direito revelou sua inclinação para a imprensa fato que o marcará para todo a sua vida, pois, torna-se, no decorrer do tempo, um dos pilares do jornalismo brasileiro da segunda metade do século XIX. Foi atuante em associações e jornais que congregavam os estudantes da Academia de Direito de São Paulo: orador do Ateneu Paulistano; membro da Associação Culto à Ciência, da qual foi um dos fundadores e colaborador de sua revista de memórias; membro do Instituto Acadêmico Paulistano; diretor da *Revista do Ensaio Filosófico*, tomando parte, ainda, como redator e colaborador dos jornais *O Lírio* (1860-1861), jornal literário e que advogava a reforma da educação da mulher; *O Futuro* (1862), jornal que reunia em seu núcleo os estudantes Theophilo. C. Ottoni, Cesário Alvim e Belfort Duarte, mesmo grupo que criará, no ano seguinte, *A Época*. Em *O Tymbira* (1860-1861), jornal de tendência liberal e que reunia, entre outros, Limpo de Abreu e Monteiro de Souza, Rangel Pestana responde pela função de redator.<sup>134</sup>

Importante ressaltar que por conta da convivência com esse grupo de estudantes nos tempos de São Paulo, Rangel Pestana estreitará relações pessoais e profissionais com os mesmos membros desse grupo especialmente com Limpo de Abreu e Monteiro de Souza, sobretudo, no campo da imprensa.

Em 1864, após concluir o curso de Direito, passa a residir na Corte, e diante da frustração de não ser nomeado promotor público na província do Rio de Janeiro, ocorre-lhe de aceitar convite do Conselheiro Zacarias de Góes para assumir o posto de redator do *Diário Oficial*, cargo em que permanece por pouco tempo.

Retorna, então, para a atividade jornalística que lhe ocupará sua vida profissional. Retoma as relações pessoais construídas nos tempos da Faculdade de Direito, em São Paulo e ao lado de (Henrique) Limpo de Abreu, à época deputado pela província de Minas Gerais à Assembleia Geral e (José Luiz) Monteiro de Souza, funda o jornal *Opinião Liberal*, em 1866. O surgimento do jornal *Opinião Liberal* se dá no contexto de cisão política dentro do campo liberal em função do descontentamento com os rumos tomados pela política governamental desenvolvida pela Liga Progressista que se encontrava no poder desde 1862 com a subida à

---

<sup>134</sup> CARLOS, Antônio. Nota biográfica de Francisco Rangel Pestana. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1877**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982a. p. 62.

chefia do conselho de ministros de Zacarias de Góis e Vasconcelos, principal nome dessa agremiação política.<sup>135</sup>

O jornal de Rangel Pestana passa, então, a ser a expressão pública da facção liberal dissidente que, posteriormente, passando a se auto-intitular Liberais Radicais. Colaboravam na folha de Rangel Pestana elementos ligados a esse grupo entre eles Theophilo Ottoni, Christiano Ottoni, Urbano Sabino Pessoa de Mello, José Maria do Amaral, entre outros, vindo a ser extinto em 1868. Contudo, o seu programa editorial, apesar da extinção, tem continuidade no ano seguinte com o surgimento de *O Correio Nacional*, ocorrido em um novo contexto político com a ascensão do Partido Conservador ao governo.

Em *O Correio Nacional*, Rangel Pestana divide com Henrique Limpo de Abreu as tarefas da redação. Em seu editorial de estreia os redatores explicitam o programa político que pretendem defender:

O Correio Nacional quer como os melhores publicistas modernos que o governo seja só governo, que distribua justiça, mantenha a ordem, puna o crime, arrecade o imposto, represente o povo; mas não transponha a meta natural, não se substitua a sociedade; que seja a liberdade a luz que o guie nas escabrosidades da administração e da política.<sup>136</sup>

Após elencar o que considera as marcas características do governo do Império – governo que deprecia as instituições pela fraude, pelo sofisma e pela corrupção; que defende o sistema representativo, mas deturpa-o em sua origem e burla-o nos seus efeitos; que promete a abolição do elemento servil, mas que reduz, à escravidão, aqueles, cujos serviços goza – os editorialistas de *O Correio Nacional* provocam o leitor com uma proposta que considera radical:

Arranquemos da tutela governamental o indivíduo, o município, e a província. Emancipemos o indivíduo garantindo-lhe a liberdade de culto, de associação, de voto, de ensino e de indústria; O município – reconhecendo-lhe o direito de eleger a sua polícia, de prover as suas necessidades peculiares, de fazer aplicação de suas rendas, e de cria-las nos limites de sua autonomia. A província – libertando-a da ação esterilizadora e tardia do centro, respeitando-lhe a vida própria, garantindo-lhe o pleno uso e gozo de todas as franquezas com a eleição de seus presidentes, de sorte que elas administrem-se por si sem outras restrições além estritamente reclamadas pela união e interesse geral.<sup>137</sup>

Rangel Pestana encontra-se nesta conjuntura absorvido pelo ambiente político e não só pelo *Correio Nacional* – síntese de um programa reformista de maior densidade propugnado

<sup>135</sup> MELO, Américo Brasiliense de Almeida e. **Os programas dos partidos e o segundo Império**. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1979.p. 25-39.

<sup>136</sup> Ibid., p. 38.

<sup>137</sup> Ibid., p. 36.

pelo campo liberal – como tomará parte, também, em conferências e reuniões públicas promovidas pelo Clube Radical, no Rio de Janeiro. A hesitação, no entanto, das lideranças do Partido Liberal afastam Rangel Pestana e outros militantes do campo liberal e aproxima-os do movimento republicano que, àquela altura do ano 1870 está em plena efervescência na cidade do Rio de Janeiro.

A articulação política entre os descontentes com o Partido Liberal resulta naquele que se transformará no marco do movimento republicano no Brasil: a 3 de dezembro de 1870 é lançado o período número do jornal *A República* (fruto da fusão de *Opinião Liberal* e *Correio Nacional*) e com ele o Manifesto Republicano assinado por cerca de sessenta cidadãos das mais diferentes ocupações profissionais, entre os quais, funcionários públicos, fazendeiros, engenheiros, professores, jornalistas, médicos, comerciantes, advogados. Entre os signatários nomes que marcariam a história política do país nas últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX: Rangel Pestana e seu colega dos tempos de Faculdade de Direito, Henrique Limpo de Abreu, Aristides Lobo, Saldanha Marinho, Quintino Bocaiúva (a quem se atribuí a elaboração do manifesto), Salvador de Mendonça, Lopes Trovão, entre outros.<sup>138</sup>

Por essa época, em razão de problemas de saúde Rangel Pestana vê-se na contingência não só de abrir mão do cargo para o qual fora indicado pelo Clube Republicano, recém-fundado, – redator do jornal *A República* – como a de ter que estabelecer residência em Campinas, interior de São Paulo. Permanece em Campinas exercendo a advocacia e mantendo colaboração rotineira com o jornal *Gazeta de Campinas* através do qual trava contato com alguns dos membros do grupo de intelectuais paulistas, no caso, José Maria Lisboa, Francisco Quirino dos Santos e Campos Sales, todos ligados a mesma folha campineira.

Retorna à Corte, onde permanece até o ano de 1874. Neste período, Pestana além de envolver-se, novamente, na campanha republicana, toma parte nas tentativas de salvar da bancarrota o principal veículo do movimento - o jornal *A República*, órgão oficial do movimento republicano vivia um momento de insolvência financeira - participa de suas primeiras experiências no campo educacional, ao fundar, conjuntamente com Henrique Limpo de Abreu, a Escola do Povo, instituição educacional voltada aos trabalhadores, oferecendo cursos avulsos no período noturno. Com isso Rangel Pestana dava início a outra face de sua atuação intelectual e profissional através da gestão e da docência em instituições escolares.<sup>139</sup>

---

<sup>138</sup> CARLOS, Antônio. Nota biográfica de Francisco Rangel Pestana. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1877**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982a. p. 66.

<sup>139</sup> *Ibid.*, p. 66-67.

Mas é na província de São Paulo que sua atuação no campo educacional se tornará mais contundente. Retorna a Campinas, no início do ano de 1874 a convite de Nash Morton,<sup>140</sup> que havia acabado de fundar o Colégio Internacional de Campinas, onde assume as cadeiras de Retórica e Língua Nacional.<sup>141</sup> A partir dessa experiência Rangel Pestana passa a conciliar suas atividades profissionais entre a imprensa e o magistério.

Segundo Hilsdorf<sup>142</sup> o interesse de Rangel Pestana pela educação se acentuou quando da troca de ideias e experiência que manteve com religiosos presbiterianos e metodistas, que mantinham escolas em São Paulo e Campinas, seguindo o modelo pedagógico norte-americano. A educação torna-se, então, um dos pilares importantes no repertório de Pestana enquanto ferramenta de crítica à monarquia e suas instituições. Por meio da educação acredita ser possível reformar, política e mentalmente, a sociedade brasileira.

A educação impõe, pois, como ferramenta importante no pensamento de Rangel Pestana naquilo que entendia como sendo o indispensável processo de transformação da vida política nacional através da formação moral e intelectual de uma nova geração de brasileiros. Quando assume a direção do jornal *A Província de São Paulo*, ao lado de Américo de Campos, colocará essa folha a serviço de sua crença na educação como instrumento de mudança política. Um exemplo disso fica exposto em editorial de 4 de fevereiro de 1875, primeiro ano de criação do jornal, no qual os redatores (os próprios Rangel Pestana e Américo de Campos) emitem opinião acerca da relação entre nível de escolarização do povo e padrão de desenvolvimento material da sociedade norte-americana:

Os cidadãos daquele maravilhoso país, cujo extraordinário progresso em todos os ramos da atividade humana enche de justa admiração o mundo civilizado, quando querem para si um título de nobreza perdurável e capaz de perpetuar o seu nome na memória das futuras gerações, não procuram esses brasões que se extinguem com a vida e que afinal nada significam, mas tratam com um desinteresse e uma nobreza d'alma, dignas de imitação, de gravá-lo na fachada de um templo, que possa recolher o povo para ensiná-lo a meditar e a raciocinar. E quando o esforço individual não basta para a realização de tão grande obra, congregam-se os elementos esparsos, as vontades isoladas se associam e diante dessa comunhão de forças desaparece o impossível.<sup>143</sup>

<sup>140</sup> Missionário presbiteriano norte-americano que atuou no Brasil, em especial Campinas e São Paulo, entre 1869 e 1882, atuando em causas próprias da Igreja Presbiteriana como educacionais.

<sup>141</sup> CARLOS, Antônio. Nota biográfica de Francisco Rangel Pestana. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1877**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo/Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982a. p. 67-68.

<sup>142</sup> HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **Francisco Rangel Pestana**: jornalista, político, educador. 1986. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

<sup>143</sup> EDITORIAL. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 4 fev. 1875.

Por meio do jornal *A Província de São Paulo* é comum encontrar pequenas notas e anúncios referentes a instituições escolares tanto na capital como no interior – frequentemente referem-se a escolas criadas por meio de iniciativas particulares e não oficiais, como os casos do Colégio Culto a Ciência, em Campinas, do próprio Colégio Internacional, já referido acima, colégios em Itu, Amparo, entre outros. Nessa linha de atuação Rangel Pestana vai se ligar a João Kopke<sup>144</sup>, e, juntos, criam a Escola Primária Neutralidade em 1884 em São Paulo, aí exercendo o magistério, além de escrever livros didáticos. Terá sua própria escola – o Colégio Pestana em São Paulo destinado a educação de meninas – que dirigia em conjunto com sua esposa Damiana Quirino, irmã de Francisco Quirino dos Santos, seu colega nos tempos de Faculdade Direito.

Educação e imprensa tornam-se, pois, o viés de sua atuação. Em São Paulo, mantém ativa colaboração em jornais e por meio da imprensa estreita relações pessoais com o grupo de intelectuais paulistas como atesta seu casamento com Damiana Quirino, irmã do redator-chefe da *Gazeta de Campinas*, Francisco Quirino dos Santos, que, também, fora seu colega na Faculdade de Direito, como foi dito acima.

Interesses profissionais, escolhas ideológicas e laços pessoais levam Rangel Pestana a entrar para a sociedade que deu origem ao jornal *A Província de São Paulo*, do qual exerceria a função de redator dividindo-a com Américo de Campos, tendo em José Maria Lisboa, como gerente e administrador, e através do qual sua atuação jornalística alcançaria maior visibilidade e notoriedade.

A atuação político-institucional de Rangel Pestana teve início em 1885 quando, juntamente com Campos Sales, foi eleito para a Assembleia Geral, fato que despertou verdadeira ira por parte de Júlio Ribeiro, que em suas *Cartas Sertanejas*, atacou-os furiosamente, acusando-os de incompetência para a representação popular.<sup>145</sup> A reação furiosa de Júlio Ribeiro revela que dentro do campo político-republicano paulista não havia unanimidade em relação às lideranças que por aquele instante se apresentavam incluindo o próprio Rangel Pestana. Se tomarmos, por exemplo, as crônicas publicadas por Raul Pompéia, à época estudante da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, temos uma noção de que havia entre as folhas acadêmicas e o grupo de intelectuais paulistas identificados com a plataforma republicana, uma relativa disputa por espaço e por legitimidade.

---

<sup>144</sup> João Kopke, nascido em Petrópolis em 1852, formado pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, compartilhou de muitas iniciativas do grupo de intelectuais paulistas do final do século XIX. Sua atuação profissional deu-se no campo da educação, atuando como professor e como autor de *Histórias de meninos na rua*, 1961; *Terceiro Livro de Leituras Moraes e Instructivas*, 1915; *Locuções, Prolóquios e Pensamentos*, 1915.

<sup>145</sup> MARTINS, Wilson. **História da inteligência brasileira**. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1996. v. 4 (1877-1896). p. 221

A 10 de abril de 1883, o jornal *Gazeta do Povo* publica uma pequena nota intitulada “O Sr. Dr. Pestana”, assinada por Raul Pompéia na qual o então acadêmico de Direito investe contra o redator de *A Província de São Paulo*:

O Sr. Dr. Rangel Pestana, acavalado sobre os lombos do rocinante da sua vaidade, lançou hoje esta pedrinha aos abolicionistas, em resposta a uma pelinada qual quer do ‘Ypiranga’: ‘Em oposição a isto só algumas criancices ou aventuras de certos abolicionistas, cujos intuitos nem eles mesmos sabem’. Talvez seja isto tudo uma gorda pilhéria fradesca do venerando papa da república paulista, uma simples pilhéria verveuse (como todos vêem), sem sobrescrito, nem veneno. Todavia, como é dirigido evidentemente aos abolicionistas, de quem S.Sa. não gosta (e eu sou um deles), tomo o pião na unha e respondo. Os nossos intuitos são os seguintes: 1º. Dizer que aos homens do barrete de coar café: não injuriem a moralidade pública com as suas histórias. 2º. É bastante por ora.<sup>146</sup>

A despeito das disputas e críticas, Rangel Pestana continua envolvido com as atividades políticas na capital paulista e em 1888, encontra-se em plena campanha pela causa separatista paulista, campanha esta que foi levada a cabo por representantes da elite paulista, dentro os quais Alberto Sales, que não concordavam com o processo de centralização política imposta pelo Império. Silva Jardim em seu livro *Memórias e Viagens*, de 1888, testemunha o sentimento separatista de Rangel Pestana.<sup>147</sup>

O lugar de Rangel Pestana dentro do grupo de intelectuais paulistas é o de articulador e de um ideólogo na medida em que tenta conciliar a atuação política via imprensa, partido político, clubes e congressos públicos com a produção de uma plataforma de ideias vinculadas ao magistério e a educação. Sua produção livresca está voltada para a elaboração de livros didáticos destinados às escolas de nível primário e secundário tais como *Terceiro Livro de Leituras Morais e Instrutivas para uso das Escolas*.

### 3.5 Pereira Barreto<sup>148</sup>

Nascido em Resende, interior da província do Rio de Janeiro, em 11 de janeiro de 1840, sendo filho de Fabiano Pereira Barreto, comendador e fazendeiro, e de Francisca de

<sup>146</sup> POMPÉIA, Raul. **Obras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira:Oficina Literária Afrânio Coutinho:FENAME, 1982. p. 95.

<sup>147</sup> MARTINS, Wilson. **História da inteligência brasileira**. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1996. v. IV (1877-1896). p. 247.

<sup>148</sup> Para a reconstrução da trajetória de Luís Pereira Barreto consultamos: AMARAL, Antônio Barreto do. **Dicionário de história de São Paulo**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006. p. 94-95; ALONSO, Ângela. O positivismo de Luís Pereira Barreto e o pensamento brasileiro no final do século XIX. Textos do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. 2013. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/alonsopositivismo.pdf>> Acesso em: 10 jun. 2013. p.1-13; BARROS, Roque Spencer Maciel de. **A evolução do pensamento de Pereira Barreto**. São Paulo: Grijalbo, 1967a.



Salles Barreto. Iniciou seus estudos em escolas de sua própria cidade natal, complementando-os no Colégio João Carlos, em São Paulo, para onde sua família havia se mudado e estabelecido residência.<sup>149</sup>

Concluídos os estudos preparatórios, acrescidos de um ano de proficiência em grego e de intensos exercícios em física e química, embarcou, em 1855, rumo da Bélgica onde se matriculou no curso de Medicina e Ciências Naturais da Universidade de Bruxelas, concluindo-o em 1864, quando, então, retornou ao Brasil. Estudante aplicado foi durante a graduação assistente do professor Franqui da área de química chegando, mesmo, a apresentar tese de doutoramento a fim de compor o quadro docente da universidade.<sup>150</sup>

Data de sua permanência na Bélgica o engajamento intelectual na obra de Augusto Comte, tornando-se, a partir de então, não só um consumidor voraz da doutrina como um de seus principais propagadores e divulgadores, tanto na Bélgica como, posteriormente, no Brasil. Na Bélgica exerce liderança junto a Sociedade Positivista dos Estudantes da Universidade de Bruxelas, comparecendo a uma das cerimônias comemorativas ao falecimento de Augusto Comte, em Paris, onde tem a oportunidade de conhecer, pessoalmente, Pierre Lafitte, um dos principais discípulos de Comte, com quem passa a manter intensa correspondência.<sup>151</sup>

Em 1865, de volta ao Brasil, Pereira Barreto, vai se dedicar à medicina, estabelecendo clínica no interior de São Paulo – Jacareí, região do vale do Ribeira – não sem antes e em conformidade com as exigências legais à época, para fins do exercício da medicina no Brasil, apresentar a tese junto à banca examinadora da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.<sup>152</sup> Apresentou a tese intitulada *Teoria das Gastralgias e das Nevroses em Geral*:

Nesta obra, [...] encontraremos alguns destes princípios positivistas, que justificam a forma como o autor encarava tanto a doença e o funcionamento do corpo humano quanto a sua consequente visão sobre alguns dos problemas enfrentados na sociedade a qual pertencia, como a vacinação e o sanitarismo.<sup>153</sup>

Permanece em Jacareí até por volta de 1874 – onde, além de clinicar, ao que parece supor Barros (65) teria mantido colaboração regular com o jornal local *Correio do Norte*. A

<sup>149</sup> BARROS, Roque Spencer Maciel de. A evolução do pensamento de Pereira Barreto. São Paulo: Grijalbo, 1967a., p. 42.

<sup>150</sup> BARROS, op. cit., p. 43-44; AMARAL, op. cit., p. 94.

<sup>151</sup> Pierre Lafitte, professor de matemática, nascido na Bélgica em 1823, discípulo de Auguste Comte e divulgador da Religião da Humanidade. Catedrático do Colégio de France produziu obra nas áreas de história da ciência, epistemologia, filosofia e história.

<sup>152</sup> BARROS, 1967, op. cit., p. 48.

<sup>153</sup> MARTINS, Gabriela Pereira. Repensando o positivismo. **CSOnline**: Revista Eletrônica de Ciências Sociais, ano 4, ed. 9, p. 68-91, jan./abr. 2010. Disponível em: <[https://www.academia.edu/3658432/REPENSANDO\\_O\\_POSITIVISMO\\_csonline](https://www.academia.edu/3658432/REPENSANDO_O_POSITIVISMO_csonline)> Acesso em: 25 jul. 2013.

partir de então passa a dedicar-se a diversas atividades simultaneamente, mas, sobretudo, encontra-se envolvido na publicação de seu *As Três Filosofias*, obra constituída em dois volumes, na qual Barreto incitado pela chamada Questão Religiosa (ou conflito episcopomaçônico), propondo uma avaliação da realidade nacional a partir da perspectiva das três filosofias, ou seja, a filosofia teológica, a filosofia metafísica e a filosofia positiva,<sup>154</sup> e ao que parece esboçada no período em que permaneceu em Jacareí. Pelo menos é que o que se pode depreender a partir o texto introdutório à obra intitulado significativamente “Uma Palavra aos Políticos” e assinada com local e data: “Jacarey S. Paulo, 18 de Cesar de 86 (10 de Maio de 1874)”.

O referido texto funciona como um prólogo ao que o leitor encontrará no decorrer da leitura do livro. E neste caso, especificamente, Pereira Barreto escolhe seu interlocutor – no caso, os políticos:

Vamos apresentar sucessivamente à apreciação do intelecto brasileiro a filosofia teológica, a filosofia metafísica e a filosofia positiva. A primeira se refere aos conservadores, os representantes do antigo passado; a segunda aos liberais, os representantes do passado moderno; a terceira aos contemporâneos efetivos da ciência atual, os representantes do presente e do futuro.<sup>155</sup>

O intuito de Pereira Barreto é fazer o que declara sincera exposição da verdadeira teoria do progresso, lançando mão para tal, da teoria dos três estados desenvolvidas por Auguste Comte. Afirma que o Brasil precisa superar a sua idade média, eliminando a teologia e a realeza através de um processo educacional de fundo científico que possa incutir nos brasileiros a ideia de progresso:

É preciso que as novas gerações se capacitem de que nada temos a esperar das ideias absolutas, quer dos liberais, quer dos conservadores, e todos aqueles, cujo coração palpita pela causa da pátria, e que desejam sinceramente uma melhor forma de Governo para as gerações seguintes, devem hoje compreender que acima dos mesquinhos interesses de partido está a necessidade da reorganização espiritual pela ciência, a única capz de impedir para o futuro a reprodução dos tristes exemplos de covardes transações.<sup>156</sup>

Chama a atenção, especialmente, dos políticos conservadores para a importância de perceberem que a garantia da ordem – princípio básico do positivismo – encontra-se no atendimento das exigências da vida moderna e o não entendimento desse princípio servirá apenas para atravancar a marcha triunfal do progresso do país. Nesse particular, Pereira

<sup>154</sup> BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A evolução do pensamento de Pereira Barreto*. São Paulo: Grijalbo, 1967a. p. 63-75.

<sup>155</sup> *Ibid.*, p. 149.

<sup>156</sup> *Ibid.*, p. 161.

Barreto coloca na mesma situação, no caso brasileiro, tanto a teologia como o liberalismo metafísico dominantes no país como obstáculos para o país entrar encontrar o verdadeiro caminho do progresso. E acusa os defensores desse liberalismo metafísico de fazerem sofisma em nome de princípios gerais falsamente manipulados como é o caso da liberdade política:

É inútil sofismar-se que a lei desce a todos; no meio de um povo analfabeto as vantagens só recaem sobre poucos. Os proletários, os verdadeiros operários do progresso, os que do berço à morte não tem outro prospecto senão a miséria a mais inclemente, esses não são contemplados na graça política, nem admitidos a fazer parte do povo. A liberdade não é assim senão a aristocracia e o privilégio do pequeno número.<sup>157</sup>

Pereira Barreto conclui suas palavras aos políticos afirmando que a marcha irremediável do progresso haverá de inexoravelmente levar o país a superar o estado de escravidão e de agitação social em que se encontrava o Brasil e para tanto o país contava com o concurso do grupo de positivistas que embrionariamente se formava naquele instante reunindo em suas fileiras com elementos oriundas da classe médica e de engenheiros, grupo este que tenderia a aumentar em número e assim sustentar o edifício do futuro.<sup>158</sup>

No mesmo contexto da publicação de *As Três Filosofias*, Barreto aproxima-se do núcleo central do jornal *A Província de São Paulo* – Rangel Pestana e Américo de Campos – passando a ser um colaborador regular dessa folha.<sup>159</sup> Trata-se de uma fase da vida intelectual de Barreto onde se percebe o intelectual debruçando-se sobre temas da realidade imediata do país. A gama de assuntos é a mais variada – educação, imigração, produtividade do trabalho a partir da incorporação de técnicas científicas, entre outros – e a abordagem é sempre a mesma: estabelecer premissas com base na ciência positiva para reformar a vida e as instituições do Brasil.

De tal sorte que entre 1876 e 1889 produz artigos e participa de polêmicas por meio das páginas de *A Província de São Paulo*, chamando para si o prestígio de que desfrutaria por todo o resto de sua vida. Por essa época encontra-se ativamente participando das disputas partidárias, integrando especificamente as fileiras do Partido Republicano e mantendo pela imprensa acirradas polêmicas com aqueles, considerados por ele, representantes de um pensamento superado.<sup>160</sup>

<sup>157</sup> BARROS, Roque Spencer Maciel de. A evolução do pensamento de Pereira Barreto. São Paulo: Grijalbo, 1967a. p. 161.

<sup>158</sup> Ibid., p. 163.

<sup>159</sup> Ibid., p. 97.

<sup>160</sup> Dentre os quais, o reverendo e diretor de colégio em Campinas Nash Morton com quem travou longa polêmica em torno de princípios doutrinários positivistas. Posteriormente, a polêmica foi publicada em livro sob o título geral de “Soluções Positivas para a Política brasileira”.

Em 1879, L. P. Barreto publicou em São Paulo, *Positivismo e Teologia* e, no mesmo ano, o segundo volume de *As Três Filosofias*, dedicado à filosofia metafísica.<sup>161</sup> No ano seguinte sai em volume *Soluções Positivas da Política Brasileira*, conjunto de artigos publicados *A Província de São Paulo* entre 1879 e 1880. O livro está dividido em dois grandes eixos: primeiro, uma discussão sobre a questão dos não católicos e dos estrangeiros residentes no Brasil. Este eixo é contemplado por uma série de artigos intitulados “A elegibilidade dos acatólicos e o parecer do Conselho de Estado” e “Grande Naturalização”; o segundo é uma polêmica travada entre Pereira Barreto e o pastor presbiteriano Nash Morton, diretor de colégio em Campinas (no qual Rangel Pestana era professor), onde ambos travam debate em torno dos princípios doutrinários do darwinismo e do positivismo.

Tomamos aqui para fins de análise um dos artigos que compõem a série “A elegibilidade dos acatólicos e o parecer do Conselho de Estado”, publicado na edição de 29 de outubro de 1879 por *A Província de São Paulo*.<sup>162</sup>

A partir da manifestação de um certo sr. Khulmann em um órgão de imprensa do Rio Grande do Sul, no qual o cidadão de origem germânica se manifesta reivindicando igualdade de direitos aos estrangeiros e não católicos residentes no Brasil, Pereira Barreto faz uma longa exposição sobre o que entendia representar os principais males que assolavam o corpo social e político do Brasil impedindo-o de atingir o progresso.

A exposição de Pereira Barreto abrange basicamente dois aspectos: a religião de Estado e a reforma do sistema de representação eleitoral. Critica com veemência o dispositivo constitucional que declarava a religião católica apostólica romana, como religião oficial do Estado brasileiro, argumentando que tal preceito contrariava a todos os princípios modernos de organização política, pois impedia o exercício da igualdade de direitos entre todos os cidadãos. Refuta a argumentação da parte do Conselho de Estado segundo a qual a maioria da população brasileira é constituída de católicos, enfatizando que entre os brasileiros havia muitos fetichistas e politeístas, existindo mesmo um grosso populacional que é completamente indiferente ao clero católico. E, para comprovar seus argumentos, aponta o exemplo norte-americano para o qual, de acordo com Pereira Barreto, deveria não só ser admirado como seguido:

Todos [...] contemplam com admiração o extraordinário progresso material, que tem levado no decurso de um século a grande república norte-americana ao mais espantoso grau de prosperidade. [Entretanto] não querem reconhecer

<sup>161</sup> MARTINS, Wilson. **História da inteligência brasileira**. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1996. v. 4 (1877-1896). p. 79

<sup>162</sup> BARRETO, Luís Pereira. **Soluções positivas da política brasileira**. São Paulo: Escala, 2007. (Grandes obras do pensamento universal, 78). p. 21-32.

que todos os segredos da civilização norte-americana consistem simplesmente na liberdade de pensamento e na perfeita igualdade de direitos civis e políticos de todos os habitantes, sejam quais forem as suas crenças, seja qual for a sua primitiva nacionalidade.<sup>163</sup>

O Conselho de Estado era, para Pereira Barreto, uma peça numa engrenagem maior que só fazia atravancar a conquista do progresso moral e material. Falta para os dirigentes do Estado, em sua avaliação, sensibilidade para com o movimento das ideias nas camadas mais cultas da sociedade; ilustração do espírito em questões filosóficas, era requisito indispensável e absolutamente necessário para o desempenho administrativo do Estado por parte dos chefes políticos. Outro viés de crítica em seu artigo era o sistema de representação político que prescindia de uma reforma, entretanto, não aquela proposta naquele contexto histórico que excluía, segundo Pereira Barreto, significativa parcela da população:

A experiência que temos hoje do regime parlamentar é amplamente suficiente para nos convencer de que esse sistema é incapaz de cumprir as suas promessas e que devemos encará-lo como um paliativo apenas, como uma fonte de transição entre o passado e o futuro, um simples elo na cadeia de mutações sociais em caminho para uma organização superior. O verdadeiro, o definitivo remédio é o crescimento da população, a instrução desta pelas ciências positivas, e a sua crescente prosperidade material, preâmbulo normal de seu desenvolvimento moral, é em uma palavra o movimento ascendente de civilização em todos os seus elementos.<sup>164</sup>

A questão para Pereira Barreto era incorporar ao sistema eleitoral as parcelas da população analfabeta e iletrada e não simplesmente ignorá-las ou arredá-las. Para tanto, era preciso educa-las, instruí-las dentro dos parâmetros das ciências positivas.

No decorrer da década de 1880 trava polêmicas pela imprensa com diversos interlocutores debatendo temas colados à conjuntura política e social do país, tais como abolicionismo, imigração e reforma do ensino, oferecendo o que denomina de soluções positivas para os problemas nacionais. Concomitante a sua ação intelectual envolve-se em campanhas diversas como a republicana, a da viticultura, a da reforma do ensino de medicina e de combate contra a febre amarela, epidemia que tomara conta de diversas localidades da província de São Paulo.

Proclamada a República veio, Pereira Barreto, juntar-se ao coro dos desiludidos com os rumos que o regime republicano tomou, afastando-se da vida pública e na aurora do século XX escreve o opúsculo “O século XX sob o ponto de vista brasileiro”, retrato amargo de

---

<sup>163</sup> BARRETO, Luís Pereira. **Soluções positivas da política brasileira**. São Paulo: Escala, 2007. (Grandes obras do pensamento universal, 78). p. 22-31.

<sup>164</sup> Ibid., p. 22-19.

descrença com o novo regime que segundo Barreto não fora capaz de tirar o país do atraso econômico e mental, marcadas deixadas pelos tempos coloniais.<sup>165</sup>

Não obstante as frustrações, em seus últimos anos de vida, Pereira Barreto ainda encontra fôlego e disposição para travar polêmicas via imprensa com Eduardo Prado, liderança monarquista importante à época, além de se envolver em campanha em prol da pecuária nacional.

O pensamento político de Luís Pereira Barreto oscila entre o positivismo de Comte e Littré e o evolucionismo de Spencer. A partir dessa matriz cientificista se debruça sobre os mais diferentes temas procurando intervir no debate político de seu tempo e buscando o que ele próprio entendia por solução positiva aos problemas nacionais. O lugar que ocupa dentro do grupo de intelectuais de São Paulo na conjuntura de crise do Império é o de um produtor de ideias a partir de sua formação filosófica, analisando os problemas imediatos do país, apontando soluções dentro do escopo intelectual próprio. Exerceu o papel de formulador de ideias e proposições para a elaboração de um contra discurso.

### 3.6 Campos Salles<sup>166</sup>

Nascido em Campinas em 15 de fevereiro de 184, filho de Francisco de Paula Salles e Anna Cândida de Salles, família de fazendeiros de café na região de Campinas e, tendo entre numerosos irmãos, Alberto Sales que, também, tomaria parte no mesmo grupo de intelectuais paulistas. Casado com Anna Gabriella, sendo esta, membro de importante família campineira.<sup>167</sup>

Bacharel em Direito pela Faculdade do Largo de São Francisco, onde ingressou em 1859, formando na turma de 1863, tendo por contemporâneos, Prudente de Moraes, Bernardino de Campos, Rangel Pestana, Quirino dos Santos e Salvador de Mendonça.<sup>168</sup>. Durante o período em que esteve na Academia Paulista, Campos Sales participou, ativamente,

<sup>165</sup> BARROS, Roque Spencer Maciel de. **A evolução do pensamento de Pereira Barreto**. São Paulo: Grijalbo, 1967a. p. 205.

<sup>166</sup> Para a reconstrução da trajetória de Campos Salles lançamos mão de MENDONÇA, Lúcio de. Dr. M. F. de Campos Salles. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1879**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo/Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982a. p. 51-57; SALLES JUNIOR., A. C. **O idealismo republicano de Campos Salles**. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1944; DEBES, Célio. **Campos Salles: perfil de um estadista**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978. v.2.

<sup>167</sup> MENDONÇA, op.cit., 1982a. p. 51-57.

<sup>168</sup> SALLES JRUNIOR, A. C. **O idealismo republicano de Campos Salles**. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1944. p. 31.

como orador da Associação Culto à Ciência e como autor de artigos de combate político no jornal acadêmico *A Razão*, dirigido por Quirino dos Santos e Belfort Duarte.

Após a conclusão do curso superior voltou à casa do pai que àquela época, 1863, havia estabelecido residência em Rio Claro, interior de São Paulo, local onde havia adquirido terras e aberto fazenda de café. Permanece até 1865 quando, em Campinas, contrai matrimônio e passa a se estabelecer profissionalmente, participando de iniciativas no campo educacional, da imprensa e das lutas políticas locais. Em 1873, por exemplo, integra a sociedade responsável pela criação do Colégio Culto à Ciência, sociedade esta sob os auspícios do Visconde de Indaiatuba, chefe monarquista na região e na qual, Campos Salles ocupa o cargo de secretário.<sup>169</sup>

Campos Salles, em artigo publicado em *Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1876*, dá notícia dos propósitos da associação fundadora da instituição educacional. O artigo intitulado “Culto a Ciência” descreve o histórico de criação da instituição desde a fundação da sociedade mantenedora em 1869, por iniciativa do fazendeiro Antônio Pompeu de Camargo, a aquisição do terreno para a construção do prédio, passando pela fase de interrupção das atividades por motivos econômicos, até ser retomadas em 1873, tendo à frente Joaquim Bonifácio do Amaral. Os estatutos do colégio revelam uma instituição que visava a instrução primária e secundária destinada a alunos do sexo masculino; que os membros de sua sociedade mantenedora não auferiram nenhuma forma de lucro e que o colégio admitiria gratuitamente alunos pobres.<sup>170</sup>

A educação constituía uma estratégia importante no processo de construção de um discurso intelectual antimonárquico naquele contexto histórico e Campos Salles consciente disso, faz referência, na segunda parte de seu artigo, ao hábito comum entre homens afortunados nos Estados Unidos investirem parte de seus recursos na causa da instrução popular e aí destaca as diferenças em relação ao destino da educação no Brasil em comparação com os norte-americanos:

Os cidadãos d’aquela maravilhoso país, cujo extraordinário progresso em todos os ramos da atividade humana enche de justa admiração o mundo civilizado, quando querem para si um titulo de nobreza perdurável e capaz de perpetuar o seu nome na memoria das gerações futuras, em vez dos brasões de uma fidalguia ridícula e absurda, têm o bom senso de procurar

---

<sup>169</sup> SALLES JUNIOR, A. C. O idealismo republicano de Campos Salles. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1944. p. 40.

<sup>170</sup> SALLES, Manoel Ferraz de Campos. Culto à ciência. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1876**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982a. p. 177-179.

antes grava-lo na fachada de um templo, que possa recolher o povo para ensina-lo a meditar e a raciocinar.<sup>171</sup>

Em Campinas iniciou, também, sua atividade jornalística a partir de sistemática colaboração com o jornal *Gazeta de Campinas* criado em 1869, por iniciativa dos irmãos Francisco Quirino dos Santos e João Quirino, e que contava em seu núcleo administrativo e de colaboradores José Maria Lisboa, Jorge Miranda e Francisco Glicério. Dá continuidade ao jornalismo com o surgimento de *A Província de São Paulo*, a partir de 1875, que congregava parte do mesmo grupo político e em *Almanaque Literário de São Paulo*, série de publicações anuais entre 1876 e 1885 sob a direção de J. M. Lisboa. Na edição do *Almanaque Literário para o ano de 1880*, Campos Salles publica o pequeno artigo – “A Política da Monarquia” no qual faz uma exposição sobre a situação política do país vivida naquele instante.

Para Campos Salles, a política da monarquia encontrava-se assentada em preconceitos, hipocrisias e sofismas com clara intenção de servir ao despotismo monárquico e impedir a soberania popular, a única legítima nas sociedades modernas. Recorre a Thomas Macauley<sup>172</sup> para constatar que os maus governos, para continuarem no poder, precisam manter o povo na escravidão e na ignorância:

É preciso que o povo fique na escravidão, porque a escravidão tem-lhe inculcido todos os vícios dos escravos. Visto que ele é ignorante, é preciso que continue sujeito a um poder que o tem tornado ignorante e que o conserva na ignorância; visto que o mau governo o tem tornado feroz, é preciso que ele seja eternamente mal governado.<sup>173</sup>

Os agentes do governo, de acordo com Campos Salles, sob o falso argumento de que o povo brasileiro não se encontra apto para o gozo da liberdade, refutam qualquer tentativa de reforma do sistema de organização política do país, ainda que estas reformas sejam desejadas pela opinião pública, condenando, assim, o Brasil para o atraso moral e material (se refere, neste particular, especialmente às reformas do judiciário e do sistema eleitoral). E, conclui, conclamando os patriotas a se engajarem na luta contra o absolutismo, os abusos da lei e a corrupção das instituições.<sup>174</sup>

<sup>171</sup> SALLES, Manoel Ferraz de Campos. Culto à ciência. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1876**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982a. p. 179.

<sup>172</sup> Historiador e político britânico.

<sup>173</sup> SALLES, Manoel Ferraz de Campos. A política da monarquia. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1880**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982b. p. 15.

<sup>174</sup> SALLES, Manoel Ferraz de Campos. A política da monarquia. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1880**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982b. p. 17-18.



Teve larga atividade na política partidária no decorrer das décadas compreendidas entre 1860 e 1880, como membro do Partido Liberal (partido para no qual se filiou em 1863 mesmo ano do término do curso de Direito) e, posteriormente, como fundador e representante do Partido Republicano Paulista (tomou parte no grupo que fundou o PRP em 1873). Sua atividade político-eleitoral teve início em 1867 quando concorreu à Assembleia Provincial de São Paulo como candidato dos liberais históricos. Eleito, logo que tomou posse apresentou um projeto de reforma da instrução pública, estabelecendo o ensino livre e a aprendizagem obrigatória.<sup>175</sup> O projeto, que havia sido previamente elaborado com a colaboração de Jorge de Miranda, foi, no entanto, duramente combatido pela facção liberal.

Assim como Rangel Pestana, entre outros membros do campo liberal, Campos Salles vai se desligar do partido em função da crise que se abateu sobre esse agrupamento político a partir de meados da década de 1860. Desliga-se do Partido Liberal em 1869 e, no ano seguinte, vai engrossar as fileiras do movimento republicano que culminou com a fundação do Partido Republicano e seu respectivo Manifesto de 3 de dezembro de 1870 e o jornal *A República*, no Rio de Janeiro.

A partir de então Campos Salles passa a ter ativa atuação pública engajando-se na criação de órgãos de imprensa, clubes e partido vinculados ao ideário republicano. Em janeiro de 1872 participa de reunião na casa de Américo Brasiliense, ocasião em que se decidiu pela criação do Clube Republicano Paulista e de uma comissão provisória sob a direção do próprio Américo Brasiliense, de Campos Salles e Américo de Campos. Em abril de 1873, toma parte na convenção de Itu que culminou com a fundação do Partido Republicano Paulista e da qual, Campos Salles saiu como membro da comissão permanente do partido na condição de vogal. Um ano depois, no decorrer do segundo Congresso dos Republicanos paulistas, Campos Salles e os demais membros da comissão permanente do partido apresentam para fins de aprovação o texto *Bases para a Constituição do Estado de São Paulo*. Enfim, ao longo da década de 1870, Campos Salles assume a condição de ativista político.<sup>176</sup>

Paralelamente à atuação como organizador do movimento republicano, mantém colaboração ativa com os jornais *Gazeta de Campinas* e *A Província de São Paulo*, além de apresentar candidatura em diversos pleitos eleitorais, sendo que em um deles o de 1885 em que foi eleito, junto com Rangel Pestana, à época diretor de *A Província de S. Paulo*, para a Assembleia Geral, fato único até então visto que ambos vinham das hostes republicanas

---

<sup>175</sup> MENDONÇA, Lúcio de. Dr. M. F. de Campos Salles. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1879**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982a. p. 54.

<sup>176</sup> SALLES JUNIOR., A. C. **O idealismo republicano de Campos Salles**. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1944. p. 69-70.

paulistas. Apesar disso, sua eleição foi furiosamente atacada pelo escritor Júlio Ribeiro por meio de suas *Cartas Sertanejas*.<sup>177</sup>

Em 1888 Campos Sales apoiou, junto ao Congresso Republicano, então sob a presidência de Prudente de Moraes, a ideia do separatismo paulista, divulgada por seu irmão Alberto Sales na obra *A pátria paulista*.<sup>178</sup> Campos Sales, ocupa o lugar, dentro do grupo dos intelectuais de São Paulo no contexto da crise do Império, como um ativista capaz de produzir repertório por meio de órgãos de imprensa. Suas atividades abrangem, ainda, o pertencimento a irmandades maçônicas, importante estratégia de sociabilidade e trocas de interesses entre os membros do grupo, pertencendo, no caso de Campos Sales, à Loja Regeneração 3 de Campinas.

### 3.7 Prudente de Moraes<sup>179</sup>

Nascido em Itu a 04 de outubro de 1841, filho de José Marcelino de Barros, pequeno proprietário de terras. Ficou órfão de pai logo aos dois anos de idade depois deste travar luta corporal com um escravo vindo a ser esfaqueado. Em 1866 casou-se com Adelaide Benvinda da Silva Gordo, filha de Antônio José da Silva Gordo, tenente-coronel da Guarda Nacional, e de Ana Brandina de Barros e Silva, família proprietária de terras e com negócios no ramo de exportação de café. A cerimônia matrimonial ocorrida, na cidade de Santos, envolveu não só o casamento de Prudente-Adelaide como, também, a de Manuel de Moraes Barros, irmão de Prudente, e Maria Inês, irmã-gêmea de Adelaide.<sup>180</sup>

Estudou na Faculdade do Largo de São Francisco, iniciando o curso em 1859 e bacharelando-se na turma de 1863. Foi contemporâneo nos tempos de acadêmico de Direito de Rangel Pestana, Campos Sales, Francisco Quirino dos Santos, Teófilo Otoni, Bernardino de Campos, Ferreira de Menezes,<sup>181</sup> não tendo grande atuação, quando estudante, em torno de associações e imprensa acadêmica.

Profissionalmente, exerceu a advocacia em Piracicaba (até 1872, chamada de Vila da Constituição), ao lado de seu irmão Manoel de Moraes Barros, fazendeiro, advogado e

<sup>177</sup> MARTINS, Wilson. **História da inteligência brasileira**. 2. ed. São Paulo: T. A. , 1996. v. 4 (1877-1896). p. 221.

<sup>178</sup> Ibid., p. 292.

<sup>179</sup> Para a reconstrução da trajetória de Prudente de Moraes consultamos: AMARAL, Antônio Barreto do. **Dicionário de história de São Paulo**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006. p. 100-103; LINS, Maria de Lourdes Ferreira. **A república que ele viu nascer: Prudente de Moraes**. Presidente Prudente: Fundação Museu e Arquivo Histórico Municipal de Presidente Prudente, 1989.

<sup>180</sup> LINS, op. cit., 1989. p. 13.

<sup>181</sup> HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **Francisco Rangel Pestana: Jornalista, Político, Educador**. 1986. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986. p. 13.

político,<sup>182</sup> cidade onde, também, teve relevante participação em termos educacionais. Segundo Hilsdorf, Prudente de Moraes e seu irmão deram grande impulso à instalação, em Piracicaba, de núcleo de missionários metodistas, vindos dos Estados Unidos, e que fundariam o Colégio Piracicabano, marco educacional no interior da província de São Paulo, em fins do século XIX.<sup>183</sup>

Na imprensa, Prudente de Moraes engajou-se, efetivamente, no *Almanaque Literário de São Paulo*, um dos microcosmos do grupo de intelectuais paulistas, sem, no entanto, dedicar-se às demais publicações em torno das quais gravitaram os outros membros do grupo. No *Almanaque*, Prudente colaborou nas edições de 1877, 1878, 1879, 1880 e 1881. Na edição de 1877 limitou-se a trazer um esboço biográfico de Antônio Rodrigues Guimarães Júnior, um desconhecido poeta de Angra dos Reis, que fora seu colega de tempos de Faculdade de Direito, e falecido precocemente em razão da tuberculose.<sup>184</sup>

Na edição do ano seguinte publica dois artigos reproduzindo documentos constantes em arquivos de Piracicaba e que davam conta das origens históricas da mesma – “Papéis Velhos” e “Piracicaba Apontamentos Históricos”. O problema da escravidão foi abordado por Prudente de Moraes em seu artigo publicado na edição de 1879, intitulado “Antônio - crioulo”. Trata-se de um relato de processo crime no qual o escravo Antônio fora condenado a pena de 200 açoites e a trazer ferro ao pescoço por um ano, por conta de ter cometido uma série de crimes. Para escapar à pena, o escravo colocou fim à própria vida utilizando-se de uma combinação de ingestão de veneno e fome. A partir do caso pontual desse escravo, Prudente de Moraes expande considerações sobre a escravidão, afirmando se tratar de instituição monstruosa do homem-coisa, que a escravidão era uma página vergonhosa na história do país e de que se tratava de um sistema tão cruel que os escravos preferiam a condenação às galés de que permanecer no cativeiro.<sup>185</sup> Já na edição de 1881,<sup>186</sup> retorna à

<sup>182</sup> LINS, Maria de Lourdes Ferreira. A república que ele viu nascer: Prudente de Moraes. Presidente Prudente: Fundação Museu e Arquivo Histórico Municipal de Presidente Prudente, 1989. p.13.

<sup>183</sup> Sobre a história e a importância educacional do Colégio Piracicabano ver: ELIAS, Beatriz Vicentini. **...Vieram e ensinaram**: Colégio Piracicabano, 120 anos. Piracicaba: Ed. UNIMEP, 2001; CACHIONI, Marcelo. Construindo para o futuro: os primeiros tempos do Colégio Piracicabano. **Revista de Educação do Cogeime**, Piracicaba, ano 12, n. 22, p. 125-141, jun. 2013.

<sup>184</sup> BARROS, Prudente José de Moraes e. Um poeta. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1877**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo/Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982. p. 115-188; Estratégia de que lança mão em outra edição, a de 1880, BARROS, Prudente José de Moraes e. Duas poesias. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1880**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo/Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982. p. 94-97.

<sup>185</sup> BARROS, Prudente José de Moraes e. Antônio crioulo. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1879**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo/Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982b. p. 69-125.

crônica criminal ao relatar um caso de erro cometido pela justiça que condenou um comerciante, conhecido por Thomazinho – à prisão quando, na realidade, e isso se provou posteriormente, tratava-se de um inocente.

Outro elemento relevante a ser destacado na trajetória de Prudente de Moraes é que compartilhou, além das experiências acadêmica e jornalística, de experiências por meio de irmandades maçônicas, em especial, a Loja América, fundada em 1867 em São Paulo por Américo Brasiliense, Luiz Gama e Américo de Campos. Pertenciam ainda a essa confraria importantes membros dos círculos republicano e abolicionista, dentre os quais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrade, Joaquim Nabuco, Ferreira de Menezes, Martinho da Silva Prado Jr., Salvador de Mendonça, Bernardino de Campos, Rangel Pestana e Rui Barbosa.<sup>187</sup>

Mas foi na vida político-partidária que a trajetória de Moraes ficou marcada. Exerceu vários mandatos na política local, além de assumir cadeira na Assembleia provincial paulista e na Assembleia Geral do Império. Sua ação política esteve ligada por relativo tempo ao Partido Liberal vindo a desligar-se, apenas em 1876, não sendo, portanto, nem signatário do Manifesto de 1870 e, possivelmente, nem tenha participado da Convenção de Itu, que criaria o partido republicano em São Paulo:

Há uma dúvida sobre a presença, ou não, de Prudente de Moraes, à Convenção. Sua assinatura aparece no ‘Livro de Ata’, mas, não consta do ‘Livro de Presença’, mesmo assim, no primeiro, seu nome aparece em tinta preta, quando o documento foi todo redigido em tinta roxa, conforme o uso da época.<sup>188</sup>

Após a proclamação da república formou, ao lado de Rangel Pestana e Cel. Joaquim de Souza Mursa, o triunvirato que governou o estado de São Paulo entre 16 de novembro e 12 de dezembro de 1889. Neste mesmo ano elegeu-se Senador da República por São Paulo sendo que ao longo do mandato ocupou a vice-presidência do Senado e a presidência da Assembleia Nacional Constituinte.

O lugar de Prudente de Moraes dentro do grupo de intelectuais paulistas é semelhante ao de Américo de Campos, no sentido de ser muito mais um ativista partidário. Entretanto, ao que parece, seu repertório é tributário dos ideais dos liberais, históricos ou progressistas, pautado pela defesa do municipalismo e pelo ideário liberal abstrato. A questão do trabalho

<sup>186</sup> BARROS, Prudente José de Moraes e. Thomazinho: um erro judiciário. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1881**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo/Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982c. p. 24-36.

<sup>187</sup> Sobre a história da Loja América, ver: RIBEIRO, Luaê Carregari Carneiro. **Uma América em São Paulo: a maçonaria e o partido republicano paulista (1868-1889)**. 2011. 179 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

<sup>188</sup> LINS, Maria de Lourdes Ferreira. **A república que ele viu nascer: Prudente de Moraes**. Presidente Prudente: Fundação Museu e Arquivo Histórico Municipal de Presidente Prudente, 1989. p. 17.

escravo, por exemplo, aproxima Prudente de outro membro do grupo – Campos Salles – no sentido de não defender abertamente a abolição, adotando postura tipicamente de um agente partidário em busca de conciliar posições entre o próprio partido e os proprietários.<sup>189</sup>

Por outro lado, Prudente de Moraes não foi capaz de produzir uma obra intelectual, além de ter uma passagem muito discreta pelo jornalismo e, nesse aspecto, ele próprio reconhecia de que se tratava, apenas, de um autor de trabalhos forenses, compreendidos no círculo limitado de um obscuro advogado da roça.<sup>190</sup>

### 3.8 Francisco Quirino dos Santos<sup>191</sup>

Nascido em Campinas em 14 de julho de 1841 sendo seus pais o major Joaquim Quirino dos Santos e Maria Francisco Quirino dos Santos. Casou-se com Maria Cândida de Azevedo Marques, em 1864, filha do proprietário do jornal *Correio Paulistano*, Joaquim Roberto de Azevedo Marques.

Cumpriu os primeiros anos escolares na cidade de Campinas e com quatorze anos de idade muda-se para São Paulo para a realização dos estudos preparatórios vindo a ser aprovado nos exames de ingresso à Faculdade de Direito do Largo de São Francisco iniciando o curso em 1859, tomando parte da mesma turma de Rangel Pestana, Campos Sales e Prudente de Moraes. Durante os tempos de faculdade participou ativamente da imprensa acadêmica: redator, ao lado de Rangel Pestana, de *O Lírio*, periódico destinado ao público feminino e de *A Razão*, periódico de cunho que reunia, além dos próprios, também, Campos Sales, Belfort Duarte, Jorge de Miranda e João Quirino dos Santos.<sup>192</sup>

Ao concluir o curso de Direito, publicou o livro *Estrelas Errantes*, coleção de versos líricos em volume de pouco mais de 70 páginas, editado por Joaquim Roberto Azevedo Marques, proprietário de *Correio Paulistano* e sogro de Quirino dos Santos, revelando, ainda, um viés abolicionista do autor. Profissionalmente dedicou-se a atividades profissionais diversas como o a advocacia em Campinas – dividindo banca de advogados com seu irmão

<sup>189</sup> LINS, Maria de Lourdes Ferreira. **A república que ele viu nascer**: Prudente de Moraes. Presidente Prudente: Fundação Museu e Arquivo Histórico Municipal de Presidente Prudente, 1989. p. 20-21.

<sup>190</sup> BARROS, Prudente José de Moraes e. Um poeta. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1877**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo/Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982. p. 116.

<sup>191</sup> Para a composição da trajetória de Francisco Quirino dos Santos consultamos: RAMOS, Duílio. Um republicano da Monarquia (Quirino dos Santos). **Revista do Arquivo Municipal**. São Paulo, n. 55, p. 107-130, mar. 1939; FERREIRA, Carlos. O Dr. Francisco Quirino dos Santos (traços biográficos). **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1879**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982. p.119-135.

<sup>192</sup> RAMOS, op. cit. p. 108-110; FERREIRA, op. cit., 1982. p. 128.

João Quirino - e promotoria pública em Santos, permanecendo no cargo por pouco tempo – 1864/1865 – exonerado que fora pelo então presidente da província de São Paulo, Tavares Bastos, por este ser adversário político do sogro de Quirino dos Santos, o mesmo Azevedo Marques.<sup>193</sup>

Se o parentesco com Azevedo Marques lhe custou o emprego de promotor público, por outro lado, abriu-lhe as portas do jornalismo, onde sua atuação se fez mais vibrante. No *Correio Paulistano*, Quirino dos Santos foi redator entre janeiro de 1864 e outubro de 1865 e em consórcio com o próprio Azevedo Marques funda a *Gazeta de Campinas*, permanecendo à frente de sua redação entre 1869 e 1877. Teve, ainda, intensa colaboração com o *Almanaque Literário de São Paulo*, estando presente com poemas, sonetos e artigos nas edições de 1876, 1877, 1801, 1884. Dos artigos destaca-se “Os Velhos Brasões” no qual faz algumas digressões sobre a importância da estrada de ferro no desenvolvimento econômico e social da província de São Paulo, elencando uma série de medidas práticas e legais que, no decorrer do tempo, facilitaram a expansão das linhas férreas. Publicou, ainda, artigos sobre a colônia de imigrantes portugueses na localidade de Santa Bárbara d’Oeste.<sup>194</sup>

Do ponto de vista da ação político-partidária, em 1886, Quirino dos Santos encontra-se no exercício do mandato de Deputado Provincial pelo Partido Republicano, tomando parte, por essa época dos movimentos abolicionista e republicano de Campinas, cidade na qual participou, ainda, ativamente de movimentos em favor da educação pública.

Quirino dos Santos não foi exatamente uma fonte geradora de ideias para o grupo. Escreveu basicamente poesias, algumas engajadas na causa abolicionista, como atesta seu volume *Estrelas Errantes*. Seu lugar, entretanto, no grupo foi de aglutinar em torno da redação da *Gazeta de Campinas* parte dos membros que, posteriormente, ganhariam maior visibilidade com participações nas publicações da capital paulista.

### 3.9 Alberto Salles<sup>195</sup>

<sup>193</sup> FERREIRA, Carlos. O Dr. Francisco Quirino dos Santos (traços biográficos). **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1879**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982. p.129; RAMOS, Duílio. Um republicano da Monarquia (Quirino dos Santos). **Revista do Arquivo Municipal**. São Paulo, n. 55, p. 107-130, mar. 1939. p 113.

<sup>194</sup> SANTOS, F. Q. dos. A nova Louzã. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1880**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982a. p. 142-156, e um esboço biográfico do maestro Carlos Gomes. SANTOS, F. Q. dos. A. Carlos Gomes. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1881**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982b. p. xxxv-xxxviii.

<sup>195</sup> Para a reconstrução da trajetória de Alberto Salles consultamos: RIBEIRO JÚNIOR, João. **Alberto Salles: trajetória intelectual e pensamento político**. São Paulo: Convívio, 1983 e VITA, Luís Washington. **Alberto Sales: o ideólogo da República**. Rio de Janeiro: Nacional, 1965.

Nasceu em Campinas em 24 de outubro de 1857. O mais jovem integrante desse grupo de intelectuais e irmão de M. F. de Campos Sales. Uma de suas irmãs fora casada com José Alves de Cerqueira César, político republicano e governador de São Paulo. Passa a infância em Campinas e já adolescente vai para São Paulo fazer preparatórios. Alberto Sales casou-se em 1882, com Joana de Moraes, filha de proprietários de terra na região de Rio Claro, interior de São Paulo.

Titubeia entre o Direito e a Medicina, quando em 1875 decidiu-se pela Engenharia indo para os Estados Unidos onde se matricula no Instituto Politécnico Rensselaer, de Troy, Nova York. Permanece nos Estados Unidos ao longo do ano letivo de 1875 e 1876. Nos Estados Unidos inicia suas leituras em Spencer, Comte, Stuart Mill e Littré, além de enviar colaboração jornalística a ser publicada por *A Província de São Paulo* (quatro correspondências sob o título geral Acontecimentos Estadunidenses).

Em 1876 retorna ao Brasil e a partir de 1878 ingressa na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco bacharelando-se na turma de 1882. Nesta fase teve intensa atividade vinculando-se e integrando a redação de várias folhas acadêmicas especialmente: *A Luta* – fundado a 16 de março de 1882 tendo por diretor Argemiro Galvão e no corpo de colaboradores, entre outros, Américo de Campos, Campos Sales, Rangel Pestana; *A República* – fundado em 1876 e para o qual Alberto Sales entrou em 1880; *Opinião Republicana* – fundado em 1877; *O Federalista* – fundado em 1880 no qual Alberto Sales foi um dos seus redatores; *Evolução* – fundado em 1880; *Çà Ira* – fundado em 1882 tendo em seu quadro de colaboradores além de Alberto Sales, o então acadêmico de direito, Raul Pompéia.

Concluída a faculdade (1882) retorna a Campinas, abrindo escritório de advocacia e integrando a redação da *Gazeta de Campinas* – reduto de sociabilidade de parte do núcleo de intelectuais paulistas do século 19, integrado por José Maria Lisboa (gerente) e Francisco Quirino dos Santos (redator-chefe), além lecionar no Colégio Culto a Ciência.

Em 1884 muda-se para Pirassununga, interior de São Paulo, dedicando-se à advocacia. Retorna a São Paulo e adquire a co-propriedade de *A Província de São Paulo*, fato que motivou a saída de Américo de Campos da sociedade mantenedora do jornal e do corpo de redatores deste. Em *A Província de São Paulo*, Alberto Sales responde pelas funções de redator e gerente e Rangel Pestana como redator político.

Abandona o jornal, em 1886, retornando a Campinas, para se dedicar ao magistério no Colégio Culto à Ciência, onde já havia exercido funções de docente em anos antes. No ano

seguinte publica o livro *A Pátria Paulista*, uma obra de militância onde Sales tenta fundamentar as razões de sua tese do separatismo paulista. Por essa época retira-se do Culto à Ciência e passa uma temporada em Poços de Caldas, para tratamento de saúde, retornando em 1888 à Campinas para no ano seguinte estabelecer-se em Rio Claro, quando passa a assumir a administração da fazenda Morro Grande, propriedade pertence à família de sua esposa.

Talvez o membro do grupo com melhor formação intelectual, ao lado de Luís Pereira Barreto. Filosoficamente foi adepto das concepções sobre política elaboradas pelo pensador inglês Stuart Mill e um crítico do pensamento comteano, daí ser tipificado pelos estudiosos de sua obra como um positivista ilustrado. Foi autor de vários estudos de natureza sociológica, jurídica e de propaganda republicana.

Em *Política Republicana*, obra publicada pouco depois de concluir a Faculdade de Direito (1882), realiza um esboço de uma teoria política do positivismo brasileiro, propondo-se, a realizar uma exposição sistemática da doutrina republicana.<sup>196</sup> O livro passou despercebido aos contemporâneos e mesmo *a posteriori* não ocupando espaço de relevância nas histórias do pensamento político, nem nas referências dos especialistas.<sup>197</sup>

No livro, dividido em seis capítulos, Sales constata que o momento por que passa o país é de profunda agitação política e que tal situação poderia influenciar os republicanos a marcharem rumo a uma revolução, considerada por ele como um estado de anarquia mental. Era preciso, pois, que os adeptos da ditadura esclarecida e da ordem com progresso, ou seja, positivistas e republicanos, adotassem uma postura racional, subordinada a um corpo doutrinário de princípios fundamentais que regem a política.<sup>198</sup>

É com esse objetivo que Alberto Sales escreve, então, a *Política Republicana*, ou seja, com a finalidade de sistematizar o corpo de princípios necessários para a ação eficaz dos agentes políticos favoráveis à ordem e progresso e, contrários, ao retrógrado e revolucionário. Os seis capítulos que compõe o livro tratam, sob a ótica do positivismo da origem do poder governamental, suas funções características e sucessivas evoluções até atingir a forma republicana; esboça uma teoria da organização científica do Estado, destacando a questão do federalismo e do sufrágio universal.<sup>199</sup>

*Política Republicana* aborda, a partir da formação positivista via Comte e Littré de seu autor, diversas questões que estão coladas à própria realidade nacional daquele instante histórico, não se tratando, portanto, de uma teorização abstrata e geral. Entre outros aspectos,

<sup>196</sup> MARTINS, Wilson. **História da inteligência brasileira**. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1996. v. 4 (1877-1896). p. 137.

<sup>197</sup> MARTINS, op. cit. p. 137.

<sup>198</sup> *Ibid.*, p. 138.

<sup>199</sup> *Ibid.*, p. 138-139.



trata das relações entre Igreja e Estado, questão sobre a qual Alberto Sales é enfático ao sustentar o princípio da secularização, além do fim de quaisquer formas de subvenção de instituições religiosas por parte do Estado; recorre à ciência para encontrar elementos legitimadores da república como forma legítima e segura de governo; estabelece analogias entre fenômenos e instituições sociais com as concepções desenvolvidas pela biologia (organização social); e defende, ainda, o processo evolutivo de transformação política, embora não descarte a possibilidade da via revolucionária.<sup>200</sup>

Alberto Sales em *Política Republicana* alude ao sufrágio universal defendendo sua extensão a todos, incluindo mulheres e analfabetos, sustentando seu caráter direto e proporcional às classes sociais. Considera o regime monárquico como um sistema político condenado à morte ao contrário da república federativa, símbolo da vida, do progresso e da ordem. Recomenda o modelo republicano norte-americano como o parâmetro a ser seguido no Brasil, sustentando, ainda, existência de uma tradição republicana no Brasil, cujo curso natural seria alcançado a partir da evolução de movimentos revolucionários de 1817, 1824, 1831, 1835 e 1837.<sup>201</sup>

Outros dois problemas foram objeto de apreciação de Alberto Sales em *Política Republicana*: o problema da educação e a questão da mão-de-obra. A respeito do problema da educação lastimava o atraso em que se encontrava o sistema de ensino brasileiro até aquela altura, oferecendo dados tanto para o ensino superior como para o ensino primário como forma de mostrar o quanto a educação encontra-se aquém das necessidades do povo brasileiro. Quanto à questão do trabalho, considerava a escravidão como um equívoco econômico e defendia a imigração de trabalhadores livres e da adoção de leis que permitissem e naturalização e a extensão direitos políticos aos imigrantes.

Em 1885 Alberto Sales volta à carga com a publicação de *Catecismo Republicano* (o título do panfleto é referência ao catecismo positivista de Comte), panfleto no qual o autor investe na defesa intransigente da separação entre Igreja e Estado. A história desse opúsculo é bastante curiosa, pois, se de um lado teve todo o apoio por Partido Republicano de São Paulo que mandou imprimir dez mil exemplares para distribuição gratuita, por outro, foi alvo de severa crítica do escritor e, também, republicano, Júlio Ribeiro que qualificou o autor em suas *Cartas Sertanejas* como escritor malsucedido e seu livro de não passar de amplo museu de monstruosidades evolucionistas.<sup>202</sup> Alberto Sales trava, então, uma polêmica com Júlio

---

<sup>200</sup> MARTINS, Wilson. História da inteligência brasileira. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1996. v. 4 (1877-1896). p. 139.

<sup>201</sup> Ibid., p. 139-140.

<sup>202</sup> Ibid., p. 221.

Ribeiro, respondendo a este com o livro *Cartas a Júlio Ribeiro*, publicado no mesmo ano de 1885 e impresso nas tipografias do jornal *A Província de São Paulo*.

Como foi dito acima, Alberto Salles funciona dentro do grupo de intelectuais paulistas na crise do Império como um formulador da plataforma de ideias. Sua produção bibliográfica, para o período compreendido pela pesquisa, interessa fundamentalmente como gerador de noções que serão replicados por outros membros do grupo. Sua atuação intelectual foi bastante abrangente envolvendo a produção de livros e opúsculos como, também, artigos para a imprensa.

A análise detalhada das trajetórias e itinerários traçados pelos sobre os membros do grupo de intelectuais, objeto desta pesquisa, permitem-nos entender o modo como operam grupos de indivíduos em busca de prestígio social e espaço político dentro de uma sociedade fechada e mantenedora de valores marcados por laços aristocráticos e nobiliárquicos como fora o caso da sociedade do Segundo Reinado (1840-1889). Fechada em si mesma, esta mesma sociedade, opera uma exclusão de novos grupos sociais, intelectuais, políticos e econômicos.

As origens familiares, de nascimento ou por meio de casamentos, como demonstram os casos dos membros do grupo intelectual paulista, não era determinante para que tivessem inserção na sociedade aristocrática do Império. Ser filhos de proprietários de terras, ainda que pertencentes à zona próspera da cafeicultura não constituiu fator de garantia de colocação e prestígio nos mais altos postos do Estado.

Outro recorte importante é que todos, à exceção de Luís Pereira Barreto, são bacharéis em Direito, condição fundamental para a inserção desses indivíduos nos aparatos do Estado. Como apontado por estudiosos da questão,<sup>203</sup> as faculdades de Direito no Império serviram de laboratório para a formação de um tipo particular de intelectual, no sentido, de que este entende sua atuação social como militante da política partidária e como parte do aparelho estatal. De tal maneira que não estamos falando de intelectuais no sentido clássico do termo (como vimos no capítulo 1), mas, de um tipo peculiar que poderíamos chamar de intelectuais que são políticos.

A observação dos itinerários descritos neste capítulo revela, ainda, que o grupo (ainda que não fossem vistos pelos seus membros como tal) constrói seu repertório a partir de experiências comuns de vivências através de órgãos de imprensa, de instituições de ensino

---

<sup>203</sup> Especialmente ALONSO, Ângela. **Idéias em movimento**: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002; ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder**: o bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

(colégios em Itu, Campinas e São Paulo) e irmandades maçônicas, fator que contribui para a preservação e consolidação de afinidades intelectuais e pessoais.

Todos são do interior de São Paulo – Pereira Barreto nasceu na Província do Rio de Janeiro, mas que construiu sua carreira em Jacareí e Cravinhos ambas localizadas no interior de São Paulo – e ligados a cidades que estavam em pleno desenvolvimento econômico através do café, da ferrovia e dos melhoramentos urbanos levados pela prosperidade agrícola.

E, por fim, do ponto de vista partidário são, em grande parte, originários das hostes liberais – seja em sua versão progressista, histórica ou radical -, especialmente, Américo Brasiliense, Rangel Pestana e Campos Salles, o que nos levar a pensar na possibilidade de que o programa republicano foi ajustado à plataforma liberal que estes intelectuais já defendiam e difundiam. A opção pela república, foi muito mais resultado de uma busca de oportunidade dentro de uma sociedade fechada, como foi dito anteriormente, do que propriamente uma convicção de primeira hora. O mesmo se pode falar quanto ao abolicionismo, outra palavra-chave do repertório político do final do século XIX. O grupo de intelectuais de São Paulo não é, propriamente, abolicionista, mas defensores de uma proposta alternativa para resolução do problema da falta de braços para a lavoura cafeeira.

## CAPÍTULO 4 MICROCLIMAS

Parte-se da premissa, para a construção deste capítulo, de que atribuir à origem de classe fator predominante na forma de atuação dos intelectuais-bacharéis em São Paulo na segunda metade do século XIX é insuficiente para a compreensão do todo. Daí o entendimento de que por meio do estudo dos microclimas, compreendidos como espaços de construção de sociabilidades, de trocas de afinidades ideológicas - e dos veículos culturais ser possível ter melhor visão sobre a ação política dos intelectuais. Tendo em vista esses objetivos, parte-se para a reconstrução dos microcosmos por onde os intelectuais paulistas construíram suas redes e discursos com ênfase nos órgãos de imprensa, na faculdade de Direito, nos partidos políticos e nas irmandades maçônicas.

### 4.1 A imprensa: vetor cultural e espaço de disputa

Historicamente, a imprensa escrita se revelou como um instrumento que utiliza de estratégias que lhe são próprias, tais como a manipulação, o constrangimento, a demagogia e a denúncia. Tais expedientes permitem o entendimento de que a imprensa é um veículo carregado de expressões reais de interesse ideológico e político de grupos sociais específicos e que estão em conflito permanente, no nível do discurso, com o poder institucionalizado. Portanto, a imprensa é uma expressão contínua de interesses conflituosos, ou em outras palavras, a imprensa deve ser compreendida:

[...] não como um nível isolado da realidade social na qual se insere, mas que ela representa, fundamentalmente, um instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social, pensando ainda, como indicou Gramsci, que, muitas vezes, as funções desempenhadas por um jornal, atuando como uma força dirigente ou orientadora, pode se equiparar, ou mesmo ultrapassar as funções desempenhadas pelos partidos políticos.<sup>204</sup>

A imprensa escrita, portanto, se insere na época moderna como uma forma de expressão social responsável pela circulação de ideias e divulgação de plataformas político-ideológicas, consolidando, com o passar do tempo, uma posição relevante diante do poder institucionalizado, seja na forma do poder Estado, de partidos políticos, de sindicatos, da Igreja, entre outros. Tal posição toma o lugar de uma oscilação entre ora a construção de um discurso programático a favor do poder, seja de onde emanar tal poder, ora contra. Daí não ser surpreendente que um jornal, em qualquer época, se declare um órgão apartidário ou

<sup>204</sup> CAPELATO, Maria Helena. Populismo na imprensa: UH e NP. In: MELO, José Marques de (Org.). **Populismo e comunicação**. São Paulo: Cortez, 1981. p. 118.

apolítico, como que almejando uma posição de neutralidade e acima das diferenças e tensões, encobrindo seu viés ideológico:

No período de consolidação da sociedade burguesa, ele [o jornal] era frequentemente instrumento dos partidos, e frequentemente eram os partidos mobilizados pelos jornais; o partido moderno, que é a organização estável de quadros e a elite de um movimento social, é promovido pelo jornal.<sup>205</sup>

Se a imprensa escrita funciona como uma forma de representação da sociedade, esse funcionamento, por outro lado, precisa ser compreendido a partir de determinado contexto histórico. Nesse sentido, o jornal constroem discursos e repercutem preocupações especificamente de um tempo, estando, pois, seus balizamentos ideológicos colados às questões próprias de uma determinada conjuntura histórica. Do que se pode concluir que o vocabulário jornalístico é construído/reconstruído permanentemente conforme as circunstâncias históricas e os anseios sociais correspondentes.

A imprensa no Brasil, em geral, e em São Paulo, em particular, teve seu desenvolvimento marcado por inúmeras peculiaridades conforme apontadas por historiadores da imprensa no país, dentre as quais, o seu atraso temporal em relação à imprensa nas Treze Colônias da América do Norte e nas ex-colônias hispano americanas e a forte censura exercida pelo aparato estatal sobre seus agentes.<sup>206</sup>

Por outro lado, a imprensa no contexto do século XIX brasileiro representou espaço privilegiado de atuação pública dos intelectuais, sobretudo, devido à ausência de um campo de atuação acadêmica mais estruturada no país. Sem um sistema de educação formal organizado e universalizado – exceção feita às raras instituições de ensino como as faculdades de Direito de Olinda (e posteriormente Recife) e São Paulo, o Colégio Pedro II no Rio de Janeiro, entre outras poucas – restava aos intelectuais o espaço dos jornais e das revistas como forma de expressão literária, política ou de natureza mais específica como educação, ciência e jurídica.

Tais circunstâncias são reveladoras do retrato da precariedade do sistema intelectual brasileiro. Acrescentemos a essa situação a ausência de um público leitor, a quase inexistência de bibliotecas e o pouco suporte técnico para a circulação de ideias como livrarias e tipografias. Somados todos esses elementos temos, então, a característica dominante da

---

<sup>205</sup> GOULDNER, Alvin apud RUDIGER, Francisco Ricardo. **Tendências do jornalismo**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1993. p. 29.

<sup>206</sup> Especialmente: MARTINS, Ana Luíza; DE LUCA, Tânia Regina (Orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008; NEVES, Lúcia Maria Bastos P. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006; SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

prática intelectual nos oitocentos brasileiros: a cultura essencialmente devota da tribuna e do orador.<sup>207</sup>

Embora não se pode deixar de levar em conta a precariedade da vida intelectual brasileiro nesse contexto, apontada acima, do ponto de vista das fontes, há que se lembrar das palavras de Winock relativas à importância dos jornais enquanto *locus* privilegiado para a investigação acerca das correntes de ideias veiculadas por grupos de intelectuais ou famílias políticas que se constituem nesse vetor cultural (expressão de Sirinelli) da política contemporânea: “[...] é de fato o jornal que constitui a fonte mais rica, a que esposa as inflexões da época, as nuances da conjuntura, e reflete as relações na sociedade, em suas tentativas de coerência entre a ‘doutrina’ e os ‘fatos’.”<sup>208</sup>

Todas essas observações são relevantes no processo de construção da argumentação de nossa pesquisa sobre os intelectuais de São Paulo na conjuntura da crise do Império visto que é justamente no entorno de um jornal em especial – *A Província de São Paulo* – que tomaremos como *locus* privilegiado para a compreensão da trajetória desse grupo. Em outras palavras a partir do cotejamento dos textos publicados em *A Província de São Paulo* que identificaremos o repertório ideológico que deu coerência a ação desse grupo de intelectuais na referida conjuntura.

Entendemos, ainda, que se faz necessário à incursão no processo histórico que marcou as origens e desenvolvimento efetivo da imprensa escrita no Brasil a fim de situar com mais precisão o lugar ocupado por *A Província de São Paulo* e demais órgãos de imprensa que serviram de microcosmos para os intelectuais paulistas no universo de publicações que marcaram o país daquele tempo.

De um modo geral é unânime nos meios historiográficos a afirmação de que as origens da imprensa no Brasil remontam ao início século XIX muito tardiamente, portanto, se comparado o fato com outras regiões da América, como as colônias espanholas e os Estados Unidos. Os motivos para tal atraso seriam a forte censura exercida pela administração colonial lusitana e por agentes da Igreja na colônia, além da ausência de um mercado consumidor devido ao alto índice de analfabetismo. Acrescente-se, a esse quadro, a pouca expressão alcançada pela vida urbana circunscrita a pequenos núcleos populacionais.<sup>209</sup>

<sup>207</sup> LIMA, Luiz Costa. **Dispersa demanda**: ensaios sobre literatura e teoria. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981. p. 3.

<sup>208</sup> WINOCK, Michel. As ideias políticas apud RÉMOND, René. (Org.). **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003. p. 282.

<sup>209</sup> CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto:Edusp, 1988. p. 36-47.

No entanto, na contramão dessa interpretação já consagrada, tomamos para efeito de compreensão do papel da imprensa escrita dentro do quadro histórico proposto pela pesquisa, a análise de Marco Morel acerca dos primórdios da palavra impressa no Brasil. De acordo com Morel atribuir o surgimento tardio da imprensa no Brasil em razão da severa censura imposta pelo Estado e pela Igreja (esta agindo por meio do Tribunal do Santo Ofício) precisa ser vista com certa cautela pois, independentemente de sua efetividade, a imprensa sempre esteve sob censura na maioria dos países absolutistas da Europa Ocidental, sendo esta uma prática constante da época do Antigo Regime.<sup>210</sup>

Apesar de oficialmente a imprensa sistematizada tenha sido inaugurada no Brasil somente em 1808, quando da chegada da Família Real Portuguesa, expulsa que fora pelas tropas francesas de Lisboa no contexto das guerras napoleônicas, momento em que por iniciativa do então príncipe regente D. João é inaugurada a Imprensa Régia a 13 de maio de 1808, não se pode afirmar, no entanto, que não tenha havido práticas de leituras e circulação de manuscritos. Em outras palavras, e de acordo com Morel, a imprensa oficialmente criada no Brasil não surgiu em um imenso vazio cultural.

Anteriormente a 1808, a data consagrada pela historiografia como marco inicial da imprensa no Brasil, ainda que sob a forte vigilância das autoridades, há registros de circulação de impressos e manuscritos, além de registros de iniciativas isoladas de atividade tipográfica em Pernambuco, Rio de Janeiro e Sul da Colônia. Segundo Morel, existiram práticas culturais típicas do período absolutista em crise caracterizadas por formas de transmissão manuscritas e orais:

‘Práticas de leitura em voz alta e coletivas eram constantes nos antigos regimes’. [Da mesma forma que ocorria circulação de manuscritos ‘através de correspondências particulares, cópias de textos, papéis e folhas (pregados) em paredes e muros ou rodavam em mão em mão, muitas vezes através de atividade de copistas]’.<sup>211</sup>

De tal maneira que os primeiros jornais a circularem no Brasil datam do século XVIII e eram feitos na Europa. São exemplos a *Gazeta de Lisboa* que circulou na América Portuguesa desde 1778, além de periódicos existentes durante o governo do Marquês de Pombal (1750-1777). Com a instalação da Imprensa Régia no Rio de Janeiro em 1808 surge, efetivamente, uma imprensa crítica, de opinião, contundente e combativo, marco do que viria a ser conhecido modernamente por opinião pública, com destaque para o jornal *O Correio*

<sup>210</sup> MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina (Orgs.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 23-43.

<sup>211</sup> *Ibid.*, p. 25-28.

*Braziliense* (1808-1822), marco da imprensa no país de combate ao colonialismo português, impresso em Londres e tendo por idealizador Hipólito José da Costa.<sup>212</sup>

O contexto da independência (1820-1822) fez nascer, de fato, a opinião pública fruto das intensas transformações políticas observadas tanto na Península Ibérica como na colônia, cabendo à imprensa ecoar, reverberar e debater projetos políticos conflitantes. Medidas oficiais no sentido de suspender a censura à imprensa tiveram impacto imediato na colônia contribuindo para o crescimento na circulação de jornais, ampliando o debate público acerca dos projetos de independência que estavam em jogo. De um modo geral essas publicações estavam alinhadas entre grupos que apoiavam ou eram contrários à causa da independência.<sup>213</sup>

Com a ampliação do espaço público de debate político emerge o jornalista panfletário e polemista, típica de figura do homem público contemporânea, até então inexistente no território da América Portuguesa. De um modo geral, os homens de letras dos primórdios da imprensa brasileira normalmente são escritores que chamam para si a responsabilidade de assumir o papel de vanguardistas dos projetos políticos em marcha e em disputa. Seu estilo é o panfletário, estilo caracterizado pela:

[...] capacidade de convencer e de atacar, espírito mordaz e crítico, linguagem literária, sátira, requerendo ao mesmo tempo densidade doutrinária e ideológica e a agilidade para expressar, em situações específicas e circunstâncias, uma visão de mundo geral e definida.<sup>214</sup>

Essa primeira geração de homens de letras que viveu o contexto da independência congregava uma gama variada de posicionamentos políticos havendo, contudo, três elementos comuns: os espaços de sociabilidade representados pelas tipografias, o estilo panfletário e ocupação de funções políticas de importância no Estado Nacional. São exemplos típicos desse perfil as figuras do Visconde do Cairu – José da Silva Lisboa -, Januário da Cunha Barbosa e Joaquim Gonçalves Ledo, entre outros.<sup>215</sup>

Depreende-se dessa primeira fase da imprensa escrita no Brasil que, apesar dos esforços e iniciativas, os jornais permaneciam em termos culturais, ainda muito presos ao

<sup>212</sup> MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tânia Regina de. (Org.) **Extra: imprensa e cidade**. São Paulo: Ed. UNESP, 2006. p.18.

<sup>213</sup> A título de exemplo podemos citar os casos dos jornais: *O Bem da Ordem* (1821) e *O Conciliador do Reino Unido* (1821), ambos contrários à causa independentista. Favoráveis ao rompimento com as Cortes circularam: *O Revérbero Constitucional Fluminense* (1821) do Monsenhor Januário da Cunha Barbosa e de Joaquim Gonçalves Ledo, *O Espelho* (1821), *O Malagueta* (1821), sob a direção de Luís Antônio May, *O Correio do Rio de Janeiro* (1822-1823) de propriedade do português João Soares Lisboa, *O Macaco Brasileiro* (1822) e *O Papagaio* (1822).

<sup>214</sup> MOREL, 2008, op. cit., p. 35-37.

<sup>215</sup> *Ibid.*, p. 40. Outro fato marcante dessa geração de homens de letras é o de que, de um modo geral, são vinculados a duas instituições: a Universidade de Coimbra (José da Silva Lisboa, Líbero Badaró, Gonçalves Ledo) e a Igreja Católica (Monsenhor Januário da Cunha Barbosa, Frei Caneca).



universo que imperou nos tempos coloniais. Pequena rede de cidades, economia rural e escravista, forte controle exercido pelo Estado e Igreja sobre os comportamentos e formas de pensar, terminam por contribuir para que a atividade da imprensa ficasse restrita a poucos centros urbanos, principalmente, o Rio de Janeiro. Por outro lado, em linhas gerais, a imprensa praticada no contexto da regência de D. João, da transição colônia-monarquia, do 1º. Reinado e da Regência, teve forte conotação política, de crítica ao governo e de proposição no sentido de pautar uma busca da identidade nacional.

A característica de uma imprensa combativa iniciada no contexto da Independência permaneceu até o fim do período regencial (1831-1840) tanto na Corte como na produção jornalística das províncias. A partir da Maioridade (1840), no entanto, inicia-se uma fase de arrefecimento do debate político via imprensa prolongando-se até o fim da Guerra do Paraguai (1870). A explicação para tal esfriamento se deve, provavelmente, entre outros fatores, pela estratégia de cooptação de muitas lideranças políticas combativas enquadrando-as sob a égide do Estado Imperial, numa demonstração de estratégia política de conciliação por parte do Império.<sup>216</sup>

Temos, então, a partir dos primeiros tempos do Segundo Reinado um modelo de imprensa que passa a repercutir outro projeto político de país: deixa de lado o estilo panfletário e de crítica ao governo, marca dominante desde seu surgimento oficial em 1808, e adota uma agenda voltada para a questão da inserção do país no mundo da civilização, através da defesa da modernização, do progresso técnico e material. Por outro lado, os jornais, neste novo contexto, passam a contar em suas fileiras de redatores e colaboradores de figuras ligadas ao Estado monárquico ou aos partidos políticos hegemônicos condicionando sua direção política aos interesses econômicos e de prestígio social, ligados a essas figuras.

Caso exemplar deste tipo de jornalismo hegemônico praticado na fase áurea do Segundo Reinado foi o *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro. Fundado em 1826 esse jornal apresentava aspectos de modernidade em termos gráficos e de repertório temático. Politicamente adotava uma linha conservadora, além de reunir entre seus quadros, nomes de expressão no mundo literário e político como José de Alencar, Guerra Junqueira, José Maria da Silva Paranhos e Joaquim Nabuco, entre outros.

O ritmo de urbanização do país torna a vida mais complexa o que se refletiu no formato dos jornais na medida em que estes passam a atender uma gama maior de interesses do leitor não só por meio de textos de natureza política e literária como, também, atos

---

<sup>216</sup> MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tânia Regina de. (Org.). **Extra: imprensa e cidade**. São Paulo: Ed., UNESP, 2006. p. 40.

administrativos do governo, anúncios de procura e ofertas de serviços, seções de compra e venda de mercadorias, artigos de fundo tratando de economia e temas internacionais.

O quadro geral do país se altera, a partir da segunda metade do século XIX, com o café tornando-se o produto-chave da economia nacional ligando-a ao mercado internacional. Os efeitos dessa riqueza proporcionada pelo café se fez sentir em diversos campos como ferrovia, ampliação de rede urbana, melhorias dos equipamentos urbanísticos e, claro, na esteira dessa modernização, a imprensa também foi impactada. Deste novo cenário nasce uma nova geografia da produção jornalística abrindo novos campos de leitores fora da capital do Império, até então principal centro aglutinador de agentes da imprensa, concentrando-se nas capitais das províncias e, dentre elas, São Paulo.<sup>217</sup>

O desenvolvimento da imprensa na capital paulista seguiu, de modo geral, o próprio desenvolvimento da imprensa no país, ou seja, muito tardiamente, em comparação com outras localidades das Américas. Entre julho e agosto de 1823 apareceu em São Paulo, *O Paulista*, jornal manuscrito, bi-semanário e publicado pelo professor de gramática latina e retórica, Antônio Mariano de Azevedo Marques, conhecido como *O Mestrinho*. Estaria aí o precursor do que veria a ser, no decorrer do século 19, a imprensa paulistana. Este precursor da imprensa paulistana contou com o apoio do governo da província de São Paulo tendo sua regularidade estendida até 18 de setembro de 1823, quando então desapareceu.<sup>218</sup>

A fundação da Faculdade de Direito contribui para alterar a fisionomia de núcleo urbano acanhado de São Paulo, tornando-se espaço de produção e propagação de ideias, escritos e jornais, contribuindo como centro auspicioso do jornalismo paulistano. O mesmo fenômeno se verifica no Recife por meio de sua faculdade de Direito local, uma espécie de transição da imprensa inicialmente feita por membros do clero ou de egressos da Universidade de Coimbra (características da imprensa nos seus primórdios no Brasil) para uma imprensa feita por letrados com formação humanística, voltados para o combate das ideias políticas como, também, pela intensa atividade literária. De tal maneira, que ocorre uma divisão no universo de produção jornalística: de um lado o jornal propriamente dito enquanto espaço de crítica política e de outro, a revista, de cunho mais literário.<sup>219</sup>

A Faculdade de Direito de São Paulo foi criada em 1827 com a finalidade de formação de quadros para o exercício da política e da administração pública. Nascido à época em que o

---

<sup>217</sup> Sobre as transformações econômicas ocorridas no Brasil na segunda metade do século XIX ver PRADO JUNIOR., Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1945.

<sup>218</sup> MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tânia Regina de. **Extra: imprensa e cidade**. São Paulo: Ed. UNESP, 2006; NOBRE, Freitas. **História da imprensa de São Paulo**. São Paulo: Edições Leia, 1950. p. 19.

<sup>219</sup> MARTINS; DE LUCA, op. cit., 2006, p. 23.

romantismo iniciava sua escalada de influência sobre uma geração de artistas e literatos brasileiros, sendo muitos deles estudantes ou egressos da própria instituição. O veículo principal dos acadêmicos era o jornal no qual combinavam a política e a literatura. Dos quadros acadêmicos da Faculdade do Largo de São Francisco surge uma geração de bacharéis-escritores que através da literatura procuraram explicar o Brasil, dentre os quais, Castro Alves, Álvares de Azevedo, Fagundes Varela, José de Alencar, Bernardo Guimarães, Saldanha Marinho, Quintino Bocaiúva, Ruy Barbosa e Joaquim Nabuco, entre tantos outros.<sup>220</sup>

Tomando como referência as proposições sugeridas pelos historiadores da imprensa paulista,<sup>221</sup> temos que até por volta da década de 1850, a capital de São Paulo assistiu a circulação de muitos jornais, acadêmicos ou não, mas de pouca duração. Em 1854 surge o *Correio Paulistano*, primeiro jornal de maior duração, iniciativa de Joaquim Roberto de Azevedo Marques, tendo por redator Pedro Taques de Almeida Alvim. Ao que parece o *Correio Paulistano* viveu diversas fases de orientação política, adotando, inicialmente, posicionamento liberal, colocando-se na condição de folha oposicionista ao domínio do Partido Conservador.<sup>222</sup>

Entre 17 de julho de 1855 e 30 de julho de 1858 o *Correio Paulistano*, em razão de grave crise financeira que a empresa vivia, passou a circular como veículo bissemanário. Com o agravamento dos problemas financeiros da empresa, a partir de 13 de dezembro de 1859, o jornal cedeu às imposições do momento e aceitou contrato com o governo provincial para a publicação de atos oficiais, perdendo, desse modo, sua orientação política de independência.

O *Correio Paulistano* retomaria sua independência e combatividade a partir de 17 de janeiro de 1872 convertendo-se em folha abolicionista e republicana sob orientação do Partido Republicano.<sup>223</sup> Este período de guinada ideológica do jornal se deve ao fato de que Américo de Campos havia assumido a chefia de sua redação. Tal orientação política permanece até 1874, quando, novamente, assolado por dificuldades econômicas, o jornal é adquirido por Leôncio de Carvalho, monarquista, que impõe essa orientação ao jornal até o final desse mesmo ano de 1874, quando, então, retorna à direção, seu antigo fundador

---

<sup>220</sup> MARTINS, Ana Luíza. Imprensa em tempos de Império. In: MARTINS, Ana Luíza; DE LUCA, Tânia Regina. (Org.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 60.

<sup>221</sup> NOBRE, Freitas. **História da imprensa de São Paulo**. São Paulo: Edições Leia, 1950; FREITAS, Affonso A. de. **A imprensa periódica de São Paulo desde os seus primórdios em 1823 até 1914**. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, 1915; DUARTE, Paulo. **História da imprensa em São Paulo**. São Paulo: Ed. ECA/USP, 1972.

<sup>222</sup> NOBRE, op. cit., p. 49.

<sup>223</sup> Ibid., p. 50.

Joaquim Roberto de Azevedo Marques, permanecendo este até 1882 quando é adquirido por Antônio da Silva Prado, chefe local da política conservadora.

Independentemente das oscilações ideológicas e materiais vividas pelo *Correio Paulistano*, o fato é que este jornal adquiriu importância no cenário da imprensa paulista não só atestado pela sua longevidade como pelo corpo de colaboradores e redatores que passaram por ele, dentre os quais, Américo de Campos, Campos Sales, Bernardino de Campos, Américo Brasiliense, e outros.<sup>224</sup>

Com a ascensão do *Correio Paulistano* no cenário jornalístico, intelectual e político de São Paulo entramos no contexto de inserção dos membros do grupo de intelectuais paulistas na conjuntura da crise do Império. Paralelamente, ao processo de melhoramento técnico da produção de jornais ocorrido, verifica-se, ainda, o ímpeto de mudança de atitude e repertório que tomou conta de uma nova geração de intelectuais, jornalistas, literatos e bacharéis que utilizam a imprensa para veicular as ideias novas (expressão cunhada por Silvio Romero, intelectual da mesma geração)

Os ventos da política de conciliação do Império mudam de rumo, a partir da queda do Gabinete Zacarias de Góes, em 1868 e da incapacidade do Gabinete Rio Branco em aprofundar um projeto reformista, trazendo para a cena política grupos emergentes e insatisfeitos. O fim da Guerra do Paraguai (1870) é o marco cronológico de uma crise que culminaria com a queda do regime. Em São Paulo, na esteira da prosperidade trazida pelo café, emergirá um novo intelectual, não o panfletário dos primeiros tempos do século XIX, mas um intelectual com outro perfil: o do bacharel conjugado à imprensa, à literatura e à política, revestindo, ainda, todas essas atividades com a oratória e a retórica.

Reflexo imediato dessa mudança de ventos é notado pelo conteúdo jornalístico da segunda metade do século 19, sobretudo, a partir da década de 1870 que vai tratar, especialmente, do embate entre monarquia x república e escravidão x abolição. São fatos marcantes desse processo histórico a fundação, no Rio de Janeiro, do Manifesto Republicano, acompanhado pela criação do jornal *A República*, tendo à frente homens ligados à imprensa, tais como Quintino Bocaiuva, Saldanha marinho e Salvador de Mendonça. Neste contexto de crise política vivida pelo regime republicano emerge um clima de disputa pelo campo de opiniões despontando folhas como *A Gazeta de Notícias* (1875), no Rio de Janeiro e *A Província de São Paulo*, na capital paulista, na mesma data.

---

<sup>224</sup> NOBRE, Freitas. **História da imprensa de São Paulo**. São Paulo: Edições Leia, 1950. p. 51.

## 4.2 Imprensa e Periódicos

### 4.2.1 *A Província de São Paulo*<sup>225</sup>

*A Província de São Paulo* foi fundada em 1875, no contexto da crise do Império, em torno do qual se reuniu um grupo de intelectuais egressos da Faculdade de Direito, dos quais se destacaram seus diretores, Francisco Rangel Pestana e Américo Brasílico de Campos, e cujo corpo de colaboradores tinha vinculação com o Partido Republicano Paulista, criado dois anos antes. O jornal contava, ainda, com a presença de José Maria Lisboa, responsável pela administração e gerência da empresa, o mesmo Lisboa que havia passado pelo *Correio Paulistano* e *Gazeta de Campinas*.<sup>226</sup>

Uma sociedade comercial foi criada para constituir o capital indispensável para a fundação e a manutenção do jornal sob o nome de Pestana, Campos e Cia. A sociedade era formada por dezoito integrantes sendo Francisco Rangel Pestana e Américo de Campos donos do maior capital – quotas de quatro mil cruzeiros cada um - e por essa razão são responsáveis por todas as ações praticadas pelo jornal em nome da sociedade. Os demais dezesseis membros da sociedade contribuíram com cerca de dois mil cruzeiros perfazendo o capital total de cinquenta mil cruzeiros.

O editorial de 04 de janeiro de 1875, quando da circulação do primeiro número do jornal, anuncia os membros da sociedade: Capitão Bento Augusto d'Almeida Bicudo (fazendeiro de Campinas); Antônio Pompeu de Camargo (fazendeiro de Campinas); Dr. Américo Brasiliense de Almeida Mello (advogado de São Paulo); Dr. João Francisco de Paula Souza (advogado de São Paulo); João Manoel de Almeida Barboza (fazendeiro de Campinas); Dr. Manoel Ferraz de Campos Salles (advogado de Campinas); Dr. Raphael Paes de Barros (fazendeiro de São Paulo); Major Diogo de Barros (capitalista de São Paulo); Dr. João Tobias de Aguiar e Castro (fazendeiro de Itu); Manoel Elpídio Pereira de Queiroz (fazendeiro de Campinas); João Tibiriçá Piratininga (fazendeiro de Itu); José de Vasconcellos Almeida Prado (fazendeiro de Itu); José Pedroso de Moraes Salles (capitalista de Campinas); Antônio Carlos de Salles (capitalista de Campinas); Francisco de Salles (fazendeiro de Campinas); Dr. Martinho Prado Júnior (fazendeiro de Patrocínio das Araras); Dr. José Alves de Cerqueira

<sup>225</sup> A pesquisa ao acervo de *A Província de São Paulo* abrangendo o período de 1875 e 1889 foi feita em Acervo Digital do Estado de S. Paulo. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/>. bem como no acervo impresso pertencente ao Arquivo Público do Estado de São Paulo.

<sup>226</sup> O jornal *Gazeta de Campinas* foi criada em 1869 por iniciativa de Joaquim Roberto de Azevedo Marques (proprietário do *Correio Paulistano*) que entregou a Francisco Quirino dos Santos, seu genro, a responsabilidade pela redação. Esse jornal reuniu parte do grupo de intelectuais paulistas em pesquisa como colaboradores frequentes, entre eles, Campos Sales.

Cezar (advogado de Rio Claro); Cândido Valle (negociante de Rio Claro); Francisco Glicério de Cerqueira Leite (advogado de Campinas); Francisco Rangel Pestana (advogado de São Paulo); Américo de Campos (jornalista de São Paulo).

A sociedade constituída fez tentativa, antes da decisão de criar *A Província de São Paulo*, de aquisição do jornal *Correio Paulistano*, que por aquela época encontrava-se em dificuldades financeiras. Ainda que diante de incisivas investidas do grupo capitaneado por Rangel Pestana, o proprietário do *Correio Paulistano* se nega a vender o jornal, fato que precipitou a circulação de *A Província de S. Paulo* a 04 de janeiro de 1875.

Algumas características do grupo que formava a sociedade de *A Província de São Paulo* revelam aspectos comuns a todos os membros, quais sejam, eram originários de Campinas, em boa parte, compartilhavam os mesmos objetivos políticos e tinham relações próximas com os fazendeiros de café, inclusive, tomando parte em congressos agrícolas. A composição de *A Província de S. Paulo* era a seguinte: direção de Rangel Pestana e Américo de Campos; administração por José Maria Lisboa, que até então, fora responsável pela mesma função em o *Correio Paulistano*.

Rangel Pestana “já era um veterano das lides jornalísticas”, tendo passagens por folhas acadêmicas como *O Tymbira* e *Futuro*, além de jornais de cunho partidário como *Opinião Liberal* e *Correio Nacional*, ambos do Rio de Janeiro. Américo de Campos, por sua vez, também vinha de experiência anterior, quando respondeu, por cerca de sete anos, pela redação de *Correio Paulistano*, o principal jornal paulistano entre as décadas de 1850 e 1870, além da redação do jornal *Cabrião*, de crítica social e política no formato satírico.<sup>227</sup>

A plataforma do jornal é anunciada no mesmo editorial de 04 de janeiro de 1875 que havia apresentado os membros da sociedade mantenedora. Afirmam os editorialistas que o jornal fora fundado com a finalidade de se constituir em um espaço de debate sobre temas relativamente importantes ao desenvolvimento econômico e social à província de São Paulo, visando contribuir para o progresso do país, além de representar um papel pedagógico para a educação do povo, atuando ao lado de outros órgãos de imprensa da capital paulista sempre em nome do interesse da causa pública. Declara, ainda, que *A Província de São Paulo* é jornal independente de partidos ou facções políticas e de imposições governamentais; e livre de interesses de aspirantes ao poder e de seus proventos.

Advoga, o editorial, a neutralidade sem, no entanto, cair na imparcialidade do silêncio, ou seja, o jornal ao tratar de assuntos pertinentes à causa pública, não abriria mão da análise e da opinião acerca de problemas sociais e políticos, locais e nacionais, independentemente do

---

<sup>227</sup> NOBRE, Freitas. **História da imprensa de São Paulo**. São Paulo: Edições Leia, 1950. p. 55-60.

matiz político dominante. Acreditam os editorialistas, que a imprensa deve expressar o pensamento político que melhor traduz as tendências dominantes não só na província de São Paulo, como de resto no país como um todo, ou seja, aquelas que venham ao encontro da democracia, dos intuitos pacíficos e civilizadores.

O editorial faz inserção no mundo da imprensa que se apresentava no Brasil e em São Paulo, em particular, naquela conjuntura, para daí afirmar a posição que *A Província de São Paulo* seguiria adiante. Nesse sentido, afirma que a imprensa no Brasil é cara e os jornais para sustentar-se adotam a postura de vincular-se a grupos políticos, inviabilizando as manifestações, ainda que de literatos e homens da ciência, daqueles que não possuem relações com esses grupos políticos. E proclama que no caso de *A Província de São Paulo* sua independência em relação a grupos políticos fica explícita nas próprias colunas editoriais, exclusivamente reservadas ao corpo de redatores (portanto, Américo de Campos e Rangel Pestana) que deviam prestar contas, somente e unicamente, aos sócios mantenedores do jornal e à opinião pública.

Sendo *A Província de São Paulo*, diz o editorial, um jornal diário seu compromisso está voltado para a satisfação dos interesses gerais sem que, entretanto, seus redatores abram mão de suas opiniões políticas ainda que contrárias a interesses localizados. Lembra o editorial que o jornalismo é um sacerdócio em nome do qual, seu exercício deve se dar estritamente voltado aos interesses da sociedade.

O editorial de estreia faz, ainda, uma avaliação da situação política do país naquela conjuntura. Assevera que o ano de 1875 não anunciava dias de paz e contentamento para o país, visto que o Brasil encontra-se envolvido na sombra de agitação, fato que era, conforme o jornal, do conhecimento de todos mesmo daqueles que não eram os mais entusiastas na procura da felicidade e da grandeza da pátria pelo caminho da liberdade e da democracia. Para os editorialistas a situação do país, naquele momento, despertava preocupação na medida em que paixões se desencadeavam e agitações se levantavam em diversos pontos do país, aproveitando-se dos desgostos populares e dos mais repugnantes instintos que a cegueira e a ignorância costumam erguer. Em meio a esse cenário, constata o editorial, rareavam os homens verdadeiramente dedicados à causa pública.

Contribuindo para tornar o cenário de 1875 ainda mais sombrio, lembram os editorialistas, dos males do passado enumerando-os:

[...] o insofrível e maléfico unitarismo das instituições, a impotência ciumenta e falaz do poder centralizado, o descabro dos partidos políticos, reduzidos a entidades apenas nominais sem que possam representar o grande elemento da força popular no próprio regime estatuído e dado como vigente; acrescentem o abatimento do espírito público, o mal estar a descrença

criados por mil circunstâncias passadas e aumentadas por mil outras recentes e atuais [...].<sup>228</sup>

Os pontos centrais abordados pelo editorial de estreia serão retomados em todos os demais editoriais comemorativos ao aniversário do jornal a partir de 1876. Neles, novamente, serão reafirmados a missão e o compromisso a que *A Província de São Paulo* estava submetida com seus leitores por meio de uma pauta que atendesse o interesse geral da opinião, além de voltar a condenar os males do passado que insistiam em permanecer presentes.

Em termos de formatação o jornal não mantinha uma rotina padrão e constante. Havia páginas inteiras dedicadas a anúncios que cobriam os mais variados tipos de ofertas – produtos farmacêuticos, anúncios de escritórios e consultórios médico-odontológicos, lojas de armarinhos e produtos agrícolas, além de anúncios que procuravam por escravos ora para alugarem como pajem, ama-de-leite e serviços domésticos, ora para anunciar a procura de escravos em fuga. Por outro lado havia seções ou colunas que eram permanentes ou relativamente constantes: o editorial que em geral não trazia assinatura, mas, que supõe ser da lavra de Rangel Pestana e Américo de Campos; o folhetim, normalmente, colocado no rodapé da primeira página; a seção instrução pública onde se noticiavam pequenas notas sobre estabelecimentos de ensino na capital e no interior; a seção científica, em geral, com um colunista fixo sob a responsabilidade de João Tibiriçá Piratininga; seção econômica, coluna que tratava da produção cafeeira; seção jurídica, que reunia pequenas crônicas produzidas pelo expediente do poder judiciário local; e a seção letras e artes, dedicada a poesia, ao teatro e outras manifestações culturais.

O jornal passou por diversas fases em termos de controle societário e de composição de redação. Exemplo disso é a edição de 4 de janeiro de 1879, quando a seção “Ao Público” anuncia uma mudança no corpo de redatores: os gerentes do jornal – Américo de Campos e Rangel Pestana – esclarecem os leitores sobre o convite feito e aceito a Américo Brasiliense (advogado) para que este faça parte do corpo de redatores do jornal, passando a dividir as seções do jornal da seguinte forma: Américo de Campos – “Revista do Exterior e do Interior, Noticiário, Seções científica, literária, comercial e Variedade”; Américo Brasiliense – “Questões sociais, Estudos históricos, Seção jurídica e Interesses provinciais”; F. Rangel Pestana – “Seções política, agrícola, administrativa e Interesses nacionais”. A nota esclarece,

---

<sup>228</sup> EDITORIAL. *A Província de São Paulo*, São Paulo, 4 fev. 1875. p. 1.



ainda, que a nova configuração do corpo de redatores e da redistribuição de seções, não compromete o programa inicial assumido pelo jornal.<sup>229</sup>

Em 1885 ingressa para a redação do jornal, Júlio Mesquita, num momento em que *A Província de S. Paulo* atravessava problemas financeiros e de administração, após a saída de Américo de Campos e José Maria Lisboa (que saíram para fundar o *Diário Popular*) e a entrada para o corpo diretivo do jornal de Alberto Sales. Júlio Mesquita empreendeu uma administração à frente do jornal mais eficiente no sentido de maximizar despesas e receitas, aproveitando maquinário moderno, entre outras, medidas tomadas.<sup>230</sup>

A partir de 1889, *A Província de S. Paulo*, em razão da Proclamação da República passa a se chamar *O Estado de S. Paulo*. A partir desse momento Rangel Pestana toma lugar em diversas funções públicas, como fora o caso de sua eleição de Senador por São Paulo, em 1891, para a Assembleia Nacional Constituinte, levando-o a se afastar do jornal, transferindo a sociedade mantenedora para a Companhia Impressora, assumindo, definitivamente, Júlio Mesquita a direção política de *O Estado de S. Paulo*. Em 1895, a Cia. Impressora é dissolvida e o jornal é transferido para a propriedade de José Feliciano e Cia.

Por outro lado, temos a construção do discurso pela *A Província de São Paulo*. Por meio de palavras-chave é possível levantar o vocabulário em torno do qual girou o discurso de *A Província de São Paulo*, manipulado pelas diferentes colunas do jornal identificadas anteriormente. Nesse sentido, fizemos o seguinte levantamento das palavras-chave: centralização política, poder pessoal, naturalização de estrangeiros, estradas de ferro, progresso, civilização, ciência, instrução pública, liberdade religiosa, reformas radicais, elemento servil, questão social, vontade nacional, partidos políticos, imigração, questão do trabalho, indústria nacional.

O vocabulário apresentava-se articulado de tal forma que independente da seção tratar de política ou de educação, por exemplo, havia uma correspondência geral com o todo. Tomamos como exemplo o artigo “Naturalização” assinado por Campos Salles, publicado na edição de 5 de janeiro de 1875 e inserido na “Seção Econômica”. O autor inicia sua argumentação tratando do tema imigração relacionando-o com os efeitos que entende serem imediatos à Lei de 28 de setembro de 1871 (conhecida como Lei Rio Branco em referência ao gabinete que fez sua propositura) sobre a indústria nacional, principal fonte de renda para o tesouro público. Lamenta o articulista, do pouco empenho das autoridades no sentido de colocar em prática medidas legais que possam suprir a lavoura da urgência de mão-de-obra

<sup>229</sup> “Ao Público”. *A Província de São Paulo*, São Paulo, 4 jan., 1879, p. 1.

<sup>230</sup> *A Província de São Paulo*, São Paulo, 4 jan. 1885. p. 1. NOBRE, Freitas. *História da imprensa de São Paulo*. São Paulo: Edições Leia, 1950. p. 61-62.

livre que, no entender de Campos Salles, só pode vir do estrangeiro. Passa, então, a defender seu argumento de que uma lei de naturalização poderia tornar-se uma medida eficaz para a resolução do problema, citando o exemplo seguido por outros países que a promoveram (embora não cite nenhum país em particular). Tece críticas ao governo pela timidez em adotar medidas reformistas que entende serem urgentes para o desenvolvimento do país, dentre elas, a questão da naturalização que encontrava obstáculos àquela altura do tempo visto que a própria legislação em vigor era profundamente confusa e impeditiva para a adoção da naturalização de estrangeiros no Brasil. A dificuldade maior, aponta Campos Salles, encontrava-se no impeditivo previsto em lei para o estrangeiro adquirir terras no país.<sup>231</sup>

Naturalização para Campos Salles era sinônimo de uma política de imigração que permitiria o desenvolvimento econômico do país, na medida em que ao estender a naturalização aos estrangeiros, o governo resolveria o problema da mão-de-obra para as lavouras de café, problema acentuado com a lei de 1871 que concedeu liberdade aos filhos de escravos nascidos a partir daquela data, além de permitir ao estrangeiro o acesso a terra. Fica implícito que Campos Salles, ao citar exemplos de outros países, referia-se, na verdade, aos Estados Unidos, cujo governo havia adota política imigratória com essas características. Portanto, naturalização estava articulada a imigração.

Os Estados Unidos são parâmetros para o discurso de *A Província de São Paulo* em diversos aspectos da vida política e social. Sempre que o articulista de qualquer seção do jornal desejava mostrar exemplos efetivos de realização logo recorre aos norte-americanos. Exemplo disso é artigo “Nossas estradas de ferro”. O autor inicia o texto elogiando a performance da Província de São Paulo – comparando-a aos americanos do norte – no tocante a expansão de linhas férreas por toda a província. Passa, então, o autor a relatar um histórico do desenvolvimento da ferrovia na Província de São Paulo. Diz, a título de exemplo, que até 1867 havia apenas uma extensão de 140 km de linha construída por companhia inglesa, algo muito tímido diante das necessidades dos paulistas. Nesse contexto surge, segundo o autor, uma liderança que se tornará fundamental para a expansão férrea na província: Saldanha Marinho, naquele instante respondendo pela Presidência da Província de São Paulo. Coube a Saldanha Marinho a iniciativa de reunir capitais, junto à proprietários rurais, indispensáveis para a constituição de uma empresa própria de construção de trilhos. Tal iniciativa será seguida por outras, pelo interior de São Paulo, interligando cidades como Itu, Jundiaí, Piracicaba, Indaiatuba e Amparo. Em pouco tempo, diz o autor, encontrava-se em construção

---

<sup>231</sup> CAMPOS SALLES. Naturalização - I. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 5 jan. 1875. p. 1.

cerca de 900 km de estradas de ferro, conquista da tenacidade do povo paulista ainda que diante das dificuldades impostas pela ocasião.<sup>232</sup>

O espírito de iniciativa do paulista é sempre ressaltado em todos os campos da vida – construção de ferrovias, abertura de escolas, criação de instituições culturais como teatro etc., – e comparado ao mesmo comportamento que promoveu o desenvolvimento dos Estados Unidos. Tratava-se de um recurso vocabular para fazer frente ao que o jornal considerava o entrave para o desenvolvimento do Brasil representado pela monarquia e os partidos políticos constitucionais.

Embora em seu editorial de estreia de 1875 afirme que não tinha vinculações partidárias – estratégia comum no discurso jornalístico -, *A Província de São Paulo* assumiu, de fato, seu posicionamento republicano a partir de 1884, momento em que a propaganda republicana havia tomado maiores proporções tanto na capital como no interior. Até então, e em razão de garantia de aceitação pública e publicitária, o jornal evitou declarar abertamente sua escolha político-ideológica. De tal forma que passou a dividir com o *Correio Paulistano* o público leitor, ainda que pequeno, sobretudo, da capital e conforme as linhas férreas iam se expandindo pelo interior, atinge cidades como Campinas, Itu, Piracicaba, São Carlos, Rio Claro, etc.

A disseminação de jornais em São Paulo vai ocorrer com maior propulsão na conjuntura do movimento republicano, conforme este ganha maior intensidade e divulgação, atingindo, inclusive, cidades do interior, como fora o caso de *A Gazeta de Campinas* fundado em 1869, defendendo a causa republicana e agregando parte do núcleo de intelectuais que vai fundar e atuar em *A Província de São Paulo* a partir de 1875. A expressão quantitativa dessa disseminação fica bastante evidente quando se registra a cifra de cerca de 1.500 folhas circulando em São Paulo entre meados e fins do século XIX.<sup>233</sup>

Concomitante à propaganda republicana, a imprensa, a partir da década de 1880 foi, ainda, de outra causa mobilizadora: a campanha abolicionista. O abolicionismo juntou em torno de si literatos, acadêmicos de Direito e lideranças republicanas, muito embora, dentro do Partido Republicano não existir um direcionamento sobre a questão do trabalho escravo. Da imprensa abolicionista em São Paulo se destacaram o jornal *A Redenção* (1887), dirigido por Antônio Bento, líder do grupo dos caifazes que promovia ações facilitadoras de fugas das senzalas, inúmeras folhas acadêmicas de curta duração e o *Diário Popular*, jornal vespertino fundado por Américo de Campos (que, também, foi seu primeiro redator) e José Maria

---

<sup>232</sup> Nossas estradas de ferro. *A Província de São Paulo*, São Paulo, 5 jan. 1875. Seção Industrial, p. 1.

<sup>233</sup> CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto:Edusp, 1988. p. 7.

Lisboa, tendo por colaboradores Aristides Lobo, Horácio de Carvalho, Urbano Duarte, Silvio de Almeida, Leopoldo de Freitas, João Luzo, Lafayette de Toledo, entre outros.<sup>234</sup>

O surgimento de diversas publicações na Corte, em São Paulo e em outras capitais de províncias articuladas em torno desse binômio, abolição-república, significou na prática, como aponta Capelato, muito menos uma simetria de posicionamentos e muito mais a expressão de divergências sobre as motivações e as razões para a defesa dessa plataforma. De tal maneira que os jornais tornaram-se porta-vozes dessa diversidade de opiniões emergida na conjuntura da propaganda abolicionista e republicana. Ainda assim o que se percebe através da leitura de excertos desses mesmos jornais da época da campanha é que quando da consumação dos fatos, ou seja, quando em 13 de maio de 1888 e do 15 de novembro de 1889, todas as opiniões dos jornais convergem para o mesmo ponto de vista.<sup>235</sup>

### 4.3 O Almanaque Literário de São Paulo

Os almanaques são um gênero de publicação e leitura de longa historicidade remontando às mais antigas civilizações. Sua utilidade prática para as sociedades parece estar muito ligada ao registro do tempo por meio de calendários religiosos, agrícolas e astronômicos. Tem-se notícia, a título de exemplo, de que na Roma Antiga havia almanaque enfeixando calendário oficial do Império convivendo com almanaques rústicos, que continham preceitos para a vida agrícola.<sup>236</sup>

Mas é na Europa medieval que a cultura do almanaque passa a ser praticada com maior regularidade e constância, introduzida, provavelmente pelas incursões árabes, de quem, por sinal, derivou o sentido filológico do termo: da combinação entre o artigo *al* e da palavra *manach*, tem-se, em português, o correspondente cálculo ou computo. A igreja católica por meio de monges e frades adota a prática do almanaque onde registram o computo de festas e fatos apropriados ao domínio religioso católico.<sup>237</sup>

No decorrer do tempo seu formato e conteúdo são expandidos com incorporação de estampas, decorações, imagens e ilustrações, além de variações temáticas como, por exemplo, narrativas históricas e militares laudatórias das glórias de reinos e monarquias, ou até mesmo,

<sup>234</sup> FREITAS, Affonso A. de. **A imprensa periódica de São Paulo desde os seus primórdios em 1823 até 1914**. São Paulo: Tip. do Diário Oficial, 1915. p. 290. O Arquivo Público do Estado de São Paulo possui uma coleção do “Diário Popular”, desde 1885 até 2001.

<sup>235</sup> CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto:Edusp, 1988.

<sup>236</sup> PAIVA, F. Mendes. História do Almanach. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1876**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982. p. 166.

<sup>237</sup> *Ibid.*, p. 165-166.

catálogo de profecias como foi o caso do almanaque de 1550 e que durou até 1567 elaborado por Miguel de Nostradamus e que teve continuação a partir de 1636 por um certo *Almanach de Liège*, com os mesmos propósitos e elaborado por Matheus Laensberg.<sup>238</sup>

No século XVIII sob o impulso do capitalismo industrial responsável pela criação da cultura urbano-industrial surgem o *Almanaque de Gotha*, na Alemanha, referência de casas reais europeias e, o *Poor Richard's Almanac*, publicado por Benjamim Franklin, que contribuiu para a propagação da cultura puritana norte-americana alicerçada na ética da poupança e da economia. Data deste mesmo tempo o *Almanaque das Musas* publicado em Portugal como paródia de um almanaque do mesmo porte publicado na França e que tinha como especial interesse a divulgação de textos de fundo literário.<sup>239</sup>

Jacques Le Goff nos remete aos diversos momentos da história francesa vista por meio dos almanaques, como os casos do almanaque de propaganda régia dos tempos de Luís XIV; o almanaque como forma de contestação e denúncia como o de 1653; o almanaque como expressão do da cultura e do gosto refinado do século das Luzes; o almanaque dos tempos revolucionários celebrando os símbolos e as alegorias propagados pelo evento de 1789; até chegarmos ao almanaque dos tempos contemporâneos, expressão do utilitarismo dos meios de transportes percebido na publicação dos horários de diligências, barcos a vapor e ônibus.<sup>240</sup>

De tal forma que os almanaques inseriram no universo cultural como espaços privilegiados de intersecção entre cultura erudita e cultura popular, com público próprio de destinação de seu consumo e oferta particular de conteúdos:

Ilustrado com signos, figuras, imagens, o almanaque dirige-se aos analfabetos e a quem lê pouco. Reúne e oferece um saber para todos: astronômico, com os eclipses e as fases da Lua; religioso e social, com as festas e especialmente as festas dos santos que dão lugar aos aniversários no seio das famílias; científico e técnico, com conselhos sobre os trabalhos agrícolas, a medicina, a higiene; histórico, com as cronologias, os grandes personagens, os acontecimentos históricos ou anedóticos; utilitário, com a indicação das feiras, das chegadas e partidas dos correios; literário, com anedotas, fábulas, contos; e, finalmente, astrológico.<sup>241</sup>

No Brasil a cultura do almanaque tal como a imprensa de um modo geral foi introduzida tardiamente. Sabe-se que no final do século XIX na conjuntura de crise do

<sup>238</sup> PAIVA, F. Mendes. História do Almanach. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1876**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982. p. 167.

<sup>239</sup> REZENDE, Carlos Penteador de. Notícia prévia. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário Paulista para o ano de 1876**. São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura/Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982.

<sup>240</sup> LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão. Campinas: Ed. Unicamp, 1996. p. 526-527.

<sup>241</sup> Ibid., p. 527.

sistema colonial lusitano teve circulação o *Almanaque Histórico do Rio de Janeiro* com publicidade para os anos de 1792, 1793 e 1799.

Rompidos os laços coloniais e já sob o Reinado de Pedro II tem início a divulgação do *Almanaque Laemmert*, a partir do ano de 1844. Iniciativa dos irmãos Eduard e Heinrich Laemmert, proprietários de livraria e tipografia na capital do Império, o *Almanaque Laemmert* teve periodicidade até o ano de 1889 em quarenta e seis edições:

[...] os volumes eram quase sempre voltados à propagação de informes administrativos, políticos, eclesiásticos, econômicos e comerciais, relacionando autoridades e personalidades, cargos, profissões, confrarias, artes, ofícios e até locais de moradia.<sup>242</sup>

No caso da província de São Paulo a experiência pioneira de publicações de almanaques ficou a cargo de Marques e Irmão, organizadores do *Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de São Paulo para o ano de 1857* tendo continuidade para o ano de 1858. Este almanaque foi impresso na Tipografia Imparcial cujo proprietário, Joaquim Roberto de Azevedo Marques, também era proprietário à época de “Correio Paulistano” um dos marcos da imprensa em São Paulo.<sup>243</sup> Desta mesma tipografia viria à publicação na década seguinte o *Memorial Paulistano para o ano de 1863* cujo longo subtítulo anunciava sua finalidade prática ao afirmar que continha calendário, horários de partidas e chegadas dos correios, além de trazer pequenos esboços biográficos de autoridades e funcionários públicos da capital.

A expansão do café pelo interior da província de São Paulo traz consigo ares de modernidade para a região como urbanização, ferrovias, estabelecimentos comerciais entre outros aspectos, permitindo a formação de um público leitor ainda que muito tímido. Na esteira desse surto econômico pipocam algumas experiências no campo editorial, em geral e da cultura do almanaque, em particular, tais como o *Almanaque de Campinas* publicado em 1871 que teve continuidade em 1872 com o *Almanaque de Campinas e Amparo* e em 1873 com o *Almanaque de Campinas e Rio Claro*. Todas as edições desses almanaques tiveram por organizador José Maria Lisboa, tipógrafo de origem lusa que veio para o Brasil em 1856 e militou intensamente por mais de meio século na imprensa de São Paulo.

José Maria Lisboa, nascido em Lisboa em 18 de março de 1838 imigrou para o Brasil aos 18 anos passando a radicar-se em São Paulo a partir de 1856. Em Portugal exerceu a profissão de tipógrafo e com essa experiência ao desembarcar na capital paulista passou logo

<sup>242</sup> REZENDE, Carlos Penteado de. Notícia prévia. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário Paulista para o ano de 1876**. São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura/Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982.

<sup>243</sup> Ibid.

a exercer as mesmas funções dentro da imprensa local sendo admitido pela tipografia do jornal “Correio Paulistano”, principal veículo de imprensa paulistana à época. Permanece nesse posto até 1859 quando, por razão de saúde, mudou-se para o Rio de Janeiro onde se empregou nas oficinas da Editora e Livraria Laemmert.<sup>244</sup>

Retorna a São Paulo e ao *Correio Paulistano*, mas passando a exercer outra função dentro do jornal. Concomitante a esse trabalho envolve-se na publicação do jornal *A Esperança*, folha de pequena duração (entre junho e novembro de 1862) e que reuniu em seu corpo de colaboradores acadêmicos da Faculdade de Direito de São Paulo nomes como Fagundes Varela, Cesário Alvim, Guimarães Júnior, que viriam a marcar seus nomes no cenário literário e político do país. Ainda por essa época publica uma obra reunindo artigos que haviam saído originalmente no *Correio Paulistano* sob a rubrica de diversos pseudônimos: trata-se de *Cousas e Lousas*, de 1866.

Seu casamento, em 1864, com Ana Joaquina de Souza e Castro, irmã do ativista abolicionista Antônio Bento de Souza e Castro, líder dos caifazes, organização que agia na capital e no interior paulista promovendo a fuga de escravos das fazendas, permitiu-lhe alargar sua rede de relações sociais na capital e no interior paulista, fato que se consolidará a partir do instante em que assume a administração do jornal *Gazeta de Campinas* em 1869, aproximando-se do grupo de intelectuais ligados aos movimentos políticos da província àquela época.

A folha campineira, de propriedade de Joaquim Roberto era dirigida pelo genro deste, o poeta e bacharel Francisco Quirino dos Santos. Permanece em Campinas por seis anos consecutivos, período dinâmico no qual vai investir sua atuação na publicação dos almanaques conforme vimos anteriormente.

De Campinas, José Maria Lisboa retorna a São Paulo, em 1874, a convite de Américo Brasiliense, Américo de Campos (com quem já havia trabalhado quando este fora redator de *Correio Paulistano*) e Campos Salles (já seu conhecido dos tempos de *Gazeta de Campinas* onde fora colaborador) para assumir a administração do recém-fundado jornal *A Província de São Paulo*, vindo, nesta folha a conviver com o núcleo central dos ativistas políticos republicanos, como João Tibiriçá Piratininga, colaborador contínuo com artigos de fundo científico; Luís Pereira Barreto, médico e divulgador da filosofia positivista de Auguste Comte e Émile Littré, entre outros tantos.

---

<sup>244</sup> AMARAL, Antônio Barreto do. **Dicionário de história de São Paulo**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006. p. 389.

O grande empreendimento editorial de José Maria Lisboa neste momento foi sua iniciativa de organizar o *Almanaque Literário de São Paulo*. Entre 1876 e 1885, excetuando os anos de 1882 e 1883, o *Almanaque* foi publicado ininterruptamente constituindo-se num evento intelectual importante na medida em que reunia todo o grupo de intelectuais de São Paulo nesse contexto. Artigos tratando dos mais diversos temas – economia, ciência, educação, história, entre tantos outros – enfeixando uma intencionalidade clara e objetiva em termos de plataforma programática que o grupo, reunido por José Maria Lisboa, tinha em termos de intervenção política.<sup>245</sup>

Feitas estas considerações a guisa de prólogo toma-se aqui o *Almanaque Literário de São Paulo* como objeto de estudo na perspectiva da história dos intelectuais, tal como concebida por Jean-François Sirinelli, sobretudo, quando se trata do emprego da noção de sociabilidade intelectual. Por estruturas de sociabilidade entende-se como mecanismos por meio dos quais se percebe as relações e os espaços compartilhados, capaz de revelar o mundo dos intelectuais. Nesse sentido, constituiriam exemplos de fontes relevantes para o estudo das estruturas de sociabilidades intelectuais são, de acordo com Sirinelli, as revistas e os manifestos (aos quais podemos acrescentar os jornais), de onde o historiador pode captar, não só, as posições, os debates, as polêmicas, as diferenças ideológicas tomadas pelos grupos intelectuais, como também perceber as relações de sociabilidade e afetividade, expressas nas amizades, fidelidades e influências. Os microclimas (revistas, jornais, manifestos) funcionam como espaços de movimentos de ideias no sentido das posições tomadas, os debates suscitados e as divisões intra-grupos.<sup>246</sup>

No processo de elaboração de uma arqueologia das estruturas de sociabilidade dos grupos intelectuais é preciso levar em conta as variações ao longo do tempo dessas redes, tais como salões, academias, instituições escolares, associações e grêmios literários e culturais, em torno das quais vão se conformando as opções políticas e ideológicas dos intelectuais. Os inventários das afetividades no mundo dos intelectuais, também, conta para uma investigação, pois ainda de acordo com Sirinelli, são reveladores das atrações, amizades, hostilidades, rivalidades, rupturas, brigas e rancores constituindo-se numa espécie de fatores afetivos para a construção de uma patologia intelectual.<sup>247</sup>

---

<sup>245</sup> MENEZES, Roni Cleber Dias de. **O grupo do Almanaque Literário em São Paulo: paradigmas da sociabilidade republicana nos tempos de propaganda (1876-1885)**. 2006. 238 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

<sup>246</sup> SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. **Para uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 248-249.

<sup>247</sup> SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996. p. 250.



A tarefa de reconstituição das redes de sociabilidade pode ser explorada ainda em fontes ainda mais diversas tais como as representações elaboradas pela sociedade em torno dos intelectuais, as polêmicas travadas por intelectuais de uma dada época que marcaram a atmosfera intelectual de um período histórico, as especulações e os boatos em torno da vida pessoal e profissional dos homens de letras, as características de um microcosmo intelectual particular, como, por exemplo, o estudo de organizações políticas ou estudantis.

Conjugado com a noção de estruturas de sociabilidade, emprega-se o conceito de repertório, desenvolvido no campo da sociologia em particular nos trabalhos de Charles Tilly e Ann Swidler. Por repertório entende-se como sendo uma ferramenta da qual os intelectuais lançam mão como estratégia de ação política. O repertório é construído historicamente com finalidades práticas de atuação e é, conforme Swidler, composto de padrões analíticos; noções; argumentos; conceitos; teorias; esquemas explicativos; formas estilísticas; figuras de linguagem; metáforas.<sup>248</sup>

Assim sendo o repertório intelectual não tem compromissos com coerência em relação à linhas ideológicas ou correntes filosóficas visto que sua construção corresponde a um conjunto deliberado de escolhas para fazer frente às urgências impostas pelas batalhas políticas. Dessa forma Tilly compreende repertórios como

[...] criações aprendidas, mas elas não descendem de uma filosofia abstrata ou ganham forma como resultado de propaganda política; eles emergem da luta [...] e designam [...] um conjunto limitado de esquemas que são aprendidos, compartilhados e postos em prática através de um processo relativamente deliberado de escolha.<sup>249</sup>

Nesta direção, damos tratamento ao *Almanaque Literário de São Paulo*: como espaço de convivibilidade intelectual e compartilhamento de experiências e ideais num contexto de crise do Império. Os oito volumes do *Almanaque* publicados entre 1876 e 1885 reúnem grupo de intelectuais paulistas comprometidos com um projeto político de oposição ao regime. Este grupo busca nos “esquemas explicativos” da época – positivismo, república, abolicionismo, cientificismo, entre outros - elementos que pudessem embasar suas escolhas e opções políticas.

O primeiro volume da série de oito veio à luz em 1876, com o nome *Almanaque Literário Paulista*, sendo que neste mesmo volume José Maria Lisboa dividiu a tarefa da edição com Abílio Marques (ligado à família de empreendedores nos ramos da tipografia e imprensa) e J. Taques. Nos demais volumes a tarefa de editor fica exclusivamente a cargo de

<sup>248</sup> SWIDLER, A. Culture in action: symbols and strategies. *American Sociological Review*, n. 51, 1986.

<sup>249</sup> TILLY, C. Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834. *Social Science History*, v. 17, n. 2, 1993 apud ALONSO, op. cit., p. 46.

José Maria Lisboa, já experiente no ramo de publicar almanaques, como vimos anteriormente, e ligado à mesma época ao jornal *A Província de São Paulo* onde exercia a função de administrador.

Os objetivos do *Almanaque* manifestado em todos os prólogos da série são o de fazer um livro escrito simplesmente por paulistas e sobre assuntos da província tal como enfatizado na edição de estreia em 1876. Escrever um livrinho interessante e essencialmente paulista (1877); trazendo a público, coisas desta bela província e visando tornar-se uma modesta galeria das glórias passadas e presentes da província de S. Paulo (1878); ou, então, contribuir com a publicação de fontes importantes não só para o estudo da história da Província, como traços acentuados de sua pujança em todos os sentidos (1885). Em linhas gerais, são os objetivos anunciados pelo próprio editor da publicação em suas diferentes edições e expostos nas páginas iniciais de apresentação e prólogo.

Para alcançar tal intento, José Maria Lisboa reúne corpo de colaboradores relativamente frequentes em praticamente todas as edições do *Almanaque*, escrevendo sobre os mais diversos assuntos variados ao lado de seções relativamente permanentes como seção literária com especial destaque para o gênero poético para os quais concorreram contribuições de Francisco Quirino dos Santos, bacharel em Direito, diretor do jornal *Gazeta de Campinas* e autor de *Estrelas Errantes*, volume de poesias publicadas em 1863; Lúcio de Mendonça, bacharel em Direito e que no futuro viria a ser um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras em 1897; além de Wenceslau de Queiroz e Vicente de Carvalho dentre os poetas publicados mais conhecidos.

Havia ainda uma seção de assuntos religiosos tratando de esboços biográficos de religiosos católicos, além de perfis arquitetônicos e históricos de mosteiros e igrejas, em geral a cargo de Estevam Leão Bourrol, francês da cidade de Nice e advogado católico então residente em São Paulo; seção permanente contendo calendários trazendo aspectos astronômicos, religiosos e civis, além de horários de linhas de trem ligando a capital ao interior da província e de carros de aluguel que circulavam pela São Paulo daquele final do século XIX.

Outra seção permanente no *Almanaque* era a que dava destaque ao vocabulário e costumes dos caipiras de São Paulo em geral recolhidos por Brasília Augusto Machado de Oliveira, bacharel em Direito pela Faculdade do Largo de São Francisco, advogado na região de Piracicaba; e aos vultos históricos paulistas como Amador Bueno da Ribeira, Diogo Antônio Feijó, além de referências a personalidades e vocábulos indígenas que tiveram influência na constituição do paulista.

Ressaltam-se as colaborações destinadas a divulgação de crítica social e política. Para esse tipo de composição e conteúdo textual não havia um campo específico de seção. Estavam dispersos pelo volume e de um modo geral seu espaço era coberto por contribuições de um grupo de intelectuais ligados a outras publicações entre elas *A Província de São Paulo*, *Cabrião*, *Gazeta de Campinas* e *Diário Popular*, além de folhas acadêmicas. O perfil acadêmico e profissional desses intelectuais era o de bacharéis em Direito pela Faculdade do Largo de São Francisco e doutores em Medicina e Ciências, inclusive, com formação obtida no exterior. Profissionalmente estão ligados ao exercício das profissões jurídicas (advocacia, magistratura, promotoria), instituições de ensino secundário e superior.

Na edição de 1876, Antônio Francisco Paula Souza, engenheiro formado na Suíça e na Alemanha, publica o artigo “Esboço rápido de algumas de nossas indústrias comparadas às dos Estados Unidos”. Para o autor o emprego de máquinas na produção era fator não só de prosperidade econômica como também de desenvolvimento de um espírito industrial nos indivíduos tornando-os empreendedores, com maior iniciativa e menos dependentes do Estado. Toma como ponto de partida para a construção de seu argumento sua própria experiência vivida nos Estados Unidos para constatar que havia, entre os brasileiros, pouco desenvolvimento do espírito industrial e comercial. Espírito este que, na visão de Paula Souza, estava abundantemente presente entre os americanos do norte, permitindo, desse modo, que os Estados Unidos tivessem grandes extensões de estradas de ferro, favorecendo o deslocamento de pessoas e, principalmente, de mercadorias agrícolas.<sup>250</sup>

O espírito industrial e comercial, associado ao princípio econômico da divisão do trabalho e aos mecanismos aperfeiçoados, possibilita, ainda, segundo Paula Souza, o desenvolvimento de engenhosos mecanismos aplicados às técnicas de seleção de sementes, na utilização de máquinas em todas as etapas do processo produtivo agrícola, no processo de estocagem da produção por meio da criação de bancos, ancorados por um consistente sistema de comunicação e de transação comercial-bancário.

Toda descrição de Paula Souza ganha maior intensidade quando ele a partir dessa experiência norte-americana passa a compará-la com o que ocorria no Brasil à época. Aí se percebe que os elogios à eficiência do sistema produtivo norte-americano visavam dar substância à crítica ao sistema político monárquico. Para o engenheiro Paula Souza a ausência do espírito industrial e comercial entre os brasileiros era fruto de excessivo processo de

---

<sup>250</sup> PAULA SOUZA, Antônio. Esboço rápido de algumas de nossas indústrias comparadas às dos Estados Unidos. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1876**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982a. p. 49-57.

centralização imposto pela monarquia impedindo, assim, a tomada de iniciativa dos indivíduos.

A centralização tirânica, segundo Paula Souza, sobre os indivíduos e os municípios provocava a atrofia comprometendo o destino do país rumo ao progresso. E concluía:

Uma população, como a nossa habituada a ser tutelada constantemente e em tudo, não pode avançar muito na senda do progresso. [...] estamos habituados à tutela e ao despotismo o mais imoral possível. Quantas vezes não se estão vendo decretos e avisos revogarem leis feitas pelos poderes competentes sem que a mínima indignação do país, sem que o menor rubor suba às faces dos brasileiros?<sup>251</sup>

Nesta mesma edição outra vertente do repertório dos intelectuais paulistas em torno do *Almanaque* se faz presente. Manoel Ferraz de Campos Salles, futuro presidente da República, escreve “Culto a Ciência”, artigo no qual defende a escola como fundamento na formação de cidadãos úteis a pátria, defendendo a educação como meio e fim da liberdade.<sup>252</sup>

Colégio Culto a Ciência foi fundado em Campinas em 1869 por iniciativa de um grupo de empreendedores sob a direção de Antônio Pompeu de Camargo, fazendeiro de café e investidor da Companhia Paulista de Estradas Ferro. É essa iniciativa que serve de mote para Campos Salles fazer sua defesa incondicional da causa da instrução. Destaca o esforço a relevância que a questão da instrução popular adquiriu nos Estados Unidos e acentua os frutos colhidos desse enorme esforço na forma de progresso material e de constituição moral dos cidadãos:

Os cidadãos d’aquela maravilhoso país, cujo extraordinário progresso em todos os ramos da atividade humana enche de justa admiração o mundo civilizado, quando querem para si um título de nobreza perdurável e capaz de perpetuar o seu nome na memoria das gerações futuras, em vez dos brasões de uma fidalguia ridícula e absurda, têm o bom senso de procurar antes grava-lo na fachada de um templo, que possa recolher o povo para ensina-lo a meditar e a raciocinar.<sup>253</sup>

E conclui lamentando que no Brasil tanto iniciativas oficiais por parte dos agentes do Estado como por parte de particulares sejam tímidas e esparsas e exalta a criação do Culto a Ciência como um marco na província de São Paulo preenchendo uma lacuna resultado da inação governamental, no campo da educação.

<sup>251</sup> PAULA SOUZA, Antônio. Esboço rápido de algumas de nossas indústrias comparadas às dos Estados Unidos. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1876**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982a. p. 57.

<sup>252</sup> SALLES, Manoel Ferraz de Campos. Culto à ciência. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1876**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982a. p. 177-181.

<sup>253</sup> Ibid., p.179.

Educação foi, também, um dos componentes do repertório de dois outros colaboradores do *Almanaque*: Francisco Rangel Pestana e Américo Brasiliense de Almeida Mello, ambos, bacharéis pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco e objeto de esboços biográficos na edição de 1877. Rangel Pestana embora tenha se tornado mais conhecido pelo seu trabalho na imprensa, sobretudo, em *A Província de São Paulo*, do qual foi seu redator desde 1875, teve reconhecida atuação no campo da educação.<sup>254</sup> No Rio de Janeiro foi criador da chamada Escola do Povo, fundada sob a crença de que a emancipação do homem se fazia por meio da educação e instrução.<sup>255</sup>

Em Campinas foi professor do Colégio Internacional fundado, em 1874, pelo pastor norte-americano Nash Morton onde lecionou as cadeiras de retórica e língua nacional e, em São Paulo, Pestana ao lado de sua esposa Damiana, vai fundar o Colégio Pestana, destinado à educação de meninas, colocando em prática teses que defendia quando de sua passagem pela redação do jornal acadêmico *O Lírio* no qual se debatia por meio de artigos pela defesa da educação e emancipação feminina.

Comungando do mesmo ideal da educação como agente civilizatório encontrava-se Américo Brasiliense, colaborador da imprensa paulista e do *Almanaque* em particular. Desenvolveu atividade educacional como professor do Colégio Caldeira, em Campinas, cujo proprietário havia-o convidado para ministrar aulas na cadeira de História Pátria. Dessa experiência resultou a publicação do livro *Lições de História Pátria* cuja edição ficou a cargo do próprio José Maria Lisboa. Lecionou, ainda, a mesma cadeira no Colégio Pestana, em São Paulo.

Paula Souza volta a escrever sobre empreendimentos agrícolas na edição de 1878, através do artigo intitulado “John Deere”. Deere fora fundador de um fábrica de instrumentos agrícolas na cidade de Moline, estado de Illinois, nos Estados Unidos. O objetivo de Paula Souza com o artigo é realçar o perfil empreendedor do homem norte-americano encarnado na figura de John Deere, exaltando suas qualidades práticas e sua dedicação ao trabalho e ao estudo. O eixo central de sua narrativa é o de atribuir à educação escolar o pilar de sustentação do progresso econômico e moral dos norte-americanos e arremata sua argumentação afirmando que *é na escola que reside o principal segredo da grandeza daquele povo, e do êxito feliz dos empreendimentos daqueles homens: é nessa instrução larga,*

<sup>254</sup> Rangel Pestana foi objeto de pesquisa de doutorado na área de educação: HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **Francisco Rangel Pestana**: jornalista, político, educador. 1986. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

<sup>255</sup> CARLOS, Antônio. Nota biográfica de Francisco Rangel Pestana. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1877**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982b. p. 67.

*derramada com abundancia, com verdadeira prodigalidade, por toda a parte, sem entraves administrativos*<sup>256</sup>.

E se pergunta Paula Souza sobre as razões para as quais no Brasil o destino não concorreu para a efetivação de semelhantes desígnios, chegando à conclusão de que fatores condicionados ao regime monárquico constituíam entrave insuperável para o país atingir o mesmo patamar de desenvolvimento que o alcançado pelos Estados Unidos:

Um país escravo não é digno do progresso, enquanto o povo não for senhor soberano de seus destinos, enquanto ele for súbdito, rebanho ou propriedade de alguém, chame-se este governo constitucional, rei ou imperador; quaisquer que sejam os esforços destes, por maiores que sejam os gastos de dinheiros públicos para esse fim, mesmo o entusiasmo aparente que manifestem os imperadores ou senhores em prol da instrução, ele não será instruído e, portanto, não progredirá.<sup>257</sup>

Observa-se que a crítica ao sistema político monárquico parte de questões essencialmente práticas e não abstratas filosóficas. Ao realçarem a importância da técnica e da ciência aplicadas ao processo produtivo agrícola ou ao exaltarem a escola como fator de desenvolvimento de uma nova consciência moral os intelectuais colaboradores do *Almanaque Literário de São Paulo* estão dando suporte para um repertório essencialmente prático de ação política em defesa de um novo projeto político de país.

É o caso de Américo Brasílico de Campos, outro colaborador da publicação e que na edição de 1878 foi objeto de esboço biográfico. Bacharel em Direito pela Faculdade do Largo de São Francisco, promotor público em Itu, Américo de Campos vai se notabilizar mesmo na carreira de jornalista como redator das principais publicações à época como *Correio Paulistano*, *A Província de São Paulo*, *Cabrião*, jornal de cunho satírico que surgiu em São Paulo em 1867 e no qual conviveu com o cartunista italiano Ângelo Agostini e *Diário Popular*, jornal que fundou logo após deixar a redação de *A Província*, em 1885, e que o dirigiu em companhia do mesmo José Maria Lisboa.

Américo teve ainda grande inserção dentro de grupos políticos em São Paulo que viabilizaram a realização na província de congressos republicanos e sua contribuição junto ao *Almanaque* ficou restrita a artigos sobre o desenvolvimento histórico da cidade de São Paulo, memórias da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, além de esboços biográficos de membros do próprio grupo colaborador da publicação.

---

<sup>256</sup> PAULA SOUZA, A. F. John Deere. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1878**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982b. p.65-70.

<sup>257</sup> Ibid., p.70.

Na edição de 1879 a questão da educação pública volta a ser tratada. Desta vez é Alberto Salles, ativo militante da causa republicana em São Paulo ao longo da década de 1880. Escreve Alberto Salles “A instrução publica nos Estados-Unidos e no Brasil”<sup>258</sup> no qual como o título já anuncia estabelece uma comparação entre o sistema escolar norte-americano com o brasileiro. Apresenta argumentação fundamentada na tese de que a força dos Estados Unidos reside no fato de que este país ofereceu condições para iniciativas oficiais e particulares no da instrução pública:

Quando assim se dispõe uma nação a fazer os maiores sacrifícios em favor da instrução publica, é porque, certamente, sabe devidamente avaliar a importância da escola, não somente como meio civilizador, mas também como instrumento indispensável aos governos democráticos e amparo seguro das liberdades conquistadas.<sup>259</sup>

Alberto Salles apresenta quadros estatísticos contendo números relativos a distribuição de população e frequência escolar, escolas e quadro de professores, além de despesa orçamentária relativa ao investimento em educação tanto nos estados norte-americanos como nas províncias brasileiras, para concluir que o peso do passado histórico foi determinante para que Estados Unidos e Brasil tivessem chegado à situações educacionais tão distintas:

E’ que a nação americana visa a liberdade desde o berço, enquanto que pesavam em nossos pulsos as algemas do absolutismo português; é que a América sentiu logo a consciência de sua personalidade, ao passo que o Brasil foi sempre tratado como escravo<sup>260</sup>.

Por outro se o repertório intelectual de oposição ao regime aponta o descompasso entre os signos do que era considerado moderno – máquinas, pesquisa científica, educação escolar, etc. – aspectos internos do próprio sistema político do Império também são objeto de apreciação por parte dos colaboradores da publicano como é o caso do artigo “A política da monarquia” de Campos Salles publicado na edição do *Almanaque* para o ano de 1880.

Neste artigo o então advogado Campos Salles contesta o que chama de sofisma dos adeptos da monarquia. Para Campos Salles, os adeptos da monarquia para combater os argumentos dos partidários da ideia democrática, lançam mão de falsos princípios, como os que afirmavam que povo brasileiro não estaria apto para o gozo da liberdade, visto que não teria alcançado o nível intelectual que garante a compreensão dos direitos e deveres peculiares a cada cidadão na comunhão social; ou aqueles segundo os quais a tutela governamental

---

<sup>258</sup> SALES, João Alberto. A instrução pública nos Estados Unidos e no Brasil. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1879**. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982a. p. 152-169.

<sup>259</sup> Ibid., p.70.

<sup>260</sup> Ibid., p.169.

fazia-se necessário visto que o povo era indigno dos benefícios da emancipação política dado a sua propensão à corrupção dos costumes, a fraqueza de caráter e a ausência de dignidade pessoal.<sup>261</sup>

Argumenta Campos Salles que o estágio em que se encontrava o regime monárquico caracterizada por engenhosa estrutura, que imobilizava e oprimia a sociedade, impedia, entre outros aspectos, a realização de reformas que se faziam urgentes, como a reforma do judiciário e do sistema eleitoral. Para Campos Salles ao postergar e dificultar tais reformas, o sistema monárquico estava deixando claro sua própria natureza na medida em que as leis votadas e aprovadas pelos membros do Parlamento do Império não representavam a vontade popular e sim da chancelaria imperial.<sup>262</sup>

E conclui o artigo afirmando que a artificialidade do sistema eleitoral imperial era a maior fonte dos abusos do regime e que tal manutenção tornava corrupta as instituições políticas existentes. A corrupção e a ignorância não estavam no corpo social, mas, sim no próprio sistema político imperial:

Se os governados são os corrompidos e os ignorantes, e se a pureza dos costumes, o patriotismo e a sabedoria tornaram-se nesta infeliz terra o apanágio exclusivo dos governantes, destruí de uma vez para sempre o burlesco artefato do sistema representativo e deixai que o rei governe comodamente, só com os seus validos.<sup>263</sup>

A publicação do *Almanaque Literário de São Paulo* teve sua regularidade interrompida nos anos de 1882 e 1883 por razões desconhecidas. Retornou sua periodicidade em 1884 para ter sua última edição em 1885. Nesta sua última fase a publicação manteve seu formato original sem, entretanto, trazer artigos de maior combate político. Destaca-se, nesta última fase do *Almanaque*, o esboço biográfico de Luís Pereira Barreto publicado na edição de 1884 escrito por Azevedo Sampaio. Estudioso do positivismo via Littré com quem chegou a trocar missivas, Pereira Barreto constituiu-se em colaborador permanente da imprensa paulista veículo que lhe serviu de espaço para debater e polemizar acerca de seus posicionamentos filosóficos.

O *Almanaque Literário de São Paulo* foi para o contexto paulista do final do século XIX importante canal de compartilhamento de intelectuais e de produção de um discurso antimonárquico naquela conjuntura.

---

<sup>261</sup> SALLES, Manoel Ferraz de Campos. A política da monarquia. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1880**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982b. p.15-16.

<sup>262</sup> Ibid., p.16-17.

<sup>263</sup> Ibid., p.18.



#### 4.4 A Faculdade de Direito do Largo de São Francisco

O contexto histórico da educação no Brasil concernente ao período de 1808 até a investidura de D. Pedro, como regente, em março de 1821 é marcada pela continuidade do período colonial, ou seja, iniciativas tímidas e esparsas por parte das autoridades portuguesas não existindo um projeto oficial consistente sobre o tema.<sup>264</sup>

O quadro de desalento pode ser estendido para outros setores da vida cultural como imprensa, livros, bibliotecas, teatros, etc. Uma das razões sugeridas pelos estudiosos é a combinação nefasta entre censura política por parte do Estado português, receoso com as consequências advindas com a circulação do que considerava as perniciosas ideias francesas e censura moral importa por parte da Igreja.<sup>265</sup>

O cenário se altera, ainda que superficialmente, com a permanência da Família Real Portuguesa, entre 1808 e 1821, que promoveu, quase sempre por força de pressões localizadas, iniciativas em diversos campos da área da educação e da cultura tais como a Academia Real das Ciências, Biblioteca Real, entre outras. O depoimento de artista alemão que à época acompanhava missão naturalista exploratória na colônia é bastante significativo para o conhecimento desse quadro:

Desde a chegada de D. João VI ao Rio, o governo português fez várias tentativas louváveis para introduzir no Brasil, além das instituições civis, os estabelecimentos de instrução pública da Metrópole. Não nos cabe julgar se a importação da administração portuguesa, com todos os seus defeitos, será vantajosa para o país e se, mais cedo ou mais tarde, uma reforma total se tornará necessária; o que é certo é que os diferentes estabelecimentos de educação pública, criados, em sua maioria, no Rio com grandes sacrifícios e despesas, estão longe de corresponder à sua finalidade e ao objetivo que tiveram em vista seus fundadores. Não se deu a devida importância à instrução primária das classes baixas e médias da sociedade, e os que, nas classes elevadas, sentiam a necessidade de uma instrução mais completa, nem por isso encontraram maiores recursos; continuaram mais ou menos obrigados a ir adquiri-la em Coimbra, ou mesmo na Inglaterra ou na França.<sup>266</sup>

Com o rompimento do estatuto colonial o esforço da elite em matéria de educação não foi muito além de um esboço jurídico que por meio de artigos constitucionais e decretos imperiais tentou-se contemplar a propagação da instrução em nível básico, tanto em nível

---

<sup>264</sup> NISKIER, Arnaldo. **Educação brasileira: 500 anos de história (1500-2000)**. São Paulo: Melhoramentos, 1989. p. 87.

<sup>265</sup> *Ibid.*, p. 96.

<sup>266</sup> RUGENDAS, João Maurício. *Viagem pitoresca através do Brasil*. 8. ed. São Paulo: Edusp/Itatiaia, 1979. p. 202-203 apud NISKIER, op. cit. p. 94-95.

público como por iniciativa de particulares. Entretanto, o que se observa, concretamente, é que entre o Reinado de Pedro I e a Maioridade de Pedro II, passando pela Regência, pouco efeito prático houve daquilo que estava previsto em termos jurídicos no campo educacional, ou seja, os diversos decretos estabelecidos – lei de 15 de novembro de 1827, decisão no. 11 de 29 de janeiro de 1823, decreto de 1º. de março de 1823, decreto de 22 de janeiro de 1825, lei de 15 de novembro de 1827, entre outros – não resultaram em efetividade prática.

Por outro lado havia a necessidade da formação de uma elite burocrática que pudesse responder pelos negócios do Estado recém-independente. Em função disso as iniciativas no campo do ensino superior foram mais prolíficas do que as no campo do ensino básico. Nesse contexto são criadas as faculdades de Direito:

A institucionalização do Império iria exigir a imediata convocação de magistrados para ocupar os cargos do poder judiciário, até então na dependência dos bacharéis formados – em sua quase totalidade – pela Universidade de Coimbra -, cujo número diminuiria sensivelmente desde a transferência da Família Real portuguesa para o Brasil.<sup>267</sup>

Já no ambiente da Constituinte de 1823 debateu-se a criação de instituições superiores de ensino, vindo a ser aprovadas, a 4 de novembro, as disposições no sentido de dar condições para a criação de duas universidades, sendo uma em Olinda e outra em São Paulo. Seriam preparados os estatutos e regulamentos dispondo sobre corpo de disciplina dos cursos e remunerações dos professores.

Entre esta manifestação dos agentes constituintes e a efetividade jurídica dando conta da criação dos cursos de Direito – Lei de 11 de agosto de 1827 – decorreram acirrados debates no âmbito do Parlamento, em geral, marcados pela defesa da proposição e contrários a localização das instituições. Superada essa fase, os cursos tiveram início efetivamente a 1º. de março de 1828. Iniciava-se, então, a típica formação do intelectual brasileiro do século XIX: o bacharelismo.

O bacharel em Direito, via faculdade de Olinda (e depois Recife, a partir de 1854) e de São Paulo, se tornará o principal instrumento da edificação do Estado Nacional brasileiro, trazendo para si a responsabilidade de dar respostas aos problemas da vida nacional além de contribuir para a construção de projetos de ideal de nação e nacionalidade. Por outro lado, as faculdades de Direito tornam-se espaços privilegiados para a formação intelectual de uma

---

<sup>267</sup> NISKIER, Arnaldo. **Educação brasileira: 500 anos de história (1500-2000)**. São Paulo: Melhoramentos, 1989. p. 106.

nova elite política em contraposição a velha elite do período da independência que teve formação jurídica adquirida, fundamentalmente, na Universidade de Coimbra.<sup>268</sup>

Faculdades de Direito, no contexto brasileiro do século XIX, estão associadas a vários elementos vinculados tais como a organização do Estado, profissionalização da política, tradição bacharelesca, sustentação burocrática do aparelho estatal enfim, marcas profundas que entrarão tempos adentro. De acordo com Adorno, a criação e fundação dos cursos jurídicos no Brasil, na primeira metade do século XIX faz parte do contexto da constituição do Estado Nacional e, portanto, da constituição da burocratização do aparelho estatal.<sup>269</sup>

Nessa linha de raciocínio Adorno afirma que a necessidade de profissionalização da burocracia estatal levou ao estabelecimento de simetria de interesses entre elite política e elite burocrática, condição que se mostrou indispensável para a manutenção do regime monárquico. Daí que se pode concluir acerca da correspondência automática entre formação de bacharéis e controle dos cargos burocráticos oferecidos pelo aparato estatal, visto que o Estado brasileiro erigiu-se como um Estado de magistrados, dominado por juízes, secundados por parlamentares e funcionários de formação profissional jurídica.<sup>270</sup>

Ao lado da questão da construção burocrática do aparelho estatal emerge, então, em meio a um universo de poucas oportunidades de prestígio e visibilidade social a figura do bacharel em Direito e, por via de consequências, das próprias Academias de Direito, como berços formadores desses agentes profissionais da política:

[...] apropriaram-se os bacharéis das oportunidades de acesso e promoção nas carreiras diretivas dos órgãos centrais e regionais de governo. Via de regra, os cargos do judiciário (juízes e carreiras afins à magistratura), no executivo (delegados de política, presidentes e secretários provinciais, ministros e conselheiros de Estado) e no legislativo foram predominantemente ocupados por bacharéis.<sup>271</sup>

O bacharel em Direito, de acordo com Adorno, tornou-se o principal intelectual da sociedade brasileira ao longo do século XIX. Tal afirmação exige uma investigação acerca dos processos de formação e de atuação pública desse intelectual, visto que se trata de um país sem sistema educacional estabelecido, como vimos anteriormente, portanto, não se tratando de um intelectual clássico no sentido acadêmico e de produção filosófica. Em outras palavras existe algo de específico na tipificação dos intelectuais no Brasil do século XIX.

<sup>268</sup> Sobre o papel das elites políticas e suas diferenças ver: CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: teatro de sombras. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

<sup>269</sup> ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder**: o bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 77.

<sup>270</sup> Ibid., p. 77-78.

<sup>271</sup> Ibid., p. 78.

As particularidades da vida acadêmica e das práticas de ensino institucionalizadas nas faculdades de Direito do Brasil do século XIX são relevantes para o entendimento da formação dos intelectuais. Conforme Adorno,

[...] ‘o estudo das condições sociais, culturais e intelectuais’ [é] requisito para deslindar os nexos sociológicos entre os intelectuais brasileiros no século XIX, a organização da cultura jurídico-política e a profissionalização da atividade política.<sup>272</sup>

Temos, então, como fato consolidado que as faculdades de Direito foram criadas como estratégia da elite pós-independência na perspectiva de uma nova representação para o país se espelhar, ou seja, os bacharéis seriam portadores de uma nova imagem do Brasil recém-independente. Caberia, portanto, às faculdades de Direito forjar uma elite intelectual capaz de gerar ideias próprias do Brasil rompendo com as influências estrangeiras, sobretudo, Portugal. Sua importância decorre menos na qualidade do curso e da profissão adquirida e mais na simbologia que envolveu a condição do bacharel na sociedade brasileira. Ser bacharel implicava na abertura de oportunidades políticas, em prestígio social e na condição de homem de letras.

A formação intelectual dos bacharéis fora bastante negligenciada pelos professores. De tal modo que será fora do ambiente de sala de aula que o estudante de Direito vai adquirir seu repertório cultural. Daí a importância de se conhecer os clubes acadêmicos, a imprensa acadêmica (espaços de debates de ideias e de sociabilidade intelectual).<sup>273</sup>

Além da precariedade do ensino oferecido pelas faculdades de Direito, fato apontado por todos os memorialistas e historiadores das instituições de ensino jurídico do século XIX,<sup>274</sup> outro consenso é o de que havia algumas diferenças pontuais entre as duas escolas – a de Olinda e, posteriormente, do Recife, e a de São Paulo. Dentre as quais são apontadas o público a que se pretendia atingir, as linhas filosóficas, sendo em Olinda voltada para a formação humanista e em São Paulo para a formação mais prática, divergência na matriz curricular com maior ênfase no Direito Penal em Olinda e ao Direito Civil em São Paulo, além de pré-requisitos de ingresso sendo no caso de Olinda exigia-se maior conhecimento

<sup>272</sup> ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 78.

<sup>273</sup> SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Cia. das Letras, 1993. p. 142-143.

<sup>274</sup> Além dos trabalhos citados de Sérgio Adorno e Lília M. Schwarcz tem-se as obras de: VENANCIO FILHO, Alberto. **Das arcadas ao bacharelismo**. São Paulo: Perspectiva, 1982; MARTINS, Ana Luiza; BARBUY, Heloísa. **Arcadas: história da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco**. São Paulo: BM&F/Alternativa, 1998; VAMPRE, Spencer. **Memórias para a história da Academia de São Paulo**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1977. 2 v.

prévio em antropologia, inglês, alemão e italiano, ao passo que em São Paulo valorizava-se conhecimentos em psicologia, lógica e inglês:

Mais uma vez a fachada institucional encobriu diversidades significativas, que dizem respeito à orientação teórica, assim como ao perfil profissional característico de cada uma das escolas. São Paulo foi mais influenciada pelo modelo político liberal, enquanto a faculdade de Recife mais atenta ao problema racial, teve nas escolas darwinista social e evolucionista seus grandes modelos de análise. Tudo isso sem falar do caráter doutrinário dos intelectuais da faculdade de Pernambuco, perfil que se destaca principalmente quando contrastado com o grande número de políticos que partiam majoritariamente de São Paulo.<sup>275</sup>

De tal modo que o perfil contrastante da faculdade de São Paulo em relação a de Olinda/Recife fica ainda mais acentuado quando se percebe que, em termos de formação, não se criou, no caso da paulista, uma escola doutrinária optando pelo sincretismo de teorias filosóficas distintas; em termos de vivência professores, alunos e egressos estiveram ligados ao jornalismo, a política, a literatura e a advocacia e, por fim, o bacharel formado em São Paulo, era, de um modo geral, recrutado pelo aparato estatal.<sup>276</sup>

Os historiadores que estudaram a formação e desenvolvimento da cidade de São Paulo são unânimes em afirmar que a cidade que recebeu a Faculdade de Direito a partir de 1829 carecia, entre o período imediatamente após a independência e o início dos anos 1870, de qualidade em todos os setores da vida urbana: sistema de transportes precários, ausência rede de serviços tais como arruamento e calçamento, iluminação, canalização de águas, além de habitações inadequadas e hábitos de higiene insatisfatórios.<sup>277</sup>

O contingente populacional que entre 1836 e 1855 variava entre pouco mais de 12 mil e 15 mil habitantes, tinha acesso a um precário sistema de abastecimento de gêneros alimentícios, acarretando por via de consequência, uma dieta alimentar pobre e escassa. É neste cenário que a Academia de Direito se instala funcionando no Mosteiro de São Francisco a partir de 1827 tornando-se, a partir de então, centro irradiador para a cidade, alavancado pela vida cultural e social intensa por parte de seu corpo discente, projetando, aos poucos, mudanças nos hábitos e costumes locais.

Não bastasse a precariedade urbana da cidade de São Paulo no decorrer de parte da segunda metade do século XIX, alunos e professores da Faculdade de Direito sofreram com problemas de acomodação visto que o Convento de São Francisco não possuía instalações

<sup>275</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930.** São Paulo: Cia. das Letras, 1993. p. 143.

<sup>276</sup> *Ibid.*, p. 174.

<sup>277</sup> ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 80-81.

adequadas para o funcionamento de uma escola, decorrendo desse fato, muitos conflitos envolvendo os Frades Franciscanos com docentes e discentes do curso jurídico. Relatórios de diretores e professores da instituição, divulgados em diferentes datas, relatam a situação caótica do prédio comprometido por infiltrações, estragos e sujeiras, além da falta de móveis adequados à prática escolar. Exemplo disso é o relatório de 1860 do Clemente Falcão de Souza Filho que se referia sobre o assunto:

O edifício em que trabalha a faculdade está em ruínas! Nos dias de chuvas encontram-se grandes lagoas sobre os assoalhos e nas paredes grandes manchas de água, que se coa pelos telhados.  
É, sobretudo, desolador que na própria sala da biblioteca assim aconteça, expondo-se a livraria que ali existe a uma completa deterioração.  
Vinte após essa declaração, outro lente da faculdade, dr. Vicente Mamede, também denunciava a situação de precariedade do edifício:  
Acha-se o seu exterior, [...], em estado medonho, pelos estragos e sujeira, que os ostenta, e, no seu interior, não reúne as acomodações indispensáveis e convenientes à seriedade e regularidade do ensino. As salas de aula, no curso superior, não estão na altura do fim a que se destinam, principalmente pela falta de asseio e de mobília decente; e as do curso anexo, além de esburacadas e pessimamente mobiliadas, têm se paredes cobertas de dizeres e pinturas imorais.<sup>278</sup>

Ao lado de uma cidade que oferecia tímidos recursos urbanos, de uma faculdade cujas instalações eram por demais precárias, havia, ainda, o problema do corpo docente. Para o exercício do magistério nos cursos jurídicos, primeiramente, era preciso ser nomeado por decreto Imperial; por outro lado, o magistério não se fazia uma carreira interessante visto que a condição de bacharel em Direito abria outras oportunidades de muito maior prestígio e de melhor remuneração como a carreira política, a magistratura e a advocacia.

De modo que a voz corrente, em relação ao quadro de professores dos cursos jurídicos, tanto em Olinda/Recife como em São Paulo, era o de que era demasiadamente faltoso ao expediente das aulas, as metodologias pedagógicas, também, se constituíam em fontes de muitas reclamações por parte dos alunos que ora se queixavam da excessiva prática da retórica, ora das permanentes aulas lidas. Além disso, a produção de obras aplicadas ao ensino de suas cadeiras praticamente não existia revelando completa falta de comprometimento dos professores com suas atividades docentes requeridas por um curso de nível superior.<sup>279</sup>

Um exame mais detalhado por meio das memórias e histórias da faculdade de Direito do Largo de São Francisco revela, em meio a esse quadro precário do quadro docente, algumas figuras que se destacaram ao longo do tempo no exercício de seu magistério, podem ser mencionadas, dentro outros: José Bonifácio, o Moço, que iniciou a carreira docente na

<sup>278</sup> VENANCIO FILHO, Alberto. **Das arcadas ao bacharelismo**. São Paulo: Perspectiva, 1982. p. 116.

<sup>279</sup> VENANCIO FILHO, op. cit., p.118.

escola do Recife e, depois foi transferido para a faculdade de São Paulo, titular das cadeiras de direito criminal e direito civil, tendo por alunos Castro Alves, Rui Barbosa, Joaquim Nabuco e Afonso Pena; Clemente de Souza Falcão, professor de Direito Mercantil e Marítimo, nomeado em 1831 e jubilado em 1864; Vicente Mamede de Freitas, da cadeira de Direito Civil, entre 1882 e 1887; Silveira da Mota, professor da cadeira de Direito Administrativo, nomeado na esteira da Reforma de Couto Ferraz de 1854; João Crispiniano Soares, catedrático na cadeira de Direito Romano durante vinte e seis anos; Joaquim Inácio Ramalho, professor das cadeiras de Processo e Prática Forense e de Direito Administrativo; Antônio Joaquim Ribas, catedrático da cadeira de Direito Civil.<sup>280</sup>

Diante desse quadro de desalento em termos de espaço urbano, instalações físicas dos prédios em que funcionavam os cursos e do pouco interesse dos professores em ensinar surgem dúvidas quanto ao tipo de formação intelectual que era adquirida pelas gerações de estudantes que passavam pelas instituições de Direito ao longo do século XIX: se os professores não são frequentes às aulas e nem capazes de produzir obras atinentes à sua cadeira, se a cidade não possui oportunidades e facilidades de expansão intelectual por meio de teatros, livrarias, bibliotecas, salas de concertos de música, auditórios de conferências etc, como, então, avaliar o conteúdo intelectual absorvido pelos estudantes? Como e através de quem foram introduzidos às leituras do tempo que não fossem aquelas indicadas, exigidas e cobradas pelas lentes? Como foi forjada esta nova elite intelectual nas condições apresentadas acima?

Temos, então, uma situação típica da condição precária do sistema intelectual brasileiro do século XIX. Ainda que as faculdades de Direito tenham sido criadas, oficialmente, com a finalidade explícita de formar quadros para a administração pública, para o exercício profissional da política e portador de uma imagem de nação, os intelectuais egressos dessas instituições tiveram sua formação ao largo das salas de aula, projetando a aquisição de conhecimento naquilo que ficou estabelecido como vida acadêmica:

Parece ser a caracterização de ‘vida acadêmica’ a melhor descrição do ambiente dos cursos jurídicos e das atividades que desempenhavam os estudantes nos cinco anos que eram, por assim dizer, o *cursum honorum* da vida política do século XIX. [...] Na verdade, esta vida acadêmica transcendia, por certas vezes, o próprio âmbito do local da escola, para se espalhar pelo burgo em que estava situada, como foi o caso até 1854 em Olinda, tornando-se menos importante em Recife a presença dos estudantes, e como ocorreu em São Paulo durante todo o século XIX.<sup>281</sup>

<sup>280</sup> VENANCIO FILHO, Alberto. **Das arcadas ao bacharelismo**. São Paulo: Perspectiva, 1982. p. 115-126; AMARAL, Antônio Barreto. **Dicionário de história de São Paulo**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.

<sup>281</sup> VENANCIO FILHO, op. cit., p.130.

Por vida acadêmica deve se entender a agitação das repúblicas estudantis, ser orador de clubes e associações literárias, pertencer à redação de jornais e revistas acadêmicas, interessar-se por literatura e filosofia, atividades que não dependiam exclusivamente da faculdade de Direito. Foi no exercício extramuros da academia que foi forjada a geração de intelectuais que construirá o contra discurso político a partir, sobretudo, da década de 1870:

Ser estudante de Direito era, pois, sobretudo, dedicar-se ao jornalismo, fazer literatura, especialmente poesia, consagrar-se ao teatro, ser bom orador, participar dos grêmios literários e políticos, das sociedades secretas e das lojas maçônicas.<sup>282</sup>

Este é o cenário onde vão transcorrer as trajetórias dos intelectuais paulistas objeto desta pesquisa. Ingressantes na Faculdade de Direito de São Paulo em curta diferença de tempo - Américo Brasiliense (1855), Américo de Campos (1856), Rangel Pestana (1859), Campos Salles (1859), Prudente de Moraes (1859), Francisco Quirino dos Santos (1859) e Alberto Salles (1878) – esse grupo de intelectuais atua à margem da Academia de Direito do Largo de São Francisco lançando mão dos mesmos expedientes, ou seja, participando, colaborando ou fundando jornais, revistas, grêmios e associações literárias, filosóficas e acadêmicas; tomando parte em manifestações políticas do seu tempo, além de frequentarem espaços maçônicos.

Das folhas acadêmicas nas quais tomaram parte, tomamos como ponto de partida o *Radical Paulistano*<sup>283</sup> órgão do Clube Radical Paulista – uma vertente política surgida com a ruptura do Partido Liberal em 1868 - onde Américo de Campos foi colaborador ao lado, entre outros, de Luís Gama e Rui Barbosa, sobre manifestaria, anos depois, a seguinte opinião:

[...] contribuiram os estudantes talvez com contingente mais ativo, se bem que, no valor, nos fizessem vantagem considerável os nossos auxiliares. Episódio assaz expressivo da comunhão em que a sociedade política e a sociedade escolar se entremeavam nesses dias, para mim tão repassados de saudade.<sup>284</sup>

Rangel Pestana tomou parte no grupo acadêmico que figurou em torno de *O Tymbira*<sup>285</sup> jornal político, literário e artístico, redigido por alguns acadêmicos, no qual passaram Rodrigo Otávio e Florêncio de Abreu, dentre outros. Em seu editorial de estreia os acadêmicos fazem profissão de fé sobre o papel que o jornal pretendia seguir, afirmando:

<sup>282</sup> VENANCIO FILHO, Alberto. **Das arcadas ao bacharelismo**. São Paulo: Perspectiva, 1982. p.136.

<sup>283</sup> O Arquivo Público do Estado de São Paulo possui exemplares desse jornal para os anos 1869-1870.

<sup>284</sup> VENANCIO FILHO, op. cit., p.134, citando discurso proferido em 17 de novembro de 1909 na Faculdade de Direito de São Paulo por Rui Barbosa e publicado posteriormente em *Novos Discursos e Conferências*. São Paulo, Saraiva, 1932, p. 274.

<sup>285</sup> O Arquivo Público do Estado de São Paulo possui exemplares desse jornal para o ano 1860.



[...] O TYMBIRA [...] estima os partidos, respeita as convicções, louva a boa fé, a sua luta será unicamente de ideias e factos políticos. Não é O TYMBIRA, essencialmente política: ele presa a ciência e a arte: aquela como um facho de verdade, e esta como uma fonte de riqueza.<sup>286</sup>

Campos Salles e Quirino dos Santos, por sua vez, integraram a redação do jornal *A Razão*, 1862, jornal de caráter político, de oposição ao governo provincial e de crítica a João Teodoro, então delegado de polícia de São Paulo e redator de *O Constitucional*.<sup>287</sup> Em *O Lírio*, entre 1860 e 1861, jornal de variedades dedicado às famílias, Francisco Quirino dos Santos e Rangel Pestana tiveram passagem como redator e colaborador;<sup>288</sup> em 1862 encontra-se em *O Futuro* e, no ano seguinte, em *A Época*.

Alberto Salles, em seus tempos de acadêmico, tomou parte ativa na imprensa estudantil participando, ao lado de Alcides Lima, gaúcho que viria a ter destacada atuação política após a proclamação da República, e Pedro Lessa, mineiro que, também, teve destacada atuação pública como Ministro do Supremo Tribunal Federal após a instalação da República, da composição de *O Federalista*, cujo primeiro número circulou em São Paulo a 6 de abril de 1880. No seguinte responde como redator-chefe de *A República*, jornal declaradamente republicano no qual colaboravam, ainda, outros estudantes da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco.<sup>289</sup>

Fica claro que participar em jornais e associações acadêmicas teve para essa geração de intelectuais, em formação, maior vivacidade em termos de aprendizagem e aproximação com o repertório filosófico, intelectual e literário de seu tempo. A Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, como instituição, não foi capaz de forjar um tipo próprio de intelectual, pois, dadas as circunstâncias de precariedade física, material e pedagógica, limitou-se a oferecer um curso onde o viés ideológico-filosófico-político era por demais vago e desarticulado. Em outras palavras, não foi por meio de seus professores que a geração de intelectuais, objeto dessa pesquisa, foi introduzida ao bando de ideias novas, conforme frase de Silvio Romero, contemporâneo dessa mesma geração de intelectuais.

Adorno enfatiza que o ecletismo filosófico e doutrinário praticado pelo corpo de professores da Faculdade de Direito de São Paulo sem nenhuma organicidade curricular visando uma formação direcionada e pontual dos alunos. Por essa razão, não é estranho perceber a proliferação de ampla imprensa e grêmios acadêmicos, pois é no exercício desses

<sup>286</sup> *O Tymbira*, São Paulo, 5 maio 1860, p. 2.

<sup>287</sup> AMARAL, Antônio Barreto. **Dicionário de história de São Paulo**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006. p. 520. O Serviço de Biblioteca e Documentação da Faculdade de Direito da USP, possui um exemplar desse jornal para o ano de 1862.

<sup>288</sup> O Arquivo Público do Estado de São Paulo possui exemplares desse jornal para o ano 1860.

<sup>289</sup> MARTINS, Antônio Egídio. **São Paulo antigo (1554 a 1910)**. São Paulo: Imprensa Oficial, 1973. p. 257.

microclimas que os futuros bacharéis tomavam contato e socialização o conhecimento de novas correntes filosóficas, como o positivismo, e de novo vocabulário político, como abolicionismo e republica:

[...] convém lembrar, não foi incomum que novas correntes de filosofia jurídico-política aparecessem, de início, entre os estudantes e se expressassem, preferentemente, nos institutos e na imprensa acadêmica. [...] A propósito, é oportuno sublinhar que o positivismo introduziu-se, primeiramente, na imprensa acadêmica, sobretudo mediante a edição do jornal *A República* (1876), órgão do Club Republicano Acadêmico, muito antes, portanto, dos primeiros ensinamentos jurídicos dessa corrente filosófica, em sala de aula [...].<sup>290</sup>

Portanto, foi na vida acadêmica, através do movimento das repúblicas estudantis, da proliferação de jornais e revistas, além das sessões de grêmios, associações e clubes acadêmicos, que se forjou uma geração de intelectuais-bacharéis portadora de um discurso contrário ao status quo dominante. O apelo a concepções filosóficas e políticas tais como positivismo, darwinismo, abolicionismo, republica, progresso, civilização etc., fazia parte dessa estratégia de combate ao vocabulário político dominante, implementado pela elite que se encontrava integrada ao sistema político monárquico e que dele tirava partido em termos de prestígio pessoal.

#### 4.5 As Lojas Maçônicas

Ao lado da imprensa regular e da Faculdade de Direito, outro espaço de sociabilidade articulado pelo grupo de intelectuais em estudo foram as irmandades maçônicas. A prática de construção de redes de solidariedade e sociabilidade por intermédio da maçonaria fora comum na Europa moderna sob o Antigo Regime. Reinhart Koselleck sobre esse tema afirma que as lojas maçônicas e a república das letras foram formações sociais decisivas no contexto de crise e crítica ao regime absolutista. Tais formações reuniram em seu interior grupos sociais emergentes, mas, excluídos das decisões políticas:

As lojas maçônicas são a formação típica de um poder indireto, no Estado absolutista, exercido pela nova burguesia. Funcionavam cobertas por um véu que elas próprias haviam tecido: o segredo. O silêncio, a discrição e o vínculo em torno de um segredo [...] eram obrigatórios para os maçons, a ponto de determinarem a natureza de sua sociedade.<sup>291</sup>

<sup>290</sup> ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder**: o bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998 p. 103.

<sup>291</sup> KOSELLECK, R. **Crítica e crise**: uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999. p. 63.

A ideia de formar uma sociedade com regulamentos próprios e com hierarquias independentes das existentes na Igreja ou no Estado funciona como elemento de identificação e coesão entre seus membros. O maçom, num plano mais geral, independente do grau hierárquico que ocupa está sempre submetido ao que entende como soberano melhor, ou seja, a virtude. Na maçonaria os homens são tratados como iguais num contínuo processo de evolução moral e intelectual em direção às luzes. Defende a liberdade como princípio fundamental para a ação do indivíduo e nega quaisquer ligações com partidos e governos. Os maçons não se cansavam de assegurar que não perseguiam fins políticos e que, unidos por uma autoridade comum, sob o signo da virtude, não tinham necessidade de estratégias políticas.<sup>292</sup>

O maçom está vinculado a outro membro de sua irmandade por meio do segredo, estratégia de natureza moral que empresta um sentido de pertencimento e de união entre os pares. Ainda que neguem objetivos políticos, os maçons buscam através das irmandades a que pertencem a satisfação de interesses pessoais por meio da troca de vantagens que podem ser de natureza social, política ou econômica.

Outro elemento associado às lojas maçônicas é seu caráter de interdependência não só entre os membros, mas, também, entre as próprias lojas, formando uma espécie de rede que mantém trocas de favores entre si, ou seja, da mesma forma que um maçom está submetido a uma rede hierárquica, da mesma forma as irmandades estão sujeitas a vínculos de inter-relacionamentos. Temos, então, a situação na qual as lojas maçônicas se constituem em organizações capazes de construir relações não formais de poder a partir de laços de lealdade e solidariedade em troca de benefícios mútuos, formando redes clientelares.

Por redes clientelares podemos concluir que se trata de redes de relacionamentos baseadas em estratégias de aliança possibilitadas por laços matrimoniais, relações de parentesco e compadrio, construídas com a finalidade de solidificar e reproduzir ligações sociais, políticas e econômicas:

[...] as redes clientelares possibilitavam a realização e concretização de benefícios e o desenvolvimento de relações políticas. As relações construídas dentro da maçonaria configuravam uma economia de favores e interesses. [Por outro lado] o prestígio político de uma pessoa estava ligado a sua capacidade de dispensar benefícios, e também de retribuir os serviços recebidos. Sendo assim, na economia de favores a retribuição é indefinida.<sup>293</sup>

<sup>292</sup> KOSELLECK, R. **Crítica e crise**: uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999. p. 67.

<sup>293</sup> In RIBEIRO, Luaê Carregari Carneiro. **Uma América em São Paulo**: a maçonaria e o partido republicano paulista (1868-1889). 2011. 179 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2011. p. 105.

Tais digressões se aplicam para o contexto ora estudado na medida em que o grupo de intelectuais de São Paulo, na conjuntura da crise do Império, buscou nas irmandades maçônicas, um meio estratégico para, primeiramente, dar maior alcance ao prestígio político que tanto buscava e, além disso, tecer redes de solidariedade entre os irmãos (termo utilizado entre membros maçônicos) na expectativa de vantagens e visibilidade.

Nesse sentido é relevante entender a história da Loja América, em São Paulo, fundada em 1868 e que chegou a possuir cerca de 250 membros dentre os quais figuras ilustres da vida política brasileira da segunda metade do século XIX como Luiz Gama, Ruy Barbosa, Joaquim Nabuco, além de Américo Brasiliense e Américo de Campos. Sua influência alcançou tal monta que pertencer à Loja América possibilitava usufruir de ampla rede clientelar na qual ela estava inserida:

[...] o espaço da Loja América representava a possibilidade de ajuda mútua entre aqueles que se empenhavam em aumentar sua influência política e econômica. A Loja América tornou-se uma espécie de aglutinadora das reivindicações de grupos que se sentiam alijados do poder e que precisavam encontrar uma forma de solucionar tal questão.<sup>294</sup>

A Loja América, a partir de sua sede em São Paulo, vai construir uma cadeia com outras lojas maçônicas, ora fortalecendo laços de solidariedade entre membros, ora incentivando indivíduos a fundarem irmandades em suas localidades de origem. De tal sorte que faziam parte de sua teia de relações as Lojas Piratininga (São Paulo), Loja Independência (Campinas), Loja Regeneração 3ª. (Campinas), Perseverança 3º. (Rio Claro), Amor à Virtude (Franca) e Amor á Caridade (Ribeirão Preto). Percebe-se, claramente, que conforme o café e a ferrovia vão cortando o interior da província, grupos de indivíduos vão fundando lojas maçônicas.

Tal situação fortalecia os vínculos pessoais dos líderes da América favorecendo seus projetos políticos e corroborando a tese de que pertencer à maçonaria era uma forma dos intelectuais granjear maior influência política. Por meio das práticas tipicamente maçônicas – auxílio mútuo e proteção – os intelectuais paulistas se aproveitavam das redes clientelares maçônicas para construir suas próprias redes e fortalecerem seus propósitos políticos.<sup>295</sup>

---

<sup>294</sup> Ibid. RIBEIRO, Luaê Carregari Carneiro. Uma América em São Paulo: a maçonaria e o partido republicano paulista (1868-1889). 2011. 179 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. p. 110-111.

<sup>295</sup> Ibid., op. cit., p. 110-111.

Por outro lado, a intensificação do movimento republicano na província de São Paulo fez reunir em torno da Loja América grande parte dos ativistas da causa, provocando certa rejeição por parte de agentes do governo monárquico, surgindo tensões mais agudas entre as duas partes, sobretudo, no contexto da bula papa Syllabus de 1864 que condenava as práticas maçônicas, e que foi alvo de muitas críticas por parte do grupo de intelectuais paulistas.

Depoimentos dos próprios membros do grupo, principalmente, em pequenos perfis biográficos publicados pelo *Almanaque Literário de São Paulo*, para diferentes anos, são reveladores das atividades maçônicas dos intelectuais paulistas. J. Felisardo Júnior, por exemplo, esboçando o perfil biográfico de Américo de Campos, afirma que foi durante a passagem deste pelo *Correio Paulistano* como redator entre 1866 e 1874 que o mesmo deixou a loja maçônica Amizade da qual fazia parte, para ser um dos fundadores da loja América em cujas deliberações pesam sempre a sua palavra autorizada.

Rangel Pestana, traçando o perfil biográfico de Américo Brasiliense, afirma não só as atividades maçônicas desenvolvidas por este junto à Loja América como, também, as relações entre a irmandade por intermédio de seu “venerável” com autoridades governamentais:

A Loja América, o conventículo de utopistas como chamavam-nas uns – e o antro de revolucionários abolicionistas como qualificavam-na outros, fe-lo seu venerável.

Moderado por índole, por estudo, por experiência e educação, o dr. Américo Braziliense assumiu sempre francamente a responsabilidade do que a Loja fazia solidariamente em nome da democracia e da humanidade.

As suspeitas caíram diante dos factos, e as calúnias ficaram abafadas pela verdade.

Sendo presidente da província o sr. dr. Costa Pereira, foi dirigido ao venerável da Loja América um ofício consultando-o em nome do governo se ela queria tomar a si a criação e educação dos ingênuos afim de gozar dos favores concedidos por lei.

A resposta foi digna de um homem de talento e verdadeiros sentimentos humanitários.

A Loja América subiu assim oficialmente e desde então documentos públicos lhe têm sido tributados em sinal de atenção por parte do governo.<sup>296</sup>

Américo Brasiliense teve papel central na articulação entre as lojas maçônicas de São Paulo, a partir da Loja América, com integrantes de congressos, clubes e partidos políticos. A partir de sua intervenção muitos ativistas dos movimentos republicanos e abolicionistas foram atraídos para as irmandades maçônicas, não só da capital como do interior. É o caso da Loja Independência, fundada em Campinas, em 1867, numa época em que esta região já era um

<sup>296</sup> PESTANA, Francisco Rangel. O dr. Américo Braziliense. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1877**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982b. p. 87.

eixo importante na produção de café e, portanto, com todas as consequências relacionadas a isso, como concentração urbana, contingente de fazendeiros, provimento de ferrovias etc.

À Loja Independência de Campinas pertenciam Campos Salles, Rangel Pestana e Francisco Quirino dos Santos, além de outras figuras com ligações com esse grupo ou por meio de relações familiares ou por ter relações acadêmicas, como Bernardino de Campos, Francisco Glicério de Cerqueira Leite e Jorge de Cerqueira Miranda, entre outros. Não coincidente o mesmo núcleo que trabalhou em torno do jornal *Gazeta de Campinas*, fundado em 1869, e do Colégio Culto a Ciência, sediado em Campinas e cujas atividades se iniciaram em 1874.<sup>297</sup>

A estratégia de integrar irmandades maçônicas no contexto de crise do Império fez parte do processo de afirmação e reconhecimento dos projetos de poder do grupo de intelectuais paulistas. Por meio das lojas maçônicas era possível criar uma teia de relações de fidelidade e de troca de interesses, estrategicamente interposta aos mecanismos de ocupação dos postos de mando no aparato governamental. Ou seja, a estratégia de pertencimento à maçonaria funcionava internamente ao grupo como mecanismo de fazer frente à falta de possibilidades de inserção social e político na sociedade aristocrática do Segundo Reinado.

Por outro lado há um encontro entre os princípios preconizados pela maçonaria – valorização da iniciativa dos indivíduos, evolução do indivíduo por meio do saber, pregação pelas atitudes de visando o bem-comum e harmonia coletiva – com o quadro político e social no qual o grupo de intelectuais encontrava-se inserido. Em outras palavras, os integrantes do grupo percebem os impedimentos impostos por uma sociedade baseada em valores rigidamente hierarquizados e nobiliárquicos e, com isso, lançam mão da estratégia de ação à margem dessa sociedade que os marginaliza no tocante ao prestígio, aos cargos importantes e ao reconhecimento, dentre as quais, as iniciativas no campo da educação – fundação de instituições escolares como o já citado Colégio Culto a Ciência, em Campinas -, da cultura, como ações junto a teatros, sociedades musicais e museus; além de sociedades filantrópicas na área de saúde, como hospitais.

#### 4.6 Partido Político

---

<sup>297</sup> RIBEIRO, Luaê Carregari Carneiro. **Uma América em São Paulo: a maçonaria e o partido republicano paulista (1868-1889)**. 2011. 179 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. p. 44.

Aderir a um partido político, considerando um processo social de luta política em que um grupo de indivíduos esboça um projeto de poder, parece ser uma etapa indispensável para, justamente, fazer valer os propósitos de efetivação deste mesmo projeto. Nesse sentido, os integrantes do grupo de intelectuais paulistas construíram suas trajetórias, também, por intermédio de partidos políticos, a começar pelos partidos institucionalizados e, posteriormente, por meio de um partido próprio que pudesse abrigar e contemplar os interesses compartilhados por seus membros.

Muito antes da criação do Partido Republicano em São Paulo, alguns integrantes do grupo já haviam filiados a estruturas partidárias oficiais e concorridos a pleitos eleitorais. Mas foi a partir do conflito entre o Gabinete Zacarias de Góes e o Imperador quando este interviu de forma a demitir um gabinete de maioria liberal e fez subir um conservador à chefia do governo que a dissidência partidária fez emergir novas agremiações.

A crise ministerial abriu brechas na estrutura político monárquico fazendo surgir várias denominações e agrupamentos como Liga Progressista, Liberais Históricos, Clube Radical e, por fim, o Partido Republicano. Campos Salles, à época ativista do campo liberal, tal como Prudente de Moraes, ambos deputados provinciais eleitos, retrata em obra memorialística o momento da quebra da unidade partidária monárquica que deu origem a formação da agremiação republicana:

Um núcleo de políticos mais sinceros, mais entusiastas e mais ardentes na sua fé democrática, constituía-se em partido organizado e independente das duas grandes agremiações – o conservador e o liberal. Forma-se, então, o Partido Radical, que, surgira sem a preocupação de servir à política imperial no revezamento do governo do país. Sem intuítos propriamente revolucionários, renunciava, todavia, à aspiração de governar, para melhor poder levar adiante, em alongada e perseverante propaganda, as teses pertencentes ao número dos que, com a denominação de Históricos, tinham repudiado a Liga Progressista e, agora, descrentes da sinceridade das convicções de seus antigos companheiros, deles se separavam para propugnar pelo estabelecimento de um regime verdadeiro e sinceramente livre, sem preocupações de formas tradicionais, como o reclamavam os altos destinos de uma grande nação americana.<sup>298</sup>

Como decorrência daquelas lutas partidárias surge em 1870, no Rio de Janeiro, o número inaugural do jornal *A República* que traz em sua primeira edição o documento que serviu de base doutrinária para o movimento republicano a partir desta data: trata-se do

---

<sup>298</sup> SALLES, Manuel Ferraz de Campos. **Da propaganda à presidência**. Brasília: Ed. UnB, 1983.

Manifesto Republicano, no qual são expostos, fundamentalmente, os princípios doutrinários defendidos por seus signatários, dentro os quais, Francisco Rangel Pestana.<sup>299</sup>

O Manifesto defende princípios generalizantes tais como federalismo, a convocação de uma constituinte e a instituição de uma democracia moderna, condição única, segundo os signatários, para a garantia dos direitos individuais. Tece uma exposição histórica sobre o estabelecimento do regime monárquico no Brasil criticando a imposição da Carta Constitucional de 1824 que, na opinião dos signatários, teria consagrado um regime político contrário à vontade geral do povo brasileiro:

Por ato próprio, o fundador do Império e chefe da dinastia reinante, se consagrou inviolável, sagrado e irresponsável. A infabilidade do arbítrio pessoal substituiu assim a razão e a vontade coletiva do povo brasileiro. Que outras condições, em diverso regime, constituem o absolutismo? Quando não fossem bastantes estes atributos de supremacia, as faculdades de que se acha investido o soberano pela carta outorgada de 1824, bastavam para invalidar as prerrogativas aparentes com que essa carta simulou garantir as liberdades públicas.<sup>300</sup>

Na esteira do Manifesto de 1870, surge em São Paulo o Clube Republicano reunindo em seu núcleo membros do Clube Radical que possuía como órgão de imprensa o jornal *Radical Paulistano* fundado em 1869, tendo em seu corpo de redatores os nomes de Luís Gama e Rui Barbosa, e que defendia em seu programa, reformas de natureza liberal tais como a extinção do poder moderador, sufrágio universal, separação entre poder judiciário e corpo policial, extinção do trabalho escravo, entre outras. O programa dos Radicais serve de base para a criação de diversos clubes republicanos, surgidos em São Paulo e em outras localidades do interior da província.

Em 1872 por iniciativa de Américo Brasiliense reuniu-se em São Paulo com o objetivo de organizar um partido que fosse capaz de congregar todos os clubes da província grupo de militantes políticos formado, entre outros, por Campos Salles, Quirino dos Santos e Américo de Campos. Da reunião ocorrida no dia 17 de janeiro decide-se pela nomeação de uma comissão que passaria a representar os interesses dos republicanos na província e, principalmente, convocar os correligionários para a realização de um congresso.<sup>301</sup>

<sup>299</sup> O texto integral do “Manifesto Republicano” pode ser encontrado em: MELO, Américo Brasiliense de Almeida e. **Os programas dos partidos e o segundo Império**. Brasília,DF: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1979. p. 61-85; PESSOA, Reynaldo Carneiro. **A ideia republicana no Brasil, através dos documentos**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1973. p. 39-62.

<sup>300</sup> *Ibid.*, p.46.

<sup>301</sup> O jornal *Correio Paulistano* deu notícia da reunião em sua edição de 19 de janeiro de 1872 e a íntegra da notícia pode ser encontrada em MELO, Américo Brasiliense de Almeida e. **Os programas dos partidos e o segundo Império**. Brasília,DF: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1979. p. 61-85p. 97-100; e DEBES, Célio. **O partido republicano de São Paulo na propaganda (1872-1889)**. São Paulo: Edição do Autor, 1975. p. 9-10.



A reunião, que posteriormente passou a se conhecida como Convenção de Itu, foi efetivamente realizada a 18 de abril de 1873, sob a presidência de João Tibiriçá Piratininga, no qual tomou parte, representantes de clubes republicanos da capital e de localidades do interior como Itu, Jundiaí, Botucatu, Amparo, Campinas, Tietê, Bragança, Mogi-Mirim, Piracicaba, Porto Feliz, Capivari, Sorocaba, Indaiatuba, Monte-Mor, Jaú e Itatiba. Da reunião, deliberaram-se medidas visando a organização do partido e divulgadas por meio de uma circular intitulada Aos Republicanos da Província de São Paulo. Dentre as medidas, definiu-se pela realização, em São Paulo, de um congresso que veio a ocorrer em julho de 1873.<sup>302</sup>

O Congresso torna-se a instância máxima de decisões político-partidárias, nos quais eram eleitas periodicamente comissões de dirigentes e de lançamento de manifestos nos quais eram abordados tópicos de doutrina política a ser seguida pelos congressistas, além de exposição de temas específicos pertinentes à conjuntura de sua realização. Entre 1873 e a proclamação da República foram realizados doze congressos do Partido Republicano e divulgados seis manifestos.

O Manifesto de 1873 aborda a questão da abolição; adota uma posição defensiva sobre o problema da abolição ao atribuir aos partidos monárquicos e ao governo a solução mais conveniente para a questão; argumenta que se a questão servil for entregue aos republicanos que os mesmos adotarão a solução conciliatória de deixar para cada província a definição da extinção da escravidão e sua substituição pelo trabalho livre e que qualquer definição sobre o tema se daria por meio da conciliação entre direito de propriedade e princípios de liberdade, concluindo que a abolição se daria por meio da indenização e do resgate. Já o manifesto do congresso seguinte (1874) voltava-se para a questão religiosa a partir do conflito episcopomaçônico ocorrido naquela conjuntura envolvendo figuras de ponta tanto do mundo político monárquico como representantes do clero brasileiro como Dom Vital, Bispo de Olinda e Dom Macedo Costa, Bispo do Pará; o conflito é tomado como álibi para defenderem a laicização do Estado e da sociedade por meio da separação da Igreja do Estado, o fim da religião oficial, separação do ensino religioso do ensino laico, a instituição do casamento civil, do registro civil para nascimentos e óbitos, secularização dos cemitérios e liberdade e igualdade de cultos.<sup>303</sup>

---

<sup>302</sup> MELO, Américo Brasiliense de Almeida e. **Os programas dos partidos e o segundo Império**. Brasília-DF: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1979. p.105-107.

<sup>303</sup> DEBES, Célio. **O partido republicano de São Paulo na propaganda (1872-1889)**. São Paulo: Edição do Autor, 1975, p. 26-53.

No decorrer da década de 1880 observa-se uma guinada mais radical dos integrantes do partido fato que fica demonstrado pela forma e conteúdo abordados nos manifestos dos congressos realizados no decorrer da década. O Manifesto de 1880, por exemplo, aborda a questão da naturalização de estrangeiros residentes no Império defendendo que fosse estendido para os estrangeiros direitos individuais como liberdade de culto; justificavam a necessidade da imigração como forma de ocupação e povoamento do território nacional; já o Manifesto de 1887 aborda a questão da abolição e convoca os republicanos paulistas a não possuírem escravos a partir de 14 de julho de 1889, data do centenário da Revolução Francesa. O tema da abolição da escravidão foi, intencionalmente, evitado não somente no transcurso dos congressos como em demais manifestações públicas visto que não havia consenso sobre a questão e por essa razão seu enfrentamento poderia gerar cisões dentro do núcleo partidário.<sup>304</sup>

Em 1888, no decorrer do Congresso daquele ano foi lançado um Manifesto no qual se sobrepôs o caráter doutrinário sobre questões eventuais. Manifestaram os congressistas, contrariedade quanto ao advento do terceiro reinado; afirma que os republicanos haverão de combater, em todos os campos, quaisquer possibilidades de continuidade da monarquia sob a chefia da Princesa Isabel e atribuem a iniciativa da lei áurea como álibi para esta justificar o terceiro reinado; alude a necessidade de integração entre o povo e exército, em nome dos interesses gerais da nação e como forma de superar aquele momento de grande anarquia mental; eleva o tom do discurso de confronto ao convocar as forças revolucionárias para a convocação de uma assembleia constituinte ampla a fim de instaurar a federação e a república.<sup>305</sup>

Chama a atenção, ainda, além dos manifestos, dois outros documentos divulgados por ocasião dos Congressos de 1873 e de 1881. O primeiro intitula-se *Bases para a Constituição do Estado de São Paulo*, documento jurídico disposto em cinquenta e três artigos prevendo a organização política e administração do ente federativo. Previa a existência de três poderes, eleição direta para membros dos poderes legislativo e judiciário, a organização de uma guarda cívica, a garantia de direitos individuais como liberdade de reunião, de religião e de ensino, além de atribuir ao Estado a garantia da instrução pública em nível primário a todos os habitantes do Estado. No conjunto, o documento buscava atender à interesses pragmáticos dos aliados do partido em São Paulo:

---

<sup>304</sup> DEBES, Célio. **O partido republicano de São Paulo na propaganda (1872-1889)**. São Paulo: Edição do Autor, 1975. p. 26-53.

<sup>305</sup> *Ibid.*, p. 26-53.

Esse projeto de Constituição vale, no conjunto da evolução de ideia republicana no Brasil, como uma tomada de posição concreta no campo legislativo. Trata-se de documento singular elaborado pelos adeptos da República, durante a propaganda.<sup>306</sup>

Em 1881 o partido lança ao público novo documento intitulado *Programa dos Candidatos* com data de 18 de agosto e assinado pelos candidatos do partido às eleições gerais e provinciais daquele ano, dentro os quais, Américo Brasiliense, Campos Sales, Prudente de Moraes, Pereira Barreto e Rangel Pestana. O documento encontra-se dividido em 12 capítulos: introdução, descentralização, instrução pública, liberdade de consciência e de cultos, transformação do trabalho agrícola (imigração), locação de serviços (substituição do trabalho escravo para o livre), naturalização e direito do cidadão, capitais para lavoura, libertação dos escravos (abolição), finanças, política externa, síntese.

Repercutindo as decisões do Congresso de 1881 que fez divulgar o *Programa dos Candidatos*, o jornal *A Província de São Paulo*, em sua edição de 10 de maio de 1881, editorial no qual tece considerações sobre a iniciativa dos congressistas, afirmando que a finalidade do programa era a de dar maior visibilidade aos eleitores acerca das propostas do Partido Republicano:

O programa - consigna o registro de seus trabalhos – deixa de ser uma simples promessa pessoal para tornar-se um compromisso solene entre o partido e os candidatos: a unificação de opiniões relativa às soluções dos problemas da atualidade deve trazer ao novo partido mais merecimento e aos seus candidatos maiores soma de adesões fora dos círculos dos parciais. Assim, o país ficará sabendo ao certo o que fará o deputado republicano e encontrará, na franqueza da exposição de suas ideias e na solidariedade do partido garantias para a verdade da representação popular.<sup>307</sup>

Interessa-nos, especialmente, os tópicos abordados pelo programa dos candidatos, pois, são essenciais para a compreensão do repertório de ideias e ação política dos intelectuais de São Paulo no contexto de crise do Império. Estão presentes no conteúdo do programa concepções relevantes como a que diz respeito à defesa da descentralização administrativa da gestão do Estado nacional, sobretudo, a que permitisse aos municípios autonomia para, ao seu próprio interesse, a administração de seus recursos tanto em nível de arrecadação como de aplicação.

No campo da instrução pública, o programa afirma a convicção dos intelectuais paulistas na necessidade de investimentos em educação nos níveis primário e secundário,

<sup>306</sup> DEBES, Célio. **O partido republicano de São Paulo na propaganda (1872-1889)**. São Paulo: Edição do Autor, 1975. p. 25.

<sup>307</sup> **A Província de São Paulo**, São Paulo, 10 maio 1881, p. 1.

como forma, de um lado, de restringir a interferência da Igreja nesse campo (postulavam pela laicidade educacional), e, de outro, de promover maior autonomia ao indivíduo através da educação profissional. E condenam a excessiva prioridade ao ensino superior:

Preferimos uma boa organização das escolas primárias e dos liceus à dispendiosa fundação de Universidades. Melhorar já o ensino primário e o profissional é uma medida que julgamos carecer de sérios cuidados. [...] as despesas com o ensino, [...], bem formulado, são mais produtivas porque, generalizando uma soma de conhecimentos científicos, que constituam a positividade de uma época, estimulam mais a atividade social e fecundam os elementos da riqueza.<sup>308</sup>

O Programa aborda, ainda, questões relacionadas trabalho agrícola, imigração, formas de assalariamento de trabalho, naturalização de estrangeiros. Substituição do trabalhador escravo pelo trabalhador assalariado envolvia, no entendimento do Programa, iniciativas oficiais do Estado brasileiro no sentido de promover reformas que favorecessem a entrada de imigrantes, particularmente europeus, não só para suprir a lavoura em termos de quantidade, mas, também, relativamente ao que entendiam maior qualificação para o trabalho daquela fonte de mão-de-obra. As reformas exigidas passavam pelos campos econômico, administrativo e jurídico que incentivassem a entrada e permanência do imigrante.

No capítulo destinado à questão do trabalho escravo, o Programa enfatiza a necessidade de promover a extinção da escravidão sem, no entanto, afetar a oferta de mão-de-obra livre. Neste particular, o Programa sintetiza, com clareza, o entendimento que os intelectuais paulistas tinham sobre o problema. Entendem que a abolição da escravidão deveria se dar num cenário de manutenção dos interesses dos agricultores, ou seja, sua extinção deveria se dar no mesmo ritmo da entrada de mão-de-obra imigrante, e que sua efetivação, paulatina, deveria ficar a cargo das províncias e não por legislação introduzida pela Assembleia Geral do Império:

[...] Assim devem ficar as províncias livres para legislar sobre o assunto criando impostos especiais para aumento do seu fundo de emancipação, para embaraçar a transmissão de escravos por venda, etc. A assembleia geral legislará e especificará os casos de abandono e vedará o comércio inter-provincial, procurando não comprometer as consequências de algumas leis provinciais em vigor.<sup>309</sup>

Nestes e em todos os demais documentos partidários na forma de manifesto, circular e boletins estão presentes como autores ou subscritores os membros do grupo de intelectuais, objeto da pesquisa, tornando, assim, essa fonte indispensável para o conhecimento do

<sup>308</sup> DEBES, Célio. **O partido republicano de São Paulo na propaganda (1872-1889)**. São Paulo: Edição do Autor, 1975. p. 44.

<sup>309</sup> Ibid., p. 46.

repertório e da ação política do grupo. Aparecem, ainda, em listas de candidatos às eleições tanto para a assembleia provincial como a geral.

## **CAPÍTULO 5 REPERTÓRIO DE IDEIAS E AÇÃO POLÍTICA**

Este capítulo visa dar conta do repertório de ideias e da ação política, construídos pelo grupo de intelectuais de São Paulo, objeto desta pesquisa, situando-o dentro do contexto de crise política vivida pelo Império a partir de 1870 e cujos desdobramentos culminam com a proclamação da República em 1889. Trabalha-se com a hipótese de que república funcionou como estratégia de ação e enfrentamento destes intelectuais contra o status político imperial dominante. Em face da ausência de cultura política republicana arraigada no corpo social, os intelectuais paulistas manejam o termo república como um grande enunciado com finalidades práticas, ou seja, arrebanhar a faixa letrada da população, desprestigiada e colocada à margem pelo sistema político do Império.

Para fazer frente diante da formulação da hipótese levantada, privilegia-se dupla abordagem: de um lado, toma-se como referencial teórico para pensar a hipótese, os conceitos de repertório de ideias e ação política a partir das noções desenvolvidas no âmbito da sociologia política norte-americana, em especial, nos trabalhos de Ann Swindler, Charles Tilly e Sidney Tarrow; por outro, busca-se aprofundar a discussão historiográfica sobre o tema, em especial, aquela produzida por instituições acadêmicas paulistas que, em geral, atribui à força econômica de São Paulo o fator dominante para a queda da monarquia. Interessa, para efeito dos propósitos da pesquisa, conhecer quem verbalizou as demandas de São Paulo naquele contexto; quais as palavras-chave que compuseram o repertório verbalizado e como esse repertório fora utilizado como estratégia de ação contra o status dominante.

Para dar melhor entendimento aos pressupostos do capítulo, far-se-á, inicialmente, uma espécie de balanço da questão da crise do Império e da transição da monarquia para a república levando em conta a produção historiográfica em especial os trabalhos que enfatizam particularmente o lugar que as elites de São Paulo ocuparam no processo de desagregação do regime monárquico; posteriormente, propõem-se outra perspectiva de análise a partir dos referenciais teóricos já mencionados acima e, por fim, traz-se à tona o repertório produzido pelo grupo de intelectuais paulistas em publicações de jornais, almanaques, livros, manifestos e circulares partidárias.

### **5.1 A Produção historiográfica**

Os estudos sobre São Paulo no contexto de crise do Império, de um modo geral, procuram situar a conjuntura a partir de grandes estruturas econômicas e políticas, normalmente destacando a atuação do Partido Republicano de São Paulo neste ambiente histórico e suas relações com outras temáticas tais como fazendeiros do oeste paulista, congressos dos republicanos paulistas e mercado de trabalho. Nesta perspectiva são reveladores dos trabalhos de Emília Viotti da Costa, em especial, o de 1954, intitulado “O movimento republicano em Itu. Os fazendeiros do oeste paulista e os pródromos do movimento republicano”, (publicado na Revista de História da USP, volume 9, p. 379-405); de Brasília Sallum Jr, de 1982, nomeado *Capitalismo e cafeicultura: oeste paulista 1888-1930* (publicado pela Livraria Duas Cidades); e de Ademir Gebara, de 1986, intitulado *O Mercado de trabalho livre no Brasil (1871-1888)* (publicado pela Editora Brasiliense).

Outra linha de estudos são os estudos biográficos onde geralmente são destacados os retratos de atores participantes das lutas políticas deste contexto tais como os perfis biográficos de Campos Salles, Bernardino José de Campos Jr., Prudente de Moraes, entre outros integrantes do movimento. Percebe-se, claramente, nestes perfis biográficos a tentativa de tomar o biografado como figura indispensável do movimento político que culminou com a mudança do regime monárquico para o republicano, acentuando seu idealismo e suas convicções republicanas, abolicionistas ou explorando suas crenças doutrinárias na filosofia positivista. Desta perspectiva destacamos as obras *O idealismo republicano de Campos Salles*, de 1944, escrita por A. C. de Salles Jr. e publicada pela Editora Z. Valverde; e, *Bernardinho de Campos e o Partido Republicano Paulista*, de 1960, de autoria de Jose Maria dos Santos, lançado pela Editora José Olympio;

Intenta-se, pois, efetuar uma revisão, ainda que sucinta, desta bibliografia em suas linhas dominantes, procurando colocar em relevo os principais nortes dessas linhas, exatamente para mostrar, em seção seguinte, o ponto de vista adotado por esta pesquisa que pretende ser divergente das até então adotadas sem, no entanto, desconsiderar a importância destes mesmos trabalhos. Pensa-se objetivamente na perspectiva de uma história política dos intelectuais inserindo-a no contexto do movimento social, condição de que nos afasta das análises típicas do econômico ou dos modelos políticos individualizantes. Para evidenciar as diferenças de aspectos teóricos adotados, tomamos três obras como exemplos de perspectivas datadas.

Na linha dos estudos que valorizam as grandes estruturas, enquanto agentes da história, tem-se, inicialmente, o trabalho de Célio Debes intitulado *O Partido Republicano na Propaganda 1872-1882*. O autor justifica sua escolha de pesquisa no fato de que os

republicanos de São Paulo foram os únicos que se organizaram em partido político no chamado período da propaganda, além do fato de que dois membros do grupo foram guindados à presidência da República após os eventos de 1889, se referindo a Manuel Ferraz de Campos Salles e Prudente José de Moraes e Barros.<sup>310</sup>

Debes intenta o propósito de preencher uma ausência na historiografia que àquela altura pouco ou quase havia produzido sobre o Partido Republicano de São Paulo, a despeito da importância histórica do mesmo.<sup>311</sup> Nesse sentido, Debes se propõe a realizar uma pesquisa que, inicialmente, contemple o levantamento de fontes, na mesma linha já adotada por trabalho pioneiro a cargo de Américo Brasiliense de Almeida e Mello que em 1878 reuniu elementos colhidos em jornais de época reconstruindo os programas e manifestos dos partidos políticos do Império, inclusive, os relativos ao Partido Republicano de São Paulo.<sup>312</sup>

Recorre então o autor, para a consulta e compilação em jornais, particularmente, *Gazeta de Campinas* e *A Província de São Paulo*, de fontes relevantes para o delineamento e contornos da formação e da estrutura do Partido Republicano de São Paulo, especialmente, de sua atuação política desde sua fundação, em 1872, até a proclamação da República<sup>313</sup> tais como atas de congressos e manifestos do partido, conferência doutrinárias, boletins oficiais do partido, além de dados referentes às lutas eleitorais.

Acompanha a trajetória do partido republicano paulista desde as cisões dentro do campo partidário monarquista tomando o ano de 1868 como referência e justificava para o surgimento do Manifesto Republicano, em 1870, e o Congresso de Itu, em 1873; a propagação das ideias ensejada por meio de congressos do partido e manifestos lançados à opinião pública; o proselitismo, termo utilizado para se referir ao papel desempenhado pela imprensa, sobretudo, de jornais ligados diretamente ao núcleo do partido republicano como *Gazeta de Campinas*, fundado em 1869, e *A Província de São Paulo*, criado em 1875, dois anos após a realização do Congresso de Itu que, entre outras medidas, defendia a criação de um órgão próprio dos republicanos, além de o *Diário Popular*, criado por Américo de Campos e José Maria Lisboa em 1884; até atingir os embates eleitorais envolvendo candidatos em pleitos em nível provincial ou para a Assembleia Geral.

<sup>310</sup> DEBES, Célio. **O partido republicano de São Paulo na propaganda (1872-1889)**. São Paulo: Edição do Autor, 1975.

<sup>311</sup> Àquela altura haviam sido produzidos dois estudos sobre o assunto sendo um o trabalho de: BOEHRER, George C. A. **Da Monarquia à República: história do partido republicano do Brasil (1870-1889)**. Rio de Janeiro: MEC, 1954, e o outro de PESSOA, Reynaldo Carneiro. **A ideia republicana no Brasil, através dos documentos**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1973.

<sup>312</sup> Trata-se do livro: MELO, Américo Brasiliense de Almeida e. **Os programas dos partidos e o segundo Império**. Brasília-DF: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1979.

<sup>313</sup> DEBES, op. cit., 1975, p.III.



Célio Debes prioriza a análise dos manifestos lançados ao conhecimento da opinião pública através dos quais a cúpula do partido se posicionava sobre os assuntos mais próximos daquela realidade histórica como escravidão (eram contrários à abolição sem resgate e sem indenização), a questão religiosa (eram favoráveis ao Estado laico, liberdade de culto, fim do ensino religioso nas escolas, secularização dos cemitérios e instituição do casamento e registro civil), imigração (como forma de suprir a necessidade de mão-de-obra), além de apresentarem um programa político de Estado baseado em princípios de federalismo, separação e independência dos poderes, entre outros temas.

Na mesma linha de pesquisa, mas, procurando estabelecer conexões entre o partido e a fração de classe a partir de categorias gramscinianas encontra-se o trabalho de Maria Emília Zimmermann – *O PRP e os fazendeiros de café*.<sup>314</sup> O cerne da tese de Zimmermann é o de que se um partido político, cuja história se constrói no processo histórico geral do país,<sup>315</sup> nasce dos interesses localizados no próprio corpo social então torna-se necessário romper com análises globalizantes e superficiais e buscar os nexos, no caso do contexto histórico brasileiro de crise do Segundo Reinado, entre o partido (no caso o Partido Republicano de São Paulo) e a classe social (no caso os fazendeiros de café do oeste paulista).

Zimmermann para efetivar seus objetivos faz incursões em documentação que deem conta da organização interna do partido tais como programas e suas formas de difusão, atas de congressos, manifestos e artigos de jornais de época, visando encontrar elementos que pudessem concretizar a simetria de interesses entre o Partido Republicano de São Paulo e os fazendeiros do oeste paulista. Paralelamente promove um exercício de revisão historiográfica no qual constata a ausência do tema partidos políticos, em especial o do Partido Republicano Paulista, observando que a historiografia tem dado maior importância aos aspectos políticos quando trata da transição monarquia-república valorizando o evento histórico em si (a proclamação da República) e menos relevância ao movimento republicano.<sup>316</sup>

Não há consenso no âmbito historiográfico da importância do Partido Republicano Paulista e de outros partidos e os eventos que concorreram para a queda da monarquia. Enquanto alguns setores historiográficos continuam repetindo a argumentação dos próprios atores contemporâneos ao movimento que culminou com a queda do Segundo Reinado (sucessão de questões como religiosa, militar, abolicionista e republicana), outros, seguindo a propositura de Emília Viotti da Costa, para quem é preciso pesquisar documentação que dê

---

<sup>314</sup> ZIMMERMANN, Maria Emília Marques. **O PRP e os fazendeiros do café**. Campinas: UNICAMP, 1986.

<sup>315</sup> GRAMSCI, A. **Maquiavel: a política e o estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. p. 24-25.

<sup>316</sup> ZIMMERMANN, op. cit., p. 15.

resposta sobre tensões econômicas e sociais vividas pela sociedade brasileira naquele contexto. Entre ambas, constata Zimmermann, ausência de estudos que situem o papel desempenhado pelos partidos políticos, em particular, o Partido Republicano Paulista.

Para Zimmermann, o Partido Republicano paulista é, além de produto de uma conjuntura de transformações em diversos campos da vida nacional no contexto de fins do XIX, ator histórico que ao incorporar em seu programa parte das reivindicações de descontentes com o sistema imperial como os fazendeiros de café do oeste paulista – tais como as questões de mão-de-obra e de centralização político-administrativa – passam a representar os interesses desses. Tal condição não anula o fato de que o partido incorporou outros setores sociais descontentes que, igualmente, manifestavam interesses específicos na mudança do regime político.<sup>317</sup>

Política de mão-obra foi o elemento fundamental em termos de repertório para estabelecer a simetria de interesses entre fazendeiros de café e partido republicano. Este é o argumento de Iraci Galvão Salles em seu trabalho – *Trabalho, Progresso e a Sociedade Civilizada: o Partido Republicano Paulista e a Política de Mão-de-Obra (1870-1889)*.<sup>318</sup> A autora se propõe a discutir o projeto político, qualificado de democrático-liberal, dos cafeicultores do oeste paulista por meio de sua representação político-institucional – o Partido Republicano Paulista – acerca das questões do trabalho / mercado de trabalho / trabalhador.

O conteúdo central deste projeto político, segundo Salles, era o de instrumentalizar o Estado por meio de um aparato jurídico-institucional que normatizasse as relações de trabalho livre em conformidade com o ideário político-ideológico liberal de valorização da ideia de trabalho como instrumento de progresso material da nação. Nesta perspectiva, não tinha lugar, dentro dessas novas relações de trabalho, o negro oriundo da escravidão, pois, estaria contaminado pelos vícios das relações escravistas. Daí a opção pela importação de trabalhadores europeus via imigração.

Para Salles, a historiografia não tem dado conta da relação entre o pensamento e a prática dos republicanos paulistas, pois, havia se ocupado em solucionar uma questão de somenos importância que era a da relação entre republicanos paulistas e abolição da escravidão. Nesse sentido, segundo a autora, a questão que deve ser colocada é a da formação do mercado de trabalho a partir de um novo personagem: o do trabalhador livre. Segundo

---

<sup>317</sup> ZIMMERMANN, Maria Emília Marques. O PRP e os fazendeiros do café. Campinas: UNICAMP, 1986. p. 14.

<sup>318</sup> SALLES, Iraci Galvão. **Trabalho, progresso e a sociedade civilizada**: o partido republicano paulista e a política de mão-de-obra (1870-1889). São Paulo: Hucitec, Brasília-DF: Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.

Salles o que interessava para os fazendeiros do oeste paulista e, por via de consequência, do Partido Republicano Paulista (já que toma o partido como consequência da classe), era encontrar uma solução para o problema do abastecimento do mercado de trabalho não só em quantidade, mas, também, em qualidade.

A partir desse novo ator social, o trabalhador livre, é que foi construído o projeto e o discurso político dos republicanos paulistas tanto no nível da classe como do partido, de acordo com Salles. Cabia, pois, aos republicanos paulistas reelaborar a ideologia revestindo a noção de trabalho de positividade ainda que numa sociedade acostumada à escravidão desse os tempos coloniais. Para consolidarem essa nova ideologia do trabalho, conclui Salles era indispensável redefinir o papel do Estado, criar um novo aparato jurídico-institucional, incentivar a imigração de europeus (tidos como exemplos de trabalhadores qualificados) e instrumentalizar a população por meio da educação escolar.

Em linhas gerais a síntese dos trabalhos arrolados acima permite concluir que os trabalhos trazem contribuições relevantes para o entendimento do papel desempenhado pelas grandes estruturas como partido republicano paulista, fazendeiros do oeste paulista, congresso republicano, republicanos paulistas, entre outras denominações. A despeito disso prefere-se adotar outra perspectiva, no sentido, de se apropriar o contexto da crise do Império a partir da ótica dos movimentos sociais que estavam em curso. Em outras palavras, não é o partido ou a classe que explica o movimento de oposição ao regime, mas, os grupos constituídos que criam mecanismos de ação (fundam partidos políticos, lojas maçônicas, instituições de ensino e culturais etc) a partir de suas relações de sociabilidades apropriando-se dos conceitos disponíveis naquela conjuntura específica para gerarem um repertório de ideias. O grupo de intelectuais paulistas está inserido nesses movimentos sociais de contestação ao regime monárquico.

## **5.2 Proposta de outra perspectiva**

A propositura que se toma é o de desvendar a fala dos intelectuais expressas por eles mesmos, ou seja, tomar outro posicionamento diferente do adotado pela historiografia que prefere a adoção de estruturas como fazendeiros do oeste paulista, ou partido republicano paulista, ou pujança econômica de São Paulo como agentes mobilizadoras da história. Preferimos desvendar o movimento da história a partir da própria ação de seus atores, neste caso particular, intelectuais paulistas que em busca de prestígio e visibilidade social forjam espaços de compartilhamento e sociabilidade – jornais, almanaques, instituições de ensino,

lojas maçônicas, partidos políticos – e constroem seus projetos de poder verbalizados em repertórios de ideias e ação política.

O ponto de partida tomado é o entendimento de que os intelectuais paulistas constituíram parte de um movimento social mais amplo formado no contexto de crise do Império. Ângela Alonso analisando a chamada geração 1870 qualifica-a como forma de movimentos intelectuais que surgiu, exatamente, como forma de expressão de um contexto de crise política:

Movimentos intelectuais são uma modalidade de movimento social. Por sua vez, movimentos sociais são uma das formas modernas de ação coletiva, que surgem com o enfraquecimento das formas tradicionais de expressar demandas, seja por sua ineficácia, seja pelo aumento da participação política.<sup>319</sup>

Todo movimento social, incluso os capitaneados por intelectuais, afirma Alonso, se forma a partir de contextos históricos próprios e particulares, como forma de resposta às demandas de variadas espécies de uma época e de uma sociedade, cujas estruturas políticas dominantes se encontravam em crise.

A formação de um movimento social depende, pois, da estrutura de relações de poder, que é histórica e específica. É na luta que os oponentes descobrem os valores que compartilham e criam novas formas de ação.<sup>320</sup>

Neste sentido, pode-se afirmar que os intelectuais de São Paulo constituíram um movimento social e político visando aproveitar do *break-down* ocorrido no sistema político imperial a partir de 1868 com a queda do Gabinete Zacarias de Góes e aprofundado a partir do fim da Guerra do Paraguai (1865-1870). A quebra do sistema hegemônico abriu espaço para a emergência de movimentos constituídos por grupos descontentes ou marginalizados que para fazerem frente ao momento histórico específico produzem um contra discurso oportunizado pela construção de um repertório de ideias e ação política de confronto.

Por repertório de ideias entende-se a definição dada por Charles Tilly<sup>321</sup>, sociólogo norte-americano, professor das Universidades Michigan e Colúmbia, teve sua obra marcada por estudos sobre movimentos sociais aos quais procurou dimensionar aspectos culturais

<sup>319</sup> ALONSO, Ângela. **Idéias em movimento**: a geração 1870 na crise do Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 41.

<sup>320</sup> ALONSO, op. cit., 2002. p. 41.

<sup>321</sup> Charles Tilly (1929-2008).

como parte do entendimento da ação política. Sobre a importância de sua obra<sup>322</sup> que considera repertórios como:

[...] criações culturais aprendidas, mas elas não descendem de uma filosofia abstrata ou ganham forma como resultado de propaganda política; eles emergem da luta [...] e designam [...] um conjunto limitado de esquemas que são aprendidos, compartilhados e postos em prática através de um processo relativamente deliberado de escolha.<sup>323</sup>

Em outras palavras, repertório é um mecanismo intelectual construído historicamente – portanto, localizado em tempo e espaço específicos – através do qual os atores sociais envolvidos lançam mão de padrões analíticos; argumentos; conceitos; teorias; esquemas explicativos; formas estilísticas; figuras de linguagem para intervirem na cena política e histórica daquela dada sociedade e daquele dado tempo.<sup>324</sup> De acordo com esta análise, pouco importa o nível de coerência e solidez desse repertório, pois os intelectuais que o instrumentalizam não estão busca de explicações sofisticadas e abstratas da realidade. Ainda nessa mesma direção, pode-se afirmar que a compreensão de um repertório político requer sua vinculação com os processos práticos da própria ação política. O repertório, enquanto aporte de opiniões, alimenta a ação e vice-versa, constituindo um sistema de circuitos.

No caso do grupo de intelectuais em estudo percebe-se, de fato, a inexistência de uma produção bibliográfica de vulto – excetuando talvez algumas obras de Luís Pereira Barreto e João Alberto Sales, os dois membros do grupo com melhor formação filosófica -, o que não impede de encará-lo como intelectuais produtores de ideais, ainda que de circunstâncias.<sup>325</sup> Neste particular se faz necessário lembrar que o Brasil da segunda metade do século 20 não dispõe, ainda, de um campo intelectual próprio com funcionamento sistematizado e com lógica própria tal como Pierre Bourdieu o conceitua.<sup>326</sup>

O repertório do grupo de intelectuais de São Paulo foi construído, basicamente, em publicações na imprensa diária. Como já destacado no capítulo acerca dos microclimas, os membros do grupo dão início a sua militância na imprensa acadêmica, quando eram estudantes de Direito em São Paulo. Concluída a formação acadêmica darão continuidade,

<sup>322</sup> Ver: ALONSO, Ângela. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. **Sociologia & Antropologia**, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 21-41, 2012.

<sup>323</sup> TILLY, C. Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834. *Social Science History*, v. 17, n. 2, 1993. p. 264 apud ALONSO, Ângela. **Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p. 39.

<sup>324</sup> SWIDLER, A. Culture in action: symbols and strategies. **American Sociological Review**, n. 51, 1986.

<sup>325</sup> ALTAMARINO, Carlos. Ideias para um programa de História intelectual. **Tempo Social**, São Paulo, v. 19, n.1, p. 9-17, jun. 2007, usa uma expressão interessante para classificar o tipo de literatura produzida por intelectuais latino-americanos no contexto do século XIX – “literatura de ideias” – que se aplica, em nosso entendimento, perfeitamente ao grupo de intelectuais paulistas, objeto de nossa pesquisa.

<sup>326</sup> BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

esses intelectuais, a atuação não só como colaboradores como, também, como empreendedores no ramo da imprensa com a fundação em 1869 do jornal *Gazeta de Campinas*, em 1875 do jornal *A Província de São Paulo*, em 1884 do jornal *Diário Popular*, além da publicação de *Almanaque Literário de São Paulo*, entre 1876 e 1885. Outro espaço de construção do repertório deu-se por meio de manifestos e circulares do Partido Republicano Paulista, organização que reuniu os membros deste grupo de intelectuais.

Por outro lado, formas de pensar estão articuladas a formas de agir, de tal sorte que repertório de ideias alimenta ação política emprestando substância ao entendimento do que estamos chamando de grupo de intelectuais paulistas:

[...] para entender por que o movimento ‘intelectual’ recorreu a certas maneiras de pensar não basta à análise de seus discursos. É preciso também compreender suas práticas. Isso impõe inscrever o movimento na estrutura de relações de poder da sociedade em que nasce. Formas de pensar e formas de agir em íntima conexão, de sorte que não é possível compreendê-las separadamente. A interpretação, por isso, exige uma análise fina, empírica, do modo pelo qual uma experiência social concreta plasma certas formas de pensar.<sup>327</sup>

Ann Swidler<sup>328</sup> lançando luz sobre a relação entre cultura e ação afirma que repertórios funcionam como ferramentas culturais através das quais se edificam formas de ação:

*Culture influences action not by providing the ultimate values toward which action is oriented, but by shaping a repertoire or ‘tool kit’ of habits, skills, and styles from which people ‘construct strategies of action’.*<sup>329</sup>

De onde se pode concluir que os intelectuais paulistas no contexto de crise do Império não construíram seu repertório e ação por uma crença absoluta nos valores e cultura republicana, ainda que em diversas oportunidades tenham se reportados a modelos republicanos históricos, como o norte-americano. Em outras palavras: não se trata de partir de generalizações estruturais como “republicanos paulistas” ou “porta-vozes dos fazendeiros de São Paulo” tal como a historiografia tem feito; trata-se de compreender o apelo à “república” como estratégia de luta de um grupo de intelectuais que possuía um projeto de poder. Por meio de repertório e ação muito próprios os intelectuais de São Paulo construíram um vocabulário particular que ficou circunscrito, estrategicamente, sob a bandeira de “república”.

### 5.3 O repertório

<sup>327</sup> ALONSO, Ângela. **Idéias em movimento**: a geração 1870 na crise do Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 40.

<sup>328</sup> Ann Swidler, professora do Departamento de Sociologia da Universidade Berkeley e autora de artigo *Culture in action: symbols and strategies*. **American Sociological Review**, n. 51, 1986.

<sup>329</sup> *Ibid.*, p. 273.

O repertório manejado pelos intelectuais paulistas no contexto de crise do Império foi construído a partir da intersecção entre as leituras de cunho filosófico e científico importada, em grande medida da Europa, e a realidade nacional daquele contexto. Na realidade, fazem uma leitura pontual de questões mais abstratas das correntes filosóficas e científicas da época aplicando-as ao entendimento dos problemas nacionais de seu tempo. Produzem aquilo que Altamarino<sup>330</sup> chama de literatura de ideias, ou seja, conjunto de ideias que visavam a construção de um programa de ação política.

Outra característica do repertório dos intelectuais paulistas é a sua forma de circulação. Tendo em vista a fragilidade do sistema intelectual brasileiro<sup>331</sup> e mesmo a ausência de um campo intelectual<sup>332</sup> como já apontado anteriormente, a produção-circulação intelectual fica restrita aos órgãos de imprensa. A produção de livros, na segunda metade do século 19, ainda é bastante precária, em geral, bancada por seus próprios autores e com circulação muito restrita.

O conteúdo do repertório constituía-se de palavras-chave que funcionavam como *start* no âmbito de sua literatura de ideias. O vocabulário de palavras-chave era articulado de tal modo que servia para combater os parâmetros políticos de sustentação do sistema monárquico, confluindo, sempre, para a mesma direção: república. O recurso à república funcionando como estratégia de combate e de luta derivando, assim, as palavras-chave: centralização/descentralização/mão-de-obra servil/mão-de-obra livre, imigração/naturalização, direitos individuais/liberdade de culto, representação política/sistema eleitoral, desenvolvimento econômico/emprego de novas tecnologias.

Portanto, inicia-se a reconstituição desse repertório a partir destes eixos temáticos que estamos a denominar de palavras-chave, ou seja, termos que foram amplamente utilizados pelos autores em editoriais, artigos e notas dirigidas ao público leitor das publicações às quais se vincularam e já citadas anteriormente.

#### 5.4 Naturalização

Na edição de 5 de janeiro de 1875, Manuel Ferraz de Campos Salles assina artigo sob o título geral de “Naturalização”, uma das palavras-chave do repertório dos intelectuais

<sup>330</sup> ALTAMARINO, Carlos. Ideias para um programa de História intelectual. **Tempo Social**, São Paulo, v. 19, n.1, p. 9-17, jun. 2007.

<sup>331</sup> LIMA, Luiz Costa. **Dispersa demanda**: ensaios sobre literatura e teoria. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

<sup>332</sup> ALONSO, Ângela. **Idéias em movimento**: a geração 1870 na crise do Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

paulistas (tratava-se de uma série de três artigos sob o mesmo título sendo que o segundo foi publicado na edição de 06.01.1875 e o terceiro na de 12.01.1875). Naturalização é entendida, aqui, como sinônimo de imigração, um dos temas recorrentes dos membros do grupo. A urgência do tema, para Campos Salles se devia ao fato daquilo que entendia por problema econômico de elevada importância, visto que diante da legislação abolicionista em andamento, o suprimento de mão-de-obra para a indústria nacional atingiria um ponto insustentável:

Um dos assuntos que na atualidade mais tem preocupado o espírito público e que, no entanto, menos tem merecido dos altos poderes do estado, é incontestavelmente a imigração.

A ele se prende a solução de um problema econômico se assinala a crise que ameaça assoberbar a indústria nacional, da qual emana o mais pesado fornecimento para o erário.

Este problema que de larga data começa a afetar as forças produtivas do país, anuncia séria e graves perturbações no sistema de trabalho, porque pressagiava uma época de transição mais ou menos próxima, foi afinal francamente proposto aos nossos agricultores com a promulgação da lei de 28 de Setembro, cujos efeitos serão, sem dúvida, mais rápidos do que se pensa.<sup>333</sup>

Campos Salles faz referência, nesta passagem, a lei Rio Branco, de 28 de setembro de 1871, que concedia liberdade a filhos de escravos nascidos a partir desta data. A abordagem dada por Campos Salles ao problema não é a de declarar posicionamento pró ou contra a abolição da escravidão (questão muito pouco abordada pelo grupo com exceção à Américo de Campos e Francisco Quirino dos Santos). A questão servil, como se costumava tratar na imprensa sobre a escravidão, estava subordinada ao problema da mão-de-obra (escassez, custo, qualificação).

Se para Campos Salles a questão da naturalização era tratada como sinônimo de mão-de-obra para Luís Pereira Barreto tratava-se dar a ela uma abordagem mais ampla relacionando-a com temáticas como secularização do Estado, representação eleitoral e garantias de direitos individuais. Através de uma série de artigos inicialmente publicada em A Província de São Paulo e posteriormente reunida em livro, Pereira Barreto toma a questão da naturalização à luz de sua particular leitura dos princípios da doutrina positivista.<sup>334</sup>

<sup>333</sup> SALLES, Manoel Ferraz de Campos. Naturalização - I. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 5 jan. 1875.

<sup>334</sup> Sobre a questão da “naturalização” Luís Pereira Barreto publicou em A Província de São Paulo os seguintes artigos: “A elegibilidade dos acatólicos e o parecer do Conselho de Estado”, edição de 29 de outubro de 1879, “A grande naturalização – Ordem e Progresso”, desdobrado em sete artigos e inseridos nas edições de fevereiro de 1880.



Posteriormente, esta série de artigos foi publicada em livro sob o título geral de “Soluções Positivas da Política Brasileira”. Para efeito desta pesquisa consultamos a edição da Editora Escala, sem data, com organização, apresentação e notas de André Campos Mesquita.

Na edição de 29 de outubro de 1879 de *A Província de São Paulo*, Pereira Barreto publica “A elegibilidade dos acatólicos e o parecer do Conselho de Estado”, no qual ataca a Constituição do Império que declarava a religião católica apostólica romana como religião de Estado. Para Pereira Barreto a Constituição do Império ao declarar preferência por uma religião em particular impedia, na prática, a igualdade de direitos do homem e igualdade de direitos entre todos os cidadãos, tornando-se obstáculo para a incorporação dos estrangeiros residentes no país aos direitos civis e políticos desfrutados pelos nacionais. Desta constatação estabelecia uma comparação com os Estados Unidos para defender veementemente sua tese favorável à naturalização de estrangeiros residentes no Brasil:

Todos [...] contemplam com admiração o extraordinário progresso material, que tem levado no decurso de um século a grande república norte-americana ao mais espantoso grau de prosperidade. Entretanto, poucos são os que se dão ao trabalho de analisar as causas eficientes desse portentoso, poucos são os que penetram nas condições mentais e morais do povo, que assim se ergue tão pujante, tão gigantesco à nossa vista.

[...] não querem reconhecer que todos os segredos da civilização norte-americana consistem simplesmente na liberdade de pensamento e na perfeita igualdade de direitos civis e políticos de todos os habitantes, sejam quais forem as suas crenças, seja qual for a sua primitiva nacionalidade<sup>335</sup>.

Segundo Pereira Barreto, além de ferir os mais elevados conceitos filosóficos, ou seja, o país ainda não havia atingido o modelo de Estado laico e secular, a Constituição de 1824, o Conselho de Estado e a própria Monarquia emperravam a entrada de imigrantes no Brasil, fator por ele considerado fundamental para se atingir o desenvolvimento econômico e social:

Admitamos, [...] a grande massa dos estrangeiros a se incorporar na trama íntima do nosso organismo político; concedamo-los plena igualdade de direitos, plena liberdade de consciência, e podemos garantir que dentro de dez anos já a face do país será inteiramente outra.

Não podemos dispensar o concurso dos estrangeiros. Nenhum grande progresso material é possível sem que um grande movimento intelectual o tenha precedido e preparado; e entre nós não terá lugar esse prévio movimento intelectual sem a intervenção do elemento estrangeiro.<sup>336</sup>

Pereira Barreto volta a debater a questão da naturalização a partir da edição de 15 de fevereiro de 1880 da *Província de São Paulo* em artigo intitulado “A grande naturalização I – Ordem e Progresso”, estendendo sua argumentação em outros seis artigos publicados nas

<sup>335</sup> BARRETO, Luís Pereira. A elegibilidade dos acatólicos e o parecer do Conselho de Estado. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 29 out. 1879.

<sup>336</sup> Ibid.

edições posteriores do mês de fevereiro daquele ano. Nesta série de artigos, o autor faz, inicialmente, um apanhado histórico sobre o povoamento do Brasil desde os tempos coloniais dando ênfase a aspectos raciais e morais constitutivos dos tipos humanos que povoaram o território brasileiro, expondo sua concepção de processo histórico à luz de leitura particular da doutrina comteana.

No tocante aos aspectos da árvore genealógica de onde se originou o Brasil, Pereira Barreto estabelece uma curiosa comparação entre fatos históricos e constituições patológicas (exercício típico da influência positivista) envolvendo povos europeus diversos para concluir que alemães, franceses e ingleses tinham vantagens sobre os lusitanos visto que aqueles surgiram no contexto do reformismo religioso europeu e das primeiras conquistas da ciência, ao passo que Portugal continuou preso ao espírito retrógrado da Igreja católica dos tempos da Inquisição, fato que teria causado lesão cerebral irreversível em nossos colonizadores:

Os povos mais novos, aqueles que apareceram mais tarde na cena da história, e, talvez por esse motivo, como que dotados de uma maior reserva de energia, atravessaram incólumes essa fase de perigo e fizeram redundar em benefício do progresso os destroços da antiga mentalidade. Nesse caso estão os alemães, os francos, os anglo-saxões. O mesmo não aconteceu com as raças mais mescladas de sangue romano.<sup>337</sup>

Por variegado racial, Pereira Barreto entende os portugueses, a quem atribuiu o pecado de origem no processo de formação histórica do Brasil. Ressalta a avareza do português como fator motivador da colonização e a propensão ao atavismo criminoso como traços dos primeiros colonizadores do Brasil (daí a defesa intransigente da entrada de imigrantes de outras nacionalidades no Brasil):

Não foi o desinteressado e puro zelo pela propaganda da fé cristã, nem o altruístico empenho em concitar os aborígenes a tomar assento à mesa do festim da civilização, que o moveram [no caso os portugueses] a expedir para cá as primeiras turmas de povoadores: não, o que instigou, foi tão somente o prospecto das nossas minas de ouro, de que tanto precisava a corte portuguesa, para dourar novos pecados e resgatar os antigos mediante devotas doações. Os primeiros povoadores – nossos gloriosos átvos – foram galés, calcetas, relapsos de justiça de toda espécie.<sup>338</sup>

Na perspectiva histórica de Pereira Barreto a incapacidade do português em absorver os fundamentos filosóficos mais condizentes com o espírito do tempo tais como os dogmas fundamentais da economia política moderna (leia-se liberalismo econômico) bem como os princípios da liberdade de pensamento, liberdade de consciência e liberdade de culto

---

<sup>337</sup> BARRETO, Luís Pereira. A grande naturalização I: ordem e progresso. **A Província de São Paulo, São Paulo**, 15 fev. 1880a.

<sup>338</sup> Ibid.

comprometeu decisivamente o futuro da nação brasileira. Assim dos tempos coloniais, passando pela presença da Corte de D. João VI no Brasil e pelos movimentos de emancipação que culminaram com a Independência, até o reinado de D. Pedro II, imperando, segundo Pereira Barreto, o espírito retrógrado de Portugal associado à fé católica que apenas instituíra a obediência, a passividade, a humildade e a privação tornando os indivíduos subservientes e sem iniciativa. De quebra, legaram os colonizadores a instituição da escravidão:

Falharam todos os cálculos dos nossos bons avós [os portugueses colonizadores]; o problema do povoamento continua de pé; a escravidão e o catolicismo (que para o espírito é uma outra forma de escravidão), impediram a imigração; o país continua deserto; não conseguimos aclimar entre nós o trabalho e a indústria; [...].<sup>339</sup>:

Diante do quadro social, econômico e moral constatado por meio de seu entendimento da marcha histórica humana regida por leis axiológicas, Pereira Barreto vislumbrava na entrada de levas de imigrantes europeus a alternativa para o país superar a herança deixada pelos colonizadores. A imigração era a chave para se desenvolvesse no país a mentalidade típica do cidadão, portador de direitos e nobilitados para o trabalho, símbolos da ideia de progresso tão em voga àquela conjuntura, condição indispensável para romper com o passado.

Contudo, argumenta Pereira Barreto, ainda que alguns agentes do regime monárquico reconhecessem o estágio de atraso material e moral em que o país se encontrava em comparação com outras nações (sobretudo as europeias), ainda havia forte resistência à adoção de medidas práticas para superação de tal quadro, fato que atribui às instituições monárquicas representadas pelo Conselho de Estado e pela Constituição de 1824, representantes, naquele instante, do passado herdado:

Mas, o hábito de ter escravos, de procurar escravos para povoar o país, continuou vivaz e arraigado no espírito e nos atos do governo de sua majestade.

A vis a tergo das tradições é que continua a mover toda a nossa política. Não somos nós que governamos, são os mortos, são os nossos antepassados, esses contemporâneos de uma fase social, em que a palavra estrangeiro era sinônimo de inimigo (hostis). Não é o espírito do século que determina a nossa conduta; é a sombra de um tenebroso passado.

Desistimos do escravo preto, mas queremos o escravo branco sob o nome mais eufônico de colono; e Sua Majestade está na dianteira dos que nadam nas impuras águas desta corrente. Com um simples eufemismo de linguagem acreditamos poder alterar a natureza das coisas e continuar o antigo sistema de espoliação<sup>340</sup>

<sup>339</sup> BARRETO, Luís Pereira. A grande naturalização I: ordem e progresso. A Província de São Paulo, São Paulo, 15 fev. 1880a.

<sup>340</sup> Ibid.

Promover a imigração efetivamente, conforme Pereira Barreto implica integrar o estrangeiro ao mercado de trabalho, mas, também, por meio da concessão de direitos políticos como extensão do direito de voto e de liberdade de culto. Mas isso esbarrava no fato de que a própria constituição em vigor, além do sistema eleitoral, representava uma barreira para a incorporação desse contingente populacional já residente no país e por extensão aos que pretendessem imigrar para o Brasil. A causa fundamental, apontada por Pereira Barreto, residia na defesa por parte do Estado imperial através de dispositivo constitucional da religião de Estado.<sup>341</sup>

Pereira Barreto serve-se do dispositivo constitucional para desenvolver uma curiosa teoria segundo a qual o catolicismo oficial, tido por ele como caduco, exausto e repudiado na Europa, serviu para afastar o Brasil dos Estados Unidos em termos de evolução social e histórica. Enquanto os norte-americanos valorizavam o capital populacional, fator determinante para impulsionar o país para o campo do progresso, o Brasil, preso a tradições tidas por insensatas e estereis, afastou-se completamente de seus compromissos históricos:

O efeito da religião do estado foi para nós puramente negativo: só serviu para fazer a fortuna dos Estados Unidos, inclinando para lá o grosso da corrente emigratória, ao mesmo tempo em que dentro do país esterilizava todos os germes da ciência importada e impedia o aparecimento de um só brasileiro notável, quer em matemáticas, quer em astronomia, quer em física, quer em química, quer em biologia.<sup>342</sup>

No vocabulário dos intelectuais paulistas a defesa da naturalização de imigrantes era uma forma de incentivar a vinda de trabalhadores europeus considerados de melhor qualificação e aptidão para o trabalho. Portanto, não se tratava apenas de se posicionar em relação à questão da ausência de mão de obra, mas, também, de promover a capacitação desses trabalhadores. Havia, na realidade, posicionamentos dúbios sobre a questão de qual o perfil ideal do trabalhador livre, como demonstra Francisco Rangel Pestana em editorial assinado por ele na edição de 15 de fevereiro de 1884 de *A Província de São Paulo*, intitulado “A transição do trabalho agrícola” no qual faz a defesa do uso transitório do ex-escravo com trabalhador assalariado.<sup>343</sup>

O editorial de Rangel Pestana faz uma defesa, com base em relatório da Sociedade Central de Imigração, da utilização do ex-escravo como mão de obra livre e assalariada. Neste sentido, afirma Pestana:

---

<sup>341</sup> A Constituição de 1824 previa em seu artigo 5º. que a “Religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a Religião do Império”.

<sup>342</sup> BARRETO, Luís Pereira. A grande naturalização V: ordem e progresso. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 22 fev. 1880e.

<sup>343</sup> PESTANA, F. Rangel. A transição do trabalho agrícola. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 15 fev. 1884.

O exame consciencioso dos estabelecimentos criados com libertos, o que já não é raro ao sul e ao norte do Império, há de trazer a solução mais regular e mais acomodada às condições da época. Ao governo cumpre, pois, proceder a esse exame e enfeixar os relatórios para que o legislador possa colher ali uma soma de fatos que lhe sirva de orientação para as medidas necessárias a tomar. Sem isso, sem base real do que é conhecido e conforme o meio em que operamos, tudo será levantar castelos no ar e legislar sem critério positivo, por meio de sentimentalismo ou sob influência de condenáveis preconceitos.<sup>344</sup>

## 5.5 Procedimentos científicos

O repertório dos intelectuais paulistas dava grande repercussão e importância ao emprego de procedimentos científicos à vida política, econômica e social. A defesa desse método era uma forma de crítica ao regime monárquico, entendido como incompatível com as transformações científicas da época. Por sua vez, a república, no vocabulário dos intelectuais paulistas, seria a alternativa de modernização do país em consonância com as conquistas da ciência, sobretudo, aquela aplicada aos processos produtivos (máquinas, métodos de produção, qualificação da mão-de-obra).

As próprias publicações nas quais os membros do grupo mantinham colaborações com frequência, em especial *A Província de São Paulo* e o próprio *Almanaque Literário de São Paulo*, destacam artigos e seções tratando de questões de natureza científica. *A Província*, por exemplo, mantinha a Seção Científica onde de seus frequentes colaboradores era João Tibiriçá Piratininga, formado em Genealogia, Agricultura e Mineralogia em escolas europeias, atuante na militância de clube e partido republicano na região de Itu e proprietário de terras nesta região. Escreveu sobre temas científicos, em geral, sob o título genérico de “Considerações geológicas e agrônômicas”.<sup>345</sup>

Experiências adquiridas em viagens ao exterior eram, posteriormente, motivos de exposição de procedimentos técnicos aplicados ao processo produtivo econômico e, neste particular, os Estados Unidos eram tidos como exemplares em matéria de racionalização técnica tanto no campo da produção como circulação de mercadorias. Antônio Francisco de Paula Souza<sup>346</sup> publica na edição de 1876 do *Almanaque Literário de São Paulo* um relato

<sup>344</sup> PESTANA, F. Rangel. A transição do trabalho agrícola. *A Província de São Paulo*, São Paulo, 15 fev. 1884.

<sup>345</sup> João Tibiriçá Piratininga (1829-1888) frequentou o grupo de intelectuais paulistas. Autor de diversos ensaios sobre geologia e mineralogia, sua área de formação adquirida em cursos superiores realizados na Europa, foi ativista político vindo a ser o presidente do Congresso Republicano de Itu, de 1873, de onde surgiu o Partido Republicano Paulista.

<sup>346</sup> Antônio Francisco de Paula Souza (1863-1917) gravitou no entorno do grupo de intelectuais paulistas à época da crise do Império. Formado em engenharia na Alemanha e ativo participante da Convenção de Itu, exerceu cargos públicos após a proclamação da República, além de empenhar-se para a criação da Escola Politécnica de São Paulo.

exemplar sobre o entendimento que o grupo de intelectuais de São Paulo na crise do Império tinha a respeito da aplicação de procedimentos técnico-científicos ao processo de produção e circulação de mercadorias.

Constata A. F. de Paula Souza que, ao contrário do norte-americano, o brasileiro àquela altura ainda não havia desenvolvido o espírito de iniciativa industrial e comercial, fato que nos deixava em desvantagem em relação aos países mais centrais do capitalismo e reconhecia que a ausência de iniciativa era fruto de uma população submetida a tutela constantemente por parte do Estado, condenando-nos ao atraso e constata que:

A ausência de boas estradas, as poucas empresas de transporte de gente e mercadorias, a reconhecida impontualidade de nossos correios, a quase ausência de estabelecimentos de crédito e de transporte de dinheiro, etc., etc., provam mais que necessário que nos falta ainda o verdadeiro espírito comercial. Tivéssemos ele, não admitiríamos essa centralização esmagadora que nos atrofia e sufoca: nossas estradas seriam melhores, e a população inteira fiscalizaria melhor sua construção e conservação [...].<sup>347</sup>

Nesta linha de crítica ao sistema político imperial, os procedimentos científicos se interseccionam com outras palavras-chave do repertório dos intelectuais paulistas como a crítica a centralização política gerando, no corpo social, uma situação de passividade e de pouca iniciativa, espírito de empreendimento, tão necessário, na concepção dos membros do grupo, para a efetivação de um projeto modernizante de país. A ausência de um espírito de empreendedorismo industrial, de acordo com A. F. de Paula Souza, reflexo de um sistema político centralizador, comprometia a abertura de estradas de ferro, condição para baratear a produção e comercialização de mercadorias; da introdução de máquinas na produção, fator indispensável para a elevação produtiva; da divisão do trabalho, princípio econômico ausente no Brasil; e falta de organismos públicos ou privados que pudessem catalogar e divulgar dados estatísticos sobre produção e consumo de cada município.<sup>348</sup>

Paula Souza voltaria ao assunto na edição de 1878 do *Almanaque Literário de São Paulo* agora tomando a biografia de John Deere, fabricante de instrumentos agrícolas nos Estados Unidos, para ilustrar sua exposição comparativa entre o espírito de iniciativa e de perseverança do norte-americano e a ausência de atitude prática do homem brasileiro. Deere, exemplo acabado do *self made man* americano, começara a vida como um simples ferreiro e, aos poucos, construía um empreendimento agrícola fundado na combinação entre espírito de

---

<sup>347</sup> PAULA SOUZA, Antônio. Esboço rápido de algumas de nossas indústrias comparadas às dos Estados Unidos. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1876**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982a. p. 50.

<sup>348</sup> *Ibid.*, p.50.

iniciativa e procedimentos técnicos científicos de trabalho. Da trajetória de empreendedor tem A. F. de Paula Souza apenas a lamentar um aspecto: não ser imitada pelos brasileiros:

Entre nós o geral é o inverso: grandiosos projetos pululam por toda a parte e se por ventura alguns deles são postos em execução a regra é vê-los malogrados. Princípios sempre por onde os americanos acabam, e por isso também acabamos por onde eles começam.<sup>349</sup>

A estratégia vocabular é utilizar exemplos de povos que alcançaram a elevação espiritual e material por meio da iniciativa particular dos indivíduos para chegar ao cerne central do repertório de enfrentamento: criticar o sistema político monárquico tido como antiquado com um mundo regido pela ciência, pela máquina e demais símbolos da civilização moderna. A monarquia tornar-se-ia incompatível com as necessidades de uma sociedade que almejava alcançar o patamar das nações progressistas e civilizadas. E continua Paula Souza com sua narrativa ao apontar o fator decisivo e crucial que teria levado os norte-americanos a se diferenciarem dos brasileiros: a valorização da educação como condição para alavancar uma nação rumo ao desenvolvimento moral e material:

Edificada a escola a expensas dos munícipes, é administrada por um conselho eleito pelos munícipes, e regida por mestres da confiança e nomeação deste conselho. Para ali vão os filhos dos operários assim como os dos ricos comerciantes e industriais. [...] ali bebem eles desde tenra idade os verdadeiros princípios da liberdade, da independência de caráter, do amor da pátria e do trabalho, e adquirem os hábitos do cumprimento do dever e do verdadeiro respeito às leis, que nunca querem dizer subserviência a ninguém. Dali é que saem esses homens audazes no trabalho para o engrandecimento de sua pátria e de tempera rija que causa assombro a outras nações.<sup>350</sup>

O desalento observa A. F. de Paula Souza, encontrava-se no fato de o Brasil também ser capaz de realizar tal êxito, mas, que para que viesse a se concretizar haveria de ser superada a condição de súditos e subservientes:

[...] era mister vencermos primeiro um obstáculo, e esse enorme; falta-nos o elemento principal, a liberdade. Conquistá-la seria o primeiro passo a dar, e parece que não temos ainda a coragem suficiente para semelhante cometimento. Um país escravo não é digno do progresso, enquanto o povo não for senhor soberano de seus destinos, enquanto ele for súdito, rebanho ou propriedade de alguém, chame-se este governo constitucional, rei ou imperador; quaisquer que sejam os esforços destes, por maiores que sejam os gastos de dinheiros públicos para esse fim, mesmo o entusiasmo aparente

<sup>349</sup> PAULA SOUZA, Antônio. Esboço rápido de algumas de nossas indústrias comparadas às dos Estados Unidos. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1876**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982a. p. 65-70

<sup>350</sup> PAULA SOUZA, A. F. John Deere. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1878**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982. p. 65-70.

que manifestem os imperantes ou senhores em prol da instrução, ele não será instruído e, portanto não progredirá.<sup>351</sup>

A aplicação de técnicas científicas à cultura do café, principal atividade econômica de São Paulo naquele contexto, é o argumento central do artigo “Química Agrícola – Vida e Luz”, inserido na “Seção Científica”, coluna de *A Província de São Paulo*, em 15 de fevereiro de 1881 e assinado por Luís Pereira Barreto, onde o autor faz recomendações a agricultores sobre as práticas agrícolas em bases científicas.

Pereira Barreto procura demonstrar com seu artigo a relação entre procedimentos de plantio da cultura agrícola e grau de entendimento científico do agricultor. É na compreensão dos procedimentos científicos, afirma Pereira Barreto, que se pode obter maior rentabilidade da produção agrícola – no caso a cafeeira – procedimento que exigiria maior empenho e esclarecimento da parte dos produtores agrícolas:

Pela aparência de um cafezal se pode muito aproximadamente prever o caráter, os hábitos mentais, o grau de cultura intelectual de um lavrador. Lavoura escovada, fazendeiro ativo e inteligente; lavoura triste, fazendeiro triste. A tristeza do cafezal é o simples reflexo da tristeza de ordem moral. O mundo objetivo dá a exata medida do mundo subjetivo; um é o produto do outro; o eclipse da luz interna acarreta o eclipse da vida externa.<sup>352</sup>

Ancorado em Michelet que faz analogia entre economia doméstica e bons procedimentos femininos, Pereira Barreto estabelece comparações entre o conhecimento científico de solo, vegetação e clima e atinência do bom produtor de café. Rechaça aqueles que, por força de um exercício retrógrado do ofício, defendem apenas a prática como forma de conhecimento e defende o emprego da teoria e da prática como hábitos rotineiros do produtor rural:

A verdade é que na ciência agrícola, a teoria e a prática se confundem tão intimamente que só os espíritos habituados com as abstrações podem concebe-las separadas. A prática é inseparável da teoria e vice-versa; a boa teoria conduz seguramente à boa prática, do mesmo que da boa prática decorre a sã teoria.<sup>353</sup>

O conhecimento científico aplicado aos diversos aspectos da vida prática como forma de atingir o bem estar e a felicidade, eis o objetivo de João Tibiriçá Piratininga com suas intervenções na imprensa com artigos de caráter científico, sobretudo, tratando de temas

<sup>351</sup> PAULA SOUZA, A. F. John Deere. In: LISBOA, J. M. (Org.). Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1878. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982. p. 65-70.

<sup>352</sup> BARRETO, Luís Pereira. Química agrícola: vida e luz. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 15 fev. 1881. Coluna “Seção Científica”.

<sup>353</sup> Ibid.



relacionados com clima, topografia e solo. Nesta perspectiva, Piratininga faz considerações, na edição de 1880 do *Almanaque Literário de São Paulo* para o ano de 1880, sobre a influência do clima na província de São Paulo, em particular na região do oeste paulista, com o fito de informar os plantadores de café para que estes levassem em conta procedimentos científicos atinentes ao clima no manejo e no cultivo da lavoura:

Este clima quente e úmido no verão e seco e frio no inverno é a causa principal, unida à fertilidade de nossos terrenos, da nossa espantosa produção de café.

Não é só pelo fato de facilitar o clima os trabalhos da colheita e do secamento do café, é sobretudo a influência sobre a florescência devida à frieza e secura do inverno, que enfraquecendo os cafeeiros os dispõe a florescer abundantemente, e ao verão quente e úmido que faz aproveitar a bela florescência nutrindo abundantemente os frutos.

Este feliz concurso de circunstancias só se dá em nossa província, no império, e provavelmente em poucos lugares na África austral e no México, onde semelhantes combinações são possíveis pela latitude e pelas elevações acima do nível do mar.<sup>354</sup>

Café é o produto-chave da economia paulista e o principal braço exportador da economia do Império à época do final do século XIX. Daí para os intelectuais paulistas toda uma preocupação de, à maneira dos norte-americanos, empregar métodos com base em conhecimento científico para aumentar a produtividade extraindo o máximo possível da terra. Por essa razão era comum que muitos se dedicassem a escrever sobre métodos de plantio cujas práticas mais rotineiras ainda remontavam ao procedimento da queima do terreno. O assunto leva, por exemplo, Manuel de Moraes Barros, advogado e fazendeiro de café na região de Piracicaba (e irmão de Prudente de Moraes) a escrever artigo intitulado “Lavoura de café”, e publicado no *Almanaque Literário de São Paulo* para o Ano de 1880<sup>355</sup> no qual questiona qual o método de plantio mais produtivo, se em terra queimada ou não. Sem resposta definitiva para a questão, propõe Moraes Barros que o agricultor promova a análise química do solo a fim de conhecer suas propriedades e assim adequá-lo ao plantio do café.

Entretanto, se a todo instante os intelectuais paulistas recomendam procedimentos científicos para tornar a economia uma prática mais produtiva e racional através de explanações sobre clima, solo, topografia e vegetação, também, procedem à investigação dos elementos naturais sobre a própria ação humana. Num plano mais amplo de entendimento da

<sup>354</sup> PIRATININGA, João Tibiriçá. Algumas considerações sobre o clima do Oeste desta província. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1880**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982a. p. 20-26.

<sup>355</sup> BARROS, Manoel de Moraes. Lavoura de café. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1880**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982d. p.65-69.

construção do repertório político dos intelectuais de São Paulo o lugar ocupado por temas científicos tinha sua razão de ser. Consumidores de teorias e doutrinas de cunho filosófico e científico como o organicismo de Spencer e o evolucionismo de Darwin, além do próprio positivismo de Comte e Littré, os intelectuais paulistas buscam aplicar, por meio de uma leitura muito particular dessas teorias, ao ambiente social, político e econômico do Brasil do final do século XIX.

De modo que havia, dento do grupo, uma crença generalizada na influência das leis naturais e de todos os elementos constitutivos sobre o homem. É o caso de Alberto Salles que a partir de um processo “colagem” que faz de princípios organicistas com leis darwinistas passa a desenvolver teoria acerca da influência específica do clima da província de São Paulo sobre o paulista. Na edição de 1880 do *Almanaque Literário de São Paulo*, Alberto Salles publica um longo estudo no qual procura responder ao questionamento que faz ao leitor sobre a relação entre o clima da província e o espírito de iniciativa do paulista.

Escreve Alberto Salles que se àquela altura já fora provado pelos estudos científicos a incontestável influência, segundo ele, exercida pelo clima sobre plantas e demais membros do mundo vegetal seria de se supor que a mesma ação influenciadora cairia sobre o homem e outros animais:

É assim que até hoje incontestada tem sido sua influência [a do clima] não só na distribuição das espécies que constituem propriamente o reino vegetal, como até mesmo no desenvolvimento mais ou menos amplo na vida puramente animal. [...]

E de onde vem este fenômeno, aliás incontestável, senão da influência sobre a vida dos seres exercem as condições climáticas dos países em que eles possam habitar. [...]

O clima, portanto, é o agente por excelência que regula o desenvolvimento da vida na superfície da terra, e faz sentir a sua influência não só no reino vegetal como no animal; e o homem não pode furtar-se até certo ponto à sua ação.<sup>356</sup>

Admitindo, insistentemente, a influência climática sobre os homens, Alberto Salles passa, então, a um exercício intelectual comparativo (método utilizado com relativa frequência pelos intelectuais paulistas quando se tratava de provar uma tese recorrendo sempre a eventos históricos, forma irrefutável de argumentação) no qual, por meio de fenômenos históricos tenta provar que quanto mais exuberante e majestosa a natureza menor a capacidade do homem em desenvolver meios para dominá-la e, por consequência, adaptar-se. Para provar seu raciocínio cita os exemplos de civilizações antigas como a egípcia, a grega e a

<sup>356</sup> SALLES, João Alberto. Como o clima da província de S. Paulo influi sobre o caráter de seus habitantes. In: LISBOA, J. M. (Org.). *Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1880*. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo/Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982b, p. 173-187.

indiana que obtiveram espetacular desenvolvimento cultural graças à capacidade de seus povos em dominar a natureza e seus agentes:

E a marcha da civilização mostra-nos bem claramente que o progresso não aparece senão lá onde a atividade e energia do espírito humano consegue dominar os agentes físicos e emprega-los em seu benefício. [...]

E o que mostra este fenômeno histórico, de todos conhecido, senão que na Índia, no Egito e na Grécia, apesar do esplendor e majestade de sua natureza, a ação do intelecto humano sobre o mundo objetivo foi mais forte do que a reação por este produzida?<sup>357</sup>

Dos exemplos retirados na história das antigas civilizações, Alberto Salles conclui que, no caso brasileiro, ocorreu um processo inverso, algo que explicaria de alguma forma, o atraso em relação à outros povos. E, neste particular, Alberto Salles recorre nada menos a um intelectual de grande aceitação entre os homens de letras brasileiros de seu tempo: Henry Thomas Buckle, inglês, autor de uma *História da Civilização na Inglaterra*. Escrevendo sobre o Brasil, o eminente historiador britânico ressalta a grandiosidade da natureza presente em todo o seu território para, em seguida, concluir que diante de tamanha exuberância a vida humana aí existente se apequenou, impossibilitando o desenvolvimento intelectual nessa região, exceto quando da presença de europeus. Tomando as inferências de Buckle como verdades incontestáveis, Alberto Salles dispara:

E claro, portanto, que se não existe no Brasil vestígios de uma civilização primitiva, é devido isso a esta exuberância excessiva da natureza, que, se fosse menor, teria certamente ajudado as forças do homem, como nos diz o mesmo autor [no caso Buckle [...]].<sup>358</sup>

Apesar de concordar, no conjunto, com Buckle em sua tese sobre a exuberância de uma natureza se sobrepondo ao homem e o incapacitando-o ao pensamento e desenvolvimento intelectual, Alberto Salles vai fazer uma única diferenciação: a teoria de Buckle não se aplicaria à província de São Paulo, pois esta, ao contrário do resto do território brasileiro, possuía clima favorável, rede hidrográfica sem a grandiosidade do Amazonas e do São Francisco, além de florestas sem o caráter imponente encontrado nas demais províncias. Tudo se devia à presença da serra do Cubatão, elemento geográfico determinante para que São Paulo tivesse clima e correntes de ventos adequados para o desenvolvimento das atividades humanas neste território.

<sup>357</sup> SALLES, João Alberto. Como o clima da província de S. Paulo influi sobre o caráter de seus habitantes. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1880**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982b, p. 173-187.

<sup>358</sup> Ibid., op. cit., 1982, p. 173-187.

Desta combinação de fatores naturais, segundo o determinismo geográfico de Alberto Salles teria nascido o espírito empreendedor do paulista, característica própria de um homem que a despeito da pequenez de sua natureza, sente-se grande, forte e caminha:

Em S. Paulo não há como no Amazonas e no Pará, superioridade das forças físicas sobre a energia humana; aqui o clima é regulado de modo a incutir vigor no ânimo do homem e não desalento; os agentes físicos são inferiores aos estímulos da inteligência.

Daí a proverbial energia dos paulistas, revelada desde os tempos coloniais. Homens de temperamento enérgico [...] incapazes de viverem em ociosidade, tinham necessidade de dar expansão a seu espírito empreendedor [...].<sup>359</sup>

E arrebatava sua teoria sobre a influência do clima sobre o homem paulista, revelando o outro elemento, agora não somente advindo da natureza, favorável ao desenvolvimento material de São Paulo estampado em suas ferrovias e suas lavouras de café: a formação étnica do paulista. Para Alberto Salles a maior presença de sangue europeu na província de São Paulo conjugado aos fatores naturais explica o espírito empreendedor do paulista.

Da prática de bricolagem de combinações de diversos matizes nasciam os procedimentos científicos dentro do repertório dos intelectuais de São Paulo do final do século XIX tal como demonstram as passagens recolhidas dos textos de Tibiriçá, Paula Souza, Moraes Barros, Pereira Barreto e, sobretudo, Alberto Salles.

## 5.6 Questão servil e lavoura

Em 1880, entre 1º e 07 de dezembro, Campos Salles escreve uma série de seis artigos para a *Província de São Paulo* sob o título geral de “A propaganda abolicionista e a lavoura”, no qual expõe o ponto de vista do grupo sob o problema da escravidão naquele contexto histórico. Admite que a propaganda abolicionista havia tomado proporções tais que não cabia o isolamento ou a resistência, sobretudo por parte da lavoura, sobre o tema.

Argumenta que a reforma da escravatura requeria melhor atenção quanto aos interesses da lavoura, pois, segundo Campos Salles, não se tratava somente em apoiar medidas extremistas da parte daqueles que qualificava como fanáticos da causa humanitária,

<sup>359</sup> SALLES, João Alberto. Como o clima da província de S. Paulo influi sobre o caráter de seus habitantes. In: LISBOA, J. M. (Org.). Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1880. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982b, p. 173-187.

ao se referir à atuação dos abolicionistas, que em sua opinião, não levavam em conta soluções conciliatórias acordo com as exigências do estado social e econômico do país.<sup>360</sup>

Discorre sobre a trajetória histórica da ideia abolicionista no Brasil, desde a iniciativa de José Bonifácio, em 1823, no âmbito da Assembleia Constituinte, até a lei de 28 de setembro de 1871, quando da aprovação, pelo Parlamento, da chamada Lei do Ventre Livre, durante o gabinete Rio Branco; relembra momentos da luta contra a escravidão em outros contextos históricos vividos pela França, Espanha e Estados Unidos para concluir que o terreno de disputa estava dividido em dois campos: os que defendem a lei natural da liberdade como condição civilizatória e humanitária e, em outro campo, os que defendem interesses de direito de propriedade.<sup>361</sup>

Diante do que chama de progressos da propaganda, o autor conclama posicionamento da lavoura diante da questão, afirmando que o desejável era que esta tomasse corajosamente a direção dos acontecimentos para não ser surpreendida pelas adversidades. Orienta os agricultores a saírem de seu isolamento e para entrarem em ação no sentido de trazer a reforma para o terreno prático tomando, assim, a gente dos espíritos idealistas que àquela altura propugnavam a abolição a qualquer custo.

Para Campos Salles a questão da abolição precisava ser tratada á luz dos interesses da lavoura e estes se encontravam às voltas com a solução da oferta de mão de obra:

É preciso não perder de vista que o escravo é, não só uma propriedade, como um instrumento de trabalho. Nesta dupla qualidade revela-se o aspecto complexo da questão.

Não se trata somente de atacar o direito de propriedade, pela outorga da liberdade; mas trata-se também de providenciar sobre a organização do trabalho, colocando-se no lugar de um instrumento que se tira, outro que o substitua, de tal modo que possa-se evitar a paralisação das forças produtivas.<sup>362</sup>

Aliada à questão econômica relacionada ao problema da extinção da escravatura, Campos Salles associa a da situação de sublevação da ordem. Nesse sentido, no quarto artigo da série, apresenta três possibilidades que, a seu ver, se apresenta a problemática da emancipação do escravo: a extinção imediata e em massa, a abolição via o estabelecimento prévio de uma data conforme legislação pertinente e, por último, a emancipação paulatina da abolição.

<sup>360</sup> SALLES, Manoel Ferraz de Campos. A propaganda abolicionista e a lavoura. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 1 dez. 1880. p. 1.

<sup>361</sup> Ibid.

<sup>362</sup> SALLES, Manoel Ferraz de Campos. A propaganda abolicionista e a lavoura. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 3 dez. 1880a. p. 1.

Para Campos Salles a primeira alternativa deveria ser rejeitada tendo em vista que sua experiência incomum foi adotada excepcionalmente em situações revolucionárias ocorridas na França e nos Estados Unidos, fato que por si só demonstraria sua impossibilidade de ser adotada no Brasil devido à situação de total imprevidência do país em relação ao trabalho livre, e a dependência da produção agrícola e da receita pública, que repousa sobre cerca de um milhão de escravos.<sup>363</sup>

Repudia, ainda, Campos Salles a segunda alternativa ao se reportar ao exemplo inglês que adotara semelhante possibilidade para suas colônias prevendo a extinção da escravidão para o ano de 1840. Entretanto, tal medida gerou grandes sublevações na massa escrava obrigando o governo a recuar e antecipar a abolição. O risco de revoltas de escravos deveria ser levado em conta, segundo Campos Salles e, por isso, aceitava as prerrogativas previstas pela emancipação progressiva, pois, esta não alimentaria a sublevação e deixaria ao critério dos interesses locais:

A própria experiência nos há mostrado neste gravíssimo assunto [a abolição da escravidão] é necessário antes de tudo evitar as inovações, porque estas quase sempre fazem despertar desejos e excitar ambições que produzem verdadeiras catástrofes.

[...] será inconveniente e ruínosa toda e qualquer medida que tenda a criar um novo regime para a escravatura. Serviria isso apenas de incentivo para exagerar as aspirações do escravo, afrouxar a ação do senhor, fomentar a desordem, sem contudo nada resolver.<sup>364</sup>

Por fim, recomenda medidas conciliatórias no sentido de equilibrar os interesses da lavoura e as pretensões dos abolicionistas. Sugere, especialmente, três ações: a proibição do tráfico de escravos entre províncias, tido por ele por desumano, imoral e pernicioso, medida decisiva, segundo Campos Salles, para, inclusive, aplacar a ação dos ativistas abolicionistas, que para ele se escondiam por detrás de uma falsa filantropia para promoverem a anarquia e a desordem; a libertação imediata de escravos com idade de 55 anos e a redução gradual da idade para fins de abolição, além do estabelecimento de um período máximo de tempo de prestação de serviço por parte do escravo que obteve sua alforria; e, por última, recomenda a criação de impostos sobre escravos ocupados em trabalhos rurais e urbanos como condição para a constituição de um fundo de emancipação.<sup>365</sup>

No universo verbal de Campos Salles, o problema da escravidão estava imbricado com os mecanismos necessários para a efetivação de uma política de importação de trabalhadores

<sup>363</sup> SALLES, Manoel Ferraz de Campos. A propaganda abolicionista e a lavoura. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 4 dez. 1880. . 1.

<sup>364</sup> Ibid., p. 1.

<sup>365</sup> SALLES, Manoel Ferraz de Campos. A propaganda abolicionista e a lavoura. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 5 dez. 1880d. p. 1.

européus – daí a insistência em verbetes como imigração e colonização em suas diversas manifestações públicas. Nessa direção, lamenta, profundamente, a defeituosa formação educacional dos homens públicos brasileiros, sejam abolicionistas ou estadistas, pois que não se empenhavam em criar condições internas para a entrada e fixação de colonos europeus. A urgência não era a abolição da escravidão, mas, a preparação interna do país – juridicamente, politicamente, legalmente – para a solução do mercado de trabalho. E conclui sua série de artigos sobre o tema reivindicando uma pauta de medidas que viabilizasse a oferta de mão de obra para a lavoura através da entrada de colonos europeus:

Liberdade de cultos e igualdade destes ante a sociedade temporal e política;  
Casamento civil sem prejuízo das cerimônias religiosas para os que quiserem observa-las;  
Execução definitiva da lei e respectivo regulamento referentes ao registro civil de nascimentos e óbitos;  
Secularização dos cemitérios;  
Naturalização fácil, devolvendo-se a respectiva competência aos poderes locais e outorgando-se ao estrangeiro naturalizado o gozo de todos os direitos políticos<sup>366</sup>

Outro integrante do grupo que também se ocupou da questão servil foi Luís Pereira Barreto que, entre 20 e 30 de novembro de 1880, publicou uma série de artigos em *A Província de São Paulo* sob o título geral “Os abolicionistas e a situação do país”. Aborda a questão da escravidão à luz de suas convicções positivistas e evolucionistas procurando equilibrar a defesa do fim da escravidão sem comprometer os interesses dos proprietários, além de combater a ação dos abolicionistas.

Afirma que havia chegado a hora, no Brasil, de liquidar a falida instituição servil e cabia à geração de homens daquele momento não se abster do enfrentamento daquele problema. Argumenta que o problema da escravidão tem sido tratado, até então, a partir de dois polos extremos: de um lado, os abolicionistas, tidos por Pereira Barreto como fanáticos da liberdade, fundamentados em retórica sentimentalista e, munidos de metafísica revolucionária; de outro, os lavradores motivados por egoísmos e interesses meramente individualistas.<sup>367</sup>

Para L. P. Barreto tratava-se de um embate entre a metafísica filosófica que embalava a luta dos abolicionistas e as razões de ordem econômica e social, nos quais se encontravam

<sup>366</sup> SALLES, Manoel Ferraz de Campos. A propaganda abolicionista e a lavoura. *A Província de São Paulo*, São Paulo, 7 dez. 1880. p. 1.

<sup>367</sup> BARRETO, Luís Pereira. Os abolicionistas e a situação do país. *A Província de São Paulo*, São Paulo, 20 nov. 1880h. p. 1.

agarrados os lavradores. Era preciso, segundo Pereira Barreto, neste embate, tomar uma posição de equilíbrio visando granjear a ordem com o progresso.<sup>368</sup>

Critica a recusa de influentes políticos, como Martinho Campos, em abrir discussão pública sobre a questão abolicionista evitando a debate com os líderes do movimento, entre eles, Joaquim Nabuco. Elogia a integridade moral dos componentes do movimento abolicionista embora avalie que seus propósitos sejam exagerados e impraticáveis (acreditava que os abolicionistas estavam abroquelados por uma teoria geral equivocada). Apesar disso, propõem a discussão ampla sobre o tema da abolição, pois, nem exageros de um, nem o silêncio de outros, contribuiriam para melhorar a imagem do Brasil no exterior (para Pereira Barreto, a escravidão e o artigo 5º. da Constituição, que consagrava o princípio da religião de Estado, maculavam a imagem do Brasil no estrangeiro).<sup>369</sup>

Para Pereira Barreto, ao insistir na discussão pública do problema da escravidão, reconhece a relevância prestada pelos abolicionistas. E nesse sentido, distingue, dentre os abolicionistas, dois grupos: os que se ofereciam à luta dentro da legalidade e os que tomados por doutrinas efervescentes pregavam a agitação; instiga L. P. Barreto, os abolicionistas reformistas e as entidades representativas das classes dos agricultores a travarem o debate necessário sobre a questão abolicionista no campo das ciências sociais e da filosofia política.<sup>370</sup>

Na edição de 23 de novembro, Luís Pereira Barreto retoma a análise da questão abolicionista e dos procedimentos dos abolicionistas à luz de suas convicções filosófico-positivistas propondo dois aforismas: a de que toda a reforma radical e imediata é um contra-senso e o de que não se destrói senão aquilo que se pode substituir. No entendimento de L. P. Barreto a abolição da escravidão deveria ser entendida como um processo de reforma social submetida aos interesses de ordem política e econômica. Tratava-se de uma questão de evolução social no sentido de que a escravidão enquanto sistema de trabalho era incompatível com a condição de progresso que a humanidade havia atingido. A superação deste estágio não se daria, entretanto, por meio de mudanças radicais, mas, através da compreensão racional das leis evolutivas.<sup>371</sup>

No plano das reformas sociais Luís Pereira Barreto avalia que para se realizar, efetivamente, deve ser precedida de preparação paulatina, a fim de ser absorvida mentalmente por todo o corpo social. Nesse sentido, a abolição da escravidão inscreve-se num contexto

<sup>368</sup> BARRETO, Luís Pereira. Os abolicionistas e a situação do país. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 20 nov. 1880h. p. 1.

<sup>369</sup> Ibid., p. 1.

<sup>370</sup> Ibid., p. 1.

<sup>371</sup> Ibid., p. 1.



mais amplo envolvendo reformas não só de natureza social e econômica como também de caráter mental:

[...] é preciso que não só os espíritos estejam emancipados dos preconceitos legados pela geração precedente e relativos, no nosso caso, à questão de classe, de sangue e de raça, como também que o cabedal material da sociedade se ache bastante extenso e assentado sobre sólidas bases, de modo a ser possível a solução a dar à questão do trabalho, ao problema da produção.<sup>372</sup>

Ao analisar a doutrina na qual se baseavam os abolicionistas, Pereira Barreto critica aqueles por considerar a falta de entendimento de que a escravidão era herança do passado e, por isso mesmo, uma etapa transitória e inevitável; conclama os abolicionistas a cessarem esforços na preparação, no tempo presente, das almeçadas reformas para o futuro:

O ponto fraco da doutrina abolicionista está precisamente no fato de não terem os seus promotores o cuidado com o suficiente antecedência em preparar para ela o terreno social, já prestando no campo da filosofia o concurso de suas entes para o triunfo das ideias preliminares, que deviam conduzir ao alvo, já lutando na arena política para converter essas ideias em fatos de fecunda energia. Essa falha na doutrina é uma brecha larga e irremediável.<sup>373</sup>

E complementava sua crítica aos abolicionistas levantando as condições indispensáveis, para segundo ele, se concretizasse, efetivamente, a abolição da escravidão:

A abolição, para merecer o cunho de uma razão de estado, devia ter sido precedida, de longa data, por muitas outras reformas de intuitivo alcance, tais como a supressão da religião do estado, a grande naturalização, o casamento civil, a secularização dos cemitérios, a elegibilidade dos acatólicos, etc, reformas todas essas que podiam garantir-nos as simpatias da Europa e assim dirigir com maior intensidade para as nossas plagas a corrente da imigração, de que tanto precisa o país, e sem a qual é absolutamente impossível resolver se a questão do trabalho.<sup>374</sup>

A recorrência à defesa do Estado laico se inscrevia no projeto de reforma social dos intelectuais paulistas como condição para a entrada de mão-de-obra europeia, inclusive, egressa de regiões protestantes do velho continente. Dessa forma, o fim da escravidão, para Pereira Barreto, não era, somente, uma exigência moral e ética, mas, uma condição para a introdução de trabalhadores europeus, pois, estes não teriam sido contaminados pelos vícios da escravidão, de acordo com suas palavras.

---

<sup>372</sup> BARRETO, Luís Pereira. Os abolicionistas e a situação do país. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 24 nov. 1880. p. 1.

<sup>373</sup> *Ibid.*, p. 1.

<sup>374</sup> *Ibid.*, p. 1.

Não se tratava, apenas, de trabalhadores em quantidade, mas dotados de atributos, ou seja, no entendimento de Pereira Barreto, os negros, na hipótese da libertados do sistema escravista, não estariam prontos para assumirem a condição de trabalhadores assalariados. Em sua perspectiva, a escravidão não teria sido um mal, apenas, ao negro, mas ao país como um todo, causando-lhe prejuízo em termos educacionais e de impedimento ao progresso e à civilização.

## 5.7 Partidos políticos

A realidade político-partidária vivida pelo país à época do Império foi, por diversas oportunidades, objeto de apreciação e crítica por parte dos intelectuais de São Paulo. O tema foi abordado de forma mais sistematizado no livro de Américo Brasiliense *O programa dos partidos e o Segundo Império* - publicada em 1878 pela Tipografia de Jorge Seckler.

Na imprensa diária o tema dos partidos políticos foi amplamente debatido por membros do grupo. É o caso de Francisco Rangel Pestana que em *A Província de São Paulo* de 7 de junho de 1883 por meio de sua coluna “Notas e Respingos” ressalta a falta de entendimento entre os políticos liberais e conservadores, fator que em seu entendimento contribuía para a anarquia moral em que vivia o país<sup>375</sup>

A anarquia moral que se referia Rangel Pestana compunha uma crítica de fundo positivista na medida em que procurava atribuir ao regime monárquico, entendido como regime político deteriorado patologicamente. Este entendimento vinha ao encontro do conteúdo do editorial de 07 de junho de 1885 de *A Província de São Paulo* intitulado de “Mais Moral e Menos Política” assinado por Alberto Salles. Nele, o autor estabelece simetria entre os estados de saúde/doença do organismo biológico com os do organismo social, recorrendo a citação de Émile Littré, filósofo francês, para quem a patologia nada mais é do que a psicologia desarranjada.

Passa, então, Alberto Salles a estabelecer relações entre patologias psicológicas/médicas com as patologias sociais identificadas como a falta de caráter, a desonestidade, a imoralidade e a corrupção. Para concluir que o corpo social do país está enfermo em boa medida devido a forma como as classes dirigentes governam:

Câmara dos deputados, senado, ministérios, família imperial, tudo está corrompido e caminha para a dissolução. [...] O patronato, o filhotismo e a advocacia administrativa, são os sintomas desta enfermidade social. [...] O

<sup>375</sup>PESTANA, Francisco Rangel. Seção Notas e Respingos. *A Província de São Paulo*, São Paulo, 7 jun. 1883a.

império abafou a consciência pública e a política divorciou-se da moral e a nação segue-se nas agonias de uma morte prematura.<sup>376</sup>

Na realidade, Alberto Salles chegou mesmo a esboçar uma teoria dos partidos políticos à luz de sua leitura das doutrinas filosóficas de sua época, utilizando-as pontualmente quando as mesmas pudessem corresponder aos seus propósitos analíticos.<sup>377</sup> Na edição de 15 de outubro de 1884 de *A Província de São Paulo*, expõe as mazelas dos partidos monárquicos para em seguida defender a existência de partidos políticos:

Pensamos que os partidos políticos são necessários e indispensáveis para um país que pretende governar por si mesmo; mas para isso é preciso que a sua organização os coloque sempre em condições de favorecer a vontade da nação.

A opinião pública é uma força bastante poderosa, quando encontra um canal convenientemente preparado a sua justa convergência, para um único ponto. Quando, porém, os partidos se constituem ou se organizam de maneira a excluí-la totalmente, eles poderão servir quando muito de instrumentos para a exploração material do poder, mas nunca como agentes produtores das grandes reformas.<sup>378</sup>

No entendimento de Alberto Salles não era esse o papel desempenhado pelos partidos monárquicos, pois, haviam se transformados em estamentos oligárquicos comandadas por chefes cujos interesses pessoais se sobrepunham aos interesses da opinião pública. Submetidos ao poder egoístico de chefes políticos os partidos do Império viviam a reboque de interesses pessoais, sem expressão pública.

Alberto Salles retorna ao tema dos partidos políticos em artigo de 16 de outubro de 1884 de *A Província de São Paulo* no qual aplica a máxima do pensador político e historiador francês Alexis de Tocqueville segundo a qual os partidos, no mundo contemporâneo, produzem mais males que bem à sociedade para a situação em que se encontravam os chamados partidos monárquicos. Constata Alberto Salles que os partidos então existentes organizados em função de interesses de seus próceres e não na consonância espontânea dos indivíduos pela busca do bem comum representavam muito mais obstáculos ao processo político do país:

Defeituosamente organizados, eles [os partidos monárquicos] representam em nossa sociedade um verdadeiro elemento dissolvente, que não somente

<sup>376</sup> PESTANA, Francisco Rangel. Seção Notas e Respingos. *A Província de São Paulo*, São Paulo, 7 jun. 1883a.

<sup>377</sup> João Alberto Salles a propósito de partidos políticos escreveu especificamente duas obras – “Política Republicana de 1882” e “Estudo Científico sobre disciplina e organização partidária de 1888”. Alberto Salles foi objeto de dois estudos acadêmicos de relevância: RIBEIRO JÚNIOR, João. **Alberto Salles**: trajetória intelectual e pensamento político. São Paulo: Convívio, 1983; VITA, Luís Washington. **Alberto Sales**: o ideólogo da República. Rio de Janeiro: Nacional, 1965.

<sup>378</sup> SALLES, João Alberto. A oligarquia partidária. *A Província de São Paulo*, São Paulo, 15 out. 1884a.

dificulta a realização das reformas, como também perverte totalmente a legítima orientação da atividade política.<sup>379</sup>

A despeito da constatação da realidade representada pelos partidos políticos então existentes, Alberto Salles defende a organização de partidos como forma de organização social capaz de evitar a dispersão dos diferentes interesses individuais. Neste particular desenvolve uma teoria dos partidos políticos fundindo a crença positivista comteana no ideal de cooperação dos indivíduos com o organicismo sócio biológico spenceriano. Os partidos seriam, pois, a realização plena da busca de entendimento entre interesses individuais diversos formando um organismo social funcional, ou seja, partidos políticos cumprem uma função na sociedade:

Sendo assim, ninguém poderá negar que os partidos políticos sejam poderosos instrumentos, para o desenvolvimento do progresso nacional. Centro de convergência de uma soma extraordinária de esforços, eles, não somente impedem a sua dispersão e evitam a anarquia, como também se constituem poderosos elementos de progresso.<sup>380</sup>

Partidos políticos, na teoria de Alberto Salles, funcionam como ponto de equilíbrio entre os diversos interesses situados no corpo social e como elementos catalisadores das divergências em busca da convergência, ou conforme seu entendimento e leitura das doutrinas filosóficas, em busca da ordem e do progresso. Em artigo intitulado “Os Partidos Políticos”, publicado em *A Província de São Paulo* de 4 de junho de 1881, expõe o tema à luz dos conceitos filosóficos das leis evolutivas que regem a vida social para concluir que os partidos monárquicos não atuavam como elementos convergentes urgindo, portanto, a superação desse estágio da vida nacional como forma de alcançar a realização plena da harmonia consentânea da ordem com o progresso.

No lugar da influência pessoal dos chefes que comandam os partidos movidos somente pelo mísero interesse do controle do poder era indispensável a imposição dos procedimentos científicos, condição absoluta para que os partidos políticos realizassem seu verdadeiro papel na sociedade, ou seja, conduzirem projetos de reformas sociais, políticas e econômicas que se faziam urgentes. Nesse sentido, as doutrinas filosóficas, para Alberto Salles, funcionam como ferramentas de leitura da realidade nacional concorrendo para um grande projeto de reforma dos costumes políticos e sociais:

A imposição pelo simples prestígio pessoal ou de família deve ceder lugar ao valor e alcance social e político dos princípios: é doutrina que deve produzir a convergência necessária dos sentimentos e das ideias e não o mérito

<sup>379</sup> SALLES, João Alberto. A função dos partidos. *A Província de São Paulo*, São Paulo, 16 out. 1884b.

<sup>380</sup> Ibid.

contestável das individualidades. Só assim será possível o estabelecimento da ordem e da verdadeira disciplina.<sup>381</sup>

Para Alberto Salles era necessário superar o estado de conflito permanente e maléfico para a sociedade representado pelo partido retrógrado – apegado ao passado – e o partido revolucionário – apegado às transformações anárquicas. Do embate entre os dois partidos – retrógrado e revolucionário – como que num processo evolutivo natural, regido por leis científicas surgiria o partido da conciliação e da reconciliação, fiel representante da ordem e do progresso. O partido da conciliação conduziria o país para a modernização material e institucional, pois, que seria fruto de um entendimento racional e científico do corpo social:

Somente o partido da conciliação é que faz a política da aceitação, a política da tolerância, a política da concórdia. Não procura a exclusão da ordem, nem a eliminação do progresso, porque aceita e reconhece essas duas necessidades primordiais dos agregados humanos; procura tão somente a sua perfeita coordenação e faz, por isso mesmo, a única política verdadeiramente racional e científica, que é a política da conciliação e da concórdia.<sup>382</sup>

De onde se pode concluir que no esquema analítico de Alberto Salles os partidos monárquicos então existentes encontravam-se no estágio dos partidos retrógrado e revolucionário, portanto, em constante conflito, não cumprindo a função social para a qual foram instituídos e tal situação de embate levaria, inevitavelmente, a um processo evolutivo de superação e de substituição pelo partido da conciliação, em outras palavras, pelo partido republicano.

A crítica ao funcionamento do sistema político imperial e aos agentes e instituições funcionava, tal como no caso da condução da política econômico-financeira, como uma oportunidade de expor as fragilidades do sistema hegemônico e ocupar o espaço aberto por meio da proposição de soluções alternativas. Exemplo desta estratégia é o artigo de Campos Salles intitulado “A decadência dos caracteres políticos” inserido na coluna “Crônica Política” e publicação em *A Província de São Paulo* de 10 de julho de 1875. No artigo a vítima das críticas é um dos principais políticos do 2º. Império, o Barão de Cotegipe.

Campos Salles critica o pronunciamento do Barão de Cotegipe que ao assumir uma pasta no recém-empossado gabinete conservador do Duque de Caxias<sup>383</sup> afirmara que não haveria reforma do sistema eleitoral, contrariando sua própria opinião tempos antes de tomar parte no governo. O cronista critica, sobretudo, a falta de confiança e crédito do Barão de

<sup>381</sup> SALLES, João Alberto. Os partidos políticos. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 4 jun. 1881.

<sup>382</sup> SALLES, João Alberto. A vitória republicana – II. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 28 mar. 1885b.

<sup>383</sup> 22º. Gabinete do Império constituído em 25 de junho e 1875 e destituído em 5 de janeiro de 1878.

Cotegipe, oferecendo ao país o melancólico espetáculo de uma vida pública repleta de contradição infundável entre as palavras de hoje e as ações do dia seguinte.

Atingir, portanto, personalidades e instituições do regime era uma estratégia de combate. A leitura dos fatos políticos ao calor da hora apresentava-se como oportunidade de expressão das demandas do grupo. Neste caso, se para Campos Salles o sistema eleitoral então vigente requeria reforma, para Francisco Quirino dos Santos a questão fundamentalmente era a da ausência de autonomia político-administrativa para as províncias e os municípios. Expressa sua opinião no artigo “O que é a centralização”, publicado originalmente na *Gazeta de Campinas* e reproduzido em *A Província de São Paulo*, na edição de 10 de setembro de 1875.

No artigo, Francisco Quirino dos Santos critica a excessiva centralização política e administrativa do regime monárquico e defende a autonomia como condição imprescindível para as províncias e os municípios. O apelo frequente à autonomia regional e local funcionava, no universo linguístico dos intelectuais de São Paulo, como defesa do espírito de iniciativa e de empreendedorismo dos paulistas que se opunha, tenazmente, a propensão centralizadora e inerte do regime monárquico.

## 5.8 Positivismo

O positivismo serviu de embasamento doutrinário para diversas manifestações dos intelectuais paulistas no contexto da crise do Império, até porque as doutrinas europeias da segunda metade do século XIX estavam em voga naquele momento seja em sua vertente evolucionista spenceriana ou darwinista seja na perspectiva positivista. Entretanto, não podemos entender esse embasamento como uma força intelectual linear e propulsora do movimento de contestação desses intelectuais à ordem política instituída. Os membros do grupo faziam uma leitura pontual e seletiva da doutrina positivista seja via escritos de Saint Simon, seja via Auguste Comte ou Pierre Laffite.

A polêmica travada entre Américo de Campos e G. N. Morton,<sup>384</sup> é exemplo do uso seletivo das doutrinas filosóficas e científicas por parte dos intelectuais paulistas. Na edição de 14 de fevereiro de 1880, Américo de Campos escreve na “Seção Científica” de *A Província de São Paulo* um artigo que pretende, nas palavras de seu autor, protestar contra o

---

<sup>384</sup> George Nash Morton (1868-1892), pastor presbiteriano norte-americano, que à época da polêmica travada com Américo de Campos e Luís Pereira Barreto, vivia em Campinas onde dirigia um colégio que levava seu nome.

que entende injusta crítica que Gash Morton desferiu em relação a Auguste Comte e sua filosofia. Nesse sentido, se declara Américo de Campos:

Sem ser eu um profissional, sem mesmo estar matriculado nos quadro oficial dos sectários de Comte, sendo apenas um curioso ante o vasto e esplendido cenário em que desenvolve-se a marcha evolutiva das ciências e da civilização no século corrente [...].<sup>385</sup>

O trecho grifado representa com clareza as formas de apropriação das doutrinas filosóficas daquele instante: enfatizar ideias de evolução do processo histórico por meio das conquistas das ciências a fim de atingir o estágio da civilização. Dentro deste enunciado cambiam todas as palavras-chave do repertório dos intelectuais paulistas. Américo de Campos recorre aos formuladores de doutrinas – Comte, Saint Simon, Spencer – não por ser um seguidor cego das mesmas, mas porque tais doutrinas forneciam ferramentas intelectuais para fazer valer um repertório de contestação onde pudesse caber, por exemplo, a defesa do positivismo contra os fundamentos religiosos da sociedade do Império, encarnados, naquela polêmica, pelas ideias do Reverendo Morton.

Na mesma linha é o artigo “A política do oportunismo considerada em face da sociologia” de Alberto Sales e, publicado em *A Província de São Paulo*, na edição de 14 fevereiro de 1880. Se Américo de Campos recorre ao positivismo e seus pressupostos científicos para combater o pensamento teológico do Reverendo Morton, Alberto Sales recorre aos pressupostos básicos do positivismo – ordem e progresso – para analisar a situação política e partidária do Brasil naquela conjuntura histórica.

Após traçar um rápido panorama histórico no qual destaca os acontecimentos que provocaram a desagregação paulatina da unidade católica e do sistema feudal, desencadeados a partir do século XVI, Alberto Sales chega à Revolução Francesa de 1789, marco, segundo ele da forma moderna de política:

A grande comoção política que, como formidável vulcão rebentou em 89 no solo da França, para em breve espalhar suas lavas por toda a superfície do continente europeu, é o mais eloquente testemunho que nos oferece a história da enorme potência que então representava a política metafísica. Ela preparou a Revolução Francesa, e esta abriu as portas ao mundo moderno.<sup>386</sup>

Alberto Sales entende que o princípio evolutivo positivista, também, se aplica aos partidos políticos e por isto, identifica a existência do partido teológico – representando o passado – e o partido metafísico, contrário à ordem conservadora representada pela teologia, e

<sup>385</sup> CAMPOS, Américo Brasília de. A propósito do positivismo. **A Província de São Paulo**, 14 fev. 1880. Seção Científica.

<sup>386</sup> Ibid.

a favor de transformações, simbolizando o progresso. Entretanto, afirma Alberto Sales, as duas forças contrárias seriam superadas por um partido que tivesse como fonte verdadeira o conhecimento sociológico.

Contudo, no caso brasileiro, não foi o que se deu em termos de processo evolutivo político-partidário. Para Alberto Sales a ausência de consciência e conhecimento do processo histórico permitiu a emergência dos oportunismos partidários e políticos incapazes de dar solução à anarquia em que se encontrava a sociedade brasileira:

E por simbolizar apenas um compromisso ocasional entre os partidos teológico e metafísico, que ainda continuam em constante atividade, resulta que o partido oportunista vê-se obrigado, ora a atender as exigências de um, ora aos caprichos de outro. Daí sua reconhecida incapacidade para tirar a sociedade deste estado de dissolução em que se acha. Não quer a renovação porque assim o exige a política teológica; não quer o passado, porque assim o exige a política metafísica. Permanece, portanto, no status quo, que é o verdadeiro característico do constitucionalismo ou do oportunismo.<sup>387</sup>

A análise de Alberto Sales recorre aos pressupostos positivistas dos estágios evolutivos para, na realidade, retratar o processo de subida e descida à chefia do governo do Império, tido como uma demonstração das imperfeições do regime monárquico brasileiro e do excessivo poder nas mãos do Imperador.

## 5.9 Instrução pública

A preocupação com a educação escolar se constituiu em diversas manifestações por parte dos intelectuais paulistas. Tratava-se não só de uma questão de reflexão como, também, de iniciativas neste campo. Diversos membros do grupo exerceram funções docentes em diferentes níveis de ensino bem como chegaram, mesmo, a fundar estabelecimentos escolares, como foi o caso de Francisco Rangel Pestana que ao lado de sua esposa, Damiana Pestana, abriu um colégio em São Paulo – Colégio Pestana – destinado a educação de meninas.<sup>388</sup>

Para os intelectuais paulistas a propagação da educação tinha uma função civilizadora, no sentido de formar novas gerações de brasileiros, dentro do espírito científico, exigência considerada fundamental para se alcançar um novo estágio de desenvolvimento do país. Outro

<sup>387</sup> CAMPOS, Américo Brasílio de. A propósito do positivismo. A Província de São Paulo, 14 fev. 1880. Seção Científica.

<sup>388</sup> Sobre a atuação educacional de Rangel Pestana ver: HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **Francisco Rangel Pestana**: Jornalista, Político, Educador. 1986. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986; MENEZES, Roni Cleber Dias de. **O grupo do Almanaque Literário em São Paulo**: paradigmas da sociabilidade republicana nos tempos de propaganda (1876-1885). 2006. 238 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.



argumento para justificar o apelo à instrução pública era o de que por meio dela se concluiria a grande obra de separação entre a educação laica e a educação religiosa. A educação, portanto, entra no repertório como ferramenta de laicização da sociedade brasileira e de equiparação da nação àquelas que já haviam atingido estágios civilizacionais mais adiantados. Nesta perspectiva afirmava Rangel Pestana:

Como monumento, o estabelecimento de ensino é incontestavelmente significativo e útil. A sua influência na formação da nacionalidade, pelas lições que as gerações aí receberão, segundo o desenvolvimento das ciências, deve perpetuar gloriosa e proficuamente a data e o fato que determinaram a existência dessa mesma nacionalidade até hoje ainda mal definida por falta de instrução.<sup>389</sup>

A atuação em favor da educação por parte de Rangel Pestana, especificamente, quando tomamos o jornal do qual foi seu proprietário, redator e gerente – *A Província de São Paulo*. Nele é possível perceber a constância de chamadas publicitárias, notícias e notas envolvendo as atividades de estabelecimentos de ensino tanto na capital como no interior. Além do já citado Colégio Pestana, na capital, surgia, nas páginas de *A Província* e do *Almanaque Literário*, notas relativas ao Colégio Florence, de Campinas, dirigido pelo francês Hércules Florence e pela alemã Carolina Krug Florence; Colégio Culto à Ciência, de Campinas; Liceu de Artes e Ofícios, em São Paulo; Colégio Internacional, de Campinas, dirigido por dois religiosos presbiterianos, Rev. Eduardo Lane e Rev. George Nash Morton; Escola Modelo, em São Paulo, que se orgulhava de utilizar o método lógico e científico desenvolvido por João Kopke; Colégio Luso-Brasileiro, de Araraquara, sob a direção de Liberato da Silva; Colégio Moretz-Sohn, de São Paulo, sob a direção de Francisco Xavier Moretz-Sohn; entre outras.

A edição de 27 de dezembro de 1882 de *A Província de São Paulo*, traz um exemplo da relevância que a instrução, no sentido dado ao termo no contexto do final do século XIX e empregado por Rangel Pestana. A propósito do aparecimento da “*Revista Trimestral*”, publicação sob a direção de João Kopke, reunindo trabalhos produzidos por alunas do Colégio Florence, Rangel Pestana sai a campo para valorizar a iniciativa do prestigiado pedagogo:

É a Revista Trimestral a exposição de trabalhos que atestam o aproveitamento de lições úteis, dadas no conhecido e bom colégio ‘Florence’.

A lembrança d’essa publicação foi do ilustrado sr. Dr. João Kopke, o professor que dirige a Revista, porque a ele cabe a responsabilidade da escolha dos trabalhos.

Para nós basta conhecer sua competência em assuntos de instrução e o modo consciencioso por que ele desempenha de seus deveres [...] moço que tem

<sup>389</sup> PESTANA, Francisco Rangel. Cousas municipaes. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 27 jul. 1882b.

acompanhado, como bem poucos, a marcha do ensino na Europa e na América.<sup>390</sup>

Educação como instrumento civilizatório torna-se um apelo fundamental dentro do repertório dos intelectuais paulistas no contexto de crise do Império. Campos Salles escrevendo sobre o Colégio Culto a Ciência, fundado em Campinas em 1869, a partir de iniciativa do fazendeiro Antônio Pompeu de Camargo e que concorreu com o apoio de outros homens de negócios, enaltece a iniciativa de particulares, não perdendo a oportunidade de lamentar a inércia oficial<sup>391</sup> – e compara tal iniciativa com o que ocorria em países avançados, especialmente, os Estados Unidos.

No ideário dos intelectuais paulistas o lugar ocupado pela educação era o de proporcionar a edificação dos talentos no sentido de proporcionar ao educando as ferramentas para o entendimento da realidade por meio da ciência. Para atingir essa finalidade faziam-se urgentes novas iniciativas particulares a fim de integrar a escola ao processo de formação de cidadãos úteis à pátria:

Mas entre nós, confessamo-lo com profunda mágoa, agora começa-se apenas a compreender que só na escola é que se pode formar cidadãos úteis à pátria. A iniciativa individual que hoje vai oferecendo o salutar concurso de seus primeiros e por ora muito minguados esforços, até bem pouco tempo não saía da perniciosa inação em que jazia, senão impelida por um impulso estranho à própria deliberação, ou movida por um estímulo que nem sempre era só o desejo de facilitar a instrução a todas as classes da sociedade brasileira.<sup>392</sup>

Alberto Salles foi, dentre os membros do grupo de intelectuais paulistas do final do século XIX, um dos mais ativos produtores de massa crítica sobre o tema do ensino público, além de exercer funções administrativas como fora o caso da Escola Normal de São Paulo logo após a proclamação da República. Na edição de 1879, o *Almanaque Literário de São Paulo* publicou artigo de Alberto Salles intitulado “A instrução pública nos Estados Unidos e no Brasil”, dentro da perspectiva comparativa entre as duas nações como já ocorrera em outras palavras-chave do repertório político do grupo.

Para Alberto Salles a escola era o fundamento grandioso sobre o qual erigia a nação republicana, fonte de onde se derivaria o brilho para combater o lúgubre da superstição (que

<sup>390</sup> PESTANA, F. Rangel. A Revista Trimensal. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 27 dez. 1882c.

<sup>391</sup> SALLES, Manoel Ferraz de Campos. Culto à ciência. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1876**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo/Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982. p. 177-181.

<sup>392</sup> SALLES, Manoel Ferraz de Campos. Culto à ciência. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1876**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo/Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982. p.180.

para ele marcava os regimes políticos fundados na metafísica tais como a monarquia) e ferramenta indispensável para a abertura dos atalhos do futuro:

É dela da escola que parte esplendida luz da verdade e da certeza, para iluminar com seus raios divinos a senda infinita do progresso. É dela que nasce imprevista essa força misteriosa que conduz os povos à conquista de um direito ou de um privilégio ambicionados, porque é dela que sai ativa a consciência da liberdade, o grandioso sentimento da igualdade e da fraternidade dos homens.<sup>393</sup>

Passa, então, Alberto Salles a descrever a trajetória histórica dos Estados Unidos desde a chegada dos primeiros imigrantes puritanos movidos pelos ideais de liberdade de consciência e fator incontestável para a fundação da nação e da democracia naquela região da América. Nesse particular, Alberto Salles faz uma curiosa comparação com os colonizadores do Brasil ao afirmar que aventureiros escavaram minas, mas não fundaram escolas, nenhuma referência ainda que indireta ao espírito aventureiro do homem europeu que teria chegado ao Brasil movido, apenas, pelo interesse avarento da riqueza.

Elogia o caráter secular do sistema de ensino norte-americano adotado desde o princípio e apresenta gráfico onde se destacam a quantidade de escolas e professores por estados, além do percentual de população escolar e total de despesas anuais destinados à manutenção do sistema de ensino norte-americano. Do total exposto, Alberto Salles conclui que:

Quando assim se dispõe uma nação a fazer os maiores sacrifícios em favor da instrução pública, é porque, certamente, sabe devidamente avaliar a importância da escola, não somente como meio civilizador, mas também como instrumento indispensável aos governos democráticos e amparo seguro das liberdades conquistadas.<sup>394</sup>

Aos dados estatísticos relativos ao sistema escolar norte-americano, Alberto Salles apresenta comparativamente os relativos ao sistema de educação pública do Império para concluir que o país encontrava-se ainda muito obsoleto e que a continuidade de tal situação nos condenaria, definitivamente, à condição de nação incompatível com as instituições independentes e soberanas criadas pelas mais altas civilizações do século. Enquanto os Estados Unidos, segundo Alberto Salles, encontravam-se na vanguarda da civilização moderna, alavancados por um sistema de ensino de excelência, o Brasil continuava preso ao

---

<sup>393</sup> SALLES, João Alberto. A instrução pública nos Estados Unidos e no Brasil In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1879**. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982a. p. 152-169.

<sup>394</sup> Ibid., p. 152-169..

status quo da tradição e dos costumes retrógrados de nação monárquica. E conclui, melancolicamente, recorrendo ao processo de formação histórica das duas nações:

É que a nação americana visa a liberdade desde o berço, enquanto que pesavam em nossos pulsos as algemas do absolutismo português: é que a América sentiu logo a consciência de sua personalidade, ao passo que o Brasil foi sempre tratado como escravo. E as causas de nosso atraso geral devem ser procuradas talvez no absurdo sistema de colonização adotado por Portugal, cujas consequências ainda perduram e que só a custa de muitos esforços poderão desaparecer.<sup>395</sup>

### 5.10 Federalismo e descentralização

Uma das palavras-chave mais constante no repertório dos intelectuais de São Paulo no contexto de crise do Império é federalismo, também, associada e manipulada como sinônimo de descentralização. Federalismo e/ou descentralização torna-se, ao mesmo, em pilar da crítica ao sistema político imperial e de argumentação para a elaboração de um projeto político de poder no qual o apelo a modelos doutrinários diversos era a constante, embora o modelo norte-americano fosse tomado de parâmetro.

O apelo ao federalismo foi recorrente nas lutas políticas no decorrer do século XIX estando presente no repertório das cisões intra-elites no período regencial (1831-1840), mas, com poucos efeitos práticos, exceto com a aprovação em 1834 do Ato Adicional que modificando, em alguns aspectos, a Constituição de 1824, visando acomodar interesses locais e regionais. Contudo, a Maioridade restabeleceu o modelo político-administrativo em vigência antes de 1834 reintroduzindo o Conselho de Ministros e o Poder Moderador.

Federalismo/descentralização foi, também, bandeira retórica de políticos tanto do campo conservador como liberal, sobretudo, deste último que sua refundação na década de 1860 quando em manifesto lançando à nação, o partido preconizava, entre outras medidas reformistas, o federalismo/descentralização<sup>396</sup>. O Partido Liberal, em suas diferentes denominações, foi alvo de constantes críticas e até mesmo de esvaziamento de suas fileiras justamente por não efetivar, quando de sua estadia no poder, medidas que levasse o país ao federalismo e a descentralização.

<sup>395</sup> SALLES, João Alberto. A instrução pública nos Estados Unidos e no Brasil In: LISBOA, J. M. (Org.). Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1879. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982a. p. 152-169.

<sup>396</sup> MELO, Américo Brasiliense de Almeida e. **O programa dos partidos e o segundo Império**. Brasília-DF: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1979. p. 31-39.

Frustrados com a incapacidade dos liberais em implementar um projeto político reformista que contemplasse o federalismo e a descentralização, muitos políticos filiados ao partido, além de simpatizantes do ideário liberal, dentre os quais os próprios membros do grupo de intelectuais paulistas, vão constituir as fileiras do republicanismo, tomando para si a bandeira do federalismo/descentralismo. Já em seu Manifesto de fundação em 1870 anunciam sua defesa do princípio federalismo afirmando:

O regime da federação baseado, portanto, na independência recíproca das províncias, elevando-as à categoria de Estados próprios, unicamente ligados pelo vínculo da mesma nacionalidade e da solidariedade dos grandes interesses da representação e da defesa exterior, é aquele que adotamos no nosso programa, como sendo o único capaz de manter a comunhão da família brasileira<sup>397</sup>.

A forma mais acabada da defesa do federalismo/descentralização dentro do grupo de intelectuais de São Paulo foi esboçada por Alberto Salles que discorreu sobre o tema em diversos momentos de sua produção intelectual. É o caso do artigo intitulado “Descentralização” publicado em 7 de outubro de 1885 em *A Província de São Paulo* no qual, Alberto Salles apresenta argumentos, à luz de suas leituras da doutrina organicista, destacando os efeitos que considera nocivos ao corpo social quando as partes são afetadas pelo todo, causando um desequilíbrio no organismo:

[descentralização] É um verdadeiro processo científico, que tem a sua razão de ser, o seu fundamento natural, nas próprias condições especiais da organização política do Estado. Considerá-la como uma simples criação abstrata, produto desregrado da fantasia incandescente dos estadistas, não é somente cometer um erro grosseiro de doutrina política – é revelar igualmente uma profunda ignorância dos mais mezinhos princípios da ciência.<sup>398</sup>

Apoiando sua argumentação na opinião de Lastarría<sup>399</sup>, Alberto Salles sustenta que descentralizar não significava, como afirmavam os liberais brasileiros daquela conjuntura, simplesmente subtrair inadvertidamente do poder central para dar às províncias. Tratava-se de entendê-la como um mecanismo científico de exercício do poder político estabelecendo criteriosamente as competências e atribuições de cada agente do poder não havendo, portanto, diferença entre suas supostas naturezas, ou seja, se administrativa ou política. Descentralização, no conceito de Alberto Salles, só pode ser entendida cientificamente como política:

<sup>397</sup> MELO, Américo Brasiliense de Almeida e. O programa dos partidos e o segundo Império. Brasília-DF: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1979. p. 78.

<sup>398</sup> SALLES, João Alberto. Descentralização. *A Província de São Paulo*, São Paulo, 7 out. 1885e.

<sup>399</sup> José Victorino Lastarría Santander (1817-1880), ensaísta chileno autor de *Lições de Política Positiva*, publicada em 1879, e conforme José Ribeiro Júnior (1983: obra citada), exerceu grande influência sobre o pensamento de Alberto Salles.

Em nossa opinião, descentralizar quer dizer: determinar com precisão a verdadeira índole e natureza das relações entre as diferentes unidades sociais, de maneira que a intimidade entre as partes e a autoridade superior, sem desaparecer, seja, contudo, de tal ordem que possa permitir a independência e autonomia dos poderes locais.<sup>400</sup>

Alberto Salles estabelece correlação entre corpo biológico e organismo político para condenar a excessiva centralização imposta pelo regime monárquico. Neste entendimento as partes (órgãos na biologia e estruturas administrativas na política) estavam, no caso brasileiro, com suas funções comprometidas devido à asfixia imposta pelo todo (órgão central na biologia e o governo geral no caso da política). Desta forma de análise da questão, Alberto Salles não encontra correlação entre federalismo/descentralização com o sistema monárquico de Estado. A monarquia, enquanto forma de governo, é incompatível com a federação, não existindo possibilidade alguma de harmonização, pois, ambas se excluem, segundo Alberto Salles.

A federação é uma lei política que só pode ser devidamente aplicada, por um processo científico da organização governamental à forma genuinamente republicana da constituição definitiva do poder político. Querer, porém, aplica-la à forma monárquica, é evidentemente desvirtuá-la, perverte-la, torce-la, estraga-la – é tentar um absurdo, porque é tentar um impossível.<sup>401</sup>

Na concepção política de Alberto Salles cabia aos republicanos combaterem o sofisma da federação monárquica que se tornara, àquela conjuntura, bandeira tanto de liberais e conservadores para defenderem a continuidade da monarquia.

Sem a mesma argumentação fundada em doutrinas filosóficas da época, mas atento aos efeitos sobre a sociedade e as instancias administrativas do país, aponta Campos Salles para a mesma direção, ou seja, condenar a centralização monárquica e defender a autonomia do indivíduo e dos poderes em nível municipal e provincial. Em artigo publicado pelo *Almanaque Literário de São Paulo*, edição de 1879, expõe os resultados, que entende por positivos, obtidos pela cidade de Campinas, interior de São Paulo, por iniciativa exclusivamente de particulares daquela localidade.

Campos Salles, aponta diversas obras concluídas em Campinas no período de 1870 a 1878, tais como a Companhia Campineira de Iluminação a Gás, o Colégio Culto a Ciência, a Santa Casa de Misericórdia, o Hipódromo Campineiro, o Hospital da Beneficência Portuguesa, entre outras iniciativas, para justificar sua crença na falência do modelo político-administrativo do Império:

<sup>400</sup> SALLES, João Alberto. Descentralização. *A Província de São Paulo*, São Paulo, 7 out. 1885e.

<sup>401</sup> SALLES, João Alberto. Monarquia ou República. *A Província de São Paulo*, São Paulo, 15 out. 1885f.

[...] a vitalidade nacional consome-se, oprimida debaixo do formidável peso de uma centralização compressora.

A energia do cidadão, que é o característico da sua personalidade, deixa de intervir como um valioso agente de propulsão no mecanismo do Estado, porque o sistema adotado atrofia e mata as extremidades, supondo que atrai para o centro o vigor e a força.<sup>402</sup>

Manejando um liberalismo rudimentar associado a noções organicistas de funções das partes em relação ao todo, afirma Campos Salles que no Brasil, sob o regime monárquico, as ações envolvendo os elementos da vida são invertidas na medida em que não são distribuídos a partir do indivíduo para as instâncias político-administrativas, mas, sim, ao contrário da instância central para o indivíduo, fator determinante para, segundo sua análise, para falta de organização e iniciativa do corpo social.

A centralização aniquila as aspirações individuais, torna sem função os demais entes administrativos – municípios e províncias – além de se revelar um obstáculo ao desenvolvimento do país, pois, não oferece fomento e muito menos recursos para a abertura de empreendimentos. A despeito deste quadro, Campos Salles aponta os paulistas como um tipo exemplar de comportamento para derrotar a centralização imposta pelas instituições do Império e vaticina que por meio da instrução e do trabalho alcançaria à liberdade.

### 5.11 Monarquia e República

República é um apelo retórico de há muito tempo decorrido na história do Brasil e, portanto, bem anterior ao repertório construído pelos intelectuais de São Paulo, muito embora, em diversas oportunidades estes não tenham feito quaisquer referências aos eventos precedentes. Os intelectuais paulistas esforçam, em termos retóricos, em construir a história da república no Brasil a partir de suas próprias intervenções, tanto em termos de repertório como de ação, promovendo um recorte no processo histórico no qual aparecem como marco definitivo no movimento que, por fim, instituiu a república a partir de 1889.

São poucas as referências a movimentos políticos de caráter republicano encontradas em manifestações dos intelectuais paulistas. Em circulares e manifestos partidários, artigos e notas jornalísticas, nada faz remeter os leitores a revolução de 1817 em Pernambuco, ao movimento dos confederados do Equador de 1814, novamente na província de Pernambuco,

---

<sup>402</sup> SALLES. Manoel Ferraz de Campos. O espírito de iniciativa em Campinas. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1879**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo/Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982d. p. 1-12.

aos revoltosos baianos da Sabinada de 1835 e, com raras menções, aos rebeldes da farroupilha do Sul do país que, em entre 1835 e 1845, pegaram em armas contra o Império.

A ofensiva política desencadeada pelos intelectuais de São Paulo no contexto de crise do Império tinha dois marcos históricos: o Manifesto de 1870, no Rio de Janeiro, e a Convenção de Itu, interior de São Paulo, de 1873, momentos em que constroem a história dos ideais republicanos no Brasil. A partir de então república funciona como caixa de ferramentas, como na expressão de Ann Swidler<sup>403</sup>, ou seja, um recurso retórico de repertório político onde cabem todos os conceitos utilizados, propositalmente, para confrontar com o ideário da monarquia.

Desse modo vão, os intelectuais paulistas, construindo uma ideia de república somente possível quando contrastada com a ideia de monarquia. Campos Salles ilustra, de forma exemplar, essa concepção com o artigo “A república e a monarquia” publicada na edição de 1876 do *Almanaque Literário de São Paulo*. Nesse artigo, Campos Salles contrapõem qualidades e deformidades dos regimes de governo, conduzindo o leitor a conclusão de que a monarquia, por características supostamente intrínsecas, não era a melhor forma de governar uma nação:

A eletividade, princípio substancial e base característica da forma republicana, abrindo margem a todas as aspirações legítimas, porque torna o mais alto posto da nação acessível a todos os cidadãos, é um incentivo de mais para obrigar os homens públicos a aproximarem-se do povo e a identificarem-se com os destinos da pátria.<sup>404</sup>

Campos Salles relaciona aspectos atribuindo valores conforme a circunstância textual. À monarquia atribui o preceito da sucessão, fruto da causalidade de nascimento, ao passo que à república predomina o princípio da representação eletiva, assentado na consulta popular como procedimento de escolha dos representantes; enquanto a direção do regime monárquico não passava de uma herança de família que comprometia a fortuna da nação, a paz pública e a felicidade coletiva, a república representava o regozijo de princípios e ideias sob a chancela da vontade do povo; conclui com a máxima segundo a qual para derrotar o sátrapa é essencial a revolução, no entanto, para arrear o presidente da República do poder basta a eleição:

O cidadão que pela conduta de sua vida publica e pelas doutrinas políticas que há professado, é colocado pelos sufrágios do povo na suprema

---

<sup>403</sup> SWIDLER, A. Culture in action: symbols and strategies. *American Sociological Review*, n. 51, 1986. p. 277, afirma que “A culture is not a unified system that pushes action in a consistente direction. Rather, it is more like a “tool kit” or repertoire (Hannerz, 1969:186-88) from which actor select differing pieces for constructing lines of action.”

<sup>404</sup> SALLES, Manoel Ferraz de Campos. A república e a monarquia. In: LISBOA, J. M. (Org.). *Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1878*. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo/Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982c. p. 126-127.



magistratura nacional, sem contestação oferece mais seguras garantias de si, do que aquele que, afastado do centro onde se opera o grande movimento de ideias, e estranho às necessidades do país, recebe de momento a coroa por herança.<sup>405</sup>

Ancorado em Thomas Macaulay, parlamentar e ensaísta britânico, no qual este estabelece simetria entre mau governo e povo submetido à escravidão, Campos Salles retoma os aspectos positivos e negativos entre monarquia e república na edição de 1880 do *Almanaque Literário de São Paulo*. Nesta oportunidade, assegura que o caráter do sistema monárquico se sustentava em perpétuo sofisma e inexatos princípios. Para Campos Salles, a monarquia e seus adeptos criaram um artifício social para conservar a ordem estabelecida:

Para eles o povo brasileiro, além de não ser apto para o gozo da liberdade, porque não tem atingido ao nível intelectual que garante a cada cidadão na comunhão social, é ainda indigno dos benefícios da emancipação política, porque a corrupção dos costumes, a fraqueza do caráter e a ausência da dignidade pessoal têm feito da despótica tutela governamental uma condição de sua existência.

Para Campos Salles o regime monárquico possuía defeitos de formação afeitos à sua própria natureza enquanto sistema político e, mais acentuadamente, no curso do seu desenvolvimento histórico no Brasil. No caso de seus defeitos de origem sobressaltavam sua incapacidade de conduzir a sociedade aos empreendimentos do progresso e seus mecanismos de controle sobre as instituições resultando mais em uma chancela imperial do que em alguma forma de representação nacional.

No caso específico do desenvolvimento histórico do regime monárquico no Brasil, Campos Salles destaca dois exemplos que comprometia sua permanência: a organização do poder judiciário e o sistema eleitoral, objetos de intenso combate dos opositores do regime em defesa de reformas nesses dois campos. A ausência de representatividade e a asfixia que o poder central exercia sobre o poder judiciário comprometiam, na análise de Campos Salles, o funcionamento das instituições do Estado.

Podemos depreender da leitura do repertório construído ao longo dos anos 1870/1880 pelos integrantes do grupo de intelectuais, a apropriação de conceitos-chave produzidos pelo campo filosófico europeu, em circulação naquele contexto histórico-cultural, objetivando fins práticos de ação política, tomando partido de sua funcionalidade num momento de crise do sistema político monárquico. Não se tratava do exercício acadêmico, ilustrativo e abstrato da defesa de teses e teorias políticas forjadas fora do Brasil e, portanto, sem vinculações com a

<sup>405</sup> SALLES, Manoel Ferraz de Campos. A república e a monarquia. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1878**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo/Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982c. p. 126-127.

realidade nacional, mas, de um mecanismo de apropriação intencional, no qual conceitos como república funcionavam como ferramentas de combate.

O repertório de ideias dos intelectuais paulistas contemplava uma vasta gama de tópicos revelando um projeto de poder, de caráter reformista, que não encontrou espaço de efetivação dentro do aparato político imperial, apesar de não representar, em princípios e fundamentos, incompatíveis com o sistema político monárquico. Tratava-se, como tentamos demonstrar ao longo da pesquisa, de ocupar um território de combate, posição adequada para membros de um grupo de indivíduos que se viam à margem das posições de mando e de prestígio.

Interessante observar que em suas manifestações por meio de imprensa ou de documentos partidários, os intelectuais ao defenderem a república pouco ou nada se referem aos movimentos políticos de caráter republicano que antecederam aquela conjuntura. Demonstração clara e típica de movimentos sociais capitaneados por intelectuais no sentido de promoverem um corte na história a partir do qual suas próprias posições e apelos verbais se sobrepõem. Os intelectuais de São Paulo são republicanos porque assim se auto-referenciam em relação a seus opositores, com a finalidade de se distinguirem na luta política.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise do Império abriu oportunidades de ação política por parte de grupos sociais que se encontravam à margem do sistema político dominante. Neste cenário espaço-temporal os intelectuais e São Paulo vão construir suas trajetórias tendo em comum às possibilidades de um projeto de poder dentro do qual o repertório de ideias funciona como agente catalisador de adesões e apoios.

A construção do repertório e da ação está colocada nas próprias fissuras do edifício político Imperial em crise, ou seja, à medida que as contradições tornam-se evidentes, mais combustível oferecem no processo de alimentação vocabular dos grupos opositores do regime. Em outras palavras: o vocabulário constitutivo do repertório dos intelectuais paulistas funciona como estratégia de luta e de enfrentamento, independentemente da existência efetiva, no corpo social, de uma cultura republicana arraigada.

Oriundos por nascimento ou por ligações familiares e profissionais adquiridas das classes economicamente emergentes da Província de São Paulo da segunda metade do século XIX, os intelectuais paulistas vão percorrer itinerários característicos do homem de letras brasileiro oitocentista: formação em Direito (à exceção de Pereiro Barreto e José Maria Lisboa) e atuação intelectual em órgãos de imprensa, além de publicações livrescas esparsas. Em meio à precariedade da vida urbana e intelectual daquela São Paulo de fim de século restava pouca alternativa de prestígio social e intelectual.

Ainda que esboçassem tentativas de integrar o status quo dominante através do ingresso em partidos monárquicos, lançamento de candidaturas á pleitos eleitorais e, até mesmo, do ingresso no aparato burocrático do Estado através das carreiras jurídicas, os intelectuais de São Paulo optaram por aproveitar as oportunidades abertas pelas cisões internas ao próprio sistema monárquico.

Diferentemente da geração de intelectuais precedente, plasmada pelo ideário romântico, e oriunda, em geral, das velhas elites econômicas das províncias nordestinas, os intelectuais de São Paulo pertencem a uma geração não só geograficamente deslocada daquela mas, também, consumidora de novas atitudes estéticas e filosóficas. O diferencial dos intelectuais paulistas naquela conjuntura foi saber aproveitar-se extraordinariamente das condições históricas que se apresentaram: tiraram da circulação (ainda que precária) dos novos preceitos e conceitos filosóficos, as ferramentas indispensáveis para a elaboração de um

repertório de confronto; e, por outro lado, souberam encaixá-lo nas fissuras abertas do próprio sistema imperial.

O apelo à república, dentro deste contexto, não funciona como uma correia de continuidade de eventos históricos precedentes, mas como estratégia de luta e cooptação de grupos descontentes com o regime monárquico. “República” é um recurso discursivo e verbal capaz de agregar descontentes e marginalizados pelo sistema político hegemônico, articulando redes de fidelidades pessoais e dando sentido para o projeto de poder construído pelo grupo.

A historiografia e demais áreas de estudos que se ocuparam do contexto de transição monarquia-república enfatizaram a perspectiva de um movimento republicano dado e acabado, onde uma classe social economicamente emergente realiza seu papel histórico de conquista do Estado. Daí ser recorrente, nesta perspectiva de análise, o foco nas estruturas econômicas como fator desestruturante do regime político, a classe dos fazendeiros de café e seu braço partidário como agentes do processo histórico embalados na “propaganda republicana” (expressão tomada dos próprios atores sociais daquele contexto).

Procura-se colocar o foco em outra perspectiva: tomar a crise do Império a partir da experiência compartilhada de um grupo de intelectuais que soube tomar partido das estruturas de oportunidades surgidas a partir do próprio centro de poder em crise construindo redes de sociabilidade e cooptação por meio de iniciativas públicas fundando instituições de ensino, irmandades maçônicas, órgãos de imprensa e partido político. Dessa experiência forjam um repertório no qual as palavras-chave derivam de enunciado geral – “república” –

Dentro do projeto de poder de construído pelos intelectuais paulistas – e que se procurou demonstrar no decorrer da pesquisa – república funciona como um apelo do qual derivam outras palavras-chave utilizadas insistentemente tais como “federalismo”, “descentralização”, “apoio à lavoura”, “questão servil”, “instrução pública”, “reforma eleitoral”, “procedimentos científicos”, “reforma do judiciário”, enfim, verbetes que sustentaram a ação política dos membros do grupo através de inserções públicas em jornais, circulares e manifestos de congressos e partidos.

Ao final do processo de disputa político, culminado com a proclamação da república em 15 de novembro de 1889, viu-se que os membros do grupo de intelectuais paulistas souberam impor seu projeto de poder – não necessariamente um projeto republicano de nação – momento em que tomam para si as rédeas do aparato estatal tanto em nível de província como nacional. Todos os membros do grupo de intelectuais paulistas (à exceção de Francisco Quirino dos Santos que falecera em 1886) vão ocupar cargos de expressão política, como governador de Estado (casos de Rangel Pestana, Américo Brasiliense, Campos Salles),

Diplomacia (casos de Américo de Campos e Campos Salles), mandatos legislativos (casos de Rangel Pestana, Campos Salles, Prudente de Moraes, Luís Pereira Barreto), Ministro de Estado (casos de Campos Salles e Prudente de Moraes) e presidência da República (casos de Campos Salles e Prudente de Moraes).

Consolidava-se, assim, um projeto de poder construído a partir de fins dos anos 1860, conduzido estrategicamente ao longo dos debates públicos no transcorrer das décadas de 1870 e 1880.

## REFERÊNCIAS

### Fontes: Jornais e Almanques:

Arquivo Público do Estado de São Paulo:  
GAZETA DE CAMPINAS, 1872 a 1889.  
DIÁRIO POPULAR, 1885 a 1889.

Acervo Digital de **O Estado de S. Paulo**  
A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO, 1875 a 1889.

Acervo Biblioteca da Faculdade de Direito/USP  
A ÉPOCA, 1863.  
A RAZÃO, 1862, 1876.  
A LUTA, 1882.  
A REPÚBLICA, 1883.  
ÇÀ IRÁ, 1882.

CABRIÃO, 1886 a 1887

LISBOA, José Maria Lisboa. (Org.). São Paulo: Almanaque Literário de São Paulo (edições para os anos de 1876 a 1881, 1884 e 1885) São Paulo, Tipografia de “A Província”. (edição fac-símile pela Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo e pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo em 1982)

AMARAL, Ubaldino do. A propósito das lições de História Pátria. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1880**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo/Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982.

AO PÚBLICO. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 4 jan. 1879.

BARRETO, Luís Pereira. Um poeta. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1877**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982.

BARRETO, Luís Pereira. A elegibilidade dos acatólicos e o parecer do Conselho de Estado. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 29 out. 1879.

\_\_\_\_\_. A grande naturalização I: ordem e progresso. **A Província de São Paulo, São Paulo**, 15 fev. 1880a.

\_\_\_\_\_. A grande naturalização II: ordem e progresso. **A Província de São Paulo, São Paulo**, 17 fev. 1880b.

BARRETO, Luís Pereira. A grande naturalização III: ordem e progresso. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 19 fev. 1880c.

\_\_\_\_\_. A grande naturalização IV: ordem e progresso. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 21 fev. 1880d.

\_\_\_\_\_. A grande naturalização V: ordem e progresso. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 22 fev. 1880e.

\_\_\_\_\_. A grande naturalização VI: ordem e progresso. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 27 fev. 1880f.

\_\_\_\_\_. A grande naturalização VII: ordem e progresso. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 28 fev. 1880g.

\_\_\_\_\_. Os abolicionistas e a situação do país. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 20 nov. 1880h.

\_\_\_\_\_. Os abolicionistas e a situação do país. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 21 nov. 1880i.

\_\_\_\_\_. Os abolicionistas e a situação do país. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 23 nov. 1880j.

\_\_\_\_\_. Os abolicionistas e a situação do país. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 24 nov. 1880k.

\_\_\_\_\_. Os abolicionistas e a situação do país. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 25 nov. 1880l.

\_\_\_\_\_. Guia médico ou resumo de indicações práticas para servir aos srs. fazendeiros na falta de profissionais. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1879**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982.

\_\_\_\_\_. Química agrícola: vida e luz. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 15 fev. 1881. Coluna “Seção Científica”.

BARROS, Prudente José de Moraes e. Lavoura de café. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1880**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982d.

\_\_\_\_\_. Antônio crioulo. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1879**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982b.

\_\_\_\_\_. Duas poesias. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1880**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982c.

\_\_\_\_\_. Thomazinho: um erro judiciário. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1881**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982c.

SALLES, Manoel Ferraz de Campos. A política da monarquia. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1880**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982b.

\_\_\_\_\_. A república e a monarquia. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1878**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982c.

\_\_\_\_\_. Culto à ciência. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1876**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982a.

\_\_\_\_\_. Naturalização - I. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 5 jan. 1875.

\_\_\_\_\_. Naturalização – II. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 6 jan. 1875.

\_\_\_\_\_. Naturalização – III. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 12 jan. 1875.

\_\_\_\_\_. Seção Crônica Política: a decadência dos caracteres políticos. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 10 jul. 1875.

\_\_\_\_\_. A propaganda abolicionista e a lavoura. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 1 dez. 1880a.

\_\_\_\_\_. A propaganda abolicionista e a lavoura. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 3 dez. 1880b.

\_\_\_\_\_. A propaganda abolicionista e a lavoura. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 4 dez. 1880c.

\_\_\_\_\_. A propaganda abolicionista e a lavoura. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 5 dez. 1880d.

\_\_\_\_\_. A propaganda abolicionista e a lavoura. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 7 dez. 1880e.

\_\_\_\_\_. O espírito de iniciativa em Campinas. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1879**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982d.

CAMPOS, Américo Brasília de. A propósito do positivismo. **A Província de São Paulo**, 14 fev. 1880. Seção Científica.

\_\_\_\_\_. Seção Fatos e Boatos. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 15 fev. 1883.



CARLOS, Antônio. Francisco Rangel Pestana. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1877**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982b.

\_\_\_\_\_. Nota biográfica de Francisco Rangel Pestana. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1877**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982a.

EDITORIAL. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 4 fev. 1875. p. 1.

FELISARDO JUNIOR, J. Américo de Campos. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o Ano de 1878**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982.

FERREIRA, Carlos. O Dr. Francisco Quirino dos Santos (traços biográficos). In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1879**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982.

KOPKE, João. A Diretoria do 'Culto à Ciência' no biênio de 1880-1882. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1884**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982a.

\_\_\_\_\_. De São Paulo à faxina. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1879**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982b.

MELO, Américo Brasiliense de Almeida e. Banquete Republicano: brinde do sr. Dr. Américo Brasiliense ao eleitorado republicano paulista. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 27 jan. 1882a.

\_\_\_\_\_. O Paulista: Jornal do Governo Provisório instalado em Sorocaba em 1842. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1877**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982b.

MENDONÇA, Lúcio Eugênio de Meneses. Dr. M. F. de Campos Salles. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1879**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo/Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982.

\_\_\_\_\_. Luiz Gama. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1881**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo/Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982.

Nossas estradas de ferro. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 5 jan. 1875. Seção Industrial.

PAIVA, F. Mendes. História do Almanach. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1876**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982.

PAULA SOUZA, A. F. John Deere. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1878**. São Paulo, Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982b.

\_\_\_\_\_. Esboço rápido de algumas de nossas indústrias comparadas às dos Estados Unidos. In: LISBOA, J. M. **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1876**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo/Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982a.

PESTANA, F. Rangel. A Revista Trimensal. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 27 dez. 1882c.

\_\_\_\_\_. A transição do trabalho agrícola. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 15 fev. 1884.

\_\_\_\_\_. Boletim Republicano: a eleição no 8º. Distrito. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 14 dez. 1881.

\_\_\_\_\_. Cousas municipaes. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 27 jul. 1882b.

\_\_\_\_\_. Editorial. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 27 jul. 1882d.

\_\_\_\_\_. Francisco Glicério. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1879**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo/Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982e.

\_\_\_\_\_. Notas e respigas. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 27 ago. 1882f.

\_\_\_\_\_. O Barão de Souza Queiroz. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1880**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo/Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982g.

\_\_\_\_\_. O dr. Martinho Prado Junior. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1880**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo/Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982h.

\_\_\_\_\_. Resenha do livro de Alberto Salles. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 25 ago. 1882i.

\_\_\_\_\_. Seção Notas e Respingos. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 7 jun. 1883a.

\_\_\_\_\_. Um colégio e um mestre. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 21 jun. 1883b.

\_\_\_\_\_. Uma exposição em S. Paulo. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 21 jan. 1883c.

\_\_\_\_\_. Uma página subjetiva. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1885**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982j.

PESTANA, F. Rangel. O dr. Américo Braziliense. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1877**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982a.

\_\_\_\_\_. O Dr. João Kopke. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1884**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982k.

PIRATININGA, João Tibiriçá. Algumas considerações sobre o clima do oeste desta província. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1880**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982a.

\_\_\_\_\_. Considerações sobre uma anomalia aparente do nosso clima. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1881**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982b.

REZENDE, Carlos Pentead de. Notícia prévia. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário Paulista para o ano de 1876**. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982.

SALLES, João Alberto. A função dos partidos. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 16 out. 1884b.

\_\_\_\_\_. A oligarquia partidária. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 15 out. 1884a.

\_\_\_\_\_. A política do oportunismo considerada em face da experiência sociológica. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 14 fev. 1880a. (Questões Sociais).

\_\_\_\_\_. A vitória republicana – I. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 27 mar. 1885a.

\_\_\_\_\_. A vitória republicana – II. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 28 mar. 1885b.

\_\_\_\_\_. A vitória republicana – IV. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 31 mar. 1885c.

\_\_\_\_\_. A vitória republicana – V. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 1 abr. 1885d.

\_\_\_\_\_. Como o clima da província de S. Paulo influi sobre o caráter de seus habitantes. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1880**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo/ Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982b.

\_\_\_\_\_. Da origem e natureza do poder governamental. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 27 maio 1880b. (Estudos de Estatística Social-I).

\_\_\_\_\_. Da origem e natureza do poder governamental. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 29 maio 1880c. (Estudos de Estatística Social-II).

\_\_\_\_\_. Descentralização. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 7 out. 1885.

SALLES, João Alberto In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1879**. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982a.

\_\_\_\_\_. Mais moral e menos política. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 7 jun. 1885g. Editorial.

\_\_\_\_\_. Monarquia ou República. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 15 out. 1885f.

\_\_\_\_\_. Os partidos políticos. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 4 jun. 1881.

SAMPAIO, Azevedo. Dr. Luiz Pereira Barretto. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1884**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982.

SANTOS, Francisco Quirino dos. A nova Louzã. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1880**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982a.

\_\_\_\_\_. Carlos Gomes. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1881**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982b.

\_\_\_\_\_. O que é a centralização. **A Província de São Paulo**, São Paulo, 10 set. 1875. (publicado originalmente em **Gazeta de Campinas**).

\_\_\_\_\_. Os velhos braços. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1880**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982c.

SILVA, Carlos Ilidro da. Contraste do Brasil com os Estados Unidos da América do Norte. In: LISBOA, J. M. (Org.). **Almanaque Literário de São Paulo para o ano de 1879**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982.

### **Livros:**

ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ALONSO, Ângela. **Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

AMARAL, Antônio Barreto do. **Dicionário de história de São Paulo**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.

ANDRADE, Euclides. **José Maria Lisboa: in memoriun no 1º. centenário do seu nascimento 1838-1938**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1938.

AZEVEDO, Elizabeth Ribeiro de. **Um palco sob as arcadas**: o teatro dos estudantes de Direito do Largo de São Francisco. São Paulo: Annablume, 2000.

BALADAN, Marcelo. **Poeta do lápis**: sátira e política na trajetória de Ângelo Agostini. Campinas: Ed. Unicamp, 2009.

BARRETO, Luís Pereira. **Soluções positivas da política brasileira**. São Paulo: Escala, 2007. (Grandes obras do pensamento universal, 78).

\_\_\_\_\_. **A arte de fabricar o vinho**: manual do vinicultor. São Paulo: Revista Agrícola, 1900.

BARROS, Roque Spencer Maciel de. Vida religiosa. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). **História geral da civilização brasileira**: O Brasil Monárquico - declínio e queda do Império. São Paulo, Difel, 1971. Tomo 2. v. 4.

\_\_\_\_\_. **A evolução do pensamento de Pereira Barreto**. São Paulo: Grijalbo, 1967a.

\_\_\_\_\_. **Obras filosóficas de Luís Pereira Barreto**. São Paulo, Grijalbo, 1967b, v. 1.

BASTOS, Elide Rugai; RÊGO, Walquíria D. Leão (Org.). **Intelectuais e política**: a moralidade do compromisso. São Paulo: Olho D'água, 1999.

BENDA, Julian. A traição dos intelectuais. In: BASTOS, Elide Rugai; RÊGO, Walquíria D. Leão (Org.). **Intelectuais e política**: a moralidade do compromisso. São Paulo: Olho D'água, 1999.

BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**: dúvidas e opções de homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.

BOEHRER, George C. A. **Da Monarquia à República**: história do partido republicano do Brasil (1870-1889). Rio de Janeiro: MEC, 1954.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BROCA, José Brito. **Ensaio da mão canhestra**. São Paulo: Polis, 1981.

CALMON, Pedro. **História de D. Pedro II**: cultura e política: paz e guerra (1853-1870). Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília-DF: INL, 1975. Tomo 2.

CAPELATO, Maria Helena. Populismo na imprensa: UH e NP. In: MELO, José Marques de (Org.). **Populismo e comunicação**. São Paulo: Cortez, 1981.

\_\_\_\_\_. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto:Edusp, 1988.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: teatro de sombras. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. **D. Pedro II**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CASALECCHI, José Ênio. **O partido republicano paulista (1889-1926)**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CASTELLANI, José. **A maçonaria e o movimento republicano brasileiro**. São Paulo: Traço, 1989.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DARNTON, Robert. **Boêmia literária e revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

DEBES, Célio. **O partido republicano de São Paulo na propaganda (1872-1889)**. São Paulo: Edição do Autor, 1975.

\_\_\_\_\_. **Campos Salles: perfil de um estadista**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978. v.2.

DUARTE, Paulo. **História da imprensa em São Paulo**. São Paulo: Ed. ECA/USP, 1972.

ELIAS, Beatriz Vicentini. **...Vieram e ensinaram: Colégio Piracicabano, 120 anos**. Piracicaba: Ed. UNIMEP, 2001.

FARIA, Alberto de. **Irineu Evangelista de Sousa: Barão e Visconde de Mauá (1813-1889)**. São Paulo: Cia. Nacional, 1946.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 9. ed. São Paulo: Edusp:FDE, 2001.

FERREIRA, Tito Lívio. **História de São Paulo**. São Paulo: Biblos, [s.d.].

FICHTE, Johann Gottlieb. Sobre a missão do erudito. In: BASTOS, Elide Rugai; RÊGO, Walquíria D. Leão (Org.). **Intelectuais e política: a moralidade do compromisso**. São Paulo: Olho D'água, 1999.

FREITAS, Affonso A. de. **A imprensa periódica de São Paulo desde os seus primórdios em 1823 até 1914**. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, 1915.

GEBARA, A. **O mercado de trabalho livre no Brasil (1871-1888)**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

\_\_\_\_\_. **Maquiavel: a política e o estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. (Org.). **História geral da civilização brasileira: o Brasil Monárquico: declínio e queda do Império** São Paulo: Difel, 1974. Tomo 2, v. 4.

JANOTI, Maria de Lourdes. **A balaiada**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, J.; NORA, P. (Orgs). **História: novas abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

KOSELLECK, R. **Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

LE GOFF, J.; NORA, P. (Org). **História: novas abordagens**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976.

\_\_\_\_\_. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.

LEITE, Glacyra Lazzari. **A Confederação do Equador**. São Paulo: Ática, 1996.

LIMA, Luiz Costa. **Dispersa demanda: ensaios sobre literatura e teoria**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

LIMA, Manuel de O. **O movimento da independência: o império brasileiro (1821-1889)**. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1962.

LIMA, Sandra Lúcia Soares. **O oeste paulista e a república**. São Paulo: Vértice, 1986.

LINS, Maria de Lourdes Ferreira. **A república que ele viu nascer: Prudente de Moraes. Presidente Prudente: Fundação Museu e Arquivo Histórico Municipal de Presidente Prudente**, 1989.

LOPES, M. A. **Grandes nomes da história intelectual**. São Paulo, Contexto, 2003.

LUZ, Nícia Vilela. As tentativas de industrialização. In: HOLANDA, Sérgio Buarque. (Org.) **História geral da civilização brasileira: o Brasil Monárquico: declínio e queda do Império**. São Paulo, Difel, 1971. Tomo 2, v.4.

MARIANO, Júlio. **História da imprensa em Campinas**. Campinas: Associação Campineira de Imprensa, 1972.

MARSON, Izabel. **Revolução Praieira**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

MARTINS, Ana Luiza; BARBUY, Heloísa. **Arcadas: história da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco**. São Paulo: BM&F:Alternativa, 1998.

\_\_\_\_\_; DE LUCA, Tânia Regina. (Org.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

\_\_\_\_\_. **Extra: imprensa e cidade**. São Paulo: Ed. UNESP, 2006.

MARTINS, Antônio Egídio. **São Paulo antigo (1554 a 1910)**. São Paulo: Imprensa Oficial, 1973.

MARTINS, Wilson. **História da inteligência brasileira**. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1996. v. 4 (1877-1896).

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial**. 6.ed. São Paulo: Hucitec, 2011.

MELO, Américo Brasiliense de Almeida e. **Os programas dos partidos e o segundo Império**. Brasília-DF: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação de Rui Barbosa, 1979.

\_\_\_\_\_. **Lições de história pátria**. São Paulo: Tipografia da Província, 1877.

MENDES, Evelyse Maria Freire. **Bibliografia do pensamento político republicano (1870-1970)**. Brasília-DF: Ed. UnB, 1981.

MENDONÇA, Carlos Sussekind de. **Salvador de Mendonça: democrata do Império e da República**. Rio de Janeiro: INL:MEC, 1960.

MERCADANTE, Paulo. **A consciência conservadora no Brasil**. Rio de Janeiro: Saga, 1965.

MORAES, Evaristo de. **Da Monarquia para a República (1870-1889)**. Brasília-DF: Ed. UnB, 1985.

MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina (Org.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

NISKIER, Arnaldo. **Educação brasileira: 500 anos de história (1500-2000)**. São Paulo: Melhoramentos, 1989.

NOBRE, Freitas. **História da imprensa de São Paulo**. São Paulo: Edições Leia, 1950.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As desventuras do liberalismo: Joaquim da Nabuco, a Monarquia e a República**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

OLIVEIRA, Cecília Helena S. (Org.). **Zacarias de Góis e Vasconcelos**. São Paulo: Ed. 34, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A Revolução Farroupilha**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PESSOA, Reynaldo Carneiro. **A ideia republicana no Brasil, através dos documentos**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1973.

PINHÃO, Tavares. **Bernardino de Campos**. Ribeirão Preto: Rosa Bellonzi & Cia., 1941.

POMPÉIA, Raul. **Obras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira:Oficina Literária Afrânio Coutinho:FENAME, 1982.

PRADO JUNIOR., Caio. **Evolução política do Brasil: Colônia e Império**. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.



RENAULT, Delso. **O dia-a-dia no Rio de Janeiro segundo os jornais (1870-1889)**. Rio de Janeiro: Record, 1982.

RIBEIRO JÚNIOR, João. **Alberto Salles: trajetória intelectual e pensamento político**. São Paulo: Convívio, 1983.

RUDIGER, Francisco Ricardo. **Tendências do jornalismo**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1993.

SALLES, Manuel Ferraz de Campos. **Da propaganda à presidência**. Brasília: Ed. UnB, 1983.

SALLES, João Alberto. **A pátria paulista**. Brasília: Ed. UnB, 1983. (Temas Brasileiros n. 31).

\_\_\_\_\_. **Sciencia política**. Brasília-DF: Senado Federal, 1997.

SALLES JUNIOR., A. C. **O idealismo republicano de Campos Salles**. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1944.

SALLES, Iraci Galvão. **Trabalho, progresso e a sociedade civilizada: o partido republicano paulista e a política de mão-de-obra (1870-1889)**. São Paulo: Hucitec; Brasília-DF: Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.

SANTOS, Délio Freire dos. Primórdios da imprensa caricata paulistana: o Cabrião. In: \_\_\_\_\_. AGOSTINI, Ângelo; CAMPOS, Américo de; REIS, Antônio Manoel dos. **Cabrião: semanário humorístico**. 2. ed. São Paulo: Ed. UNESP:Imprensa Oficial do Estado, 2000.

SANTOS, José Maria dos. **Bernardino de Campos e o Partido Republicano Paulista**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do Imperador: D Pedro II: um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

\_\_\_\_\_. **Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_. **O império em procissão: ritos e símbolos do Segundo Reinado**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

SILVA, Cyro. **O patriarca da República: Quintino Bocaiúva**. Brasília: Ed. UnB, 1983.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **Republicanism e federalismo: um estudo da implantação da república brasileira (1889-1902)**. Brasília-DF: Senado Federal; João Pessoa: Ed. Universitária da UFPb, 1978.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. (Org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Panorama do segundo Império**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 2004.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

TORRES, J. C. O. **Os construtores do Império**. Rio de Janeiro: Companhia Nacional, 1968.

VAMPRÉ, Spencer. **Memórias para a história da Academia de São Paulo**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1977. v. 2.

\_\_\_\_\_. **Memórias para a história da Academia de São Paulo**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1924. v. 1.

VENANCIO FILHO, Alberto. **Das arcadas ao bacharelismo**. São Paulo: Perspectiva, 1982.

VILLA, Marco Antonio. **A queda do Império: os últimos momentos da Monarquia no Brasil**. São Paulo: Ática, 1996.

VITA, Luís Washington. **Alberto Sales: o ideólogo da República**. Rio de Janeiro: Nacional, 1965.

WITTER, José Sebastião (Org.). **O ideal republicano: Anais do II Encontro do Núcleo Regional de São Paulo**. São Paulo: ANPUH, 1974.

ZIMMERMANN, Maria Emília Marques. **O PRP e os fazendeiros do café**. Campinas: UNICAMP, 1986. (Série Teses).

#### **Artigos:**

ADUCCI, Cássia Chrispiniano. Para um aprofundamento historiográfico: discutindo o separatismo paulista de 1887. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 19, n.38, p.101-124, 1999.

ALENCASTRO, Luís Felipe. Proletários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 21, p. 30-56, jul. 1988.

ALONSO, Ângela. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. **Sociologia & Antropologia**, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 21-41, 2012.

ALTAMARINO, Carlos. Ideias para um programa de História intelectual. **Tempo Social**, São Paulo, v. 19, n.1, p. 9-17, jun. 2007.

AMARAL, Antônio Barreto do. A imprensa acadêmica. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, n. 43, 7 ago. 1977. Suplemento Cultural, p. 11-12.

ANANIAS, Mauricéia. Propostas de educação popular em Campinas: as aulas noturnas. **Cadernos Cedes**, Campinas, ano 20, n. 51, p. 66-77, nov. 2000.

ASPERTI, Clara Miguel. A vida carioca nos jornais: Gazeta de Notícias e a defesa da crônica. **Contemporânea**, Rio de Janeiro, n.7, p. 45-55, 2006.

BANDECCHI, Brasil. A 'Bucha' e o espírito liberal. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, n. 43, 7 ago. 1977. Suplemento Cultural, p. 10-11.

BONFIM, Paulo. Creio em ti ó Faculdade. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, n. 43, 7 ago. 1977. Suplemento Cultural, p. 9.

BRESCIANI, Maria Stella M. O cidadão da República: liberalismo versus positivismo. Brasil: 1870-1900. **Revista USP**, São Paulo, n. 17, p.123-135, 1993.

CACHIONI, Marcelo. Construindo para o futuro: os primeiros tempos do Colégio Piracicabano. **Revista de Educação do Cogeime**, Piracicaba, ano 12, n. 22, p. 125-141, jun. 2013.

CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. **Topoi**, Rio de Janeiro, n.1, p. 123-152, jan./dez. 2000.

DALLARI, Dalmo de Abreu: as arcadas na política brasileira. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, n. 43, 7 ago. 1977. Suplemento Cultural, p. 6-7.

DUTRA, Hoepfner. Santuário da liberdade. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, n. 43, 7 ago. 1977. Suplemento Cultural, p. 9.

FAORO, Raymundo. A aventura liberal numa ordem patrimonialista. **Revista USP**, São Paulo, n. 17, p. 14-29, 1993.

FERREIRA, Antônio Celso. Para ler nos caminhos de ferro: o Almanach Litterario de São Paulo (1876-1885). **Patrimônio e Memória**, São Paulo, v.2, n.1, p. 11-24, 2006.

GALVÃO, Flávio. O constitucionalismo do Império. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, n. 43, 7 ago. 1977. Suplemento Cultural, p. 15-16.

GÓES, Fernando. A prosa de ficção nas arcadas. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, n. 43, 7 ago. 1977. Suplemento Cultural, p. 13.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p.5-27, 1988.

LUZ, Nícia Vilela. O papel das classes médias brasileiras no movimento republicano. **Revista de História**, São Paulo, v. 15, n.57, p. 13-28, jan.-mar. 1964.

MACHADO, Alcântara. O concurso de Américo Brasiliense. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, v. 30, p. 5-24, dez. 1936.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. A velha arte de governar: o Conselho de Estado no Brasil Imperial. **Topoi**, Rio de Janeiro, v.17, n.12, p. 278-221, jan/jun. 2006.

NASCIMENTO, Carla Silva do. A questão militar: indisciplina e crise política em meio à crise hegemônica imperial (1868-1889). **Militares e Política**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 7-22, jan/jun. 2009.

NOGUEIRA, Emília Costa. O movimento republicano em Itu: os fazendeiros do oeste paulista e os pródomos do movimento republicano. Notas prévias. **Revista de História**, São Paulo, v. 9, n. 20, set. 20, p. 381-405, 1954.

PORTO, L. de A. N. A criação dos cursos jurídicos, **O Estado de São Paulo**, São Paulo, n. 43, 7 ago. 1977. Suplemento Cultural, p. 3-5.

RAMOS, Duílio. Um republicano da Monarquia (Quirino dos Santos). **Revista do Arquivo Municipal**. São Paulo, n. 55, p. 107-130, mar. 1939.

RAMOS, Péricles Eugênio da Silva. A poesia na Faculdade de Direito. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, n. 43, 7 ago. 1977. Suplemento Cultural, p. 14-15.

REALE, Miguel: A Faculdade de Direito e a história das ideias no Brasil. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, n. 43, 7 ago. 1977. Suplemento Cultural, p. 5-6.

RÉMOND, René. Les intellectuels et la politique. **Revue Française de Science Politique**, Paris, 9e. année, n. 4, p. 860-880, 1969.

RIBEIRO, Neucinéia Rizzato. Um estudo sobre a leitura Analytica (1896), de João Kopke. **Revista de Iniciação Científica da FFC**, Marília, v. 5, n. 1/3, p.12-29, 2005.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.15, n. 30, p. 9-22, 1995.

SILVA, Domingos Carvalho da. Ode à Academia de Direito. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, n. 43, 7 ago. 1977. Suplemento Cultural, p. 8.

SILVEIRA, Miroel. O teatro e a academia. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, n. 43, 7 ago. 1977. Suplemento Cultural, p. 12.

SIRINELLI, Jean-François. Le hasard ou la nécessité? Une histoire em chantier: l'histoire des intelcctuels. **Vingtième Siècle**. Revue d'Histoire, Paris, n. 9, p. 97-108, janv/mars, 1986.

\_\_\_\_\_. Este século tinha sessenta anos: a França dos sixties revisitada. **Tempo**, Rio de Janeiro, n. 16, p.13-33, 2004.

\_\_\_\_\_. De la demeure à l'agora: pour une histoire culturelle du politique. **Vingtième Siècle**. Revue d'Histoire, Paris, n. 57, janv/mars, p. 121-131, 1998.

\_\_\_\_\_. Génération et histoire politique. **Vingtième Siècle**. Revue d'Histoire. Paris, n. 22, avril/juin, p. 67-80, 1989.

SOSA, Derocina Alves Campos. Imprensa e história. **Biblos**, Rio Grande, n. 19, p. 109-125, 2006.

STEIN, Stanley. A historiografia do Brasil: 1808-1889. **Revista de História**. São Paulo, v. 29, n. 50, p. 81-133, 1964.

SUPLEMENTO CULTURAL. Sesquicentenário dos cursos jurídicos. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, n. 43, 7 ago.1977, p. 1-16.

SUPLEMENTO DO CENTENÁRIO. Imprensa, Abolição e República. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, n. 22, 31 maio 1975, p. 51-56.

SWIDLER, Ann. Culture in action: symbols and strategies. **American Sociological Review**, Thousand Oaks, v. 51 p. 273-286, abr. 1986.

TELAROLLI JUNIOR., Rodolpho. Imprensa e vida política em São Paulo, na última década do século XIX. **História**, São Paulo, n. esp., p. 93-104, 1989.

TILLY, C. Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834. **Social Science History**, Durham, v. 17, n. 2, p. 253-280, 1993.

VIOTTI DA COSTA, Emília. Sobre as origens da República. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 18, p. 63-120, 1964.

ZANOTTO, Gizele. História dos intelectuais e história intelectual: contribuições da historiografia francesa. **Biblos**, Rio Grande, v. 22, n. 1, p. 31-45, 2008.

ZUCCOLOTTO, Afrânio. Velha academia. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, n. 43, 7 ago. 1977. Suplemento Cultural, p. 9.

WILLIAMS, Raymond. A fração Bloomsbury. **Plural**, São Paulo, n. 6, p. 139-168, jan/jun., 1999. Tradução Rubens de Oliveira Martins e Marta Cavalcante de Barros.

### **Teses e Dissertações:**

DINIZ, Adailton Franciozo. **O jornal “A Província de São Paulo” e a ideia de uma “Pátria Paulista” nos anos finais do Império**. São Paulo, 2007. Relatório de Pesquisa. Centro Interdisciplinar de Pesquisa/Fundação Cásper Líbero, São Paulo, 2007.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **Francisco Rangel Pestana: jornalista, político, educador**. 1986. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

MENEZES, Roni Cleber Dias de. **O grupo do Almanaque Literário em São Paulo: paradigmas da sociabilidade republicana nos tempos de propaganda (1876-1885)**. 2006. 238 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2006.

RIBEIRO, Luaê Carregari Carneiro. **Uma América em São Paulo: a maçonaria e o partido republicano paulista (1868-1889)**. 2011. 179 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

### E-Referências:

AGUIAR, Maria do Carmo Pinto Arana de. Imprensa: fonte de estudo para construção e reconstrução da História. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 10., 2010, Santa Maria-RS. **Anais eletrônico...** Santa Maria: Ed. UFSM: Ed.UNIFRA, 2010. Disponível em: < [http://www.eeh2010.anpuhrs.org.br/resources/anais/9/1279234975\\_ARQUIVO\\_artigoimprensaanpuhrs%5B1%5D.pdf](http://www.eeh2010.anpuhrs.org.br/resources/anais/9/1279234975_ARQUIVO_artigoimprensaanpuhrs%5B1%5D.pdf). Acesso em: 10 ago. 2013.

ALONSO, Angela. **O positivismo de Luís Pereira Barreto e o pensamento brasileiro no final do século XIX**. Textos do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. 2013. Disponível em: < <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/alonsopositivismo.pdf>> Acesso em: 10 jun. 2013.

ALONSO, Angela. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração 1870. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 44, p. 35-55, out. 2000. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n44/4146.pdf>> Acesso em: 30 jun. 2013.

SCHELBAUER, Analete Regina. Manifestações da ação de particulares e de professores de primeiras letras. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 24, p. 3-10, dez. 2006. Disponível em: < [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/24/art01\\_24.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/24/art01_24.pdf)> Acesso em: 10 jun. 2013.

BEZERRA, Claudicéia L. A.; NEVES, Fatima N. A história da educação e os bacharéis em Direito. In: CONGRESSO BRASILEIRO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 4, 2006, Goiânia, **Anais eletrônico...** Goiânia: SBHE, 2006. Disponível em: < <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo05/Claudiceia%20L.A.%20Bezerra%20E%20Fatima%20M.%20Neves%20-%20Texto.pdf>> Acesso em: 27 jul. 2013.

CARVALHO, Mariana Nunes de. Intelectuais, imprensa e a contestação ao regime monárquico. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH, 13., 2008, Rio de Janeiro. **Anais eletrônico...** Rio de Janeiro: ANPUH, 2008. Disponível em: [http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212976674\\_ARQUIVO\\_MARIANA-ANPUH-2008.pdf](http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212976674_ARQUIVO_MARIANA-ANPUH-2008.pdf). Acesso em: 27 jul. 2013.

CASTRO, Ana Caroline Neres. A influência do pensamento de João Kopke na prática pedagógica maranhense do início do século XX. II ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL DO NORTE E NORDESTE, 19., 2009, João Pessoa. **Anais**. João Pessoa: Ed. UFPB, 2009, p. 1-12. Disponível em: [http://www.ufpb.edu.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/evento2009/GT.10/11\\_Ana%20Caroline%20Neres%20Castro.pdf](http://www.ufpb.edu.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/evento2009/GT.10/11_Ana%20Caroline%20Neres%20Castro.pdf)> Acesso em: 27 jul. 2013.

MACHADO, Humberto Fernandes. Intelectuais, imprensa e abolicionismo no Rio de Janeiro. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007, São Leopoldo-RS. **Anais eletrônico...** São Leopoldo: ANPUH. Disponível em: <http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Humberto%20F%20Machado.pdf> Acesso em: 27 jul. 2013.

MARTINS, Gabriela Pereira. Repensando o positivismo. **CSONline: Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, ano 4, ed. 9, jan./abr. 2010, pág. 69-91. Disponível em: [https://www.academia.edu/3658432/REPENSANDO\\_O\\_POSITIVISMO\\_csonline](https://www.academia.edu/3658432/REPENSANDO_O_POSITIVISMO_csonline)>. Acesso em: 25 jul. 2013.

PANIZZOLO, Cláudia. João Kopke e o ensino da leitura e da escrita. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais eletrônico...** São Paulo: ANPUH, 2011. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo4/318.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2013.

SOUZA, Pablo Bráulio. Imagens em movimento: moralidade pública, cultura política e caricatura na Imperial Cidade de São Paulo. **Cadernos de História**, São Paulo, v.6, ano 3, n. 2, p. 51-64, dez. 2008. Disponível em: <<http://www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria/ojs/index.php/cadernosdehistoria/article/view/116>>. Acesso em: 27 jul. 2013.

VIEIRA, Carlos Eduardo. História dos intelectuais: representações, conceitos e teorias. In: CONGRESSO BRASILEIRO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 4., 2006, Goiânia, **Anais eletrônico...** Goiânia: SBHE, 2006. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/coordenadas/eixo06/Coordenada%20por%20Carlos%20Eduardo%20Vieira/Carlos%20Eduardo%20Vieira%20-%20Texto2.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2013.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A - Gabinetes do Império (1847-1889)

NOME/TÍTULO	ORIGEM REGIONAL	GABINETE(S)	FORMAÇÃO ACADÊMICA
Manuel Alves Branco (2º. Visconde de Caravelas)	Bahia	20.07.1847	Direito – Universidade de Coimbra
José Carlos Pereira de Almeida Torres (Visconde de Macaé)	Bahia	08.03.1848	Direito.
Francisco de Paula Sousa e Melo	São Paulo	31.05.1848	Sem formação superior
Pedro Araújo Lima	Pernambuco	29.09.1848 04.05.1857 30.05.1862 12.05.1865	Direito – Universidade de Coimbra
José da Costa Carvalho (Visconde de Monte Alegre)	Bahia	06.10.1849	Direito – Universidade de Coimbra
José Joaquim Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí)	Rio de Janeiro	11.05.1852 16.07.1868	Matemática – Universidade de Coimbra
Honório Hermeto Carneiro Leão (Marquês do Paraná)	Minas Gerais	06.09.1853	Direito – Universidade de Coimbra
Luís Alves de Lima e Silva (Duque de Caxias)	Rio de Janeiro	03.09.1856 02.03.1861 25.07.1875	Academia Militar
Antônio Paulino Limpo de Abreu (Visconde Abaeté)	Lisboa	12.12.1858	Direito – Universidade de Coimbra
Ângelo Moniz da Silva Ferraz (Barão de Uruguaiana)	Bahia	10.08.1859	Direito – Faculdade de Direito de Olinda
Zacarias de Góis e Vasconcelos (Conselheiro)	Bahia	24.05.1862 15.01.1864 03.08.1866	Direito – Faculdade de Direito de Olinda
Francisco José Furtado	Piauí	31.08.1864	Direito – Faculdade de Direito do Recife
José Antônio Pimenta Bueno (Marquês de São Vicente)	São Paulo	29.09.1870	Direito – Faculdade de Direito de São Paulo
José Maria da Silva Paranhos (Visconde	Bahia	07.03.1871	Matemática – Escola Militar



do Rio Branco)			do Rio de Janeiro
João Lins Vieira Cansação de Sinimbu (Visconde de Sinimbu)	Alagoas	05.01.1878	Direito – Faculdade de Direito de Olinda
José Antônio Saraiva (Senador)	Bahia	28.03.1880 06.05.1885	Direito – Faculdade de Direito de São Paulo
Martinho Álvares da Silva Campos	Minas Gerais	21.01.1882	Medicina – Escola de Medicina do Rio de Janeiro
<b>NOME/TITULO</b>	<b>ORIGEM REGIONAL</b>	<b>GABINETE(S)</b>	<b>FORMAÇÃO ACADÊMICA</b>
João Lustosa da Cunha Paranaguá (2º. Marquês de Paranaguá)	Piauí	03.07.1882	Direito – Faculdade de Olinda
Lafayette Rodrigues Pereira	Minas Gerais	24.05.1883	Direito – Faculdade de Direito de São Paulo
Manuel Pinto de Sousa Dantas	Bahia	06.06.1884	Direito – Faculdade de Direito do Recife
João Maurício Wanderley (Barão de Cotegipe)	Bahia	20.08.1885	Faculdade de Direito de Olinda
João Alfredo Corrêa de Oliveira	Pernambuco	10.03.1888	Direito – Faculdade de Direito de Olinda
Afonso Celso de Assis Figueiredo (Visconde de Ouro Preto)	Minas Gerais	07.06.1889	Direito - Faculdade de Direito de São Paulo

**Fonte:** Elaborada por Rubens Arantes Correa.

## APÊNDICE B : Trajetórias

NOMES	LOCAL NASCIMENTO	ORIGENS RELAÇÕES FAMILIARES	CARGOS/LOCAIS DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL	CARGOS ELETIVOS /NOMEADOS EXERCIDOS
Américo Brasiliense	Sorocaba, 08 de agosto de 1833.	Filho de influente político do Partido Conservador em Sorocaba (SP). Casado com Marcelina Lopes Chaves, filha do Barão de Santa Branca.	Professor da Faculdade de Direito do Largo de S. Francisco a partir de 1888. Advogado em Sorocaba (SP). Advogado em Campinas (SP). Juiz Municipal e de Órfãos de Itapeva (SP).	Deputado Provincial pelo Partido Liberal em 1857. Presidente da Paraíba (1866/1867). Presidente do Rio de Janeiro (?). Deputado Provincial (1868 a 1889).
Américo de Campos	Bragança Paulista, 12 de março de 1835.	Irmão de Bernardino de Campos	Promotor nomeado em Itu (1861-1863). Advogado em São Paulo (1865-1866).	Cônsul em Nápoles, Itália.
José Maria Lisboa	Lisboa, 1838.	Casado com Ana Joaquina de Souza e Castro, irmã do líder abolicionista Antônio Bento de Souza e Castro.	Tipógrafo em Portugal. Jornalista em Campinas e em São Paulo.	Deputado Estadual eleito.
Rangel Pestana	Nova Iguaçu, RJ, 26 de novembro de 1839.	Filho de João Jacinto Pestana e Luísa Rangel Pestana. Casado com Damiana Quirino, irmã de Francisco Quirino dos Santos, à época redator da Gazeta de Campinas e filha do Capitão Joaquim Quirino dos Santos.	Advogado. Jornalista em São Paulo e no Rio de Janeiro. Professor em São Paulo, Campinas e Rio de Janeiro.	Deputado Geral (1885).
Pereira Barreto	Resende, RJ, 11 de janeiro de 1840.	Filho de Fabiano Pereira Barreto (fazendeiro e comendador) e Francisca de Salles Barreto.	Médico em Jacareí (interior de S. Paulo entre 1865 e 1874).	
Campos Sales	Campinas, 15 de fevereiro de 1841.	Família de fazendeiros. Irmão de Alberto Sales.		Deputado eleito em 1885 à Assembleia Geral do Império.
Prudente de Moraes	Itu, 04 de outubro de 1841.		Advogado em Piracicaba.	Administrador de Piracicaba. Deputado Provincial pelo Partido Liberal (1866). Deputado Provincial pelo

				Partido Republicano (1877 e 1881).
<b>NOMES</b>	<b>LOCAL NASCIMENTO</b>	<b>ORIGENS RELAÇÕES FAMILIARES</b>	<b>CARGOS/LOCAIS DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL</b>	<b>CARGOS ELETIVOS /NOMEADOS EXERCIDOS</b>
Quirino dos Santos	Campinas, 14 de julho de 1842.	Oriundo de família de fazendeiros. Casado com Maria Cândido de Azevedo Marques, filha de Roberto de Azevedo Marques, proprietário do Correio Paulistano.	Advogado. Promotor Público em Santos (1865-1867). Redator do Correio Paulistano (1864-1865). Sócio-proprietário da Gazeta de Campinas (1869-1877).	Deputado Provincial pelo Partido Republicano (1886).
Alberto Sales	Campinas, 24 de outubro de 1857.	Filho de fazendeiros de café. Irmão de Campos Sales.	Professor do Colégio Culto a Ciência (Campinas). Advogado em Pirassununga. Fazendeiro em Rio Claro.	Deputado Federal (1892 / 1894).

**Fonte:** Elaborada por Rubens Arantes Correa.

### APÊNDICE C - Trajetórias

NOMES	VEÍCULOS DE IMPRENSA	OBRAS PUBLICADAS	ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE	FORMAÇÃO ACADÊMICA
Américo Brasiense	A Província de São Paulo; Almanach Litterario de São Paulo.	Os Programas dos Partidos e o Segundo Império (1878). Elogio aos Paulistas (1873). Exposição de História Pátria. Lições de História Pátria (1877). Jornal de Terentillo Arsa.	Manifesto Republicano (1870). Convenção de Itu (1873). Partido Republicano Paulista (1873). Loja América (1868)	Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (1860).
Américo de Campos	Correio Paulistano (1865-1874). O Cabrião (1866-1867). Província de São Paulo (1875-1884). Diário Popular (1884-1890).		Loja Maçônica Amizade. Loja Maçônica América.	Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (1860).
José Maria Lisboa	Correio Paulistano. Gazeta de Campinas. Província de São Paulo (1875-1884). Diário Popular (1884-?)	Almanaque Literário de São Paulo. Almanaque para a cidade de Campinas (1871, 1872, 1873).	Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.	
Rangel Pestana	Revista do Ensaio Filosófico. O Lírio (1860-1861). O Timbira (1861). O Futuro (1862). A Época (1863). Opinião Liberal (1866-1867). Correio Nacional (1869-1870). A República. Gazeta de Campinas. Correio Paulistano. Província de São Paulo (1875-?).		Ateneu Paulistano. Associação Culto a Ciência. Instituto Acadêmico Paulistano. Clube Radical. Manifesto Republicano (1870). Loja Maçônica Sete de Setembro. Loja Maçônica América.	Colégio Pedro II. Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (1863).
Pereira Barreto	O Correio do Norte (Jacareí). Província de São Paulo (1876-1889).	Teoria das Gastralgias e das Nevroses em Geral. As Três Filosofias (1874-1875). Positivismo e Teologia (1879). Soluções Positivas da Política Brasileira (1880). O	Sociedade Positiva dos Estudantes da Universidade de Bruxelas.	Colégio Joaquim Pinto Brasil (preparatórios). Universidade de Bruxelas.

Século XX Sob o Ponto de Vista Brasileiro.				
NOMES	VEÍCULOS DE IMPRENSA	OBRAS PUBLICADAS	ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE	FORMAÇÃO ACADÊMICA
Campos Sales	A Razão. Correio Paulistano. Província de São Paulo.	Cartas da Europa (1894). Da Propaganda à República.	Associação Culto a Ciência. Congresso Republicano. Loja Maçônica Regeneração 3ª. (Campinas).	Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (1863).
Prudente de Moraes			Loja América.	Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (1863).
Quirino dos Santos	O Lírio. A Razão.	Estrelas Errantes.		Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (1863).
Alberto Sales	Província de São Paulo. A Lucta (1882) A República (1880). Opinião Republicana (1877). O Federalista (1880). Evolução (1880). Çà Ira (1882). Gazeta de Campinas	A Pátria Paulista (1887). Balanço Político (1901). Política Republicana (1882). Catecismo Republicano (1885). Cartas a Júlio Ribeiro (1885).		Rensselaer Polytechnic Institute (Troy, Nova York, 1875-1876). Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (1882).

**Fonte:** Elaborada por Rubens Arantes Correa.

# LIÇÕES DE HISTORIA PATRIA

PELO

Dr. Americo Braziliense

*Socio correspondente do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*

**2.ª EDIÇÃO**

AUGMENTADA DE NOTAS E DOCUMENTOS

PUBLICADAS POR

**JOSE' MARIA LISBOA**

*A' venda no escriptorio da Provincia de S. Paulo*

**Preço—1\$500**

Remette-se pelo correio a quem enviar 4\$500.

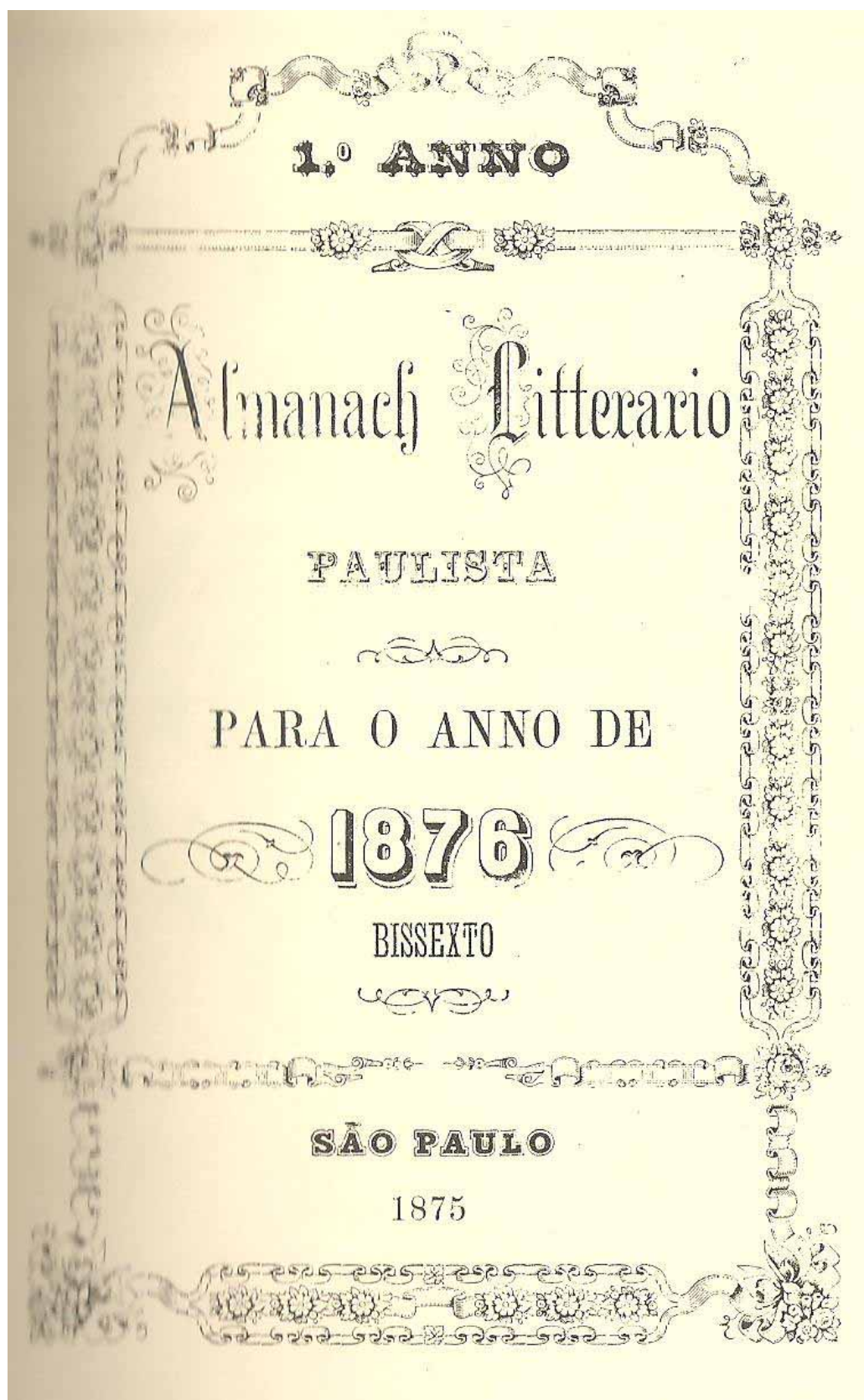
Um dos importantes jornaes do paiz referindo-se ao presente livro, diz :

As *Lições de Historia Patria* valeram ao seu auctor logo na 1.ª edição os maiores gabos da imprensa e uma significativa demonstração de apreço por parte do Instituto Historico Brasileiro, que o galardoou com o titulo de um dos seus membros correspondentes, além dos pareceres altamente lisongeiros que para isso foram dados no meio daquella corporação.

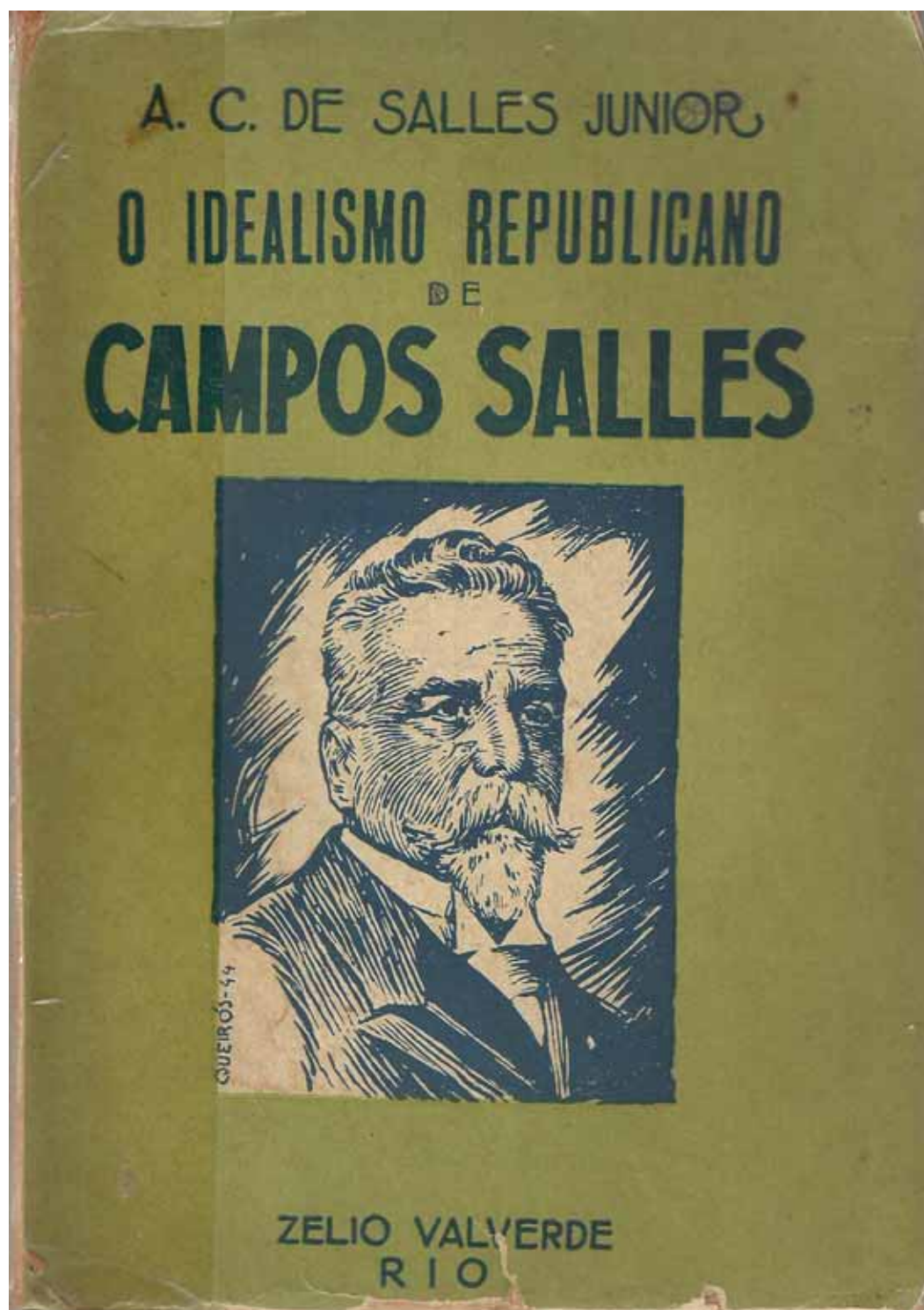
As *Lições de Historia Patria* estão hoje adoptadas como compendio nos collegios Culto á Sciencia e Internacional, de Campinas ; Rangel Pestana, Escola Normal de S. Paulo e n'outras casas de educação.

Sobre serem ellas um optimo auxiliar para o ensino da mocidade e talvez o melhor que possuímos actualmente— são ainda de grande proveito e de *interessantissima leitura para todos em geral.*

Trata-se nellas largamente da nossa provincia e narra-se até os ultimos successos com uma minuciosidade extraordinaria, de sorte que todas as occurrencias contemporaneas alli estão estampadas com toda a sua *feição especial.*



ANEXO B: Capa do *Almanaque Literário de São Paulo para o Ano de 1875* primeira edição de obra coletiva que durou até 1885.



ANEXO C. Capa do livro *O Idealismo Republicano de Campos Salles*, de A. C. de Salles Jr., publicado em 1944.





*Grupo de propagandistas republicanos em Campinas. Em pé: Jorge Tibiriçá, Campos Salles e Quintino Bocaiuva. Sentados: Bernardino de Campos, Francisco Glycerio e Rangel Pestana.*



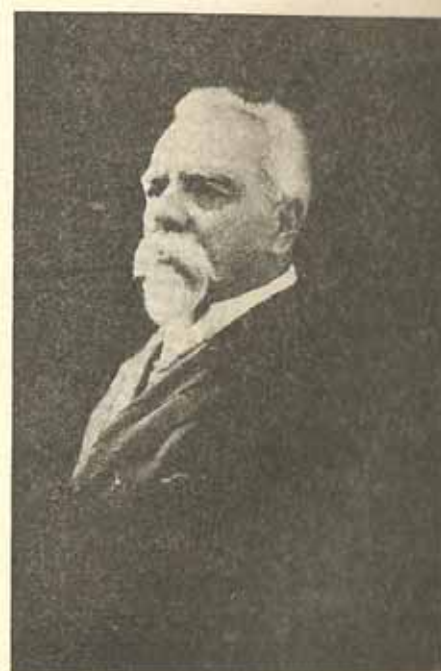
*Campos Salles em 1863, época da formatura e casamento*



*Campos Salles em 1869, deputado à Assembléia Provincial*

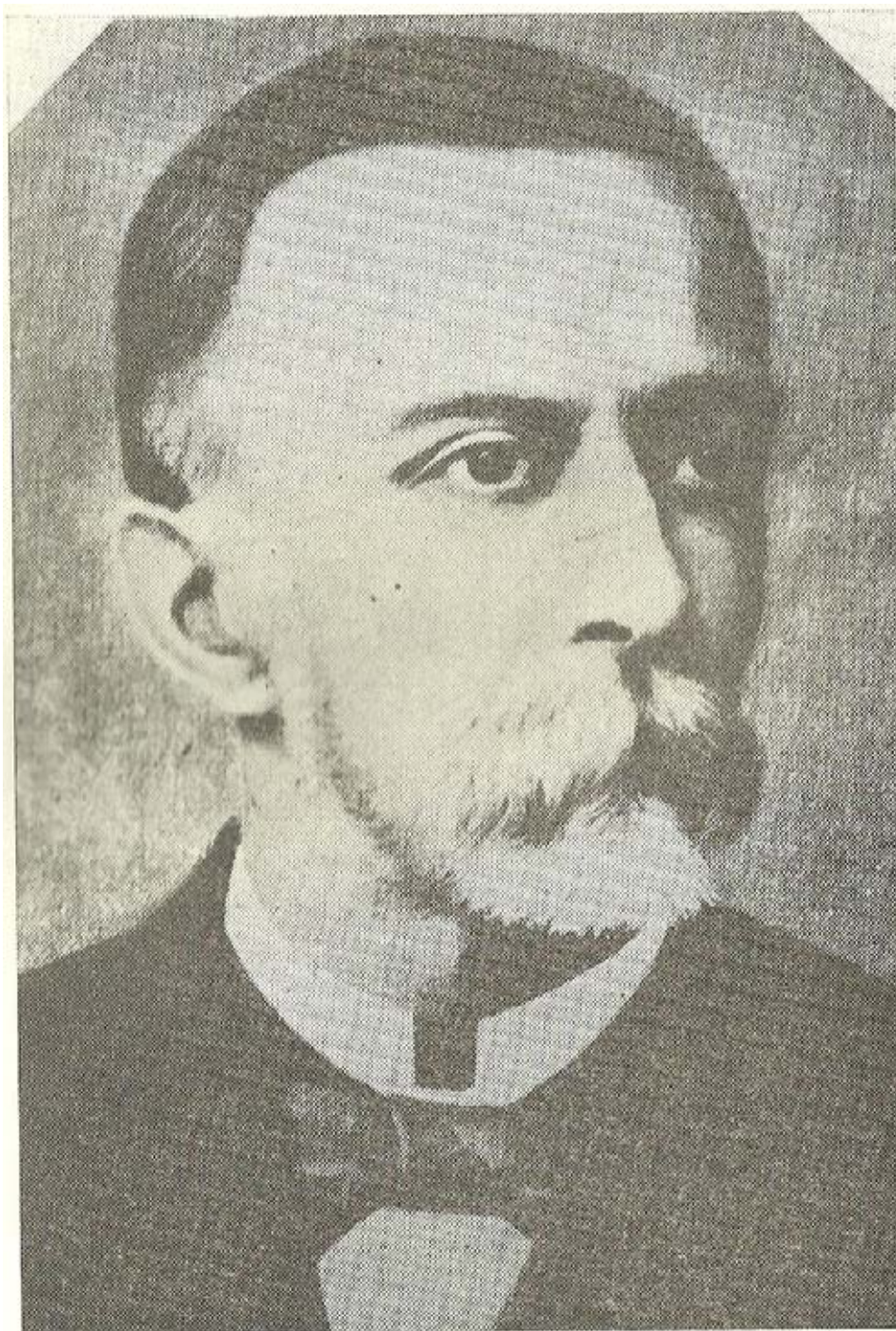


*Campos Salles em 1885, deputado republicano à Assembléia Geral*

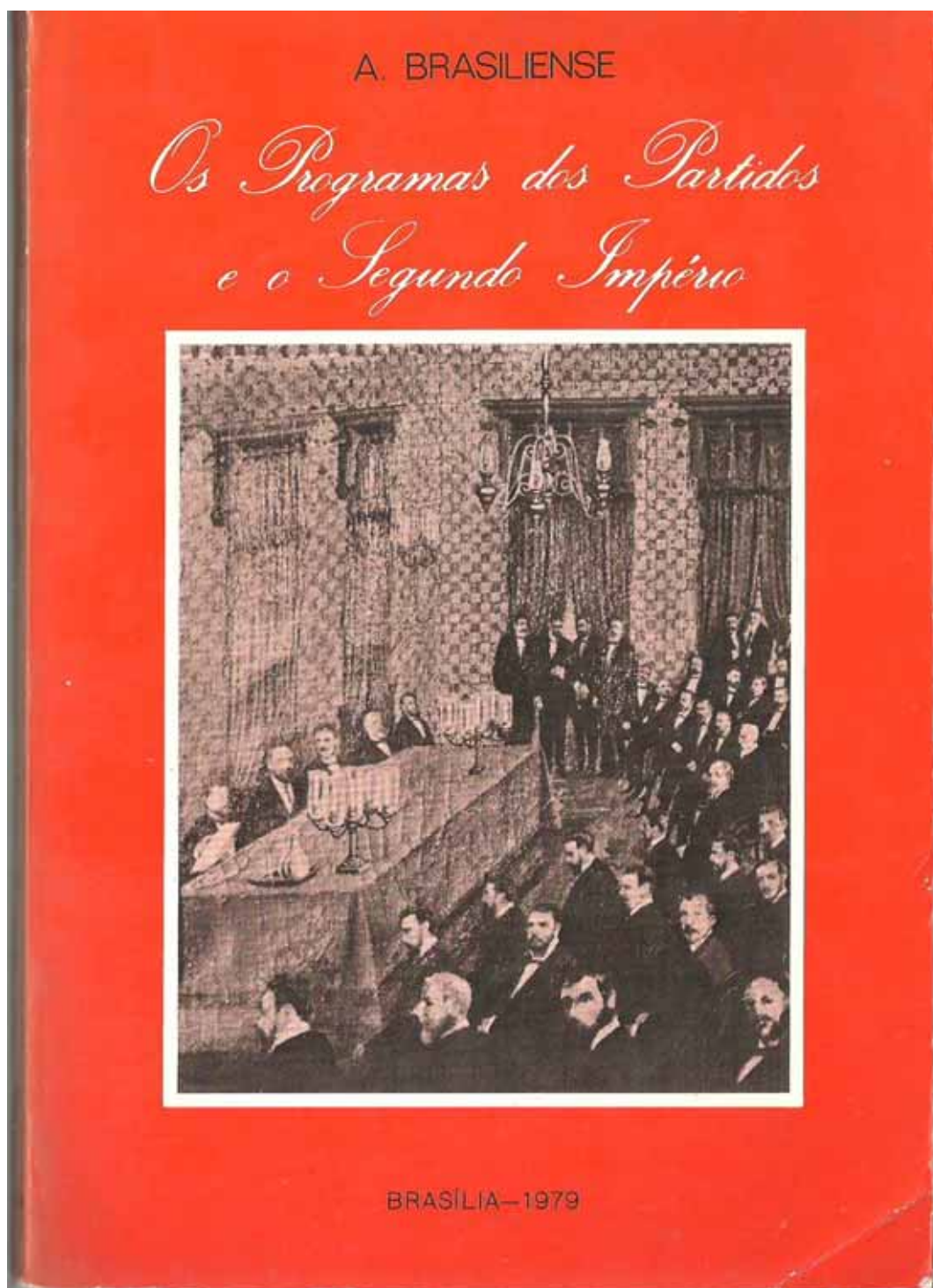


*Em 1912. Última fotografia de Campos Salles tirada em Buenos Aires, como representante diplomático do Brasil*

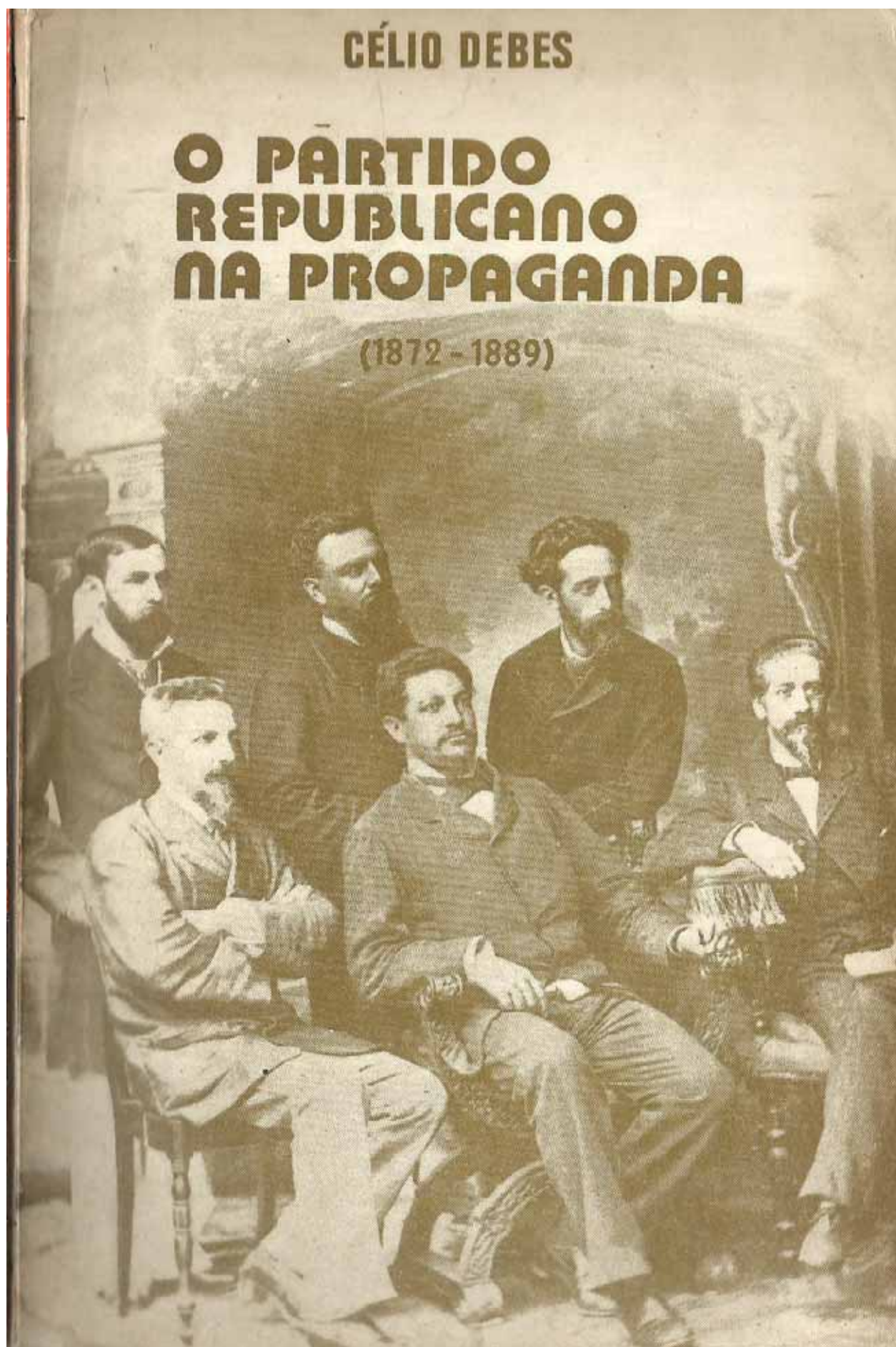
**ANEXO E. Imagens de Campos Salles em diversos momentos da vida (Fonte: A. C. de Salles Jr., *Idealismo de Campos Salles*, Editora Zélio Valverde, 1944.**



**ANEXO F. Retrato de João Alberto Salles (Fonte: João Ribeiro Jr., *Alberto Salles: trajetória intelectual e pensamento político*. São Paulo, Convívio, 1959).**



**ANEXO G. Capa do livro *O Programa dos Partidos Políticos e o Segundo Império*, de Américo Brasiliense (edição de 1979 pelo Senado Federal).**



ANEXO H. Ilustração de capa de livro de Célido Debes *O Partido Republicano na Propaganda (1870-1889)*.

# COLLEGIO PARA MENINAS

EM  
SÃO PAULO

DIRIGIDO POR  
FRANCISCO RANGEL PESTANA

E  
D. DAMIANA Q. RANGEL PESTANA

Funciona desde o dia 3 de Abril do anno passado, na espaçosa casa n. 31 da rua da Boa-Morte, este estabelecimento de educação e instrução, sendo os directores auxiliados no ensino por tres senhoras, uma ingleza e uma allemã, as quaes residem no mesmo edificio.

Além das professoras habilitadas para leccionar diversas materias e especialmente as linguas, alguns cavalheiros distinctos, professores praticos, como os drs.

ANTONIO CARLOS, AMERICO BRASILIENSE,  
RUBINO DE OLIVEIRA E A. DE CAMPOS

cooperarão com o director no ensino das sciencias que fazem parte do seguinte programma :

## Primeiro anno

PRIMEIRA CLASSE

Portuguez, arithmetica, escripta, costura e crochet.

SEGUNDA CLASSE

Portuguez, francez, geographia, arithmetica, crochet e tricot.

## Segundo anno

Portuguez, francez, inglez, historia, arithmetica, geographia, desenho linear e calligraphico, costura, tapeçaria e filet.

## Terceiro anno

Portuguez, francez, inglez, allemão, italiano, historia,

noções de physica e chimica, cosmographia, algebra e geometria, desenho, musica, dança, costuras, bordados e flôres.

## Quarto anno

Portuguez, francez, inglez, allemão, italiano, historia, noções de physica e chimica, cosmographia, algebra e geometria, desenho, musica, dança, costuras, bordados e flôres.

## Quinto anno

Portuguez, allemão, italiano, hespanhol, rhetorica e poetica, elementos de geologia, economia domestica, philosophia, direitos da mulher na sociedade brasileira, flôres e outros artefactos de couro, escamas, conchas e cabello.

## Sexto anno

Litteratura, botanica, zoologia, repetição de algumas materias do anno anterior e exercicios praticos de ensino.

As lições de cathecismo serão dadas em dias determinados, attendendo-se à religião dos paes; assim como a frequencia ás solemuidades do culto terá lugar opportunamente e sem offensa à crença daquelles.

A mais perfeita lealdade será observada no ensino religioso, tomado elle como elemento de educação.

O folheto que se distribuirá brevemente, explicará em todos os seus detalhes o presente programma que ha de ser executado conforme as regras dos methodos de ensino, seguidos geralmente na Suissa, Alemanha e Estados- Unidos.

## Condições de admissão :

Interna, por semestre . . . . . 300\$000

Externa, passando o dia no collegio, por trimestre . . . . . 100\$000

Roupa lavada e engommada, por conta dos paes.

Para elegancia do dormitorio e regularidade dos servigos, o collegio-fornecerá cama, lavatorio, bacias, etc., mediante a quantia de 60\$000.

## Pagamentos adiantados

ANEXO I. Anúncio do Colégio Pestana de propriedade de Rangel Pestana e Damiana Pestana em edição do *Almanaque Literário de São Paulo para o Ano de 1877*

EUCLIDES ANDRADE

---

**JOSÉ MARIA LISBOA**

**IN MEMORIAM**

NO

**1º CENTENARIO DO SEU NASCIMENTO**

**1838 - 1938**

1938

EMPRESA GRAPHICA DA «REVISTA DOS TRIBUNAES»  
Rua Xavier de Toledo, 72 — São Paulo



Prudente de Moraes e sua família: esposa e filhos. Fonte: Grandes personalidades da nossa História, Abril Cultural, 1970. Vol. IV.

**ANEXO K. Retrato de Prudente Morais e sua família (Fonte: Maria de Lourdes Ferreira Lins. *A república que ele viu nascer: Prudente de Moraes*. 1989).**